A PREVIDÊNCIA
DE TODOS
2015

Paulo César Régis de Souza

A PREVIDÊNCIA DE TODOS 2015

Anasps
Associação Nacional dos Servidores da Previdência e da Seguridade Social

2015

Agradecimentos

Aos membros do conselho Diretor da ANASPS,
composto de todos os diretores estaduais e vice-diretores;
Aos membros da Diretoria Executiva e Suplentes;
Aos membros do Conselho Fiscal e Suplentes;
A minha família pelo apoio e compreensão;
Em especial aos 53 mil associados da ANASPS;
Ao amigo e Presidente da ANASPS;
Aos Funcionários e Empresas que prestam assessoria à
ANASPS em todo o Brasil;

"Se não houver frutos...
Valeu a intenção da semente..."

Henfil

© ANASPS – Associação Nacional dos Servidores da Previdência e da Seguridade Social

Capa: HMP Comunicação
Editoração Eletrônica: Wagner Alves - Studio9 Comunicação
Revisão: Bel Ribeiro
Tiragem: 3.000 exemplares

Todos os direitos reservados à
ANASPS – Associação Nacional dos Servidores da Previdência e da Seguridade Social

2015
Impresso no Brasil
Printed in Brazil
ISBN - 85-98760-01-3

SOUZA, Paulo César Régis
A Previdência de Todos 2015
Brasília, ANASPS, 2015, 192p.

1. Previdência Social - Artigos
2. Servidor Público - Artigos I. Título

Prefácio

A História da Previdência Social Pública no Brasil

Conheci Paulo César de Souza – mais recentemente Paulo César Régis de Souza, pela incorporação ao seu nome do patronímico de sua esposa, com o objetivo de evitar reiteradas confusões com homônimos – no final dos anos 80, quando ele prestou relevante contributo à Secretaria de Justiça do Estado de Santa Catarina, pela qual tive a subida honra de responder.

Desde então, apesar de, naquele momento, encontrar-se licenciado do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, do qual é servidor efetivo, ele já manifestava grande conhecimento e elevada preocupação com os destinos da Previdência Social pública.

Posteriormente, Paulo César, catarinense de nascimento e previdenciário por vocação, transcendeu as fronteiras do seu Estado, alcançando projeção no País, como dirigente da Anasps – Associação Nacional dos Servidores da Previdência e da Seguridade Social.

E, na condição de Presidente da Anasps, a par do fremente trabalho que vem desenvolvendo no sentido de buscar melhorias para a Previdência Social pública e para os seus servidores, teve a engenhosa ideia de promover a publicação de artigos de cunho previdenciário em jornais e revistas de renome nacional.

São artigos que contribuem para disseminar essa problemática entre a população em geral, sobretudo quanto aos reflexos da reforma previdenciária havida anos atrás, quanto aos resultados promovidos e alcançados, e quanto às mazelas do cotidiano.

Enfim, essa coletânea de artigos tem-se prestado para contar a verdadeira história da previdência social brasileira, escrita com as tintas de quem a conhece, por suas entranhas, desde há muito e que almeja, como todo segurado, e como todo cidadão brasileiro de boa índole, que ela mantenha o seu caráter de solidariedade, e que seja intergeracional, com os trabalhadores de hoje sustentado os de ontem, e assim sucessivamente ■

João Henrique Blasi
Desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina,
Advogado, Ex-Deputado Estadual e Ex- Conselheiro da OAB

Sumário

APRESENTAÇÃO....13

ARTIGOS 2015....15
O QUE ESPERAMOS PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL PÚBLICA EM 2015....17
SÚPLICA AO PAPA FRANCISCO....18
OS 92 ANOS DA PREVIDÊNCIA....19
SÚPLICA À PRESIDENTA DILMA!....22
MATRIZ DO DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO....24
EMPRESAS DEVEM R$ 300 BILHÕES AO INSS....26
COMO A JABUTICABA ATRAPALHA O FUTURO DA PREVIDÊNCIA....28
O PAPEL DO CONSELHO DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL JAMAIS EXPLICADO....30
QUEM ESTÁ DESTRUINDO A GEAP? NÃO É O TCU NEM O SUPREMO....32
OS BODES EXPIATÓRIOS....34
OS FUNDOS DE PENSÃO PREOCUPAM....36
PORQUE SOMOS CONTRA O FATOR PREVIDENCIÁRIO....38
PLANOS DE SAÚDE E SUS. DILMA, CHAMA O JUIZ MORO!....40
A ARROGÂNCIA DO PT ESTÁ CUSTANDO CARO À PREVIDÊNCIA....42
OS GRAVES EFEITOS DO FIM DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA....44
ENXUGANDO O GOVERNO OU ENXUGANDO GELO?....47
CPMF COMO ACABAR COM O DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA....48
OS BENEFÍCIOS DE UMA GREVE PARA A MELHORIA DAS INSTITUIÇÕES....51
OS PADECIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS....53
MAIS UM RELATÓRIO DO TCU SOBRE A PREVIDÊNCIA QUE O GOVERNO VAI IGNORAR....55
2015 UM ANO PARA SER ESQUECIDO NA PREVIDÊNCIA DO BRASIL....57

ARTIGOS 2014....61
O QUE ESPERAMOS PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL PÚBLICA EM 2014....63
O QUE FAZER PARA ATENDER O CLAMOR DA PRESIDENTE DILMA....65
A VELOCIDADE DO BÔNUS DEMOGRÁFICO E A LENTIDÃO NO FINANCIAMENTO DA PREVIDÊNCIA....67
CONSIDERAÇÕES SOBRE OS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS....68
DE FORMIGAS E ELEFANTES....70
FALÊNCIA DECRETADA....72

FUNDOS PENSÃO SEM LENÇO SEM DOCUMENTO....74
DA ARTE DE ENGOLIR SAPOS, SEM COAXAR....76
A PRESIDENTA ESTÁ EM DÍVIDA CONOSCO....78
A FAVOR DE UM PROGRAMA DE GOVERNO....80
A DESONERAÇÃO DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA AMEAÇA O FUTURO DA PREVIDÊNCIA....82
O RELATÓRIO SOBRE A GESTÃO DA PREVIDÊNCIA ESQUECENDO A RECEITA....84
AS CIGARRAS, AS FORMIGAS E OS CALOTEIROS DO INSS....86
O GRANDE DILEMA DO INSS....88
VILANIA, ÓDIO E DISCRIMINAÇÃO CONTRA OS SERVIDORES FEDERAIS....90
A CRIAÇÃO DA BOLSA INSS ATRAVÉS DO AUXÍLIO DOENÇA....92
TCU, ESPADA E GUILHOTINA....94
UMA REFORMA PATRIMONIAL PARA A PREVIDÊNCIA AINDA QUE TARDE....96
ACABEM COM O FATOR PREVIDENCIÁRIO E DEIXEM DE ENGANAR OS BRASILEIROS....98
UM MINISTRO QUE LEVOU A PREVIDÊNCIA À SÉRIO....100

ARTIGOS 2013....103
A NOSSA LUTA POR UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO....105
A FIXAÇÃO DA IDADE MÍNIMA NO BRASIL, UMA QUESTÃO CRUCIAL....107
AS PRETENDIDAS MUDANÇAS NA PERÍCIA MÉDICA ABREM ESPAÇO
PARA A TERCEIRIZAÇÃO....109
A ANASPS CONCORDA COM A TESE DE AJUSTE NAS PENSÕES POR MORTE....110
OS SERVIDORES PEDEM AO GOVERNO UM PLANO DE SAÚDE NOS
MOLDES DA FUNPRESP-EX....112
A CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS PARA RECEBER BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS....114
PREVIDÊNCIA SOCIAL DE UM SALÁRIO MÍNIMO. O SONHO ACABOU....116
PARA SER PRESIDENTE DO BRASIL NÃO PRECISA SER FORMADO....118
GOVERNO QUE VETOU O FATOR VETA A DESAPOSENTADORIA....120
OS RISCOS DA DESONERAÇÃO MERECEM SER ANALISADOS....122
DOIS PESOS E DUAS MEDIDAS NA DEFESA DA PREVIDÊNCIA....124
O BRASIL PRECISA CRIAR MAIS FACULDADES....126
A VELHA ORDEM E A NOVA ESPERANÇA....128
A FUNÇÃO REDISTRIBUTIVA E INCLUSIVA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL....130
UMA COMISSÃO DA VERDADE PARA A PREVIDÊNCIA....132
POR QUE OS SERVIDORES DA PREVIDÊNCIA NÃO INTEGRAM A CARREIRA TÍPICA DE ESTADO?....134
EDUCAÇÃO SUPERIOR: O BRASIL DE COSTAS PARA SUAS FUTURAS GERAÇÕES....136
A INTERVENÇÃO NA GEAP NÃO É O FIM DO CAOS NEM DA CRISE....138
SUGESTÕES PARA APERFEIÇOAMENTO DO BOLETIM ESTATÍSTICO
DE PESSOAL DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO....140
OS SERVIDORES ESTÃO ABANDONADOS À SUA PRÓPRIA SORTE, DILMA PUNE SERVIDORES....141

O GOVERNO ESTÁ USANDO E ABUSANDO DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA.....143
AS CONTRIBUIÇÕES DA SEGURIDADE SOCIAL ANULAM O DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA.....145
A QUESTÃO DAS COTAS NAS UNIVERSIDADES E NO SERVIÇO PÚBLICO.....147
EM TERMOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, PERDEMOS O ANO DE 2013.....150

ARTIGOS 2012.....153
A PREVIDÊNCIA DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS.....155
A CRESCENTE EXPANSÃO DAS RENÚNCIAS PREVIDENCIÁRIAS.....157
OS SERVIDORES FORAM DESPOJADOS DE SUAS ASPIRAÇÕES.....158
A DESONERAÇÃO NA PREVIDÊNCIA SOCIAL E SEUS RISCOS.....160
O RELATÓRIO DO TCU MOSTRA DESACERTOS NA PREVIDÊNCIA.....162
ESTARIA A 2ª. REFORMA PREVIDENCIÁRIA COMPROMETIDA?.....164
O FATOR PREVIDENCIÁRIO SAIU DA ORDEM DO DIA E NÃO ESTÁ NA AGENDA DE 2013.....166

FOTOS.....169

Apresentação

Na história antiga e recente de nossa sociedade, vimos que as lutas e mudanças acontecem através de pessoas que se dedicam e se preocupam com as demais, fazendo a diferença.

Cuidar da coisa pública e dos interesses coletivos, muitas vezes colocando esses acima dos interesses particulares, é um dom raro e destinado a poucos.

Paulo César Regis de Souza é uma dessas pessoas, cuja trajetória de vida profissional e pessoal no coloca no patamar daqueles que, além de quererem o bem da sociedade, agem para tal fim.

Servidor Público Federal dos quadros da Previdência Social Brasileira, vem se dedicando ao longo dos anos na busca de uma Previdência melhor, mais justa, através de um quadro de servidores qualificados e com uma legislação adequada, não a suprimir direitos, mas ao contrário que garanta a proteção contra eventos futuros e incertos que cobrem a vida do trabalhador brasileiro.

Através de seus artigos publicados nos principais meios de comunicação brasileiros, vem se posicionando nas questões relativas a previdência brasileira, modelo de gestão, perdas de diretos e renúncias fiscais, com a mesma verve que defende a previdência pública e as experiências exitosas realizadas pelos governos vigentes, em uma lógica contundente de querer o melhor sem ser tendencioso.

A presente obra compõe mais uma bela coletânea de debates com o intuito de fazer o leitor pensar e refletir sobre direitos, deveres e rumos muitas vezes decididos sem a devida consulta a sociedade, razão final dessas decisões.

Nosso jornalista traz o leitor para o debate, transformando sua obra em uma escola de cidadania, afinal como ele diz A PREVIDÊNCIA É DE TODOS ■

Alexandre Barreto Lisboa
Presidente da ANASPS
Associação Nacional dos Servidores da Previdência e da Seguridade Social

Artigos 2015

O QUE ESPERAMOS PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL PÚBLICA EM 2015

Por Paulo César Régis de Souza (*)

O fortalecimento do nosso sistema previdenciário, alicerçado em suas bases contributivas, pelo regime de "repartição simples", do "pacto de gerações", dos diferentes regimes - Regime Geral de Previdência Social-RGPS, regimes próprios, das previdências complementares aberta e fechada, da modernização da gestão, de reformas que assegurem a sustentabilidade ao longo do tempo, da urgente necessidade de se atentar aos aspectos demográficos e de instrumentação gerencial com mais servidores concursados nas áreas fins, inclusive Perícia Médica.

Parece que estamos sonhando alto, mas quem avisa amigo é. Temos que olhar para o futuro, pois previdência é assunto de gerações. –E que fazem os países que tem sistemas previdenciários. O futuro não pertence só a Deus, mas aos homens e mulheres eu trabalham e contribuem e que aguardam, na velhice, quando já tem forças e capacidade produtiva, receber pelo70% do que ganham em atividade para o provimento de suas necessidades. As contribuições de hoje garantem o amanhã e não é justo que nossos filhos paguem pelos desajustes do presente. Sonhar não custa nada, mas fortalece em todos nós a esperança cortando as incertezas que marcaram 2014, especialmente após os quatro relatórios de auditorias do Tribunal de Contas da União, que expôs os desacertos de nossa Previdência.

Pena que nossas autoridades tenham feito vista grossa sobre os relatórios, omitindo-se quando não poderiam, pois se omitindo comprometem os sonhos de gerações que confiam na Previdência como a chave de sua segurança na última etapa da vida.

A omissão é um agravo pois gera muitas incertezas e intranquilidades entre segurados, contribuintes, beneficiários e servidores. Há implícito o fundado temor que tudo de ruim pode acontecer.

Há problemas graves do RGPS, nas contribuições dos rurais e nas contribuições subsidiadas de mais cinco categorias que não fraudam o princípio contributivo. Há problemas gravíssimos nos Regimes Próprios, da União, do DF, dos estados o dos municípios. Há problemas na Previdência dos fundos de pensão, especialmente nos estatais onde grassa corrupção. Há problemas na previdência privadas dos planos de seguros, uma verdadeira "caixa preta". Há muita sonegação, nada de fiscalização e dificuldades para se cobrar a dívida ativa de mais de 250 bilhões e a dívida administração, de valor desconhecido.

Devo reconhecer que a nossa Previdência correu 2014 , da mesma forma que correu 2013, no piloto automático, inercial, sem muitas turbulências, além das suportáveis, como a fila invisível no atendimento, a falta de servidores nas unidades de ponta, o contingenciamento de recursos para a implantação do Plano de Expansão e de novas plataformas tecnológicas, que se arrasta há seis anos, o crescimento imoderado da pensões por morte, dos auxílios doença e reclusão e do salário maternidade, a efetividade do monitoramento que se choca violentamente com a realidade já exposta pelo TCU., por falta de decisão e ação operacional, muitas vezes fora do alcance do Ministério e do INSS.

Se a Presidente Dilma quer passar para a História como estadista ela que promova imediatamente os ajustes na Previdência, começando pela estrutura do seu financiamento, que compromete seu equilíbrio e seu futuro. Depois, desate os nós no setor de benefícios e coloque

foco na gestão que precisa de um choque inadiável para que haja eficiência e tempestividade na concessão dos benefícios previdenciários e acidentários. Finalmente determine que o Ministério do Planejamento resolva as situações e pendências na área de recursos humanos em que há consenso entre o INSS, as entidades dos servidores e os próprios servidores.

Ignorar as correções só vai agravar as turbulências a que a Previdência Social poderá ser submetida.

Como afirmei 2013 foi um ano perdido. Come imaginei, 2014, também. Minha expectativa e, acredito, de todas as pessoas que conhecem Previdência, é que 2015 traga mudanças significativas. Não custa repetir que a esperança é a última que morre.

A Previdência Social pública é viável, sim, tenho afirmado e reafirmado com conhecimento de causa.

Por uma razão simples, suportou todos os saques, pilhagens, rapinagens em 92 anos de trajetória.

A sociedade brasileira tem no ideário de Eloy Chaves, que é a Previdência Social Pública que é forte instrumento de coesão e proteção social. Somos a maior seguradora da América Latina, temos 64 milhões de contribuintes, 28 milhões de beneficiários, mais de 60% do cobertura e inclusão, inclusive 80% dos idosos, com maios de 65 anos, estamos presentes em 74% dos municípios brasileiros; movimentos mais recursos do que o Fundo de Participação dos Municípios. Há 92 anos que não atraso de pagamento nos benefícios! ■

O Girassol, Palmas/TO-08/01/2015
Diário da Manhã, Goiânia/GO-10/01/2015
O Estado do Maranhão, São Luís/MA-10/01/2015
O Progresso, Dourados/MS-12/01/2014
Jornal do Tocantins, Tocantins/TO-17/01/2015

SÚPLICA AO PAPA FRANCISCO

Por Paulo César Regis de Souza (*)

Os servidores públicos federais passaram a pão e água durante o governo Lula que deu "aumento" de 1% (um por cento) para cumprir o dispositivo constitucional. Lula foi cruel com os servidores públicos.

A massa dos servidores estatutários e concursados foi excluída, enquanto outra massa (movimentos sociais, rs.rs.) Emergiu, bem paga, sem concurso, comissionados e apoderados nos aparelhos que foram instalados nas bordas do Estado, com verbas, diárias, passagens, hotéis, eventos, como torcidas organizadas dos clubes de futebol...

O Lula saiu, os estamentos do PT ficaram e Dilma deu aumento muito abaixo da inflação para não enfrentar greves, com 5% ao ano.

Com o governo entulhado de comissionados e terceirizados, muitos servidores migraram de um lado para outro nos concursos ou para as chamadas carreiras de Estado, com remuneração por subsídios, enquanto os melhores quadros se transferiram para a inciativa privada.

Passadas as eleições vencidas pela Presidenta Dilma/PT, após muitas promessas de melhoria salarial, valorização dos servidores, concursos públicos, blá, blá, blá…, nos deparamos com um aumento substancial conferido aos escalões superiores dos três poderes que, com seu efeito cascata, contemplarão a elite do grupo de decisão e espalha o terror na massa dos servidores com base na tese de que é necessário cortar gastos e fazer ajustes fiscais.

Desestabilizaram o país em 2014 e obrigam os servidores a pagar a conta.

Continuam com 40 ministérios, mais de 500 mil terceirizados, comissionados, consultores, aprendizes, estagiários, dezenas de órgãos desnecessários, que sustentam Brasília, os hotéis e as voadoras, jogam dinheiro para cima enchendo os bolsos e pedem sacrifícios ao povo, aos servidores inclusive! Rs, rs...

Aumentaram o teto de Ministro do Supremo Tribunal Federal-STF, para R$ 33 mil reais mensais, e vão junto os ministros dos demais tribunais superiores, os desembargadores dos tribunais regionais e dos tribunais estaduais, juízes federais e estaduais e até conselheiros de contas (!) Rs. Rs.

Aumentaram o teto Presidente da República e do seu Vice e juntos foram os Ministros de Estado, os Secretários Executivos, dirigentes de autarquias e fundações

Aumentaram também os salários dos Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Governadores, Secretários de Estado e de Munícipios, Prefeitos, Vereadores.

No Brasil essas Excelências representam 81 no Senado, 513 na Câmara, 27 Governadores, 1.059…Deputados Estaduais, 810 secretários estaduais (30x27) 5.700.Prefeitos,114 mil secretários municipais (5.700x20). 59.791.Vereadores.

Aumentaram o teto do Procurador Geral da República e por consequência dos procuradores regionais e dos membros do Ministério Público Federal.

Claro que as carreiras de Estado, que compõem os passageiros de 1ª. Classe da nomenclatura dirigente, não ficarão desprotegidos...

A pergunta que não quer calar é: como ficaremos nós, servidores comuns, de 2ª. Classe? Somos mais de 550 mil servidores ativos, concursados, e 950 mil aposentados e instituidores de pensão?

Há três anos que pagamos a conta. Enquanto os escalões superiores nadavam de braçadas fomos apenados com 5% ao ano, abaixo da inflação. Nos 13 anos de governo atual nossas perdas passam de 70% Nos usaram proclamando que havia uma Lei de Responsabilidade Fiscal, nos mantiveram dentro de limites rígidos, mas rasgaram a Lei dela retirando os gastos com os terceirizados, os contratados de órgãos multilaterais e ONGs, os estagiários, aprendizes e os ralos dos "Pac – men" (rs,rs)

E cadê o nosso aumento, o dos servidores públicos do Executivo da saúde, trabalho, agricultura, etc, em especial da Previdência que atendem a 60 milhões de segurados contribuintes e 31 milhões aposentados e pensionistas, que trabalham para atender e fazer funcionar o INSS que é a maior seguradora da América Latina e o maior distribuidor de renda do país?

Será que somos servidores públicos de segunda categoria? Que governo é esse que não respeita a constituição em seu artigo 1° onde todos somos iguais?

Qual a razão de tanta discriminação, humilhação e ódio contra os servidores, hoje,

milhares estão acuados, deveriam estar aposentados, recebem abono de permanência, e não se aposentam porque se o fizerem perderão 70% dos seus vencimentos?

Queremos respeito com quem trabalha, professores, garis, policiais, servidores.

Queremos respeito com nossos pais de família que no final do mês tem de pagar suas contas no supermercado, colégio, padaria, transporte, tudo isso com a inflação crescendo e corroendo seu salário já aviltado.

Como é início de ano vou encaminhar esse desabafo para o Papa Francisco, que conseguiu alguns milagres: Seu time de futebol, o San Lorenzo de Almagro, foi campeão argentino e da Libertadores. Além disso foi influente para o reatamento de relações entre Cuba e Estados Unidos.

Francisco, fala com a Dilma ■

Previdência Total, São Paulo/SP- 09/01/2015
Diário do Aço, Vale do Aço/MG-10/01/2015
Jornal de Brasília, Brasília/DF-12/01/2015
Diário da Manhã, Goiânia/GO-12/01/2015
Tribuna de Petrópolis, Rio de Janeiro/RJ-14/01/2015
Amazonas em Tempo, Manaus/AM-16/01/2015
O Girassol, Palmas/TO-16/01/2015
Gazeta do Sul, Porto Alegre/RS-17/01/2015
O Dia, Rio de Janeiro/RJ-19/01/2015
O Tempo, Minas Gerais/MG-20/01/2015
Cada Minuto, Maceió/AL -20/01/2015
O Progresso, Dourados/MS-26/01/2015

OS 92 ANOS DA PREVIDÊNCIA

Por Paulo César Régis de Souza (*)

No próximo dia 24 de janeiro a Previdência Social completará 92 anos, no marco da Lei Eloy Chaves, que abriu caminho para o funcionamento das caixas de aposentadorias e pensões de direito privado, constituídas no âmbito de categorias profissionais e por empresas. Não se tratava de previdência social pública, pois eram efetivamente privadas com contribuições de patrões e empregados, sem o dedo do Estado ou do Governo.

Como as pessoas se aposentavam antes de 1923?

Os servidores públicos (civis e militares) eram amparados pelo Estado desde 1808, quando Dom João VI instituiu as aposentadorias e pensões para os professores públicos do Reino do Brasil e Portugal. Os militares eram socorridos por seus Montepios, começando com a da Marinha. Muitas pensões de viúvas passaram a ser pagas diretamente pelo Tesouro, o que

resultaria na criação dos Encargos Previdenciários da União.

Os trabalhadores privados até então teriam que procurar seguradoras, montepios ou mútuas que foram surgindo, não com preocupações de aposentadorias e pensões, mas de seguros de vida, de acidentes de trabalho e auxilio funeral. O seguro de Acidentes de Trabalho, que indenizava o segurado ou a família proporcionalmente à gravidade das sequelas do acidente, foi instituído em 15 de janeiro de 1919 pelo Decreto Legislativo nº 3.724, sendo a 1ª Lei de Acidentes de Trabalho no Brasil e anterior, portanto, à Lei Eloy Chaves.

Algumas caixas vingaram e outras sucumbiram, mas estava implantada a semente da proteção social que se consolidou na cultura das relações de capital, trabalho e bem-estar social. Esses são os fundamentos do pacto de gerações que rege a Previdência Social, nascida sob a inspiração do Chanceler Otto Von Bismarck.

Fatos como a revolução de 30, o sopro das pressões sociais dos trabalhadores resultantes da Revolução Socialista na URSS e a Carta de Lavoro do Fascismo de Mussolini na Itália, ensejaram no Brasil, que na ocasião tinha uma população de apenas 37 milhões de habitantes, sendo 70% deles no meio rural, a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1930 pelo Presidente Vargas. Posteriormente, em 1933, foram criados os institutos de aposentadorias e pensões de categorias profissionais, IAPM (Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Marítimos) e IAPC (Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciários). Já em 1934 foi criado o IAPB (Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários) e em 1936 o IAPI (Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários), subordinando seus gestores ao Ministério e estabelecendo uma contribuição dos patrões e empregados com uma matriz atuarial que assegurava benefícios que correspondessem a 70% das contribuições. Dessa forma foram progressivamente abrangendo a doença, a invalidez, o acidente do trabalho e a reclusão.

Entretanto, a proteção social entre os IAP's era muito diferenciada. Havia instituto, como o IPAB, com nove tipos de benefícios. O IAPI tinha um plano básico de quatro benefícios, embora a alíquota de contribuição fosse maior do que a do IAPB, com diferenciação na quantidade e qualidade da proteção. Na década de 40, com os IAP's, havia dez vezes mais segurados do que no início da década de 30 com as caixas.

Assinale-se que houve um período de convivência entre as caixas e os IAP's, aquelas tentando sobreviver e se adequando ao novo sistema. Curioso que ambos cuidavam de Pensões (muito embora só admitisse a pensão por morte) e Aposentadoria, no singular, mesmo existindo três tipos de aposentadorias: por invalidez, ordinária (tempo de serviço) e por idade.

As caixas e os IAP's contribuíram para a formação de uma classe de servidores que se especializaram em Previdência, como: Alim Pedro, Helio Beltrão, Godofredo Carneiro Leão, Armando de Oliveira Assis, José Dias Correa Sobrinho, Paranhos Veloso e Celso Barroso Leite. Tais servidores eram atentos às questões atuarias e demográficas, com estudos técnicos de caráter doutrinários e alicerçados em bases sólidas e universais.

Curioso é que os gestores dos IAP's eram indicados pelo governo e recrutados nos partidos políticos.

Em 1960 o país ganhou a Lei Orgânica da Previdência Social, Lei nº 3.807/60, conhecida por LOPS, projeto de 1947 do então deputado Aluísio Alves, que atesta a diversidade das caixas e dos IAP's com normas próprias, tanto quanto à contribuição quanto aos benefícios, o que gerava distorções e privilégios de algumas categorias sobre outras. A Lei equalizou tudo e passaram a cumprir a mesma norma.

Em 1966 houve a unificação dos IAP's no Instituto Nacional da Previdência Social.

Uma das inovações foi a unificação do teto do valor das contribuições e dos benefícios, fixado em cinco salários mínimos.

Em 1978 foi criado pela Lei 6.439/77 o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), que tratava da concessão e manutenção dos benefícios e reabilitação profissional (INPS), da assistência médica e hospitalar (INAMPS), da gestão administrativa, financeira e patrimonial (IAPAS), da assistência social (LBA), da assistência ao menor (FUNABEM), da assistência farmacêutica (CEME) e do processamento de dados (DATAPREV).

Com a Constituição de 1988 os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais foram contemplados com 34 itens. Implantou-se o conceito de Seguridade Social com três segmentos: Previdência Social (benefícios e reabilitação profissional), Saúde (absorvendo o INAMPS) e Assistência Social, absorvendo os programas assistenciais regulamentados pela Lei Orgânica da Assistência Social.

Em 1991 foram editadas as Leis de Benefícios e de Custeio. As atividades do SINPAS foram enviadas aos Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social.

Uma das decisões na década de 90 foi a expansão da Previdência Complementar dos Fundos de Pensão (previdência fechada), criada pela Lei 6.437/77. No rastro vieram as leis dos Regimes Próprios e do plano de previdência (previdência aberta ■

O Girassol, Palmas/TO-26/01/201
Amazonas Em Tempo, Manaus/AM- 27/01/2015
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/RJ-27/01/2015
Diário do Aço, Vale do Aço/MG-30/01/2015
Jornal de Brasília, Brasília/DF-01/02/2015
Estado de Minas, Minas Gerais/MG-03/01/2015
O Progresso, Dourados/MS-09/02/2015
O Estado do Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS-13/02/2015

SÚPLICA À PRESIDENTA DILMA!

Por Paulo César Régis de Souza (*)

Recentemente escrevi um artigo, "Súplica ao Papa Francisco", e como fui atendido em parte, resolvi fazer uma nova súplica, agora à Presidenta Dilma.

Meu pedido atendido foi com a nomeação de um servidor da Casa, um especialista em Previdência, para administrar o Ministério mais importante da área social, o da Previdência Social.

Meu novo pedido à Presidenta Dilma é para que ela apoie e ajude o Ministro Carlos Eduardo Gabas, servidor de Carreira do INSS, que, como poucos, sabe o que é Previdência, onde estão e o que fazem os servidores e as agências, quais os problemas e as soluções.

A Presidenta Dilma tem 39 ministros e sei que deve dar atenção a todos. Peço ajuda

e apoio firme para que Gabas possa cumprir sua missão com uma instituição de 92 anos que nunca atrasou os pagamentos aos beneficiários, mas que tem tido amplos, conhecidos e temidos desvios de gestão e de financiamento. Somos uma instituição de previdenciários, mas não temos o viés corporativo de pactuar com erros e fraudes, mas com a qualidade, a tempestividade e a eficiência dos serviços do INSS.

Não estamos dizendo que os políticos são desonestos. Tivemos três políticos, nos últimos tempos, que foram bons gestores da Previdência, Marinho, Pimentel e Garibaldi. Nós servidores do INSS, temíamos que um leigo ou despreparado desembarcasse no Ministério e nos conduzisse a um grande impasse e agravasse a nossa crise no presente e do futuro. Os números da Previdência por sua grandeza e exigem cuidados e seriedade. Em 2014, teve uma arrecadação líquida de R$ 337,5 bilhões e pagou R$ 394,2 bilhões de benefícios do Regime Geral de Previdência Social-RGPS, (uma grandeza de R$ 731,7 bilhões! (É muito, cara Presidenta!) Carregando 60 milhões de contribuintes e 32,1 milhões de aposentados e pensionistas, 56 milhões de atendimentos no 136, 8,6 milhões de pedidos de benefícios em 2014.

A Previdência Social segue sendo a maior distribuidora de renda do país, em 68% dos 5.551 municípios brasileiros os repasses do INSS ultrapassaram a transferência do Fundo de Participação dos Municípios-FPM, em 2013, 64,0 milhões brasileiros com 16 a 59 anos estavam protegidos pela Previdência Social outros 26,0 milhões que receberam benefícios do INSS foram retirados da pobreza absoluta em que viviam e cuja taxa foi reduzida. Em 2013, em 13,2%, (era de 60,8% em 1992) sendo de 24,8% na Bahia e de 28,4% no Piauí.

Um gigante que compartilha a herança de seus 92 anos, pelos que mal-intencionados usaram-na para fins diversos dos que fundamentaram sua criação.

Gabas, já sabia disso, pois sua vida foi e é dedicada à Previdência e não teme os desafios e as responsabilidades.

Gabas tem pela frente a conclusão do projeto de construção e reforma de 720 agências nas localidades com mais de 20 mil habitantes. O Projeto de Expansão da Rede andou 60% em oito anos. Há obras em curso, outras paralisadas ou em projetos e o orçamento é escasso. Muitas as que foram inauguradas, estão sem servidores, técnicos, analistas, médicos peritos... O INSS tem um déficit de 11 mil servidores, cujos elevados riscos foram apontados pelo Tribunal de Contas da União-TCU, lida com a cobrança de uma dívida administrativa e judicial de mais de R$ 300 bilhões dos inadimplentes (caloteiros), mas não conta nem com uma estrutura de cobrança e fiscalização (Procuradores estão na AGU e Auditores na Receita).

Urge modernizar o Conselho de Recursos da Previdência Social-CRPS e as Juntas de Julgamento para dar mais agilidade aos processos, modernizar e utilizar melhor a Dataprev e toda a cultura tecnológica. É preciso separar o Urbano do Rural (uma herança de 1971) e acabar definitivamente com o "déficit" da Previdência, que chegou aos R$ 56,6 bilhões.

As questões estruturais com o problema da longevidade brasileira, hoje uma realidade, terão que entrar numa agenda de preocupações no financiamento do RGPS.

Gabas, que é um técnico de alto nível da Casa, sabe que precisará ser político para tratar com habilidade e clareza os ajustes, alguns já em andamento, através das MPS 664 e 665 que impactavam a despesa diária do INSS, sem contrapartidas e com injustiças e iniquidades. Da mesma forma, terá que agir com cautela e prudência para que a Previdência recobre o seu poder de formulação política, para que não persista com instrumento de política fiscal, como no caso das desonerações, e não continue distante da arrecadação, fiscalização, cobrança e recuperação de crédito de sua receita.

Fica minha sugestão para que se formem várias comissões de especialistas da Casa, das entidades previdenciárias, das universidades, do IBGE, do IPEA e da OISS para estudar uma nova Previdência para o século XXI.

A previdência social tem um dos melhores quadros de servidores com mais de70% de nível superior. Aprenderam previdência no INSS, pois não se aprende previdência em nenhuma faculdade. O aprendizado é no feito no dia a dia. Gabas é um deles, inteligente, político habilidoso, amigo pessoal de Lula e especialmente de Dilma. Línguas maldosas insinuaram que por ter dado uma carona de moto à Presidenta, fora nomeado para o MPS, o que é uma desfeita para ambos. Gabas já mostrara competência pois fora Ministro e duas vezes Secretário Executivo, vice-presidente da OISS e negociador dos acordos internacionais de previdência, além de Superintendente do INSS em São Paulo, com uma rede de 244 unidades de atendimento.

Com Gabas há a esperança de uma Previdência mais eficiente e renovada, ele que inovou com a criação da Sala de Situação, que monitora o INSS.

Então, Presidenta Dilma, ajude o Gabas ■

O Girassol, Palmas/TO-11/02/2015
O Imparcial, Presidente Prudente/SP-13/02/2015
Jornal da Cidade, Bauru/SP-14/02/2015
Diário do Aço, Vale do Aço/MG-14/02/2015
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/RJ-18/02/2015
Tribuna da Bahia, Salvador/BA-19/02/2015
Jornal de Brasília, Brasília/DF-21/02/2015
O Progresso, Dourados/MS-24/02/2015
O Paraná, Cascavel/PR-25/02/2015
Previdência Total, São Paulo/SP-25/02/2015
Diário da Manhã, Goiânia/GO-02/03/2015
Todo Dia, Americana/SP-20/03/2015
Jornal da Cidade, Aracajú/SE04/03/2015
Diário Popular, Pelotas/RS-28/03/2015

MATRIZ DO DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO

Por Paulo César Regis de Souza (*)

Recentemente o jornal Folha de S. Paulo publicou o editorial Sangria Previdenciária, chamando a atenção para alguns dos problemas da Previdência Social.

É sempre bom vermos a nossa mídia, de influência e de formação da opinião pública, opinando sobre Previdência Social, tema geralmente árido com informações divergentes que retratam opiniões nem sempre objeto de reflexões e de conhecimentos sobre Previdência.

Devo dizer que são poucas as pessoas que conhecem Previdência no nosso país, seja no Executivo, no Legislativo, no Judiciário, nas universidades, na mídia, nos sindicatos de patrões e empregados. Vou mais longe, mesmo no Ministério da Previdência e no INSS. Já tivemos no passado os pensadores da Previdência, os chamados "cardeais", uma geração que se foi. Temos ainda no MPS e no INSS especialistas que se somam a outros, especialmente do IPEA e da FGV e da Coordenadoria Legislativa da Câmara dos Deputados.

É recorrente a preocupação com o déficit do Regime Geral de Previdência Social-RGPS, estimado em R$ 40,0 bilhões (7,36% do PIB) para 2014 e em R$ 51,1 bilhões (7,52% do PIB) para 2015, e R$ 87.415 bilhões (7,89% do PIB) em 2020 .... Credita-se aos rurais o déficit. Em parte, é verdade, pois sua contribuição ´não chega 10% da despesa. Isto desde 1971, há 44 anos. O Funrural já surgiu deficitário. Por longo tempo foram financiados pelo urbanos e nos últimos 27 anos pela Seguridade Social.

A matriz do déficit é o resultado da arrecadação liquida menos o valor pago aos beneficiários do RGPS, neste caso, há déficit que soa como caos nas contas e sinalizada um futuro crítico para a Previdência, Mas as contas do INSS fecham no azul, graças as transferências do Tesouro, através da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido-CSLL e pela Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social-COFINS. Neste caso, o déficit some.

O x do problema está no financiamento do RGPS, cuja arrecadação bruta previdenciária que carrega uma sonegação aberta de 30% da receita, a não cobrança da dívida ativa de R$ 300 bilhões, as perdas de prazo nas inscrições na dívida, a não cobrança da dívida administrativa, a não fiscalização, a evasão, a elisão, as brechas legais, as renuncias, as desonerações, os refis sobre os refis (já são 10), a baixíssima recuperação de créditos administrativos e judiciais etc.

No caso do Regime Próprio da União, que não passa pela Previdência e tem a gestão no Planejamento, e que envolve a previdência de 532,8 mil aposentados e 402,1 mil instituidores de pensão civis e 145.6 mil aposentados e 148,6 mil instituidores de pensão militares, o Planejamento oferece amplos detalhes sobre as despesas de ativos e inativos, mas não um só dado, um só número, sobre a receita de contribuição.

Um viés distorcido é comparar a despesa dos 31 milhões de aposentados e pensionistas do RGPS com o dos 934 mil civis e 294 mil militares. A contribuição do RGPS tem um teto de 4,0 mil reais, A dos civis não tem teto e é paga sobre o que recebem. Quase 70% dos aposentados do pelo RGPS recebem um salário mínimo, e cerca de 45% dos servidores ganham até o teto do RGPS, 4 mil reais,

É preciso que o Planejamento abra a caixa preta da receita. 1) Em várias oportunidades o Tribunal de Contas da União-TCU denunciou que o governo não pagava sua parte e descontava e não recolhia a contribuição dos servidores. 2) Com o Regime Único, o governo absorveu cerca de 600 mil celetistas que contribuíam para o INSS e o governo não pagava sua parte e não recolhia o que foi descontado dos servidores, sem teto. Esta receita sumiu na buraqueira da contabilidade pública. 3) Há ainda a grave questão de que a União nunca pagou e não paga sua parte na previdência dos militares, (reforma) que não contribuem para sua reforma, mas tão somente com 6% para saúde. 4) os inativos civis contribuem ainda para a previdência, como se fosse possível conseguir um novo benefício, e que constitui uma fraude aos fundamentos universais da previdência -contribuição tem que ter contrapartida.

O TCU tem questionado estas falhas que acabam impactando a receita de contribuição (que não se conhece). Só se conhece a despesa que serve de vergonha para os servidores.

No caso dos Regimes Próprios dos Estados, do DF e dos municípios, o descontrole na

Previdência Social é altíssimo, preocupante e o futuro é sombrio. Com o desmanche da Lei de Responsabilidade Fiscal pode se acentuar.

São justas as preocupações da mídia sobre o inexorável envelhecimento da população. O mundo inteiro está preocupado com a questão. O bônus demográfico que no nosso caso nos é favorável, neste momento, tende a acabar com o aumento da população idosa e redução da população ativa e contributiva. Esta é uma oportunidade para fazermos as reformas que devem ser feitas.

Há dois séculos que se acentua a crença de que os aposentados devem receber 70% do que receberiam quando em atividade. O tema fatalmente entrará numa agenda de visão do amanhã.

Mas ninguém fala, no Brasil, dos "cinco novos funrurais" criados, nos últimos 12 anos, com benefícios subsidiados e incentivados, que explodirão lá na frente. Salario maternidade, auxilio reclusão. Agora falou-se nas pensões precoces e no auxilio doença, etc. A conta será paga pelos nossos filhos e netos, que tendem a cair num RGPS chinês, pois receberão um salário mínimo. Para isto não se precisa de Previdência.

Deve ser assinalado que não se paga previdência para receber um salário mínimo, o mesmo que recebem os 4 milhões de beneficiários da LOAS que nada pagaram.

A mídia prestaria um grande serviço ao país se prosseguir alertando para as ameaças que rondam a previdência por incúria, má gestão, incompetência e descompromisso com as gerações futuras ■

O Girassol, Palmas/TO- 03/03/2015
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/RJ- 05/03/2015
O Progresso, Dourados/MS- 10/04/2015
Gazeta do Povo, Curitiba/PR- 10/03/2015
A Tribuna, Santos/SP-11/03/2015
Correio Notícias, PR- 12/03/2015
O Paraná, Cascavel/PR- 25/03/2015
Jornal de Brasília, Brasília/DF-27/03/2015

EMPRESAS DEVEM R$ 300 BILHÕES AO INSS

Paulo César Régis de Souza (*)

Li que os fiscalistas se reuniram e criaram uma Comissão de Gestão do Gasto Público formada pelos ministérios do Planejamento, Fazenda, Casa Civil e Controladoria-Geral da União. Parabéns,

Vejo com simpatia a causa que contempla a ambiciosa louvável meta de economia de gastos de R$ 68 bilhões incluindo corte de passagens aéreas para as "manifestações espontâneas" do conglomerado de grupos difusos mantidos pelo governo. (Só a Presidência da República tem 20 mil cargos, uma loucura!), corte de diárias e hospedagem e também de emendas parlamentares que servem para subcontratar amigos, manicures, massagistas, personal, imprimir jornalecos "selfies"e financiar ONGs de parentes e benfeitores. Há 20 mil servidores não concursados

pendurados nos 39 ministérios e secretarias que já não cabem na Esplanada e caminham para ocupar as cidades satélites, via Lago Sul, Lago Norte e Lago Centro...

O discurso fiscalista anuncia que " o ajuste fiscal vai ser feito e deve chegar a 1,2% do PIB, algo como R$ 70 bilhões por ano. Dois terços disso virão com corte de despesas e o outro terço com novos tributos".

Uma pulga me incomoda quando se fala em novos tributos. Fiscalista que se preza adora altas cargas tributárias. Se pudesse ressuscitariam a CPMF, e criariam impostos sobre as grandes fortunas, heranças, latifúndios, multinacionais e profissionais liberais.

O manual do fiscalista (pj- pessoa jurídica ou pf-pessoa física) tem uma única fórmula que não falha nunca: tudo deve ser cobrado na fonte. Nada de imposto declaratório...

Mas diante de tão nobre esforço de "ajustes tributários", não de reforma tributária, cabe uma indagação de todos nós que somos meros contribuintes, seguidos pelo Nosso Irmão com câmaras instaladas nas ruas, praças, trens, ônibus, metrôs, bancos, condomínios, jardins, bares, restaurantes e pastelarias.

Gozado é que nenhuma das dessas câmaras flagrou os ladrões do Mensalão e do Petrolão.... Flagram trombadinha dando um rolé num turista empenado e não flagra os maganos que cruzam os paraísos fiscais como se estivessem em Madureira ou na Freguesia do Ò.

Daí porque faço minha pergunta: por que não se cria uma Comissão de Gestão da Receita Pública inclusive da Previdência Social?

A dívida ativa da União passa de 1 trilhão de reais e a da Previdência beira os R$ 300 bilhões.

Pelo andar das carruagens, carroças, coches, diligências, seges, tipoias, caleches, a dívida não será cobrada nos próximos 100 anos. Vai virar pó. Quem deve ao governo deve, não nega e não paga nunca.

A fina flor dos caloteiros há 12 anos, anualmente são beneficiados pelos Refis da vida, o maior programa de incentivo aos mesmos do mundo ocidental. Renegociam, pagam a primeira, não pagam mais nada. No outro ano, repetem a dose.

A sonegação e a evasão fiscal são monumentais e escandalosas.

Há quase 10 mil procuradores envolvidos na cobrança de ativos, devagar quase parando. A recuperação de crédito é desmoralizante. Não chega a 1% da dívida.

Se o Brasil fosse um banco, com 1% de recuperação de crédito, estaria falido.

O Estado brasileiro tem a obrigação e o dever moral de fazer como fazem o Serasa e o SPC e fiscalistas poderiam importar o modelo de cobrança dos bancos e das seguradoras.

Poderiam até terceirizar a cobrança.

Se fizessem, acredito, que deixariam de falar em novos impostos cobrados na fonte,

Mas sou suficientemente esclarecido para saber que ninguém quer saber nem de cobrar nem de dívida.

Há dois sistemas de cobrança no país sobre os quais pouco se conhece e nada se fala: um, 90% da receita previdenciária são arrecadados de forma inercial; dois, o Leão da Receita Federal que inventou a cobrança na fonte.

Se minha proposta vingar, tenho certeza que a Previdência Social terá dinheiro para honrar seus compromissos, acabando com o déficit, o fator previdenciário e melhorando o valor dos benefícios.

O Brasil precisa tomar conhecimento de que em novembro de 2014 dos 31.978,061

benefícios pagos, 21.413.964 foram iguais a um salário mínimo, quase 70%.

Previdência de salário mínimo só na China ou em Cuba...

Não é coisa para quem trabalha desde os 18 anos, encara ônibus, trens e metrôs lotados, transito entulhado, mora mal, não tem saúde, não tem segurança, come mal, dorme mal, acorda cedo e encara o trabalho como desafio de vida. Sonhar com uma aposentadoria para ter um final de vida tranquilo e deparar com a indignidade de um benefício de um salário mínimo é uma indecência e uma vergonha. Ninguém merece!

Estão matando as esperanças dos brasileiros. Pior, matam as formigas para favorecer os elefantes ■

O Girassol, Palmas/TO-24/03/2015
Diário Popular, Pelotas/RS-28/03/2015
Diário do Aço, Vale do Aço/MG-31/03/2015
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/ RJ-01/04/2015
O Progresso, Dourados/MS-10/04/2015
Jornal de Brasília, Brasília/DF-26/04/2015
O Rio Branco, Rio Branco/AC-21/07/2015

COMO A JABUTICABA ATRAPALHA O FUTURO DA PREVIDÊNCIA

Por Paulo César Regis de Souza (*)

Estamos perdendo a grande chance de aproveitar o chamado "bônus demográfico" (mais pessoas em idade para trabalhar, dos 20 aos 60 anos).

Na sociedade há três faixas de pessoas no ciclo de vida. Até 20 anos, estão as crianças e jovens, dependentes de seus pais e da sociedade. De 20 a 60, está a população economicamente ativa, que contribui e produz riqueza. Dos 60 em diante, estão os aposentados e pensionistas, usufruindo do benefício Inter geracional, base dos sistemas previdenciários, antigos e modernos.

Nem nos países desenvolvidos há um consenso sobre a questão da idade mínima para se aposentar. Contribuiu para isso a elevação da expectativa de vida, por força da queda da taxa de natalidade. Estas são crescentes em todos os países que melhoraram, por exemplo, a qualidade da água e colocaram em prática programas de vacinação. Outros fatores de melhoria de renda e qualidade de vida são complementares.

O dado objetivo brasileiro é que a expectativa de vida ao nascer atingiu, em 2014, 71,2 anos para os homens e 79,0 para as mulheres. Em 2060, esses valores serão de 77,8 anos para os homens e 84,0 para mulheres. Dizem os demógrafos que estamos passando por uma "transição demográfica que altera significativamente a estrutura etária da população".

No Brasil, foi difícil implantar a aposentadoria por tempo de contribuição, 35 anos-

homem e 30- mulheres. Inicialmente, seria para combater aposentadorias precoces. A resistência foi grande, pois a expectativa de vida era menor. Uma bobagem, pois o indivíduo que começa a trabalhar com 18 anos, aos 53, poderia se aposentar. Só que para inibir a hipótese, criou-se o fator o previdenciário para retardar e achatar o valor do benefício, o que leva o segurado há trabalhar mais tempo, 40/45 anos, na ilusão de que terá 70% do que recebia na ativa.

Na configuração da aposentadoria por tempo de contribuição, em substituição a aposentadoria por idade e por tempo de serviço, como ficou até pouco tempo, não foi considerada uma avaliação atuarial que trouxesse para o mercado a contribuição e o benefício definido. Em matéria de atuária, o Brasil já esteve melhor, mas voltou à idade da pedra. Achar um atuário na Previdência e nas assessorias do Senado e na Câmara é como ganhar na mega sena. As probabilidades são mínimas.

A aposentadoria por tempo de contribuição foi um arranjo brasileiro para conter o déficit, como é o fator previdenciário. Não é uma tendência universal, pelo contrário. O que vige na imensa maioria dos países é a aposentadoria por idade até os 70 anos.

O aumento do tempo de contribuição foi uma alternativa momentânea enquanto não se chega a uma definição com respeito à idade mínima, que contribuiria para o fim do fator previdenciário, que é mais que um artifício. Não é jabuticaba, invenção brasileira, tem o aspecto louvável de jogar com o aumento da expectativa de vida e o deplorável com a diminuição do benefício.

Justificar as vantagens do fator previdenciário por ter evitado despesa de R$ 100 bilhões no Regime Geral de Previdência Social-RGPS, desde sua instituição, em 1999, é reconhecer igualmente que os trabalhadores perderam R$ 100 bilhões, pois tiveram que trabalhar e receber menos. Justamente quando mais precisavam, pois quando se aposentam seus vencimentos caem e dispêndios com saúde aumentam.

As perdas de R$ 100 bilhões estão minando os fundamentos da Previdência. Hoje, 70% por cento dos beneficiários do RGPS recebem um salário mínimo. Ora, nenhum país pensa em pagar aos seus aposentados e pensionistas um salário-mínimo, que no Brasil é igualmente o valor do benefício assistencial pago a 4 milhões de pessoas, que não contribuíram para o RGPS.

Os modelos previdenciários, há mais de um século, se apoiam no princípio de que o segurado deve receber pelo menos 70% do que recebia quando em atividade.

É certo que temos uma distorção na renda média do trabalhador brasileiro, que ainda é baixa e não se beneficiou dos sucessivos arranjos fiscalistas de desenvolvimento econômico e social. Ou seja, nos diversos "booms" econômicos, quando o país teve altas taxas de crescimento do PIB, a transferência de renda não se traduziu para os trabalhadores na atividade e na inatividade. Pode até ter tirado uma vasta parcela da população da situação de extrema pobreza (ou da miséria absoluta), através de programas assistenciais.

Parece que está todo mundo contente com 90% dos aposentados do RGPS recebendo até dois salários mínimos! Uma previdência que tenha sido desenhada para alcançar este objetivo está fraudando o pacto de gerações. O mais grave: não há recursos à vista para melhorar os benefícios de aposentadorias dos 28 milhões de trabalhadores urbanos que contribuíram para o RPGS e os 65 milhões de atuais contribuintes que não têm perspectivas, nem futuro.

O sistema político dominante (Executivo, Legislativo e Judiciário) teima em nivelar por baixo o valor dos benefícios para contemplar justamente os que não contribuíram. Chamavam de universalização previdenciária e hoje de inclusão previdenciária.

Correndo na frente em propostas inovadoras, ousamos sugerir que o RGPS tenha uma

idade mínima, com o cálculo do benefício a ser definido, considerando a expectativa de vida, a contribuição e a matriz atuarial ■

O Girassol, Palmas/TO-11/05/2015
Diário do Aço, Vale do Aço/MG-11/05/2015
Estado do Maranhão, São Luis/ MA-12/05/2015
Diário Popular, Pelotas/RS-13/05/2015
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/ RJ-13/05/2015
Jornal do Tocantins, Tocantins/ TO- 13/05/2015
O Estado do Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS-14/05/2015
O Paraná, Cascavel/ PR-15/05/2015
O Progresso, Dourados/MS-15/05/2015
O Atlântico, Itapema/SC-15/05/2015
Todo Dia, Americana/SP-01/06/2015

O PAPEL DO CONSELHO DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL JAMAIS EXPLICADO

Por Paulo César Régis de Souza (*)

Há na Previdência Social, uma notável instituição desconhecida, solitária, que trabalha na surdina, administrando os interesses e os conflitos. A Previdência Social tem dois grandes públicos: os segurados contribuintes e os segurados beneficiários de pensões, aposentadorias, e de prestação única, como os auxílios. Um dos públicos nos foi retirado, na marra e à revelia, os contribuintes, em má hora encaminhados, em 2007, à Receita Federal, por razões burocráticas e corporativas. Um especialista em governança pública e administrativa diria que foi um ato atrabiliário e inconsistente de gestão pois gerou graves consequências para o Regime Geral de Previdência Social, na dilapidação de sua receita administrativa e ativa.

A instituição hoje está voltada para o público dos beneficiários da Previdência Social, com uma estrutura de Juntas de Recursos nas grandes cidades e quatro câmaras de apelações em Brasília. Trata-se do Conselho de Recursos da Previdência Social criado pelo Decreto nº 1.237, de 02/05/39 que organizou a Justiça do Trabalho e estabeleceu que os conflitos nas relações entre empregadores e empregados, regulados na legislação social, seriam dirimidos pela Justiça do Trabalho, que dispunha de Juntas de Conciliação e Julgamento, oito conselhos regionais do Trabalho, o Conselho Nacional do Trabalho que dispunha de um Departamento de Previdência Social

Até a incorporação da Receita Previdenciária pela Receita Federal, em 2007, o Conselho tinha duas câmaras para julgamento de recursos contributivos, que foram transferidas para o Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda.

Em 1946, pelo decreto-lei nº 8. 738, de 19/01/46, foi criado o Conselho Superior de Previdência Social. No mesmo ano, Departamento de Previdência Social do Conselho Nacional

do Trabalho foi transformado em Departamento Nacional de Previdência Social com atribuições de orientar e fiscalizar a administração da previdência social, através de Institutos e caixas de aposentadorias e Pensões;

Em 1960, pela Lei nº 3.807 de 20/08/60, a chamada Lei Orgânica da Previdência Social-LOPS, foi mantido o Conselho Superior de Previdência Social, órgão de orientação, controle jurisdicional e recursal. A Previdência Social contava com cinco institutos e 29 caixas de aposentadorias e pensões, de âmbito territorial.

Em 1966, pelo decreto lei nº 71, de 21.11/66, que unificou os institutos e criou o Instituto Nacional de Previdência Social, foram criados o Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS) e as Juntas de Recursos da Previdência Social (JRPS), como órgão da estrutura do Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

Em 1974, pela lei 6.062, de 25/06/74, que criou o Ministério da Previdência e Assistência Social, foi mantido o CRPS, como órgão integrante de sua estrutura.

Atua por competência no controle jurisdicional das decisões do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em grau de recurso, nos processos de interesse dos beneficiários e das empresas, nos casos previstos na legislação. Funciona como um tribunal administrativo e tem por função básica mediar os litígios entre segurados e o INSS, conforme dispuser a legislação, e a Previdência Social.

O grande nome do CRPS com notável contribuição na sua estruturação e funcionamento foi sem dúvida Armando de Oliveira Assis, formado em Direito pela Universidade do Brasil, e que atuou na área do Direito Social. Foi concursado do IAPI, em 1937, exercendo outras funções relevantes no Instituto, nos ministérios do Trabalho e Previdência. De setembro de 1966 a janeiro de 1969, foi presidente do Conselho Superior de Recursos de Previdência Social, tendo sido reinvestido de agosto de 1973 até julho de 1985.

Em 1993, o CRPS foi transferido do Rio de Janeiro para Brasília

Portaria Ministerial nº 88, de 22 de janeiro de 2004 aprovou Seu Regimento Interno atual.

O CRPS conta com 29 Juntas de Recursos, instaladas em todos os estados da Federação e no Distrito Federal que julgam, em 1ª instância, recursos de interesse de segurados e beneficiários do INSS

CRPS tem quatro Câmaras de Julgamento instaladas em Brasília.

O Conselho Pleno é composto pelos Conselheiros Titulares das Câmaras de Julgamento e é Presidido pelo Presidente do CRPS.

Ao Conselho Pleno compete uniformizar a jurisprudência administrativa e dirimir as divergências de entendimento das Unidades Julgadoras.

Quando o segurado tiver seu pedido de benefício indeferido pelo INSS e quiser recorrer da decisão, deverá interpor o seu recurso na unidade onde deu a entrada em seu requerimento de benefício, que o encaminhará à Junta de Recursos competente para a análise e decisão.

Os segurados e beneficiários podem recorrer da decisão das Juntas. Nesse caso o recurso será encaminhado às Câmaras de Julgamento:

O prazo para interposição de recursos e para o oferecimento de contra-razões, contados da ciência da decisão e da interposição é de trinta dias, respectivamente.

Os recursos tempestivos interpostos contra as decisões das Juntas tem efeito suspensivo e devolutivo

Dados consolidados mostram que as juntas, nos estados:

Em 2011 receberam 378;277 recursos e julgaram 275.073
Em 2012, receberam 355.856 recursos e julgaram 258.758 (*)
Em 2013 receberam 224.991 recursos e julgaram 185. 512
(*). Julgaram mais por que eram recursos em diligencia em anos anteriores.
Já as câmaras, em Brasília
Em 2011, receberam 48.880 processos e julgaram 34.475
Em 2012, receberam 52,217 processos e julgaram 38.479
Em 2013, receberam 44.997 processos e julgaram 29.996

Não diria que o Conselho está no melhor dos mundos. Precisa de ajustes e modernização, e movimentação dos recursos, não só em relação às juntas como em relação às câmaras. Não custa assinalar que Juntas e Conselhos são compostos, na sua maioria, por servidores do INSS, que são comissionados e que, como são especialistas de nível em questões previdenciárias, fazem falta ao próprio INSS. Mas o Conselho e as Juntas têm representantes de empregadores e empregados, o que assegura solidariedade nas decisões ■

O Progresso, Dourados/MS-15/04/2015
O Girassol, Palmas/TO-15/04/2015
Folha do Tocantins, Tocantins-15/04/2015
Diário do Aço, Vale do Aço/ MG- 18/04/2015
Jornal de Brasília, Brasília/DF-27/05/2015

QUEM ESTÁ DESTRUINDO A GEAP? NÃO É O TCU NEM O SUPREMO.

Por Paulo César Regis de Souza (*)

A decisão do Tribunal de Contas da União-TCU sustando o convênio padrão, engenhoca pela segunda vez inventada pelo Ministério do Planejamento, para supostamente tirar a GEAP Autogestão em Saúde do buraco em que foi metida pelos petistas, mostra apenas o desprezo dos companheiros pelas instituições republicanas. O TCU já condenara a tentativa anterior, como fizera o Supremo Tribunal Federal, mas o consórcio de gestores e juristas mal formados mas bem remunerados decidiu, no Planejamento, ignorar o TCU e o Supremo e impor um "quinto plano" salvador da GEAP Autogestão em Saúde.

No Brasil, nada ocorre por acaso. As bruxas se soltaram. Sucessivas, aparelhadas e temerárias más gestões na GEAP fizeram com que mais de 200 mil vidas largassem a empresa à deriva, migrando para outros planos. A rede despencou, encolheu, houve atrasos de pagamentos, malversação de recursos, descredenciamentos

Não consigo entender como a GEAP, com inadimplência ZERO, e cobrando 10% de participação do usuário nas despesas médicas e odontológicas, pode dar errado! Há anos que tudo dá errado. Recebe uma bolada todo mês de servidores que não sabem como são aplicados os recursos. Não tem um hospital próprio, uma emergência, um ambulatório, um laboratório de

análise, um tomógrafo, uma ressonância, uma ambulância, uma UTI móvel. Usa, muitas vezes, a mesma rede de serviços dos planos privados e dá vexame. As empresas concorrentes têm tudo, além de inadimplência, portabilidade para quem está insatisfeito, denúncias aos montes na ANS, custos apreciáveis de captação, intermediação e manutenção. Mesmo assim dão lucros. A coisa mais difícil de se ver é um Plano de Saúde falir.

Tal não acontece com a GEAP que vira e mexe e se abre um rombo e os servidores, participantes e beneficiários, são obrigados a cobrir. Não somos contra nem trabalhamos contra a GEAP. Até apoiamos a última tentativa do governo de salva-la. Como obrigação moral nossa de preservar o que nos pertence e não ao governo. Na base da boa-fé e demos um voto de confiança na esperança de que o sol voltaria a brilhar...

A GEAP pertence aos que a criaram, inicialmente os servidores da Previdência Social, no tempo em que abrigava Previdência, Saúde e Assistência Social. A nossa Patronal foi instituição pioneira pela eficiência no atendimento e modelar pelo compromisso com seus beneficiários. Todo o mercado queria trabalhar para a Patronal. Os maus gestores passavam longe da Patronal.

Quando abriu as portas para atender os servidores dos Ministérios trocou o nome de Patronal para GEAP, a coisa desandou. Os maus gestores lá desembarcaram para fingir que trabalhavam e alguns saíram pelas portas dos fundos com os bolsos cheios. Lentamente, a agonia da GEAP foi desesperando os servidores que contribuem como se a GEAP fosse Amil, Unimed, Golden Gross, Bradesco, Sul América etc e além disso pagam participação pelo uso dos serviços, o que não acontece nos planos privados.

A ANASPS sempre condenou a prática da participação e clama que o governo aumente o seu per capita para financiar a saúde do servidor. Pois é missão do Estado oferecer saúde de qualidade aos seus servidores.

O governo finge que contribui para o financiamento do programa de saúde do servidor mediante o per capita, ridículo, que não corresponde a 10% da despesa e se julga no direito de administrar a GEAP, com consórcio de gestores e juristas intolerantes, incompetentes, arrogantes.

A solução encontrada pelos gênios de plantão foi decretar uma intervenção branca na GEAP, impor uma diretoria escolhida a dedo com base em folha corrida em aparelhos (não por méritos e currículos) e colocar na GEAP brancos, negros, cafuzos, caboclos, índios, mamelucos, a fina flor da burocracia de Pindorama, argumentando que reciclando o elenco poderia dar vida longa e salvar a GEAP. Só que não combinaram como os russos. O ideário contido no Convênio 1/2013, firmado entre o Planejamento e GEAP, poderia até ser bom e tem lógica, mas o objetivo da escumalha era outro, como ocorreu em tudo em que se meteram esquartejando a gestão pública e distribuindo seus pedaços como troféus de uma aventura que parece não ter fim.

Ignorar, por má fé, arrogância e atrevimento, decisões do TCU e do Supremo, como fizeram a Caixa, o Banco do Brasil, o BNDES e a Petrobras, useiros e vezeiros no desrespeito ao TCU – sendo que muitos gênios do governo já questionaram - a existência do próprio TCU – tem um preço. Basta ver o que se passa nas ruas chuvosas ou soleadas.

Nós da ANASPS lamentamos que mais de 50% das vidas da família previdenciária, com mais de 75.778 servidores ativos, aposentados e instituidores de pensão do INSS estejam fora da GEAP, migraram para outros planos para que suas famílias tivessem vida, saúde e paz. Muitos desistiram da GEAP porque não tiveram condições de pagar a conta e estão em desgraça ou no "circo dos horrores do SUS", a arca da mais sórdida corrupção contra vidas e pessoas pobres e humildes, cooptadas pelo assistencialismo e pelo paternalismo.

A GEAP não está presente em 10% dos municípios brasileiros. Sua rede mal cobre as

capitais dos estados. Enquanto a Previdência está presente em 1.500 municípios e chegará aos municípios com mais de 20 mil habitantes.

Impõe-se uma limpeza ética e um choque de gestão profissionalizada na GEAP para que possa ter sobrevida, mantidos os limites impostos pelo TCU. Não será fácil. O risco e o temerário andam abraçados na GEAP. Estão acabando com as estruturas da instituição, levando insegurança a 600 mil vidas. A União terá que assumir seu papel no financiamento da saúde do servidor. De uma forma ou de outra. Vamos reconstruir o que sobrar da GEAP, com regras claras, definidas pelo estado de Direito, nos limites da responsabilidade e do compromisso do Estado com seus servidores. Se não puder manter a GEAP, que se aumente o per capita do servidor e lhe dê liberdade de escolher um plano de saúde, de acordo com suas possibilidades. Ajustes deverão ser feitos por quem está voltado para o futuro das estruturas republicanas.

Renovamos afirmação feita em artigos anteriores: a GEAP está ferida de morte. Temos antes de tudo o dever de querermos o melhor para nós e para nossas famílias ■

Diário do Aço, Vale do Aço/MG- 23/04/2015
Diário Popular, Pelotas/RS- 24/04/2015
O Girassol, Palmas/TO- 24/04/2015
Amazonas em Tempo, Manaus/AM- 24/04/2015
O Progresso, Dourados/MS- 24/04/2015
Jornal da Cidade, Aracaju/SE- 25/04/2015
O Estado do Maranhão, São Luiz/MA- 27/04/2015
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/RJ-28/04/2015
Diário da Manhã, Goiânia/GO-29/04/2015
Previdência Total, São Paulo/SP-29/04/2015
Jornal de Brasília, Brasília/DF-17/05/2015

OS BODES EXPIATÓRIOS

Paulo César Regis de Souza (*)

O inferno astral dos servidores públicos começou com o Presidente Sarney, que foi nocivo aos servidores. Nos legou a vilania do vencimento básico, que é uma das causas do eterno sofrimento dos servidores. É tão baixo que inventaram dezenas de gratificações fajutas de produtividade para minimizar as perdas dos servidores. Isto depois de inventar o plano cruzado, calote no FMI, inflação de três dígitos, etc.

Depois veio Fernando Collor de Mello, o caçador de "marajás", que enganou os milhões de brasileiros quando afirmava, em campanha, que o problema do Brasil estava nos servidores públicos. Extinguiu ministérios, congelou a poupança, fundiu órgãos públicos, pôs milhares de servidores em disponibilidade e vendeu os apartamentos funcionais.

Foi eleito por um partido político sem a menor expressão e com sua camarilha, a "República das Alagoas" se apossou do país tentando transformar o Brasil em sua fazenda,

transformando-nos em seus escravos. Seu capataz, PC Farias, roubou e depois foi morto, sem se provar até hoje quem o matou. Mas ladrão que mata ladrão tem cem anos de perdão! Perseguiu servidores, mas era ele na verdade o marajá. Mandou e desmandou na Casa da Dinda, Alvorada e no Planalto, com arrogância e despudor. Ganhou uma Fiat Elba de presente e foi expulso do Palácio do Planalto.

Itamar Franco entrou mudo e saiu calado, mas foi salvo pelo Plano Real. Anistiou os demitidos de Collor, que desde então voltaram, mas com elevadas perdas. O governo ainda os trata como inimigos.

Fernando Henrique Cardoso, se elegeu com a bandeira da moralidade. Em seu primeiro discurso mandou rasgar tudo que tinha escrito como sociólogo. Criou o Estado Mínimo para acabar com os servidores federais. Chamou os aposentados de vagabundos, perseguiu servidores, teve seu nome ligado a diversas maracutaias nas privatizações das teles, mas nada foi provado; hoje dá palestras defendendo a liberação da maconha.

Luiz Inácio Lula da Silva, sindicalista, em seus discursos para salvar a pátria dos malfeitores bradava: "fora FMI", fora, FHC", "não às privatizações". Prometia instituir o Fome Zero, criar dez milhões de empregos, implantar salário mínimo compatível com 1º mundo e respeito aos servidores públicos.

Após oito anos de governo o que vimos foi o aumento da população mais pobre sem emprego e totalmente dependente das migalhas do bolsa família. Sua caterva, a "República do ABC" implantou o mensalão, para receber propinas. Os mensaleiros acabaram presos por um brasileiro honesto, negro, vindo de família humilde, mas com bom caráter e vida elibada, que não se intimidou e colocou todos atrás das grades.

O Brasil rasgou dinheiro com venezuelano, cubano, africano.

Os bancos tiveram os maiores lucros da história.

Lula desrespeitou os servidores públicos que acumularam perdas salariais de 60%, acabou com direitos constitucionais e conquistas sociais com a 2ª reforma da Previdência pública, achatou os benefícios dos aposentados que recebem acima do mínimo. Criou duas dúzias de Ministérios e Secretarias e contratou milhares de terceirizados no lugar de concursados, deu um por cento de aumento no salário dos servidores (humilhação), desrespeitando a Constituição. Elegeu para substitui-lo um poste, palavras dele.

Dilma Rousseff foi eleita com apoio do PMDB, partido que desde Sarney só se locupleta. Prometeu tudo que os outros tinham prometido e pior nós acreditamos e tivemos quatro anos de penúria em todas as áreas. Durante o período eleitoral o criador do poste alardeava os bons momentos do Brasil na economia mundial, clamava que o Brasil era um exemplo para mundo, era a 8ª economia. Com o PIB nas alturas, inflação controlada, etc, etc, etc.

Após as eleições, um 'tsunami" desabou sobre todos nós, com aumentos dos combustíveis, luz, água, telefone, educação, alimentação. Segurança e saúde não existiam.

A Presidente, já no 2º mandato, ficou atordoada. Faltava encontrar o culpado.

De repente, colocaram "o bode na sala", como nos outros governos. O bode seria os servidores públicos, que quebraram o Brasil...

Por isso não haverá concurso público, nos hospitais faltará tudo , remédios e até médicos (apesar de 11 mil cubanos), na segurança munição, presídios, policiais, nas escolas professores, merenda e livros, na Previdência técnicos, médicos peritos, procuradores, auditores fiscais, haverá

benefícios represados, fim da concessão em 30 minutos, atraso no pagamento dos benefícios após 92 anos com pagamento em dia a 32 milhões de segurados, inadimplência no repasse às prefeituras onde 70% sobrevivem graças as transferências do INSS.

Lendo, ouvindo e vendo jornais, rádios e tevês concluo que o governo achou a solução para o mensalão, petrolão, Receita Federal, Correios, Fundos de Pensão, Petrobrás, etc;

Após analisar todos esses roubos, assaltos, falcatruas, a grande solução é não dar aumento aos servidores públicos em 2016.

Dizem as más línguas que o PT cometeu todos os pecados dos dez mandamentos: não roubarás, não matarás etc Então Deus reduziu de dez para dois: amar a Deus acima de todas as coisas e amar ao próximo como a ti mesmo. Deus está preocupado, que o PT, acabe com os dois e crie: AME O PT PRIMEIRO, DEPOIS DEUS!!! ■

O Girassol, Palmas/TO- 18/05/2015
Jornal da Cidade, Aracajú/SE-19/05/2015
Diário do Aço, Vale do Aço/MG-20/05/2015
Novo Jornal, Natal/RN-20/05/2015
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/RJ-20/05/2015
O Progresso, Dourados/MS-20/05/2015
Josepha Britto Informa, Brasília/DF-20/05/2015
Amazonas em Tempo, Manaus/AM-22/05/2015
Gazeta do Sul, Porto Alegre/RS-28/05/2015
O Paraná, Cascavel/PR-29/05/2015
Previdência Total, São Paulo/SP-08/06/2015

OS FUNDOS DE PENSÃO PREOCUPAM

Por Paulo Cesar Regis de Souza (*)

A crise dos fundos de pensão, da Previdência Complementar, data de 1974 quando foi criada a Secretaria de Previdência Complementar no então Ministério da Previdência e Assistência Social. Certamente, a crise nascera antes da Secretaria dos fundos ou com os fundos.

Motivo: o dedo humano nas operações paralelas, conluio entre servidores e gestores externos corruptos.

Fracassaram desde então todas as tratativas para melhorar a governança dos fundos de pensão. Entra ano e sai ano, entram e saem dirigentes na Previdência Complementar, porém a má governança, a transparência aparente e subjetiva e os rombos colossais, tudo continua no país do faz de conta.

Dizia –se que a porta da ilicitude patifaria estava nas mesas de aplicações de investimentos dos fundos. A solução foi acabar com as mesas e se terceirizar a gestão das carteiras, através de bancos, que acabariam os rombos. Não acabaram.

Houve outra época em que a expertise das grandes corporações de auditoria e controle independentes, auditando as contas e balanços com rigor, independência e transparência, acabaria com os rombos. Não acabaram.

Desde 1974 que os partidos políticos chegam junto aos fundos de pensão, com objetivos nada republicanos, disputam a tapa especialmente as diretorias operacionais, onde praticam as fraudes.

Os riscos se potencializam com os políticos que são induzidos a práticas desonestas sendo os mais comuns investimentos pesados em empreendimentos fajutos, de baixa qualidade, nenhuma rentabilidade e alto risco. As controladorias internas e as auditorias externas não captam a roubalheira infernal. A PREVIC não tem fiscais nem fiscalização! Os rapinídeos não deixam rastros e pegadas e quando deixam a culpa se dilui, e dependendo da roubalheira, só resta a alternativa dos participantes dos fundos pagar a conta.

Em tese, investimentos dos fundos estão em títulos públicos, fundos, empréstimos e financiamentos, créditos privados e depósitos, derivativos, depósitos judiciais, ações, investimentos imobiliários e outros realizáveis. As regras são do Banco Central. Mas os dirigentes dos fundos encontram alternativas.

Dos 317 fundos, cerca de 211 são privados; 45 estaduais. 38 federais. 2 municipais e 20 de instituidores.

Os ativos dos fundos passam dos R$ 712,1 bilhões, sendo R$ 458,6 bilhões nos públicos e R$ 251,1 bilhões nos privados. Os recursos garantidores chegam a R$ 675,3 bilhões e os investimentos a R$ 679.4 bilhões.

Nos últimos tempos, na boca do furacão estão os fundos dos Correios, da Caixa e da Petrobrás, como já estiveram os da Refer e do Banco do Brasil.

Na outra ponta do mercado de previdência complementar, estão os planos privados de previdência que em out. de 2014 apresentavam receita anual de R$ 64,1 bilhões, variação de 10,35% , carteira de investimentos de R$424, 3 bilhões, variação de 16,.27%,, provisões de R$ 415,9 bilhões, variação de 16,94%.

Tais planos são supostamente fiscalizados pela SUSEP que também não tem fiscais!

O relevante é que os planos, onde atuam Banco do Brasil, Caixa, Bradesco, Itaú, Zurich Santander, HSBC, Icatu, Sul América, entre outros, não frequentam as páginas policiais. Pelo menos não se tem notícia de desmandos e malfeitos entre as instituições, o que traz evidentemente segurança aos investidores. As regras de investimentos e provisões são praticamente as mesmas dos fundos. O mercado é auto regulamentado, o que atenua a falta de fiscalização da SUSEP, com gestão profissionalizada. Políticos não indicam diretores e passam longe.

Se somarmos os ativos dos dois grupos que atuaram na previdência complementar teríamos mais de R$1 trilhão, o que é uma grande poupança.

Neste universo, destaque-se que os regimes próprios de estados e municípios tendem a engrossar a poupança da previdência complementar. Só que estão eivados de suspeitas de todos os tipos, o que constitui uma séria ameaça a sua sustentabilidade. Estados e Prefeituras não levam a sério a previdência do servidor e há muitas trapalhadas em seu submundo!

Vejam que temos um pecúlio formado por contribuições de servidores previdenciários há mais de 50 anos. Os ativos já chegam a R$ 2 bilhões aplicados na Geap Previdência. O certo é que o servidor que se aposentasse levantasse seu pecúlio, o que não acontece. A Geap Previdência foi três vezes saqueada nos últimos 10 anos. Foram perdas superiores a 50 milhões,

com aplicações em tamborete, bancos pequenos. Anunciam que há estudos em processo para transferir este patrimônio para engordar a magra FUNPRESP, o fundo dos servidores federais que não decola. Independente da legalidade jurídica, temos que admitir que as diferentes gestões de fundo merecem ser consideradas.

Em tese, milhões de brasileiros buscam um futuro que a Previdência social púbica já não oferece pois está se transformando em previdência chinesa de aposentadoria de 1 salário mínimo ou de 0,99% do salário mínimo. 80% dos benefícios do INSS são de um salário mínimo, compreendendo 100% dos rurais e 70% dos urbanos... ■

Tribuna da Bahia, Salvador/BA-28/05/2015
Diário do Aço, Vale do Aço/MG-28/05/2015
Diário Popular, Pelotas/RS-01/06/2015
O Progresso, Dourados/MS-01/06/2015
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/RJ-03/06/2015
O Girassol, Palmas/TO-03/06/2015
Amazonas em Tempo, Manaus/AM-04/06/2015
Jornal de Brasília, Brasília/DF-19/06/2015
Previdência Total, São Paulo/SP-03/07/2015
Todo Dia, Americana/SP-03/07/2015

PORQUE SOMOS CONTRA O FATOR PREVIDENCIÁRIO

Paulo César Reis de Souza (*)

Acredito que tenha escrito pelo menos 10 artigos contra o fator previdenciário, instituído em 1999 para salvar a o Regime Geral de Previdência Social-RGPS. Hasteamos nossa bandeira antes do Senador Paulo Paim que, conosco, vem lutando contra, enfrentando a oposição do Executivo, a omissão dos sindicatos, federações, confederações e centrais de trabalhadores, a arrogância do Legislativo e a ignorância do Judiciário.

O mercado sempre foi a favor, exultando com as renuncias, desonerações e refis, saqueando a Previdência. O Executivo sempre quis e conseguiu considerar a Previdência Social como instrumento de política fiscal. A horda de especialistas terceirizados, pegando o gancho da relação déficit da previdência/PIB elegeu a previdência como ameaça ao equilíbrio fiscal e ao crescimento do déficit público.

Nada disso nos atemorizou, nem mesmo quando se apossaram da dívida ativa do INSS e jogaram no arquivo morto da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e quando surrupiaram a receita da previdência social e jogaram no saco da Receita Federal.

Por que somos contra o fator. Eis nossas razões:

1) O fator foi inventado e proposto pelo Fundo Monetário Internacional-FMI, no tempo em que o Brasil era dependente do FMI

2) O FMI também propôs o fim do FGTS, a redução em 50% do valor do benefício assistencial e a fusão da Caixa com o Banco do Brasil.

3) A proposta visava reduzir o déficit da Previdência que fora de R$ 9,4 bilhões em 1999, caiu para R$ 7,9 bilhões em 2010 e no 2º reinado de FHC bateu os R$ 37,8 bilhões. (Preços nominais)

4) Não reduziu o déficit que nos dois reinados de Lula e no 1º de Dilma chegou a R$ 435 bilhões. (Preços nominais)

5) Não custa lembrar que o déficit foi coberto pela receita da Seguridade Social, que transferiu R$ 25,6 bilhões no 2º reinado de FHC e R$ 832,5 bilhões nos dois reinados de Lula e no 1º de Dilma, preços nominais

6) O fator serviu tão somente para retardar a concessão e achatar o valor dos benefícios, criando insegurança, incerteza e empobrecendo os aposentados.

7) O Ministério da Previdência Social informa que as duas maldades contra os 48.455.018 segurados do INSS que se aposentaram entre 2003 e 2013 (muitos dos quais já morreram) proporcionou uma economia de R$ 100,0 bilhões ao INSS.

8) A ANASPS rejeita a economia, na verdade, que deveria ser reconhecida pelo governo federal (que deveria pedir desculpas a atual geração de brasileiros) como perdas de R$ 100,0 bilhões dos segurados do INSS.

9) A ANASPS sempre defendeu a substituição do fator pela fixação da idade mínima. O Brasil é um dos três países que não tem idade mínima para o Regime Geral de Previdência Social-RGPS muito embora tenha para os Regimes Próprios. (Exclusive para os militares da União e dos Estados).

10) A ANASPS aceita a proposta da Fórmula 85/95 como alternativa, pois o importante é acabar com o fator, que ameaça o futuro de 60 milhões de segurados contribuintes do RGPS.

11) Cerca de 80% dos benefícios pagos pelo INSS, inclusive os 28 milhões do RGPS e os 4 milhões da LOAS), são de um salário mínimo.

12) O valor médio do benefício urbano do RGPS na manutenção que era de R$ 274,09 em jan 2000 passou a R$ 927,75 em dez 2014. Na concessão, em jan de 2000, era de R$ 383,48 em chegou a 1.072,86 em dez de 2014. O salário mínimo em 2000 era de R$ 136,00 e em 2014 R$ 724,00

13) A manutenção do fator previdenciário degrada o RGPS e está abrindo caminho para que se institua o benefício mínimo de um salário mínimo, inaugurando a previdência chinesa.

14) O Congresso (Senado e Câmara) já aprovou a extinção do fator uma vez, mas o Presidente Lula vetou.

15) A Câmara aprovou duas vezes.

16) O Senado que aprovou uma vez e deve aprovar pela segunda vez, incluso que está na emenda na MP das pensões e auxilio doença.

17) Os números e as projeções, todos fajutos, a favor do fator, fazem parte da empulhação dos que pouco entendem de Previdência. Dizer que vai custar R$ 100 bilhões, no curto prazo, ou R$ 2,0 trilhões em 30 anos, como "técnicos" trombetearam, como profetas do caos, é uma agressão à sociedade brasileira e ao bom senso.

18) O governo já sinalizara que apoiaria a Formula 85/95, tanto que criou um Grupo de Trabalho.

19) 0 Mais grave: o problema estrutural da Previdência não está nos benefícios, mas

no financiamento, com as renúncias, desonerações, não cobrança da dívida administrativa e ativa, (está de R$ 300 bilhões), os novos "funrurais criados pelo populismo" e os 12 refis que favorecem os caloteiros ■

Amazonas em Tempo, Manaus/AM-04/06/2015
Tudo Rondônia, Porto Velho/RO-05/06/2015
Diário do Aço, Vale do Aço/MG-05/06/2015
O Estado do Maranhão, São Luis/MA-06/06/2015
A Gazeta MT Digital, Cuiabá/MT-12/06/2015
Jornal da Cidade, Aracaju/SE-12/06/2015
Josepha Informa, Brasília/DF-12/06/2015
Diário Popular, Pelotas/RS-13/06/2015
Gazeta do Sul, Porto Alegre/RS-15/06/2015
O Paraná, Cascavel/PR-16/06/2015
O Girassol, Palmas/TO-16/06/2015
Gazeta do Povo, Curitiba/PR-17/06/2015
Ta no site, Santo Antônio da Platina/PR-17/06/2015
Previdência Total, São Paulo/SP-19/06/2015

PLANOS DE SAÚDE E SUS. DILMA, CHAMA O JUIZ MORO!

Por Paulo César Régis de Souza (*)

O Brasil tem mais de 200 milhões de habitantes, 21,5 milhões com mais de 65 anos, estes à mercê dos planos de saúde tendo em vista que dispomos de um Sistema Único de Saúde- SUS, totalmente falido, com todos os tipos de filas para isso e aquilo. Filas presenciais e virtuais, com total falta de credibilidade e de respeito ao cidadão.

O ideal seria acabar com tudo o que está aí desesperando e levando os brasileiros à loucura e ao desengano e recomeçar do zero, mas com gente capaz e gestão técnica.

Como não cultivamos o hábito de fazermos nenhum tipo de exame preventivo, recomendável a partir de determinada faixa de idade, vamos ao médico já em estado bem adiantado dos sintomas das diversas doenças, especialmente os homens.

Quando somos atendidos, após vários meses marcando consulta, enfrentando telemarketing, 0800 e outras engabelações, acabamos sendo encaminhados a unidades de saúde, se assim podemos chamar, algumas em precário estado de conservação, sem equipamentos, sem ambulâncias, com poucos atendentes, enfermeiros e pouquíssimos médicos. É difícil até encontrar especialistas. Claro que existem, mas tão somente para a seleta classe dos privilegiados, entre eles, o ex-Presidente Lula, que sempre passou longe do SUS e tornou freguês do Albert Einstein.

Filosoficamente o Sistema Único de Saúde -SUS é uma maravilha, a hierarquização na atenção e na gestão de Saúde é linda, a ideia é muito boa, no entanto os governos da União, dos estados e dos municípios que se envolvem com obras que deem retorno "financeiro" e votos,

não estão preocupados com a saúde do povo e apesar da pressão diária da mídia contra o" circo dos horrores" em que se transformaram os postos e hospitais, inclusive os universitários, não se sensibilizam e não reagem.

Milhares de brasileiros estão morrendo nestas máquinas mortais em que se transformaram hospitais públicos. Coisa de nazista, que lembram os fornos crematórios! Ainda não estão cremando, mas estão matando...

Para que equipar hospitais, para que contratar médico, em municípios de 20 mil habitantes onde temos nove vereadores, de 10 a 20 secretarias e um mundo de "terceirizados", e um (cubano) ou nenhum médico, com um posto de saúde caindo aos pedaços, as Unidades de Pronto Atendimento-UPAS desequipadas e não abastecidas de remédios, o SAMU e a Farmácia Popular sob a suspeição do Mensalão e do Petrolão?

Tivemos recentemente um período em que o Brasil cresceu, a classe média passou a conviver sem inflação, podendo contratar um plano de saúde e fugindo do SUS.

Só que com o fantasma da inflação e a economia em baixa os planos de saúde voltaram a aumentar seus valores, assustando os segurados. A medicina dos planos de saúde é cara e se não tiver remuneração dos investimentos e lucros vira SUS. Com os aumentos a classe média está retornando ao SUS, enchendo novamente os hospitais

Quem sofre mais é população mais envelhecida, em processo de rápido crescimento, que compulsoriamente precisa de assistência médica. Os planos que atendem a 25% da população cobram muito caro, tem filas, exigências descabidas, postergação, qualidade em declínio. As aposentadorias foram achatadas e os idosos não tem como financiar os novos valores impingidos, com os aumentos fora da realidade brasileira, comprometendo a vida. Ou voltam ao SUS ou morrem.... Muito cruel!

Sou leigo no assunto, mas me pergunto: por que no Brasil se aplicam tantas vacinas? Sei que são necessárias. Não seria para enganar o povo que estaria imunizado e não adoeceria mais, apesar do baixo nível de sistema de esgotos e de limpeza urbana, higiene, gestão do lixo. Por que não se fazem outras ações de prevenção, tais como educação sanitária, hábitos, alimentação adequada, exames periódicos, combate ao consumo de fumo e álcool?

Assinale-se que o que dava certo, como os "mata mosquitos", os agentes de saúde, o médico de família, acabou.

Os medicamentos de uso contínuo deveriam ter isenção de impostos federais, estaduais e municipais, mas não têm. Tem genérico de origem duvidosa, sem controle e fiscalização de quem deveria fazer. Você vai comprar um remédio para o coração e o balconista quer que você leve um antigripal, uma vitamina "C", um colírio, uma pastilha para a garganta, uma escova de dente recém lançada, etc, etc. Nossas farmácias, onde se vende tudo até remédios, são verdadeiros balcões de negócio, a "empurroterapia" é uma prática consentida.

Tempos atrás criou-se a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira-CPMF para contratar médicos, enfermeiros, construir e reformar hospitais, novos postos de saúde, enfim melhorar o SUS. Pergunto, onde foi parar o dinheiro da CPMF? Certamente foi para o ralo e para os corruptos que controlam os ralos.

Cadê o controle da Agência Nacional de Saúde-ANS e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, administradas por "companheiros", mas que não fazem nada, absolutamente nada, para melhorar os níveis de eficiência, qualidade e governança e de Saúde Pública no Brasil?

A ANS só sabe multar planos de saúde, não dá um passo à frente para regular o mercado como deveria ser.

A ANVISA há muito que não sai das páginas policiais...

Quanto gastamos com o SUS? Quem fiscaliza? O TCU tem produzido dezenas de relatórios e o Ministério da Saúde entregue a gestores desqualificados, não faz nada. As auditorias entregam os nomes, cpfs, digitais, não dá o SIAPE porque geralmente são comissionados e terceirizados, só faltam dar os endereços dos presídios nas localidades em que atuam e nada é feito. Tem réus de operações, como a Gafanhoto, que viraram "estadistas"!

Dilma, chama o Juiz Moro e manda investigar, imediatamente.

Operação Lava Jato, Operação Saúde Limpa!!! ■

Gazeta do Noroeste, Brasnorte/MT-04/07/2015
Gazeta Digital, Cuiabá/MT-04/07/2015
Folha da Região, Araçatuba/SP-05/07/2015
Diário do Aço, Vale do Aço/MG-06/07/2015
Jornal da Cidade, Aracajú/SE-07/07/2015
O Paraná, Cascavel/PR-07/07/2015
Gazeta de Alagoas, Maceió/AL-09/07/2015
O Dia, Rio de Janeiro/RJ-10/07/2015
Jornal do Tocantins, Tocantins/TO-16/07/2015

A ARROGÂNCIA DO PT ESTÁ CUSTANDO CARO À PREVIDÊNCIA

Por Paulo César Régis de Souza (*)

Somos uma entidade de classe que há 22 anos representa de forma qualificada e responsável os servidores da Previdência e da Seguridade Social, com mais de 50 mil associados.

Desde a implantação do Fator Previdenciário, supostamente para reduzir o déficit do INSS, que acabou retardando e achatando as aposentadorias dos trabalhadores, a ANASPS vem combatendo esse mecanismo perverso, que agravou estruturalmente a Previdência, pois não acabou o déficit.

O Congresso Nacional, por proposta do senador Paulo Paim, que abraçou a bandeira da ANASPS, deflagrou o processo que já por duas vezes resultou na extinção do fator, no governo Lula e no governo Dilma. Lula e Dilma vetaram e Dilma recriou um novo fator. A síndrome do fator se atrela à arrogância do PT e na incorporação do seguro social à política fiscal da Fazenda.

Do alto de sua arrogância, o PT e o governo jamais admitiram acabar com o fator.

Parece-me que o fator previdenciário de Dilma é pior do que o primeiro, pois obriga que o segurado tenha 35 anos de contribuição e idade mínima de 60 anos, no caso dos homens. Não seria um empréstimo compulsório à Previdência, este plus que os segurados estão sendo intimados a pagar para o que o oficialismo considera "aposentadoria progressiva"?

Aliás acredito que, com a mudança de regras estabelecidas por Dilma, os segurados que

já se aposentaram e se sentirem prejudicados porque a Lei não retroage para prejudicar poderiam entrar na justiça e requerer seus direitos, como aconteceu no Governo Collor, que também se apropriou compulsoriamente do dinheiro do povo.

A Previdência paga hoje 32 milhões de beneficiários (sendo 4 milhões assistenciais). Várias famílias dependem do benefício para seu sustento e muitos municípios brasileiros sobrevivem com o dinheiro da previdência.

Somos a maior seguradora social da América Latina e a maior distribuidora de renda do país, com um diferencial de que os segurados pagam durante 30/35 anos para receber seu benefício.

A meu juízo, a Previdência, como contrato social, deveria ser cláusula pétrea, na Constituição. Não pode ficar no menu de operações de ajuste fiscal do Ministério da Fazenda, absolutamente cego e insensível aos sonhos, às esperanças, expectativas e necessidades dos segurados e dos beneficiários da Previdência.

Colocar a previdência na linha de tiro do PIB ou na linha de fogo do déficit fiscal, apropriando-se indevidamente das contribuições que financiam o RGPS deveria ter punição na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Para se condenar o velho fator e justificar o novo fator foram utilizados números fictícios, como despesa extra de R$ 50 bilhões até 2026! Quem apresentou ao Legislativo cálculo atuarial? Quem apresentou o custeio dos ralos da Previdência? O que vão fazer com as filantrópicas? O que vão fazer com os 40 milhões de informais que algum dia vão se aposentar? O que vão fazer com os R$ 300 bilhões da dívida da Previdência, dinheiro que deveria estar aplicado em um fundo previdenciário pois pertence ao trabalhador?

A grande preocupação do governo é com o crescimento da despesa e nada é feito do lado do financiamento do RGPS. As "pedaladas" na Previdência começaram com as transferências da receita previdenciária e da dívida ativa para o Ministério da Fazenda, e se acentuaram com as renuncias, desonerações, REFIS, criação de benefícios, sem contribuição, e cinco novos "funrurais".

Hoje não temos quem fiscalize, cobre, arrecade, recupere crédito, iniba fraudadores e caloteiros. Os auditores são da receita e os Procuradores da AGU. Qual o comprometimento com a Previdência que em 2015 deveria arrecadar R$ 392,7 bilhões e talvez não chegue aos R$ 364,7 bilhões e que deveria pagar R$ 436,2 bilhões e que pagará mais de R$ 437,4 bilhões, com o déficit saltando de R$ 43,5 para R$ 62,7 bilhões! Claro que o rombo será coberto pela Seguridade Social, como acontece há 14 anos! Este é o preço de se colocar a Previdência no ajuste fiscal! O déficit tende a explodir, como consequência das causas acima e do vetor demográfico.

Quem entende de previdência são os servidores que nela trabalham, onde 70% são de nível superior e aprendem no dia a dia o que não se ensina em nenhuma Universidade.

Recentemente como representante dos servidores, tentamos apresentar algumas propostas para discussão sobre o Fator Previdenciário e fomos totalmente ignorados pelos "Intelectuais" de plantão do PT que comandam os destinos de milhares de segurados e aposentados.

Não vimos, em momento algum, a sociedade, ser ouvida. Para salvar as aparências anunciaram uma Comissão de Alto Nível que nunca se reuniu e está composta por fiscalistas, alheios aos fundamentos da Previdência. Nada foi discutido, mas o que foi imposto, só beneficia o governo e prejudica totalmente aposentados e o pensionistas.

Temos fundados receios de que o processo de desmanche da Previdência Pública evolua com a robotização (Previdência sem servidores) para que os camelôs paulistas acabem colocando

mesas e cartazes escritos à mão na Praça da Sé, de São Paulo, oferecendo aposentadorias em 30 segundos, como já fazem oferecendo carteiras de identidade, do trabalho e de motorista, certidões, atestados médicos para a perícia médica do INSS, auxilio doença, salário maternidade, tudo online com 100% de fraude.

Atado e sem poder de fogo, o Ministério e o INSS e a Dataprev acabarão e serão substituídos pelo Ministério da Fazenda, pela Receita Federal e pelo SERPRO. Falta só o robô entrar no cenário. Os camelôs aguardam o sinal verde! ■

O Girassol, Palmas/TO-15/07/2015
Diário do Aço, Vale do Aço/MG-17/07/2015
Jornal da Cidade, Aracajú/SE-16/07/2015
O Dia, Teresina/PI19/07/2015
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/RJ-24/07/2015
Jornal do Tocantins, Palmas/TO-29/07/2015
O Progresso, Dourados/MS-29/07/2015
Blog Aposentado Solte o verbo-31/07/2015
O Tempo, Contagem/MG-01/08/2015
Gazeta do Povo, Curitiba/PR-04/08/2015
Gazeta do Sul, Porto Alegre/RS-04/08/2015
Folha da Região, Araçatuba/SP-04/08/2015
AB Notícias, Paraná/PR-07/08/2015
Amazonas em Tempo, Manaus/AM-07/08/2015
Tribuna da Bahia, Salvador/BA-08/08/2015
Previdência Total, Americana/SP-11/08/2015
Diário Regional, Juiz de Fora/MG-12/08/2015
Diário da Manhã, Goiânia/GO-12/08/2015
Todo dia, Americana/SP – 10/09/2015

OS GRAVES EFEITOS DO FIM DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA

Por Paulo César Regis de Souza (*)

Muitos me criticam quando afirmo que a Previdência Social não mais fiscaliza, não combate à sonegação, não vai atrás dos fraudadores, não arrecada, não recupera créditos, que os nossos fiscais foram para a Receita e acabaram marginalizados, que a antiga Receita Previdenciária foi abruptamente absorvida pela Receita Federal. A alegação à época é que com a unificação das receitas ter-se-ia um plus de economicidade. A prática demonstrou o contrário. Houve um

grande relaxamento nas contas da Previdência, misturaram contribuição com fins definidos com despesas fiscais. Utilizaram intensamente a Previdência como instrumento de política fiscal e com a Desvinculação das Receitas da União-DRU, 20% das contribuições previdenciárias podem ser livremente utilizadas pelo governo.

Não custa lembrar que o INSS, e os demais caixas e institutos que o precederam, ao longo de 85 anos, carregaram consigo receita das contribuições previdenciárias, como autarquia, com a necessária autonomia de gestão sobre receita e despesa.

Ouso afirmar que o fim da receita previdenciária é uma truculência administrativa e gerencial, uma negação do princípio autárquico de gestão.

Se houve erros e falhas, muito mais existem no conjunto das receitas públicas, como as "pedaladas fiscais".

A Previdência Social foi sumariamente reduzida a mera pagadora de benefícios.

Na maioria dos países do mundo, as previdências têm controles efetivos sobre o que arrecadam e pagam.

A Previdência brasileira compulsoriamente foi incorporada ao orçamento fiscal e sua receita virou instrumento de política fiscal, sob os aplausos corporativos dos que pensavam nos seus contracheques, e a condenação veemente dos que viram perdas institucionais que se confirmaram, de modo irreparável. Aqui está a razão do déficit, do desequilíbrio e da incapacidade do INSS de acenar com uma aposentadoria digna para os seus 19 milhões de beneficiários urbanos e 60 milhões de contribuintes.

Com o fim da receita previdenciária, a era da incerteza se instalou na Previdência, com a queda real e acelerada do valor dos benefícios urbanos. O teto está abaixo dos seis salários mínimos, com um benefício médio abaixo de dois salários mínimos; 70% dos urbanos e 100% dos rurais recebem um mínimo.

Ainda com o fim da receita, o INSS e os contribuintes deixaram de saber a relação dos devedores, que era trimestralmente publicada, o valor da dívida administrativa e da dívida ativa. Os devedores ao invés de serem fiscalizados e obrigados a pagar, por apropriação indébita (quando descontavam e não recolhiam as contribuições dos trabalhadores) e por dação em pagamento, (quando não descontavam e não recolhiam suas contribuições e as dos trabalhadores), foram agraciados pelos Refis da vida (acho estamos no 15º), e além das renuncias contributivas ganharam as desonerações como prêmio ao calote. Os prazos para não pagamento chega aos 30 anos (seis mandatos presidenciais!)

Com isto ameaçam o futuro de milhões de brasileiros, movem uma Previdência indecente, que é todo dia pilhada. O governo inviabiliza a Previdência e culpa os contribuintes e beneficiários

A fiscalização acabou. A recuperação de crédito não existe.

A cobrança da dívida administrativa se transformou em segredo e não se sabe o que acontece. A da dívida ativa foi transferida ao Ministério da Fazenda, virou pó. De cara, os R$ 600 bilhões viraram R$ 300 bilhões com a decisão do Supremo que reduziu de 10 para cinco anos a decadência, que era o tempo da dívida. Foi um grande negócio para os caloteiros e um péssimo negócio para a Previdência.

A receita previdenciária responde por 45,41% do total das receitas administradas pela Receita Federal do Brasil. É muita coisa, estava na 1ª. previsão do orçamento de 2015. Na 2ª. previsão, caiu para 42,99%. Está em 364,7 bilhões de reais contra os 848,3 bilhões de reais da receita administrada pela Receita Federal do Brasil-RFB. São quase 100 bilhões de dólares! Tem dimensão! Muito dinheiro aqui e na Bolívia, na Belíndia e na Banânia!

A receita é composta basicamente pelas contribuições sobre a folha e o faturamento das empresas e das contribuições individuais de 60 milhões de trabalhadores inscritos no Regime Geral de Previdência Social-RGPS. Servem para financiar o conjunto dos benefícios definidos no RGPS que em 2015 custarão 437,4 bilhões de reais, com um déficit reestimado em 80,0 bilhões de reais. Como as contas não fecham, pelos saques e má gestão da receita, resta ao Tesouro cobrir a despesa com recursos da Seguridade Social, desde que se expandiram em níveis exponenciais as renuncias com o Simples Nacional, o Mei, e os benefícios sem contribuição da "inclusão previdenciária forçada" que compõem os novos funrurais e que produzirão mais estragos na Previdência do que o crescimento da população idosa.

A falta de respeito com a Previdência pelo governo pode ser igualmente medida pelo Relatório da Receita Federal de 2014, de 100 páginas, que pode ser consultado na Internet, que não faz uma única citação sobre a receita previdenciária. Parece que ela não existe. Pior que é verdade.

Além do mais é grosseira a sonegação de informações do fluxo de caixa (arrecadação e transferências) da Fazenda para a Previdência, o que acontece desde de janeiro de 2015, comprometendo as estatísticas da Previdência.

Na pág 30 do Relatório há citação elogiosa ao Simples Nacional que é um instrumento claro de utilização da receita previdenciária para fins da política fiscal. A RFB comemora 9,5 milhões de adesões ao Simples (eram 2.4 milhões em 2003). Os aposentados e pensionistas bem como os contribuintes, deveriam chorar, porque a Previdência foi obrigada abrir mão, em 1914, de R$ 14 bi, em 2015, vai perder R$ 15,3 bi e em 2016, FR$ 16,8 bi de receita de contribuições, sem qualquer contrapartida. Esta dinheirama faz falta hoje para pagamento dos benefícios, amplia o déficit da previdência, e fará falta amanhã aos aposentados. A RFB, que ignora e tripudia sobre uma história de 85 anos, faz gentileza com o chapéu dos que constroem a Previdência.

Essa é a reforma que a Previdência necessita: criar mecanismo para buscar informações; 2, cobrar dos inadimplentes e acabar com a sonegação de 30%; 3, botar na cadeia os caloteiros; 4, acabar com as pilantrópicas; e 5, parar de criar benefícios sem fonte de custeio.

Temo que quando o Brasil descobrir o erro cometido com a incorporação da Receita Previdenciária, o país seja outro, com aposentadoria de 1 salário mínimo para quem contribuiu ou não. Teremos 60 milhões de miseráveis que não terão sonhos nem esperanças ■

Tudo Rondônia, Porto Velho/ RO- 09/09/2015
O Girassol, Palmas /TO-10/09/2015
Diário Popular, Pelotas/ RS-10/09/2015
O Rio Branco, Rio Branco/ AC-10/09/2015
Amazonas em Tempo, Manaus/ AM-11/09/2015
Jornal do Tocantins, Tocantins/TO-11/09/2015
Diário do Aço, Vale do Aço/ MG-11/09/2015
O Dia, Teresina/PI- 11/09/2015
O Progresso, Dourados/MS- 15/09/2015
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/RJ-16/09/2015

ENXUGANDO O GOVERNO OU ENXUGANDO GELO?

Por Paulo César Régis de Souza (*)

Anunciou-se mais uma reforma administrativa com fusão e incorporação de ministérios e secretarias. Já vimos este filme em preto e branco e a cores.

O Brasil se tornou uma republiqueta socialista com 39 ministérios. A Republica nasceu com oito e funcionavam. Ficou com nove até Getúlio que passou para 10. JK ficou 11 e no regime militar, Figueiredo chegou a 16. Tancredo pensou em 23, mas Sarney emplacou 31, FHC 34, incluindo 17 ministérios e 11 secretarias ligadas a Presidência da República e Lula 38.

A Presidência da República nunca teve quadro próprio, os servidores sempre foram requisitados ou tinham cargos comissionados, na República Velha, tinha 20 servidores. Tempo em que o Presidente chegava de bonde ao Palácio do Catete. Mais tarde, com a Revolução de 30, nunca teve mais de 200 servidores, mesmo em Brasília. No final da ditadura militar, tinha 600 servidores. Hoje, tem 20.167 vagas de cargos efetivos, sendo 10.304 estáveis, 1.768 não estáveis e 8.096 vagas. Tornou-se uma fábrica de empregos.

Nos 24 ministérios existiam, em jul de 14, 757.158 cargos aprovados 402.986 para servidores estáveis, 131.528 para não estáveis e 223.120 vagas.

A coisa perdeu o fio de decência com as secretarias, paraíso dos comissionados e terceirizados

Com a reforma o governo anunciou que demitiria mil comissionados dos 22 mil que tem no quadro,

O povão não sabe, mas dos 113.869 cargos em comissão e funções de confiança, 95.540 estavam ocupados sendo 88.866 por pessoal com vínculo, 6.674 por pessoal sem vínculo e 18.329 estavam vagos.

Reduzir os cargos vagos é farsa.

Demitir os 6.674 sem vínculo é pouco provável. Todos são apadrinhados por jabutis e outras espécies.

A caixa preta de Recursos Humanos no Planejamento é inacessível até ao Tribunal de Contas da União. Não se sabe qual o tamanho do quadro de terceirizados, temporários, estagiários e contratados através de órgãos multilaterais. Nem quantos são nem quanto custam.

No balaio das fusões voltou-se a falar na fusão dos ministérios do Trabalho e Previdência e manutenção das secretarias dos movimentos sociais que formam a legião "bolivariana" que sustenta o governo, sob patrocínio da Caixa, do Banco do Brasil, do BNDES e Petrobras, que são usados em "manifestações espontâneas", com passagens e diárias e "sanduiche de mortadela".

A Previdência brasileira tem 92 anos. Não nasceu Ministério. Por longo tempo foi atividade privada, com as caixas das empresas ferroviárias. Só há 85 anos, em 1930, com Vargas, é que o governo começou a meter a mão na Previdência. Inicialmente como um setor do Ministério do Trabalho, Indústria e do Comércio. Com a criação do Ministério do Trabalho e Previdência Social, em 1960, passou a ser um Departamento e tinha um Conselho que a administrava.

Em 1974, no regime militar, o Presidente Geisel criou o ministério da Previdência e da Assistência Social.

Em 1990, na nova República, o Presidente Collor fundiu o Ministério da Previdência com o do Trabalho.

1992, ainda na Nova República, o Presidente Itamar recriou o Ministério da Previdência Social.

Uma nova fusão, não altera muito o sentido da coisa, mesmo porque neste momento a Previdência está fragilizada e o Ministério do Trabalho inoperante. A fragilização surgiu com a incorporação do Orçamento Previdenciário ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social que, na prática, confiou ao Ministério da Fazenda a formulação da política previdenciária. Foi consolidada com a incorporação da Receita Previdenciária pela Receita Federal. Desde então, a Previdência é uma agencia de concessão e manutenção de benefícios. Falta pouco para que Fazenda se transforme em Fazenda Social e passe a administrar os fundos de pensão e os regimes próprios. Deve estar em processo!

Lamentável que isto tenha ocorrido por falta de visão de Estado de inúmeros ministros da Previdência. Não tiveram a dimensão do cargo nem entenderam sua missão institucional.

Ainda agora, no episódio de antecipação do 13º para os aposentados e pensionistas do RGPS ficou claro mais vez que o ministério da Previdência é acessório. O Ministério da Fazenda deu cartas e levou um passa moleque da Presidenta da República, primeiro porque não queria pagar a antecipação, depois anunciou que pagaria em duas vezes e acabou obrigado a pagar em uma parcela! O Ministério da Previdência não foi ouvido!

Deploramos que tudo isto tenha acontecido em uma área social mundialmente reconhecida como o "pacto de gerações" e que tem merecido das nações um tratamento que é não fiscalista e sim de proteção social, desenvolvimento humano, valorização da vida e de justiça social. A Previdência não é um bem de consumo, um serviço, uma "commodity" agrícola, mineral ou siderúrgica que deva ser objeto de intervenção fazendária nas suas entranhas. As pessoas que procuram a Previdência o fazem para que tenham, através de contribuição, direito a uma aposentadoria e pensão, que deveria ser preservada com dignidade e respeito em nome de padrões que transcendem aos limites fiscais e se inserem na promoção humana e no processo civilizatório.

O fato de não saberem o que é Previdência não lhes dá o direito de agir com o fino da ignorância e a virulência a estupidez! ■

Tudo Rondônia, Porto Velho/RO-21/09/2015
O Girassol, Palmas/TO-23/09/2015
Diário do Aço, Vale do Aço/MG-23/09/2015
Folha da Região, Araçatuba/SP-27/09/2015
Diário Popular, Pelotas/RS-02/10/2015
Correio do Estado, Campo Grande/MS-06/10/2015
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/RJ-06/10/2015
O Estado do Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS-07/10/2015

CPMF COMO ACABAR COM O DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA

Paulo César Régis de Souza (*)

Acredito que surpreenderei muitos dos meus leitores e amigos ao defender o restabelecimento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, a CPMF. Não

discuto alíquotas. Sei que o arrocho fiscal é grande e que a carga tributária também. Temo ainda que a dinheirama vá acabar nos dutos da corrupção.

Defendo tão e exclusivamente porque, a supor que a Presidente Dilma é séria e que o Ministro Levy é sério, os recursos serão destinados efetiva e exclusivamente ao financiamento da Previdência Social.

Ressalto que a CPMF teve papel importante no financiamento da Previdência, junto com a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS. Desde que foi extinta, CSLL E COFINS cobrem o rombo causado pelo pagamento dos benefícios assistenciais (LOAS) e os do Regime Geral de Previdência Social-RGPS rural, cuja contribuição representa menos de 2% da despesa.

Por que a Previdência está tão carente de recursos e à beira da falência?

Simples, o governo transformou a Previdência em instrumento de política fiscal (o que é um erro crasso em macroeconomia) e mais ainda meteu a mão nos recursos previdenciários através da Desvinculação das Receitas da União-DRU. A rigor, a receita previdenciária deveria ser intocável. Só poderia ser usada no pagamento dos benefícios de quem contribuiu para isso.

A decisão de tudo sobre Previdência migrou para a Fazenda.

O Ministério da Previdência teve sua cabeça cortada e ficou sem saber nada sobre sua receita. Perdeu o prumo.

O Governo desmanchou a Receita Previdenciária quando a incorporou à Receita Federal e desde então tudo desandou e a arrecadação tornou-se um imenso queijo suíço. A sonegação de 30% da receita líquida cresceu, a evasão se ampliou, acabou a fiscalização dos devedores, não há quem cobre nem quem arrecade e não há recuperação de crédito.

O governo ampliou as renúncias contributivas das "pilantrópicas", do Supersimples, da exportação rural e do Microempreendedor Individual MEI, instituiu a desoneração contributiva, substituindo a contribuição sobre a folha (que durou 90 anos, sem problemas) pela contribuição pelo faturamento, para 80 mil empresas (um salto no escuro) e implantou 15 Refis para beneficiar os devedores caloteiros.

Não se sabe o valor da dívida administrativa dentro da Receita Federal.

Não se atualiza na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional a dívida ativa da Previdência, que está num saco com R$ 1,3 trilhão de créditos que estão apodrecendo.

Além do mais, o Supremo transformou em pó metade da dívida ativa, ao reduzir o prazo de decadência de 10 para cinco anos.

Como se fosse pouco, o Executivo, o Congresso e o Judiciário decidiram criar benefícios previdenciários sem contribuição (isto deveria ser considerado crime universal pelo Tribunal de Haia) e benefícios subsidiados, criando outros cinco funrurais...

Vejam o absurdo: nesta linha um juiz de 1ª. instância mandou o INSS pagar salário maternidade a meninas de 15 anos que nunca contribuíram e a homens que adotaram filhos. Inacreditável é que o INSS esteja pagando 257 mil auxílios doença concedidos judicialmente com custo de R$ 240 milhões/mês.

Foram muitas as intervenções que arrombaram a Previdência, como se pode inferir. Implodiram e saquearam a arrecadação e produziram um déficit de R$ 88,0 bilhões reestimado para 2015.

Não tivesse ocorrido metade do que assinalei, a Previdência urbana teria liquidez. Basta que façam os cálculos.

Sempre afirmei que o problema da Previdência não está no pagamento de benefícios, mas no financiamento. Claro que há necessidade de fixação de uma idade mínima, substituindo os artifícios do novo fator previdenciário, de ajustes em pensões e auxílios doença e erradicação (custe o que custar) dos benefícios sem contribuição atuarial adequada. Para que o RGPS se prepare para enfrentar a demanda do aumento da expectativa de vida dos contribuintes. Previdência não é Assistência social. Um dos seus pilares de 200 anos proclama que não pode existir benefício sem custeio, no regime de repartição simples.

Mas minha concordância com a CPMF tem regras e limites definidos:

1) A previdência deixa de ser instrumento de política fiscal.

2) O Ministério da Previdência voltará a existir, de fato e de direito.

3) Deve ser devolvida a Receita Previdenciária ao Ministério da Previdência.

4) Voltará a existir combate à sonegação e a evasão, fiscalização, cobrança, recuperação de crédito.

5) Eliminação progressiva das renúncias e desonerações.

6) Fim dos benefícios sem contribuição ou com contribuição subsidiada.

7) Fim dos Refis para dívidas previdenciárias.

8) Restabelecimento da prisão por apropriação indébita

9) Restabelecimento da ação em pagamento para os caloteiros da Previdência.

10) Manutenção no Regime Geral de Previdência Social-RGPS dos benefícios rurais com contribuição e transferência para a Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS dos benefícios sem contribuição.

11) Destinação de um percentual para uma Gratificação de Qualificação dos servidores da Previdência, 59.70% de nível superior.

Estabelecimento de um novo pacto de uma Previdência Limpa que assegure a quem contribuiu uma aposentadoria digna e compatível com sua contribuição e sua expectativa de vida. Neste sentido, poderiam ser alteradas as alíquotas de contribuição e tetos ■

DIAP, Brasília/DF-02/10/2015
O Girassol, Palmas/TO-08/10/2015
Diário do Aço, Vale do Aço/MG-08/10/2015
O Tempo, Belo Horizonte/MG-09/10/2015
Diário Popular, Pelotas/RS-11/10/2015
O Progresso, Dourados/MS-13/10/2015
Diário da Manhã, Goiânia/GO-16/10/2015
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/RJ-16/10/2015
Amazonas em Tempo, Manaus/AM-17/10/2015
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro/RJ-21/10/2015
Jornal de Floripa, Floripa/SC- 23/10/2015
Tudo Rondônia, Porto Velho/RO-25/10/2015
Previdência Total, São Paulo/SP- 28/10/2015

OS BENEFÍCIOS DE UMA GREVE PARA A MELHORIA DAS INSTITUIÇÕES

Paulo César Régis de Souza (*)

Quando a farinha é pouca, meu pirão primeiro. Esta é a visão de escassez do bravo povo brasileiro. Uma visão realista e objetiva.

O INSS sempre foi sacudido por greves, algumas memoráveis, e no final, entre mortos e feridos salvaram-se todos. O lamentável no processo é que para hajam melhorias sejam necessárias as greves! Tudo porque os setores da administração que lidam com Recursos Humanos, Físicos e de Serviço fizeram da gestão pública uma corrida de obstáculos. Tudo que diz respeito ao servidor precisa ser conquistado no braço. Não há mérito, reconhecimento, direitos. Cada governo inventou benefícios para categorias mais articuladas e deixou na estrada a legião que carrega o serviço público nas costas. Não há uma regra para todos.

O Estado brasileiro segue uma lenta e preguiçosa burocracia. Nos tempos do DASP, que foi modelo de gestão pública, inspirado pelo padrão francês, surgiram os celetistas. O Brasil chegou a ter mais celetistas do que estatutários. Hoje, os terceirizados, temporários, estagiários, comissionados, contratados por órgãos multilaterais (não há estatísticas) empata com o número de concursados.

No INSS, nossas lutas para que tivéssemos um Plano de Carreira. Cargos e Salários tem décadas. Quando conquistamos, verificamos que haviam pegadinhas e furos. Com um vencimento básico humilhante e degradante, nos entulharam de gratificações de desempenho e de produtividade, que não medem nem uma coisa, nem outra, com o agravo de que representam 70% do rendimento e não podem ser incorporadas nas aposentadorias. Quem passou 35 anos dando o sangue para a instituição é obrigado a se aposentar deixando o paletó e as calças! É depenado, como um carro roubado!

Não é sem razão que 10 mil servidores, em condições de se aposentar no INSS, recebem abono de permanência, pois se saem perdem 70% de sua renda. Se saem, o INSS fecha, pois, os concursos de 2003 a 2014 que trouxeram 22.675 servidores não impediram que outros 25 mil fossem embora. Dois ministros pediram concursos para 10 mil servidores, pois havia e há necessidade de fazer a transição de uma geração de servidores, com todo o cuidado para que não se perca a expertise que não se aprende em Universidade. O TCU já classificou de critica a classe de RH do INSS, em três relatórios de gestão, desconsiderados pelo Ministério do Planejamento que cuida à sua maneira da gestão pública.

Entramos em mais uma greve dispostos a tudo. Como um dos itens da pauta era Concurso, o governo se apressou e anunciou concurso antes da greve rodar, para 950 servidores. O mesmo governo que dois meses antes dissera que não haveria concurso. No balaio das reivindicações, algumas pendengas antigas foram resolvidas no susto. Para o auxílio-alimentação e para o plano de saúde suplementar, cujos últimos reajustes ocorreram em 2013, os índices aplicados ficariam em torno de 22,5%, considerando a inflação de 2013 e 2014 e a estimativa para 2015.Já para o auxílio pré-escolar, conhecido como auxílio-creche, o reajuste levaria em consideração o período inflacionário acumulado desde 1995, o que daria um índice de cerca de 317%. Somados, os três reajustes significariam um impacto anual orçamentário de R$ 1,3 bilhão. Vejam o saco de maldades do Ministério do Planejamento: o último reajuste do auxílio creche fora em 1995! Uma vilania.

O eixo principal de nossa pauta era a reposição da inflação no reajuste. Pedimos 27,0% de aumento, firmando o governo posição com o índice de 21,3%, dividido em quatro parcelas. Com isso, o gasto da folha de pessoal permanecerá estável em 4,1% do PIB até 2019. Em nova rodada o governo, temendo a inflação de 2015/2016 acenou com o "gatilho" na forma de uma clausula de revisão. O pacote fiscal mudou tudo e impôs aumento de 10,5% para 2016 e 2017

A pauta de negociações da ANASPS era longa: Inversão da parcela fixa e variável da remuneração, hoje de 30% fixa e 70 % variável; Criação do adicional de qualificação para Carreira do Seguro Social do INSS, em que 45,50% têm nível superior de escolaridade; Mudança no interstício para a progressão funcional; Reajuste da remuneração de acordo com a inflação; extensão do aumento de 27,3% aos aposentados e pensionistas; Extensão da carreira de típica de estado para todos os servidores; Incorporação das gratificações nas aposentadorias e pensões; Plano de Carreira Cargos e Salários para o Seguro Social e incorporação na carreira dos servidores do Ministério da Previdência; Extensão do horário estendido para todos os servidores; Concurso Público para substituir os servidores que se aposentam e atendimento do Plano de Expansão do INSS para as cidades com mais de 20 mil habitantes.

Não tínhamos esperança que todas fossem atendidas, mas são nossas bandeiras. Somos uma entidade de servidores com 53 mil associados. Somos corporativos, claro, mas temos uma visão moderna do Estado. Não do Estado paternalista e assistencialista, mas do Estado a serviço da sociedade e do cidadão.

Pelo menos duas de nossas pautas não entraram, nas conversações mantidas: a instituição da gratificação de qualificação. Não se trata de uma exceção, pois é concedida a milhares de servidores de outros órgãos. A outra, o enquadramento dos servidores do INSS como carreira típica de Estado, com a consequente troca da remuneração atual (vencimento básico + gratificações de desempenho ou produtividade) pela de subsidio fixo.

Como se pode inferir são muitos os transtornos funcionais enfrentados pelos servidores do INSS pela ausência de uma Política de Recursos Humanos do Poder Executivo, que muda a cada governo e a cada ministro que só pensam nos grupos mais estruturados ■

O Girassol, Palmas/TO- 26/10/2015
Folha de Vilhena, Porto Velho/RO- 03/11/2015
Diário da Manhã, Goiânia/GO-03/11/2015
Estrela da Amazônia, AM-03/11/2015
Correio do Estado, Campo Grande/MS-04/11/2015
Amazonas em Tempo, Manaus/AM-04/11/2015
Diário do Aço, Vale do Aço/MG-04/11/2015
O Estado do Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS-04/11/2015
O Progresso, Dourados/MS-05/11/2015
Jornal da Cidade, Aracajú/SE-05/11/2015
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/RJ-05/11/2015
Previdência Total, São Paulo/SP-06/11/2015
O Atlântico, Santa Catarina/SC-10/11/2015
O Estado do Maranhão, São Luís/MA-10/11/2015

OS PADECIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

Por Paulo César Regis de Souza (*)

Os servidores federais públicos do Brasil, desde José Sarney, são vítimas de uma opressão sistemática que parece não ter fim. São bodes expiatórios de governos incompetentes. Governos após governos nenhum deles olhou com respeito e dignidade como fomos considerados no Império e na República, até Sarney, por Imperadores e Presidentes.

Uma das maiores injustiças, para não se dizer excrescências, implantadas de Sarney para cá foi a instituição do vencimento básicos, que foi nivelado por baixo e continua abaixo do nivelado, o que vitimou uma geração de servidores, com profundos desajustes na remuneração. Os vencimentos não guardam a mínima relação com cargos e salários do setor privado o que rebaixa a dimensão dos servidores. Para atenuar os prejuízos, o Governo chegou a implantar para várias categorias as Gratificações de Produtividade, que não mede produtividade de coisa nenhuma. Teve categorias que chegaram a contar com três gratificações simultâneas, com vencimento básico aos das rés do chão.

A perfídia e a ignominia foram utilizadas pelo Executivo para frustrar os servidores que poderiam se aposentar e não o fazem porque as gratificações deixaram de ser incorporadas.

Há ainda a assinalar a odiosa e criminosa exclusão das camadas mais pobres da população, privadas de serem funcionários públicos federais. Isto ocorreu com a terceirização dos serviços gerais tais como portaria, recepção, conservação, limpeza, segurança, transporte, etc. Os que ficaram no setor público estão em cargos em extinção. Não houve mais concursos públicos para o acesso dessas pessoas humildes ao Serviço Público Federal. E sabem por que? Porque esta massa de gente humilde não poderia ter aposentadoria integral do Regime Único e, como terceirizados, foram para o Regime Geral de Previdência Social-RGPS

Os nossos reajustes de vencimentos passaram por tormentosos complicadores. Teve ano sem aumento, ano com aumento zero, ano com aumento de um por cento!

As perdas salariais só nos 13 anos do PT se elevaram a mais de 60%.

No Executivo, entretanto, inventou-se os servidores de 1ª. classe, que foram embarcados nas chamadas Carreira de Estado, e o resto foi enviado à 2a. classe e embarcados num trem na Central do Brasil para o inferno.... Na 1ª. classe estão os que recebem por subsídios, incorporando as gratificações nas suas aposentadorias. Médicos e profissionais de nível superior e professores lutam para pegar o vagão da 1ª. classe, sem perspectivas.

No1º quadriênio da Presidente Dilma, os servidores federais tiveram uma política de remuneração que apenas ampliou as nossas perdas salariais. Nem a inflação foi reposta. As justificativas foram as mais inaceitáveis, embora nunca e em tempo algum, de 1995 a 2014, os gastos com os servidores ultrapassaram os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF, de 50% da Receita Corrente Liquida da União, de 28,8% em 1995 a 13,0% em jan de 2013. Fechou 2014 com 17,9%. O que não aconteceu com outras despesas que fraudaram a LRF com as "pedaladas fiscais" e expuseram a química na manipulação do orçamento e do descumprimento da LRF.

No 2º quadriênio, há ameaças de aumento zero para os servidores e de 300% para o fundo dos partidos políticos, para proselitismo e demagogia!

O Ministério do Planejamento com o seu natural desprezo e descaso com os servidores

olha mal e porcamente para o futuro de 2,0 milhões de servidores (1,0 milhão de ativos, 537,1 mil aposentados e 402,0 instituidores de pensão).

Os servidores perderam a capacidade de responder pronta e adequadamente às necessidades da população. Foram e são diuturnamente maltratados pelo Executivo, de forma deliberada. O Estado está sucateando a máquina pública que sobrevive, e não corresponde aos anseios e esperanças das populações.

A falta de respeito à cidadania e aos direitos de 200 milhões de cidadãos decorre da inexistência de políticas públicas igualmente para os servidores, que são o lado visível, a cara do Estado.

As críticas feitas cotidianamente às áreas de saúde, educação, segurança, transporte, polícia, assistência, emprego e renda se avolumam. O Estado que deveria dar proteção nessas áreas recuou e está acuado nas mãos de uma governança incapaz.

Os servidores estão desmotivados e são os primeiros a serem ofendidos em represália. Muitos apanham inclusive. Como agentes públicos estão amarrados e indefesos.

Ameaçar os servidores com zero de aumento no 1º semestre de 2016, é uma afronta. Somos todos, vítimas de uma política que nos empurra para uma queda de 3% do PIB. Somos realmente bodes expiatórios de um desastre anunciado

Quem deveria pagar a conta escudados numa política fiscal desastrosa, é covardia.

Algo tem que ser feito para que se dissipe o horizonte de incertezas plantado na proposta orçamentária de 2014, acarretando insegurança e intranquilidade aos servidores.

Vejam o exemplo do INSS com 10 mil servidores em condições de se aposentar e não o fazem porque terão 70% de redução nos seus vencimentos. A governança administrativa do INSS está ameaçada, a Previdência está ameaçada. Isto numa instituição que tem 60 milhões de contribuintes e 32 milhões de beneficiários e 32 mil servidores, mal remunerados e insatisfeitos.

A ANASPS há muito tempo chama a atenção disso destacando as mazelas e dificuldades. Parece que surdos, mudos e iletrados nos governam e ignoram os clamores da razão e do bom senso ■

O Girassol, Palmas/TO - 12/11/2015
Roteiro Notícias, Guarantã do Norte/MT - 13/11/2015
Diário do Aço, Vale do Aço/MG - 13/11/2015
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/RJ 13/11/2015
Site do Betão, São Cristóvão/SE - 14/11/2015
De olho na mídia, Aracajú/SE - 13/11/2015
Folha Nobre, Ariquemes/RO - 16/11/2015
O Nortão, Porto Velho/RO - 17/11/2015
Jornal Dia a Dia, Três Lagoas/MS - 17/11/2015
Blog do Servidor, Correio Braziliense/DF - 17/11/2015
Diário da Manhã, Goiânia/GO - 17/11/2015
Minuto Sertão, Maceió/AL - 18/11/2015
O Progresso, Dourados/MS - 19/11/2015
Previdência Total, São Paulo/SP - 19/11/2015
Rede de Notícias, Campina Grande/PB - 20/11/2015
Jornal da Cidade, Bauru/SP - 23/11/2015

MAIS UM RELATÓRIO DO TCU SOBRE A PREVIDÊNCIA QUE O GOVERNO VAI IGNORAR

Por Paulo César Regis de Souza (*)

O Tribunal de Contas da União voltou a publicar mais um relatório sobre questões de Previdência, mas, temo que mais uma vez, tal como aconteceu com seus três últimos relatórios também sobre Previdência, não seja nem lido e muito menos considerado. O que me parece é que o governo cansou de mandar e desmandar, fazer e desfazer, governar e desgovernar e que um relatório a mais ou a menos, do TCU ou das Nações Unidas, de agência de risco e ou de agencia funerária, não abala os rumos da anomia (falta de governo) que assola o país.

O governo deixa de lado a secular expertise do TCU, que esculpiu a denúncia das "pedaladas fiscais", que fraudaram a Lei de Responsabilidade Fiscal e talvez, por vingança, adote os relatórios elaborados pelo ministro Nelson Barbosa, ora no Planejamento, e que na Fazenda foi uns apoiadores das pedaladas e foi o ideólogo, instituidor e operador maior da desoneração contributiva que instalou o caos nas contas da Previdência. Isto foi dito com todas as letras por seu ilustre colega, Joaquim Levy.

No Planejamento, ele montou uma fábrica de relatórios. Tem relatório para tudo, para compra clips em microempresa, a corte de passagens e diárias, telefones celulares, redução de ministérios, e outros tantos. Já produziu uns dez sobre a Previdência, auxilio doença, invalidez, pensões, etc, menos sobre a arrecadação que é nó górdio da Previdência. Os relatórios do dr. Nelson são elaborados com base na numerologia atípica dos números atípicos, no passado utilizados pelos phds e terceirizados que levaram a Previdência a descer a ladeira em alta velocidade.

Creio que o dr. Nelson não leu uma linha dos documentos do TCU sobre Previdência. Se os tivesse lido saberia que a causa fundamental dos problemas da Previdência está no financiamento. Há problemas nos benefícios, sim, mas na arrecadação ha furos, rombos, buracos, crateras, solenemente ignorados por ele e pelo Dr. Levy, bem como por toda a legião de supostos especialistas.

Há um item no último Relatório que transcrevo: "A dívida previdenciária cresceu de R$ 294 bilhões em 2007 para R$ 319 bilhões em 2009, sendo que o percentual de parcelamentos caiu de 28% (R$ 83 bilhões) para 11,3% (R$ 36 bilhões) no mesmo período, enquanto que os pagamentos variaram de R$ 8,1 bilhões (2,8%) para R$ 5,9 bilhões (1,9%) " O TCU quer saber porque....

Há dois problemas monstruosos no financiamento da previdência, que tornam os demais em consequência igualmente graves, mas de solução possível.

Nos Regimes Próprios, o financiamento das reformas dos militares, com repercussão na União e nos Estados. Não há contribuição dos militares para o Regime. Eles contribuem com 7, 5% para saúde. A União não contribui nem eles. Mas a despesa é elevadíssima. Neste 2015, R$ 35 bilhões (reformas e pensões) contra R$ 18 bilhões para os ativos.

No Regime Geral, o financiamento rural praticamente inexiste. 98% saem dos urbanos. Há muito que deveriam estar incorporados à LOAS, Lei Orgânica da Assistência Social. Com 2015, o RGPS teve um déficit de 50 bilhões, mas a Previdência Urbana teve superávit de R$ 24 bilhões!

Isto porque os instituidores do Funrural não observaram o princípio universal de

Previdência, segundo o qual não há benefícios sem custeio ou contribuição. A cesta de benefícios rurais custa caro. Desde logo antecipo que, nos últimos tempos foram criados novos funrurais com redução da contribuição patronal (filantrópicas, exportadores rurais, Supersimples, Microempreendedor Individual, autônomos, domésticos e donas de casa rural) que ameaçam o futuro da Previdência. São cestas de benefícios para um punhado de brasileiros, que não pagam a contribuição patronal ou que não contribuem ou contribuem muito pouco. Atropelam em nome na universalização e da inclusão o fundamento nº 1 da Previdência: não pode existir benefício sem custeio. Isto, mais a diminuição da natalidade, o desemprego, o a redução da massa salarial, o aumento da expectativa de vida, crescimento acelerado dos idosos e tendência relativa de redução da população economicamente ativa tendem a inviabilizar a Previdência no país. É um fato grave!

O que deveria se fazer não se faz: induzir as pessoas a pagar por seu futuro. O INSS poderia ter a Previdência Direta, para quem quiser se aposentar, e receber o teto ou além do teto, mediante uma nova regra atuarial, com uma clausula constitucional pétrea de intocabilidade da receita. O governo não tocaria nesta receita.

Hoje, o governo faz o que quer com a receita Previdenciária. Usa contribuição definida para custear os benefícios previdenciários como imposto. Contribuição é uma coisa e imposto é outra. Não fiscaliza. Não combate a sonegação e evasão, não arrecada, concede anistia fiscal, com descontos favorecendo os caloteiros e não recupera crédito dos devedores, amplia a renuncia (principalmente a contribuição patronal) desonera, como fosse imposto, e utiliza o pouco que arrecada para outros fins. Já não se pratica a dação em pagamento e a apropriação indébita não é fiscalizada. Além do que há muitos tribunais concedendo benefícios e favorecendo devedores.

A Previdência não escapou nem da DRU Desvinculação das Receitas da União – ferindo um dispositivo constitucional - que era de 20% e agora querem passar para 30% até 2026.

Sabe o governo o que ele simplesmente deveria arrecadar para financiar sua Previdência.

Gostaria que o dr. Nelson e o dr. Levy calçassem as sandálias da humildade, lessem os relatórios do TCU, revissem suas propostas para a Previdência para salvar o presente e criar condições de segurança para as gerações futuras ■

O Girassol, Palmas/TO - 20/11/2015
Folha Nobre, Ariquemes/RO - 20/11/2015
O Nortão, Porto Velho/RO - 20/11/2015
De olho na Mídia, Aracajú/SE - 24/11/2015
Jornal da Cidade, Aracajú/SE - 24/11/2015
Focando a Notícia, Paraíba/PB - 25/11/2015
Capital das Nascentes, Alfredo Wagner/SC - 25/11/2015
Gazeta Digital, Cuiabá/MT - 26/11/2015
Dia a Dia, Três Lagoas/MS - 26/11/2015
Diário do Aço, Vale do Aço/MG - 27/11/2015
Brexó, Itaúna/MG - 28/11/2015
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/RJ - 28/11/2015
O Progresso, Dourados/MS - 01/12/2015
Folha da Região, Araçatuba/ SP - 01/12/2015
Rede de Notícias, Campina Grande/PB - 04/12/2015
Previdência Total, São Paulo/SP - 08/12/2015

2015 UM ANO PARA SER ESQUECIDO NA PREVIDÊNCIA DO BRASIL

Por Paulo Cesar Regis de Souza (*)

O ano de 2015 foi terrível para a Previdência. Talvez um dos piores.

Crise de planejamento, de gestão, de insegurança, de futuro.

O Regime Geral de Previdência Social-RGPS e todos os Regimes, salve os dos planos privados de previdência, foram empurrados para uma crise de graves proporções, ainda não dimensionada nos seus efeitos perversos para as gerações atuais e futuras.

O mais grave: só um responsável pela catástrofe. Ouso dizer que o Ministro da Previdência nada teve a ver com o que aconteceu - não que tenha sido abduzido - mas o x da questão é que o Ministério da Previdência desde 2007 perdeu sua capacidade de decidir, planejar, gerir, fiscalizar, controlar a política da Previdência, tudo transferido ao Ministério da Fazenda. O responsável está, pois, identificado.

Nas proporções dos desastres físicos e ambientais que abalaram o Brasil e o mundo, como terremotos, enchentes, avalanches, tornados, furacões, o Petrolão, a Lava jato, etc. O cataclisma da Previdência é bem maior.

Do meio para o fim do ano de 2014, a coisa parecia tranquila, mas a crise estava hibernando, se expandindo diuturnamente, na Fazenda. O dinheiro da Previdência foi minguando, o déficit crescendo, e até a DRU desviou recursos de aposentadorias e pensões para outros fins.

Cansamos de advertir que, a desoneração da folha, a ampliação desmedida das renuncias, os descontroles na concessão de benefícios por incapacidade (aposentadorias por invalidez e auxilio doença), o desmantelo na receita previdenciária (não combate a sonegação, evasão, não fiscalização, não cobrança de dívidas, não recuperação da dívida ativa), os refis sucessivos beneficiando os caloteiros, os insuportáveis custos da previdência rural seriam nefastos para a Previdência. Não nos ouviram. Não nos deram a mínima atenção. Clamamos no deserto.

Publicamos quase 180 artigos na mídia brasileira demonstrando por a mais b as ameaças e os desacertos. Não ficamos na crítica pela crítica. Apresentamos propostas para a correção de rumos, como restabelecimento dos poderes da Previdência, fixação da idade mínima para aposentadorias e pensões, reestruturação do financiamento, transferência dos benefícios rurais à assistência social, combate frontal às fraudes nos benefícios previdenciários e acidentários, e ajustes profissionais na gestão do INSS.

Repercutimos os três relatórios do TCU, dois deles sobre a crise de recursos humanos no INSS (com dez mil servidores recebendo abono de permanência) e um sobre os erros praticados na gestão financeira da receita previdenciária, tudo, rigorosamente tudo, ignorado pelo Governo.

O déficit da Previdência que fora de R$ 49,9 bilhões em 2013, impulsionado pelas renuncias e desonerações, facilmente chegou aos R$ 56,7 bilhões em 2014, totalizando mais de R$ 100 bilhões em dois anos. Num quadro estático, com crescimento incontrolável das despesas e retração das receitas, consequência da crise econômica e financeira o déficit foi estimado em R$ 88,9 bilhões para 2015 e em R$ 124,9 bilhões para 2016. Permanecendo este quadro a Previdência será inapelavelmente implodida.

Ao longo de 2015, nada mudou no quadro, da receita.

A desaceleração na desoneração foi pífia, nas renuncias, zero (nada foi proposto ou foi

feito). Não se teve combate a sonegação, evasão, fiscalização, cobrança e arrecadação. Recuperação de credito, há 10 anos que não passa de 1,0% do passivo que beira os R$ 300 bilhões.

Também no quadro das despesas pouco se fez. O Congresso não ajudou nos ajustes de pensões e auxílios previdenciários e acidentários. Nem a Justiça, que virou concessora de benefícios com uma generosidade perigosa! A judicialização é responsável por 24,2% na concessão de benefícios para pessoas com deficiência (São mais de 225 mil benefícios concedidos).

É bom que se diga que as "pautas bombas" foram desarmadas, não impactando a Previdência, mas ampliando o horizonte de incertezas e indefinições no RGPS. Foram vetados o fim do fator previdenciário, a isonomia de aumento para os que recebem acima do mínimo e desaposentação, com base em dados falsos, alarmistas e apocalípticos.

Não foram desarmadas as outras "pautas bombas", tais como a da transição demográfica. Hoje, mil contribuintes sustentam 416 aposentados. Em 2050 sustentarão 635. Uma projeção indica que se hoje temos 8% da população com mais de 65 anos, em 2050 teremos 23%.

Num pais em que a Previdência é dirigida por quem desconhece o que seja, tudo é possível. As figuras da República jogaram suas fichas no Fórum da Previdência para fixar novos caminhos. No Fórum, não há um só especialista em Previdência. Significa que não vai resolver nada e a situação tenderá a se agravar.

É preciso que se berre, que se grite, que o RGPS não pode oferecer às gerações futuras uma Previdência de um salário mínimo. Ninguém pode querer contribuir 45 anos ou mais para receber o que não lhe assegurará uma velhice tranquila. Nem contribuir sem que vá receber benefício.

Urge redesenhar o Regime, começando por se informar ao Ministério da Fazenda que contribuição previdenciária não é imposto, nem cabe no saco fiscal. A contribuição tem uma finalidade definida. Informar ainda que, renuncias e desonerações cabem no quadro fiscal, como instrumentos de política fiscal, mas não cabem na Previdência. Informar também que ele só pode opinar sobre benefícios assistenciais, que não tem contribuição definida e está no saco fiscal. Mais ainda: é preciso um choque na gestão da Receita Previdenciária, começando com sua devolução ao Ministério da Previdência ■

Dia a Dia, Três Lagoas/MS - 20/11/2015
De olho na Mídia, Aracajú/SE - 01/12/2015
Diário do Aço, Vale do Aço/MG - 02/12/2015
O Girassol, Palmas/TO - 02/12/2015
Hoje Rondônia, Cerejeiras/RO - 03/12/2015
Diário Popular, Pelotas/RS - 03/12/2015
Metendo o Bico, Passo Fundo/RS - 03/12/2015
Jornal União, Londrina/PR - 04/12/2015
Jornal do Tocantins, Tocantins/ TO - 05/12/2015
Amazonas em Tempo, Manaus/AM - 05/12/2015
O Dia, Teresina/PI - 07/12/2015
Gazeta Digital, Cuiabá/MT - 10/12/2015
Jornal Folha Oeste, Osasco/SP - 11/12/2015
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/RJ - 11/12/2015
Rede de Notícias, Campina Grande/PB - 11/12/2015
Capital das Nascentes, Alfredo Wagner/SC - 11/12/2015
Diário da Manhã, Goiânia/GO - 11/12/2015
Tribuna Independente, Maceió/AL - 11/12/2015

Campo Grande News, Campo Grande/MS - 14/12/2015
O Progresso, Dourados/MS - 15/12/2015
Previdência Total, São Paulo/SP - 16/12/2015
Jornal de Londrina, Londrina/PR - 17/12/2015
Gazeta MT, Mato Grosso - 18/12/2015
Capital News, Campo Grande/MS - 20/12/2015
Vip Cidades, Mato Grosso/MT - 23/12/2015
Jornal da Cidade, Bauru/SP - 04/01/2015

Artigos 2014

O QUE ESPERAMOS PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL PÚBLICA EM 2014

Por Paulo César Regis de Souza (*)

O ano de 2014 é um ano eleitoral, portanto de promessas, de muita demagogia. A Previdência Social pública poderá até constar na agenda das campanhas. E só. O presidente eleito (ou a presidenta reeleita) tomará posse em 2015.

Não acredito que se faça qualquer reforma na Previdência Social em 2014, mas tenho razões de sobra para temer que o assistencialismo possa ser exercitado e a conta espetada na Previdência Social, cujas finanças clamam por ajustes pontuais.

As últimas ações do assistencialismo levaram a criação de novos Funrurais que são benefícios sem a contrapartida da contribuição. Por princípio, a previdência, em todo o mundo, exige que haja contribuição para financiar o benefício. Os Funrurais criados para microempresários, donas de casas, pais de santo, empregados domésticos, etc. Reduziram as contribuições para manterem benefícios de salário mínimo, com reajustes anuais pelo INPC e ganhos de produtividade...

Admito que 2014 será, mais um ano perdido em termos de Previdência Social.

Para uma banda de analistas, aqueles que pensam Previdência (receita e despesa) em relação ao PIB, atrelados ao capital, dos bancos e seguradoras, bem como seus tentáculos na máquina pública, a reforma seria urgente na área de benefícios. Para excluí-los ou reduzi-los. Nos incluam, por favor, fora dessa, por favor. Queremos e defendemos uma reforma, mas no financiamento, acabando inclusive com a farra das renuncias e das desonerações contributivas, ajustando a ferida do Funrural e melhorando acentuadamente a qualidade da governança gerencial da receita previdenciária.

Para os políticos, senadores e deputados, a ampla maioria desconectados do significado de Previdência, reforma e contrarreforma só tem sentido se tiverem vantagem pessoal ou eleitoreira.

Quem deveria pensar sobre a reforma seria o Executivo que navega por caminhos tortuosos.

Não há lógica que se tenha Previdência Social, contributiva, para se receber um salário mínimo, depois de 35/40 anos de contribuição.

Várias vezes, nestes 20 anos, adverti sobre a possibilidade de se transformar a nossa Previdência Social pública em previdência chinesa, a previdência do salário mínimo. Não me deram ouvidos.

Fechamos 2012, com quase 18 milhões de aposentados e pensionistas urbanos, que foram segurados contribuintes, dos quais 8,5 milhões recebem o salário mínimo. No salário mínimo estão ainda os 9,0 milhões de aposentados e pensionistas rurais e os 4,1 milhões de benefícios assistenciais - 21,6 milhões de homens e mulheres na fronteira da iniquidade social. Mais, o valor médio dos benéficos na concessão em out/2012 era de R$987,41 e na manutenção hoje é de R$ 871, 23.

Acredito, na boa fé, que estes 8,5 milhões são as vítimas do fator previdenciário, que desde 1994 acabou com os sonhos e as esperanças dos aposentados brasileiros e instalou a era da incerteza e do infortúnio na Previdência Social pública.

Nem mesmo as lideranças dos trabalhadores que supostamente deveriam defender os interesses das diferentes categorias profissionais saíram em seu favor. Pelo contrário, lhes deram as costas. Tais lideranças estão mais preocupadas com o fundo sindical, como os políticos só se ligam no fundo partidário.

O Regime Geral de Previdência Social-RGPS fechou 2012 com mais de 51,1 milhões de segurados. Um quarto da população brasileira e mais de 50% da População Economicamente Ativa, de 100 milhões.

Lamento que não saibam o que lhes está sendo destinado pelo Estado quando chegar a se aposentar. Se chegar.

A Previdência não é uma ciência exata, mas tem elevada complexidade e não é de fácil entendimento pelas pessoas comuns. Os setores de Recursos Humanos das organizações nada sabem sobre Previdência e muito menos tem condições de orientar a classe operária, salvo sobre a alíquota de contribuição e a lista dos benefícios a que o segurado tem direito. Fica por aí. Os caminhos tortuosos, as barreiras, a perfídia e a vilania são deixados à margem. Os sindicatos só entendem de greves, passeatas.

O ideal seria que o segurado soubesse que vai pagar x para um benefício definido que ao final do tempo de contribuição (hoje 35 anos) teria direito a uma aposentadoria de x; pelo cálculo atuarial disponível deveria ser mostrado. Isto que se chama de transparência. Como acontece com quem compra uma previdência privada. O banco ou a seguradora lhe dá uma planilha. Mas nada é dito ao segurado "fichado". Poderá encontrar a cruel realidade quando tiver que ser "encostado" pelo INSS. As "pegadinhas" da expectativa de vida do IBGE e do fator previdenciário, com redutores, da forma de correção do benefício só vão lhe aparecer mais na frente. Quando a ficha cair, seu benefício estará no salário mínimo,

No passado, até uma criança poderia calcular sua aposentadoria, pois a transparência era maior e a regra era simples: a média das 60 últimas contribuições. Pronto. Hoje, é complexo e causa frustração.

No meu último artigo de 2013, escrevi que tivemos um ano praticamente perdido.

Não faço proselitismo, mas 2014 começa pelo mesmo caminho ■

Fatorama, Brasília/ DF-n19.01.2014
O Girassol, Palmas/ TO- 20.01.2014
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/RJ-21.01.2014
Diário do Pará, Belém/PA-22.01.2014
Diário da Manhã, Goiânia/GO-23.01.2014
Jornal VS, São Leopoldo/RS- 23.01.2014
O Progresso, Dourados/MS-24.01.2014
Diário do Aço, Vale do Aço/MG-24.01.2014
O Dia, Teresina/PI-26.01.2014
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro/RJ-27.01.2014
O Paraná, Cascavel/ PR-28.01.2014
A Tribuna, Santos/SP-29.01.2014
O Povo, Fortaleza/CE-30.01.2014
Seguridade Social, Brasília/DF-janeiro 2014

O QUE FAZER PARA ATENDER O CLAMOR DA PRESIDENTE DILMA

Por Paulo César Régis de Souza (*)

No final de 2013, fomos brindados por uma das falas da nossa Presidenta que voltou a fazer quase suplicantes apelos, para que os servidores públicos (se dirigindo certamente aos municipais, estaduais e federais) se dediquem mais ao trabalho, se engajem mais, se comprometam mais, se empenhem mais para que os serviços públicos tenham qualidade e ofereçam segurança e tranquilidade aos usuários.

A gente ouve a Presidenta, com aquela candura de uma senhora bem-comportada, e acredita na sua boa-fé e na sua sinceridade. Pode até embutir uma pequena dose de demagogia, mas o brasileiro comum acaba por entender que a indignação dela, como a de todos os demais brasileiros, é justa, correta, oportuna.

O brasileiro comum é tão crédulo que acaba acreditando que o problema dos lixões é dos municípios, que a briga dos traficantes e milicianos com a polícia é dos estados, que as multidões abraçadas ao tráfico e às drogas é invenção da mídia, que a roubalheira é coisa da televisão e que passa longe do Senado, da Câmara e do Executivo.

Fiquei preocupado com o gesto da nossa Presidenta, que atacou os efeitos sem mirar as causas.

Nos mostrou, com muita emoção e simpatia, uma página onírica perfeitamente ajustada à cruel realidade de um país que está sendo sucateado por péssimos gestores, que não têm compromissos com o Estado e com a cidadania. Gestores eleitos pelo povo, utilizando expedientes espúrios e que se sentem comprometidos apenas com seus interesses. As aspirações populares vão para as calendas, para o espaço, são abandonadas e esquecidas.

É tão grande a volúpia e o apego que une a corrupção e a impunidade de prefeitos, governadores, deputados federais e estaduais, senadores e vereadores, que os valores nacionais foram significativamente alterados.

É evidente que a Presidenta sabe que os servidores não vão resolver a tonelada dos problemas existentes e por ela mencionados.

Os servidores, como o povo, sofrem e acabam quase sempre pagando com a vida o seu sacrifício. Veja quantas dezenas de policiais, moradores ocultos de favelas com suas famílias, foram assassinados nos últimos 12 meses. Muitos deles trabalham sem coletes à prova de bala, sem treinamento adequado, sem equipamentos, sem informação, sem lideres capacitados. Outros servidores levam porrada nas filas de atendimento. Os dos hospitais torcem para não se transformar em doentes e dormirem nas macas que inundam os corredores.

No fundo, todos nós, gostaríamos de atender aos apelos da nossa Presidenta, que caminha para manter o seu mandato, e gostaríamos também de vê-la comandando uma reforma que diminuísse o tamanho do Estado e aumentasse sua eficiência. Muitos ministérios dão uma ideia de caos de difícil gestão.

Não sei se ela quando falou o que falou estava pensando em nos surpreender com a tese do mais cidadão e menos governo. Pode ser que sim.

Para um país com 200 milhões de habitantes, 6 milhões em universidades quando deveria ter 60 milhões, é um desperdício irrecuperável que se pratica contra a cidadania; milhões sem

água e esgoto, milhões sem moradia, 25 milhões na fronteira da miséria, 20 milhões de jovens sem esperanças. Um país que discute bolsas para isso e para aquilo, cotas para isso e para aquilo, e que deixa as questões de futuro fora da agenda, francamente, me preocupo.

A Presidenta talvez não saiba que um dos homens sérios deste pais, o senador Pimentel, teve a feliz ideia de implantar uma agência da Previdência Social nas cidades com mais de 20 mil habitantes. A Previdência envolve quase 100 milhões de brasileiros ativos e inativos, 40 milhões aposentados e pensionistas e 50 milhões trabalhando, públicos e privados. A solução era boníssima. Seriam construídas 700 agências. Pois, passados quatro anos, nem a metade foi implantada e das que foram implantadas, muitas não têm servidores.

Presidenta falta servidores nas novas agências. Isto com o governo federal mantendo e pagando nas empresas públicas, fundações, administração direta e indireta, 1 milhão de terceirizados. A terceirização é uma "commodity" muito em voga em países emergentes, pois serve para muita gente ganhar dinheiro.

Nestes dez anos de governos do PT a nossa política de recursos humanos avançou muito pouco ou quase nada. A "herança maldita" do tucanato foi mantida no principal, isto é, na remuneração dos servidores. Continuaram as gratificações de produtividade, que não medem a produtividade de nada, com coisa nenhuma e nem a inflação foi reposta. Para complicar dividiram os servidores em duas classes. Os de 1ª. classe, passaram a ter direito a receber subsídios, incorporando as gratificações. Os de 2ª. classe, passaram a ser tratados a pão e água, sem incorporarem nada quando se aposentam. Uma desvalorização total.

Presidenta, o mais grave é que os brasileiros pobres e humildes que participavam do serviço público foram colocadas na lista negra da Inquisição e banidos do serviço público, substituídos por terceirizados ■

O Girassol, Palmas/TO- 24.01.2014
Diário do Aço, Vale do Aço/MG- 29.01.2014
Diário da Manhã, Goiânia/GO-30.01.2014
Diário da Amazônia, Porto Velho/RO-31.01.2014
Gazeta do Povo, Curitiba/PR-04.02.2014
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/RJ-04.02.2014
O Dia, Teresina/PI-04.02.2014
Diário Popular, Pelotas/RS- 05.02.2014
O Progresso, Dourados/MS- 05.02.2014
O Paraná, Cascavel/PR-05.02.2014
O Popular, Goiânia/GO-05.02.2014
O Liberal, Americana/SP-07.02.2014
Jornal da Cidade, Aracaju/SE-08.02.2014
Fatorama, Brasília/DF-23.02.2014
Jornal Seguridade Social, Brasília/DF-fevereiro 2014

A VELOCIDADE DO BÔNUS DEMOGRÁFICO E A LENTIDÃO NO FINANCIAMENTO DA PREVIDÊNCIA

Por Paulo César Régis de Souza (*)

Lemos recentemente editoriais nos principais jornais do país com oportunas considerações sobre o estado das artes atuais da Previdência Social pública.

Muitas das teses são também nossas, especialmente as relativas à questão demográfica, implantação de uma idade mínima, revisão do sistema de pensões, os ajustes na concessão de benefícios por incapacidade, (auxilio doença e aposentadoria por invalidez).

Foi providencial e oportuno o estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, recentemente publicado, sobre o "bônus demográfico", que sinalizou para vários países latino americanos, inclusive o Brasil, o crescimento da população acima de 65 anos em 2050 para 19 % contra os 6,8% atuais, o que poria em risco o equilíbrio atuarial do nosso modelo previdenciário de repartição simples. No Brasil, já superamos esta marca, estamos em 10%.

As preocupações de O GLOBO e do Estado de São Paulo são indicações que importantes segmentos da sociedade brasileira estão preocupados com o estágio presente e futuro do Regime Geral de Previdência Social-RGPS (com 65 milhões de contribuintes e 27 milhões de beneficiários).

Com efeito, com pessoas se aposentando, hoje, em média aos 54 anos, e com expectativa de vida de 74 anos, com tendência crescente, coloca em cheque o RGPS, mesmo considerando que 60% dos beneficiários recebam tão somente um salário mínimo mensal. A Previdência Social, por concepção, é um pacto intergeracional e não foi formulada para pagar somente um piso, mas, para garantir um benefício que corresponda a pelo menos 70% do que recebia em atividade.

A "tendência estrutural crescente, por motivos demográficos" merece ser considerada por quem tem responsabilidade de assegurar a proteção às futuras gerações.

Seria também louvável que outras "tendências estruturais crescentes do déficit" fossem analisadas.

Com 91 anos de Previdência, o Brasil mostra ao mundo um sistema que, apesar de reformas estruturais e adequações conjunturais, revelou-se viável, confiável e sério.

Os desajustes começaram com a fraude a um dos princípios universais de uma sadia Previdência: criação de benefícios sem a necessária cobertura atuarial. Outros também foram utilizados.

Basta o exemplo dos rurais: são 9 milhões de beneficiários que pouco ou nada contribuíram. Resultado: para uma despesa, em 2013, de R$ 80,3 bilhões, o INSS arrecadou apenas R$ 6.1 bilhões. O monstruoso, que tende a crescer, é que o déficit bateu R$ 74,1 bilhões. Não há sistema previdenciário no mundo que sobreviva com liquidez.

Há outras intervenções, do tipo dos rurais, que devem merecer atenção, pois seus efeitos serão devastadores. São os casos dos autônomos, dos trabalhadores domésticos, dos microempreendedores, das donas de casas rurais, todos premiados com beneficiados subsidiados sem a necessária cobertura atuarial.

O grave é que poucas pessoas saibam disso e se manifestem contra isso.

Preocupa-me a desorganização imperante no financiamento e da receita previdenciária

e que não tem merecido a devida atenção dos que tentam manifestar-se sobre a "síndrome do déficit", com ênfase apenas no "bônus demográfico".

O financiamento clama por um baita e urgente ajuste para que a Previdência tenha uma sobrevida.

A arrecadação, na fonte, pode até crescer, mas a sonegação também crescerá, em maior escala, bem como a evasão. Os parcelamentos e reparcelamentos de 20 anos (para não se pagar), as renúnciase as desonerações contributivas, fragilizam a Previdência.

Também nada é fiscalizado, a dívida administrativa e ativa (judicial) é cada vez maior e a recuperação de crédito é cada vez menor, menos de 1% da dívida.

Desde que a decadência caiu para cinco anos, ano a ano, a previdência perde receita.

Infelizmente há um viés de não se fechar os ralos da receita, beneficiando os caloteiros e sonegadores.

Na "síndrome do déficit" não se fala da receita previdenciária o que é um estúpido tabu.

Pede-se com urgência, uma gestão de qualidade, uma governança eficaz e efetiva e um controle adequado dos seus gastos ■

O Girassol, Palmas/TO-19.02.2014
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/RJ-20.02.2014
Diário do Aço, Vale do Aço/MG-20.02.2014
Diário da Amazônia, Porto Velho/RO-20.02.2014
O Progresso, Dourados/MS-21.02.2014
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro/RJ-21.02.2014
Notícias do Dia, Florianópolis/SC-21.02.2014
Diário da Manhã, Goiânia/GO-21.02.2014
O Liberal, Americana/SP-21.02.2014
Diário da Costa do Sol, Macaé/SP-21.02.2014
O Paraná, Cascavel/PR-23.02.2014
Diário Popular, Pelotas/RS-24.02.2014
Gazeta do Povo, Curitiba/PR-05.03.2014
O Popular, Goiânia/GO-12.03.2014
Seguridade Social, Brasília/DF- março 2014

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Por Paulo César Régis de Souza (*)

Lendo os documentos de gestão previdenciária e, verdade seja dita, o Ministério da Previdência Social e o INSS avançaram muito neste quesito, nos deparamos com a informação de que a quantidade das aposentadorias previdenciárias cresceu em 2013 em relação a 2012. Em

termos de Regime Geral de Previdência Social- RGPS, (benefícios previdenciários e acidentários) a expansão foi de 3,7%, considerado o universo de 31,1 milhões (a população da Paraguai. Uruguai e Equador, juntas. Não dá para acender a luz vermelha, mas a amarela serve de aviso para eventuais desvios: invalidez crescimento de 1,9%; auxílios doença, 9,6%, os salários maternidade, 10,6%, auxílios acidente 3,1% as pensões por morte, 2,6%.

A Previdência tem sido rigorosa, e não poderia ser diferente, na concessão de benefícios. Em 2013, foram requeridos 8,6 milhões de benefícios, sendo 4,6 milhões por incapacidade e 4.0 milhões dos demais benefícios. No período foram concedidos 5.2 milhões, sendo 3,0 milhões por incapacidade e 2,2 milhões dos demais benefícios. Foram indeferidos 3,2 milhões de benefícios sendo 2,0 milhões por incapacidade e 1,2 milhão dos demais benefícios.

O que se observa nos últimos anos é um crescimento da demanda de benefícios por incapacidade, por causas objetivas (doenças do trabalho e acidentes de trabalho e transito) e subjetivas, especialmente culturais (idade e incapacitação profissional). Também se observa um expressivo número de indeferimentos

Merece reconhecimento à ação do INSS com a Advocacia Geral da União para cobrar, por ação regressiva, os danos causados à Previdência especialmente nos acidentes de trabalho e de trânsito, bem como nos casos de violência contra a mulher, desde que o infrator seja responsável pelo dolo.

Em termos de valores, em dezembro de 2013, as 3.122. 374 aposentadorias previdenciárias por invalidez (10,01% do total), em manutenção no RGPS, custaram R$ 2,6 bilhões (9,82% do total); os 1.457,433 de auxilio doenças custaram R$ 1,3 bilhão; as 7.159.242 com despesa de R$ 5,9 bilhões; os 91.948 salários maternidade representaram R$51,9 milhões.

Temos observado um grande crescimento dos acidentes de transito no Brasil. São mais de 40 mil óbitos e 800 mil pessoas levadas a incapacitação, uma parte delas definitiva. São notáveis os prejuízos causados pelos acidentes, pois a maioria das vítimas são pessoas jovens, abaixo dos 35 anos. O ônus social é muito grande, pois retira do mercado de trabalho pessoas ativas que poderiam contribuir para o desenvolvimento do país. Destacam-se as despesas inicialmente com assistência medica e, nos casos dos segurados da previdência, as despesas com reabilitação profissional e pagamento de benefícios. Isto também denota insuficiência das ações de prevenção à saúde e segurança no ambiente e no trabalho.

As mortes precoces, as incapacidades e a invalidez impactam a previdência em dois momentos: quando se perde um segurado em plena atividade produtiva deixando de produzir e contribuir, e ao mesmo tempo este segurado poderá causar dois tipos de despesa: o seu benefício (auxilio doença ou aposentadoria) ou, no caso da morte, uma pensão para a viúva e seus dependentes que se alongará no tempo. Uma pensão por morte para um segurado com 10 anos de contribuição representará uma despesa por mais de 50 anos, presumivelmente. Um custo elevado não coberto atuarialmente.

Nos causa um certo desconforto constatar que as pensões por morte no INSS se situam em 22. 00, % do quantitativo e 21,74% da despesa, resultante do aspecto demográfico e da generosidade da legislação que o governo não quer mudar.

Além do que, as novas doenças sociais, como as sugeridas pelo intenso uso de drogas ilícitas. Começaram a impactar a Saúde, de forma exponencial e descontrolada, e a Previdência Social. Um dado recém-conhecido revela que "nos últimos oito anos, o total de auxílios-doença relacionados à dependência química simultânea de múltiplas drogas teve um aumento de 256%, pulando de 7.296 para 26.040. No mesmo período, o benefício concedido a viciados em cocaína

e seus derivados, como crack e merla, também mais do que triplicou. Passou de 2.434, em 2006, para 8.638, em 2013, num crescimento de 254%. O uso de maconha e haxixe resultou, por sua vez, em auxílio para 337 pessoas, em 2013, contra 275, há oito anos".

O INSS tem se manifestado, reservadamente, a sua preocupação com as consequências desse problema social. "A soma de auxílios-doença concedidos a usuários de drogas em geral, como maconha, cocaína, crack, álcool, merla, fumo, alucinógenos e anfetaminas, " envolvendo, "em 2013, 143.451 usuários, teria custado R$ 9,1 milhões. Os benefícios pagos a usuários de mais de uma droga somaram R$ 26,2 milhões. E a cifra total, relativa a todas as drogas (incluindo álcool e fumo), chegou a R$ 162,5 milhões". Os dados são preliminares, mas refletem uma tendência que merece atenção por parte da Previdência Social.

Vejam vocês que a nossa Previdência Social constitui um pilar de sustentação da sociedade brasileira, com suas virtudes e suas misérias. É preciso que os governantes e mais do que os governantes (tão distanciados da Previdência, no Executivo, no Judiciário e no Legislativo) a sociedade brasileira, que é quem paga a conta, se conscientizem da responsabilidade com o dia de hoje e, principalmente, com o dia de amanhã. A incerteza está batendo na nossa porta. Não é justo que se brinque com esperança do povo brasileiro ■

O Girassol, Palmas/TO-27.02.2014
Diário do Aço, Vale do Aço/MG-07.03.2014
Diário da Amazônia, Porto Velho/RO-08.03.2014
Diário da Manhã, Goiânia/GO-10.03.2014
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/RJ-11.03.2014
O Liberal, Americana/SP-11.03.2014
Notícias do Dia, Florianópolis/SC-11.03.2014
O Progresso, Dourados/MS-11.03.2014
Jornal da Cidade, Aracaju/SE-11.03.2014
Diário da Costa do Sol, Macaé/ SP-12.03.2014
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro/RJ-16.03.2014
O Povo, Fortaleza/CE-24.03.2014

DE FORMIGAS E ELEFANTES

Paulo César Regis de Souza (*)

O TCU divulgou relatório sobre problemas na fiscalização e controle de benefícios especialmente do INSS, em especial relativo às pensões.

Lamento que o TCU tenha, há muito tempo, abandonado o oficio de acompanhar com a mesma competência, acuidade e seriedade o que se passa na administração da receita previdenciária.

Quando a receita estava no âmbito da Previdência, o TCU era muito zeloso na análise da fiscalização, da sonegação, das dívidas administrativas e judiciais, da recuperação de crédito,

dos parcelamentos, das renúncias. De repente, esqueceu--se deste importante papel. Parece até que temos agora uma receita previdenciária sueca ou finlandesa, num mundo cheio de rosas e de encantos e sem espinhos.

Perguntar não ofende. Por que o TCU não fiscaliza a Receita Federal? Há algum impedimento de ordem legal? Sinto que o TCU também não fiscaliza o BNDES, o Banco Central, a Caixa, o Banco do Brasil.

Aos mortais, chama atenção à sofreguidão do TCU na caça aos ex-prefeitos e bolsistas da CAPES.

Seus relatórios sobre pontes e rodovias são motivos de pilhérias no DNIT, nas rodas palacianas, nos gabinetes das lideranças políticas, nos restaurantes de lobistas e nos escritórios das construtoras. Nos arredores do TCU tem sempre um advogado pronto a resolver as dificuldades com facilidades.

Como me disse um amigo potiguar: o TCU olha as formigas e esquece os elefantes.

Particularmente, acredito que o grupo de auditores e servidores do TCU tem boa fé, responsabilidade, zelo pelo que fazem, mas parece que a partidarização e os interesses menores da política estejam desafiando o próprio sentido da centenária instituição. É muito pouco para sua dimensão e magnitude, adstringir-se a prefeitos, especialmente ex-prefeitos, bolsistas e superfaturamento em estradas.

Lá no Rio Grande, há uma expressão que cabe mencionar: estão gastando muita pólvora com poucos chimangos.

No caso das pensões do INSS, nós da ANASPS, há 22 anos na estrada, conhecedores que somos da gestão, dos sistemas, da dedicação dos servidores, das dificuldades gerenciais, da complexidade legal e das permanentes pressões dos fraudadores profissionais e amadores, acreditamos que a ação do TCU foi oportuna.

O INSS está debruçado no relatório do TCU para corrigir as denúncias e irregularidades apontadas e nem poderia ser de outra forma, já que é seu papel e seu dever fazer corretamente o que determina a legislação.

Não há definitivamente uma fábrica de fraudes. Mas é isso que é repassado aos servidores.

Há falhas internas e há inúmeras pressões externas, muitas delas inconfessáveis.

Como há também questões de fundo. No caso das pensões, 7,1 milhões em dez. de 2013 (22,95% dos 31,1 milhões de benefícios) correspondendo a um valor de R$ 5,9 bilhões (21,17% dos R$ 27,1 bilhões).

O INSS concede mensalmente em torno de 15 mil pensões ou aproximadamente 200 mil anuais.

O governo do lulopetismo vem resistindo brava e estoicamente a qualquer mudança na legislação excessivamente benevolente, quando comparada a de outros países. Isto porque não interessa principalmente mexer com as viúvas, calejadas e sofridas, e as "jovens viúvas" que se aproveitam da senectude dos bem aposentados. Cumpre destacar que o potencial das "jovens viúvas" é exponencial. Indiferentes dão fantástica elasticidade a um benefício, sem contribuição correspondente, e que pode chegar a 100 anos! Ressalte-se que felizmente a longevidade das brasileiras está aumentando...

Fazemos nossas as observações do TCU que são subsídios valiosos para a reforma necessária e indispensável à sustentabilidade do Regime Geral de Previdência Social-RGPS.

Pensões para filhos maiores inválidos que apresentam atividade laboral ou benefício

previdenciário dela decorrente, Desdobramento irregular de pensões. - Erros cadastrais em dados básicos de instituidores e titulares de pensões. - Benefícios acima do teto não decorrentes de ação judicial. - Filha cadastrada como companheira e/ou cônjuge, Pagamento de benefícios a titulares com CPF de terceiros ou inconsistentes. Erro de sistema quando se cadastra primeiro o filho como titular e depois a mãe como companheira. - Fragilidade no período de carência para concessão do benefício de pensão por morte, - Obtenção de pensão por morte sem redutor de valor para cônjuge/companheiro (a) em idade laboral.

Todas essas questões demandam a necessária atenção das autoridades brasileiras de todos os níveis. Não se trata de algo restrito ao INSS, mas sim à sociedade e instituições como o Legislativo e o Judiciário que devem se sensibilizar para efetuar as mudanças imprescindíveis e zelar pelo patrimônio dos trabalhadores brasileiros.

Ninguém quer punir ninguém, ninguém quer levar as pessoas a situações de desespero, mas buscar a justiça social indispensável para que se exercite a proteção social que é um dos pilares da previdência e da seguridade social.

A Previdência Social é essencialmente contributiva. Não é Assistência Social nem com ela se confunde. Na Previdência não há espaço para proselitismo. Na Assistência Social, há ■

O Girassol, Palmas/TO- 11.03.2014
Diário da Amazônia, Porto Velho/RO- 13.03.2014
O Paraná, Cascavel/PR- 15.03.2014
Diário Popular, Pelotas /RS-20.03.2014
Diário da Manhã, Goiânia/GO-22.03.2014
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/RJ-24.03.2014
O Progresso, Dourados/MS-25.03.2014
Diário do Aço, Vale do Aço/MG-26.03.2014
Fatorama, Brasília/DF-30.03.2014
Diário da Costa do Sol, Macaé/SP-03.04.2014
O Povo, Fortaleza/CE-07.04.2014
Seguridade Social, Brasília/DF-abril 2014

FALÊNCIA DECRETADA

Por Paulo César Régis de Souza (*)

São desanimadores os dados divulgados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional-PGFN sobre a dívida ativa da Previdência Social, ao final de 2013.

Atingiu exatos R$ 275.302.815.018,08

Houve um crescimento de 8,58, em relação à 2012.

Os créditos não previdenciários (tributários e não tributários) alcançaram R$ 997.878.075.967,12. Cresceram mais: 9,09%.

A PGFN recuperou em 2013 apenas R$ 4.735,148,773,61, para alegria e glória dos devedores.

Qualquer quitanda ou multinacional ou um grande banco que tenha recuperação de crédito tão inexpressiva não resistiria e teria sua falência decretada.

Isto, no mínimo, denota desleixo, descompromisso, desprezo e descaso com a coisa pública, em particular com o cidadão brasileiro que contribui para a Previdência Social, sonhando em ter uma aposentadoria digna e que lhe assegure uma velhice tranquila.

O nível da dívida ativa na PGFN alcançou recorde histórico de R$ 1 trilhão e 210 bilhões, quase 90% de débitos tributários. A PGFN conta com 2.098 procuradores, 1.333 servidores e 118 unidades e um estoque de 6,8 milhões de processos.

Pelo volume, qualquer turista do Gabão, menos desavisado, pode concluir que a dívida jamais será cobrada. Os devedores podem comemorar.

No caso da Previdência, o que surpreendentemente alarma é que a dívida voltou a patamares do tempo em que a decadência era de 10 anos. Como se sabe, com a infausta decisão do Supremo que a reduziu de 10 para cinco anos, 50% da dívida da época virou pó. Os devedores comemoraram com champagne francesa, proseco italiano e espumante gaúcho.

Preocupa-nos também que a Receita Federal do Brasil nada divulga sobre a dívida administrativa, cujo volume historicamente elevado, quando o TCU investigava, hoje é guardado a sete chaves e disponível apenas para os devedores que, aliados aos políticos caçadores de financiamento eleitoral, correm atrás de Refis dos refis.

A Previdência Social torna-se vítima. Os contribuintes são vilmente tungados. Os aposentados recebem benefícios cada vez mais minguados, menos de dois salários mínimos na média da concessão e da manutenção. As pensões se transformaram em queijos suíços.

É uma situação preocupante, principalmente porque não se vê esforço, empenho, diretriz, ação forte para profissionalizar a gestão de recuperação de créditos, uma das "commodities" da área financeira. Não precisa reinventar a roda. Basta ver o que fazem os bancos, as financeiras e as seguradoras para recuperar crédito. O mais simples é se ver no Brasil um carro ser apreendido na rua por que o comprador não pagou a prestação.

A PGFN tem o seu foco na defesa da constitucionalidade e da juridicidade de questões delicadas nos tribunais Superiores, o que é relevante, com atuação exitosa junto ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça. Neste sentido, "a vitória da PGFN nas ações que discutiram a correção monetária das demonstrações financeiras das empresas brasileiras com coligadas e controladas no exterior e a inclusão da CSLL na apuração da base de cálculo do IRPJ e da própria CSLL acarretaram economia de ais e R$ 51,42 bilhões".

Como podemos nós previdenciários, contribuintes, aposentados e pensionistas, aceitar que a montanha de créditos não seja cobrada, com eficiência? Como podemos permitir inércia, passividade e omissão na crucial questão de recuperação de créditos?

No fulcro da causa está a crença de que a Receita só arrecada na fonte. Aí o Leão vira Leão, com juba, garras afiadas e baba excessiva.

Como aceitar a perda de prazos na transformação da dívida administrativa em cobrança judicial e, mais grave, na própria judicial, que é uma displicência recorrente?

Francamente, como previdenciário, me causa indignação que ministros, dirigentes do INSS, da DATAPREV, da Receita Federal do Brasil, da AGU, da PGFN, se comportem passivamente diante da montanha de recursos, que pode chegar a R$ 300 bilhões em 2014, seja esquecida.

A PGFN, e a AGU, de forma solidária, tem a obrigação de apresentar ao país um programa

consistente de recuperação desses créditos, com objetivos, metas e prazos.

A PGN tem a obrigação de divulgar o que foi recuperado no exercício anterior, como também o dever de informar qual o valor dos débitos que prescreveram no exercício, por causa da decadência. A prescrição, por incúria de gestão, é inadmissível.

Se é política pública não cobrar caloteiro, lamentável. Fingir que fiscaliza cobra e arrecada é fraude.

Se não tiverem condições de cobrar, terceirizem a cobrança. Façam alguma coisa.

O mais grave é que ninguém é responsabilizado ■

Diário da Amazônia, Porto Velho/RO-21.03.2014
O Girassol, Palmas/TO-24.03.2014
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/RJ-31.03.2014
Diário do Aço, Vale do Aço/MG- 31.03.2014
Diário do Nordeste, Fortaleza/CE- 01.04.2014
O Paraná, Cascavel/PR-03.04.2014
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro/RJ- 05.04.2014
Diário Popular, Pelotas/RS-05.04.2014
Estado de Minas, Belo Horizonte/MG-06.04.2014
Folha de Londrina, Londrina/PR-07.04.2014
O Progresso, Dourados/MS-07.04.2014
Diário da Manhã, Goiânia/GO-08.04.2014
Fatorama, Brasília/DF-27.04.2014

FUNDOS PENSÃO SEM LENÇO SEM DOCUMENTO

Por Paulo César Regis de Souza (*)

O episódio da corrupção entre doleiros, deputados federais e estaduais, vereadores e prefeitos, secretários municipais de finanças, moças bonitas, etc; envolvendo R$ 400 milhões de desvio de recursos públicos de fundos públicos municipais de Previdência Social é apenas uma pequena mostra do que pode representar o que se chama Regimes Próprios de Previdência Social-RPPS, seja a previdência social de estados e municípios.

O país tem 5.400 municípios e em tese poderia chegaria a dispor de 5.400 fundos municipais de previdência.

Na realidade, mais de dois terços das prefeituras municipais sempre contribuíram para o Regime Geral de Previdência Social-RGPS.

Contribuíram, em tese, pois sempre optaram em não pagar seus 22% sobre a folha, descontavam e não recolhiam a contribuição dos empregados, praticando a apropriação indébita.

Um passivão, já parcelado e reparcelado dezenas de vezes, mesmo nos tempos atuais,

quando em homenagem aos caloteiros, o prazo de pagamento tenha sido esticado para 240 meses, seja 20 anos, que é para não pagar e passar de governador para governador, de prefeito para prefeito, como algo impagável.

Em que pesem os esforços do Ministério da Previdência Social para estruturar os fundos estaduais e municipais de previdência social, a coisa caminha lentamente, cercada de mistérios.

Muitos governadores, com a perda dos bancos estaduais, transformados em emissores de moeda dos estados, ricos ou pobres, passaram a usar os fundos estaduais na emissão de moeda para suas políticas de roubos e furtos, desvios e falcatruas!

A previdência social dos estados sempre foi um baita descalabro, no tempo dos institutos estaduais de previdência. Afirmo: de estados ricos e pobres. Só fechavam no vermelho.

Seguia o mau exemplo da União que nunca recolheu sua cota patronal quando tinha quase 1 milhão de celetistas e descontava e não recolhia a contribuição dos trabalhadores, também praticando a apropriação indébita.

Mesmo depois do Regime Jurídico Único, a União continuou não recolhendo a cota patronal de 22 % de sobre a folha e apoderava-se da contribuição do servidor. O Tribunal de Contas da União- TCU cansou de produzir relatórios cobrando. De nada adiantou, foi tudo incorporado ao déficit público.

Quem teria competência para fiscalizar os tais regimes próprios estaduais e municipais? Certamente os tribunais de contas dos Estados. Mas não fiscalizam. O MPS deveria fiscalizar, mas não dispõe de só auditor fiscal para fiscalizar! Rombos surgiram e desapareceram com e sem rastro.

Estamos diante de instituições com 4.826.354 servidores ativos, 1.859.61- inativos e 665.730 pensionistas, com um total de aplicações de R$ 172. 639,013. 640,87 (dados do CADPREV-Web de 01.10.2013) e disponibilidades financeiras de R$1.882.520.146,80.

Recentemente o jornal Estado de S. Paulo revelou que "os fundos de pensão de servidores públicos estaduais e municipais acumularam perdas nominais de R$ 528,17 milhões em aplicações feitas entre 2009 e 2013. O prejuízo é atribuído em parte a esquemas criminosos e à adoção de práticas que burlam regras estabelecidas pelo governo federal". Já o Relatório do Ministério da Previdência Social apontou que "fundos estariam potencialmente sendo utilizados para desvio de recursos" e "colocando em risco a solvência de todo o sistema".

O MPS teria encaminhado 200 relatórios à Polícia Federal, Banco Central e Comissão de Valores Mobiliários para investigar irregularidades.

Não há a menor garantia de que isto deixará de ocorrer. Vão repor o que roubaram? Muito difícil. O processo está sob controle? Claro que não. Há segurança dos servidores contribuintes? Também não? O MPS pode evitar fraudes? Não. Não tem cultura para isso. Não desenvolveu no passado nem desenvolve no presente. Os agentes da corrupção e os operadores de mercado podem dispor de tais fundos para seus propósitos sinistros.

Com a migração dos institutos para fundos de pensão complementares estaduais e municipais, supõe-se que haverá fiscalização, a exemplo do Funpresp, da União, através da Superintendência de Previdência Complementar-PREVIC, do MPS, com 324 fundos públicos e privados com ativos de R$ 662,281 milhões, 6,5 milhões de participantes, assistidos e dependentes, mas entregues a gestão de alto risco (não profissional, mas política) e que fecharam o segundo trimestre de 2013 com um déficit de R$ 22,3 bilhões.

Isto não é de hoje, vem desde 1974, quando se regulamentou a previdência complementar

no país.

Doutra parte, não há notícias de algum plano privado de previdência, de bancos e seguradoras, que tenha sido pego em flagrante violação de sua carteira de investimentos que chegou a R$ 355,055 milhões, com provisões de R$ 346.706 milhões, com 12,7 milhões de contratos ativos e 96.402 pessoas usufruindo dos benefícios. A fiscalização da SUSEP passa longe, se é que tem fiscalização. Funcionam quase que em regime de auto-regulamentação. Há consenso de que seus fundos sejam administrados por terceiros, reduzindo o risco de irregularidades, sem gestores indicados politicamente ■

O Girassol, Palmas/TO- 09.04.2014
Diário do Aço, Vale do Aço/MG-11.04.2014
Diário da Amazônia, Porto Velho/RO-12.04.2014
Diário da Manhã, Goiânia/GO-14.04.2014
O Paraná, Cascavel/PR-15.04.2014
O Progresso, Dourados/MS-15.04.2014
Correio Braziliense, Brasília/DF-19.04.2014
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/RJ-24.04.2014
O Estado do Maranhão, São Luís/MA-25.04.2014
Diário Popular, Pelotas/RS-25.04.2014
Notícias do Dia, Florianópolis/ SC-26.04.2014
Jornal de Brasília, Brasília/DF-30.04.2014
Amazonas em Tempo, Manaus/AM-02.05.2014

DA ARTE DE ENGOLIR SAPOS, SEM COAXAR

Por Paulo César Régis de Souza (*)

Há certas coisas na Previdência Social brasileira que passam batidas para a maioria dos especialistas, da mídia, dos políticos, da população e até dos servidores do Ministério da Previdência Social-MPS e do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS.

O ministro Garibaldi Alves é astuto, hábil, sensato, político e "como bom cabrito não berra". Este é seu lado nordestino, potiguar, que lhe deu sucessivos mandatos, liderança e prestígio.

Certamente é o único político da atualidade, de todos os partidos da base e extra base, que está fazendo um "intensivão" em Previdência Social vivenciando na prática "fatos, artimanhas, injunções e experiências" na administração do MPS e do INSS, o que outros políticos nem imaginam que possa ocorrer numa situação normal.

Ele finge que tudo é normal e que não é com ele.

Aprendeu desde cedo - além de descascar abacaxi - a engolir sapos sem coaxar para levar adiante a missão que lhe foi confiada pela Presidente Dilma e pelo seu Partido, o PMDB.

Recentemente, no episódio da demissão do Secretário de Política de Previdência Social Dr. Leonardo Rolim, mais um "sapo" foi engolido.

Claro que estamos ao lado do Ministro quando postulamos que o MPS deve ter a formulação e o comando de coordenação da política de Previdência Social, o que lhe cabe legalmente, mesmo sabendo que esta atribuição constitucional foi usurpada pelo Ministério da Fazenda "Social" de forma abusiva, atrabiliária, com profundas repercussões e sequelas no modelo previdenciário construído ao longo de 92 anos com seriedade, competência, responsabilidade e respeito internacional.

Portanto, instalou-se uma situação de anormalidade.

O Ministro e o Ex-secretário apenas verbalizaram o óbvio quando admitiram de público um crescimento nominal no déficit previdenciário em 2014 (na estrita relação contábil da apuração do mesmo déficit, seja receita corrente líquida-menos arrecadação de contribuições sobre folha) com base na evolução das despesas com pagamento de benefícios. Ambos apenas não previram que suas eventuais colocações pudessem ferir suscetibilidades e vaidades dos deuses da Fazenda "Social", acostumados à manipulação de dados estatísticos que já preocupam o mercado e as instituições multilaterais, como o FMI e a Comunidade Europeia. Sem falar que a comunidade acadêmica acendeu a luz vermelha para as alquimias do superávit primário, financiamento da dívida interna e endividamento da União, estado e municípios que contaminaram outros indicadores.

O Ministério da Fazenda "Social" acabou com a receita previdenciária, incorporada intempestivamente à Receita Federal, e desde então assumiu o comando de formulação e coordenação da política previdenciária. A ação do MPS e do INSS ficou adstrita à concessão e a manutenção de benefícios.

Ouvi de um ex-ministro do governo Lula a afirmação de que se estivesse à frente do Ministério isto não teria acontecido.

Mas o desastre maior ocorreria em seguida com a forte ampliação das renúncias de contribuições previdenciárias (isenção da contribuição patronal), o mais grave sem contrapartidas efetivas. A Fazenda "Social" ignora que a contribuição patronal (zerada) financia a aposentadoria do trabalhador e que a conta será paga pela sociedade.

Depois da queda, outro coice com a imposição da desoneração da contribuição sobre a folha que foi um presente para a classe patronal e um ferro para a classe dos trabalhadores e da própria Previdência Social.

Sei que o patronato queria o fim da contribuição sobre a folha e não morre de amores pelo Seguro Social, mas a Fazenda "Social" optou pela desoneração, como instrumento de política fiscal que é uma violência sobre a qual os trabalhadores não se manifestaram e aceitaram cabisbaixos, submissos e indiferentes.

Nós da ANASPS fomos um dos únicos que protestamos, porém em vão.

Estamos vivendo um momento de descaminhos impostos à Previdência pela Fazenda Social, que pode custar muito caro ao país caso os segmentos pensantes não reajam às violações do projeto "Pacto de Gerações" de Eloy Chaves, especialmente agora quando sistemas previdenciários de todo mundo começam a enfrentar a crise do crescimento exponencial dos maiores de 70 anos. O bônus demográfico está se extinguindo e teremos logo o bônus demográfico que será compartilhado pelas futuras gerações.

A Previdência Social não pode e não deve ser instrumento de política fiscal. É o grande

instrumento de política social, com contribuição atuarial definida para fins específicos. Tanto é verdade que da crise de 2008 para cá foi a Previdência Social que suportou o impacto do descalabro fiscal e financeiro, mantendo a coesão social ■

Jornal da Cidade, Bauru/SP-02.05.2014
Diário do Aço, Vale do Aço/MG-30.04.2014
Jornal de Londrina, Londrina /PR-30.04.2014
O Girassol, Palmas/TO-30.04.2014
Gazeta do Povo, Curitiba/PR-30.04.2014
O Paraná, Cascavel/PR-01.05.2014
Previdência Total, São Paulo/SP-05.05.2014
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/RJ-06.05.2014
Diário da Amazônia, Porto Velho/RO-07.05. 2014
A Frente Informa, Brasília/DF-09.05.2014
Jornal Comércio de Franca, Franca/SP-11.05.2014
Diário da Manhã, Goiânia/GO-12.05.2014
O Progresso, Dourados/MS-12.05.2014
Jornal de Brasília, Brasília /DF-14.05.2014
Gazeta do Sul, Porto Alegre/RS-20.05.2014
Folha de São Borja, São Borja/RS-20.05.2014
O Popular, Mogi Mirim/SP-24.05.2014
Fatorama, Brasília/DF- 01.06.2014

A PRESIDENTA ESTÁ EM DÍVIDA CONOSCO

Por Paulo Cesar Regis de Souza (*)

A véspera das eleições em que a Presidenta Dilma é candidatíssima à reeleição, não custa lembrar que a situação dos servidores públicos federais (oia nois na fita!) Ficou ruim com o governo FHC – que defendia o Estado mínimo, a privatização e a terceirização dos servidores públicos - não melhorou no governo Lula nem no seu. Um grande jornal constatou e estampou que "o descontentamento do funcionalismo com ela (Dilma) é gritante".

Lula manteve intocada a perversa estrutura de remuneração de seu antecessor, com base em gratificações de produtividade, que não medem produtividade de nada. Houve carreiras que acumularam até três gratificações de produtividade em cima de um vencimento básico ridículo. As gratificações foram uma invenção de algum arrivista, temporário ou terceirizado, de mal com a vida, que resolveu matar dois coelhos com uma cajadada só: as gratificações não são incorporadas às aposentadorias e os inativos, em princípio, não as recebem, a não ser por via judicial.

Além do que os aumentos anuais e obrigatórios foram concedidos abaixo da inflação

gerando perdas jamais repostas.

Os servidores viram em Lula o salvador da pátria e se esborracharam, pois além do "arrocho salarial" com a manutenção do nefando "vencimento básico" e recomposição salarial reduzida, impôs com seu braço sindical, a 2ª. reforma da Previdência que tirou direitos sociais (aposentadoria integral, isonomia entre ativos e inativos e entre civis e militares, fixação da idade mínima, não incorporação das gratificações e vantagens) e conquistas constitucionais dos servidores e acabou por taxas os inativos.

Disto Lula não se lembra e a CUT finge que não é com ela!

No final do governo Lula e para agradar o que o PT considera elite do serviço público instituiu-se a remuneração por subsídio para algumas categorias, ditas de Estado, incorporando as gratificações que eles não levariam para suas aposentadorias. Um pequeno grupo foi beneficiado. Uma multidão ficou na chuva e se molhando. Criou-se sem querer querendo duas classes de servidores: de 1ª ("as zelites") e de 2ª ("a ralé").

Não fosse a intervenção e o prestígio do senador José Pimentel, então ministro da Previdência, não teríamos arrancado um Plano de Carreira que atenuou parte de nossas dificuldades do INSS. Foi tudo na marra e às pressas, o que nos custou desajustes até hoje aguardando correções.

O ministro Garibaldi Alves percebeu quando chegou ao Ministério e pediu novamente 10 mil servidores para preencher os claros da Previdência, reiterando pedido que o seu antecessor deixara nos escaninhos do Ministério do Planejamento. Pediu também a revisão do Plano Carreira para promoção de ajustes. Até hoje não conseguimos nem uma coisa nem outra. As novas agências do INSS que foram implantadas têm um mínimo de servidores e algumas delas estão fechadas. A insensibilidade do Ministério do Planejamento tem sido absurda e siderúrgica.

Garibaldi criou uma Comissão, convocou servidores, embalou a instituição, mas acabou desautorizado pelo Planejamento que não faz nada pelos servidores e não deixa ninguém fazer.

A Presidente Dilma foi isolada pelo Planejamento e não houve reajuste salarial para os servidores em 2011, 2012 e 2013, o que acabou em ação judicial que aguarda julgamento, embora houvesse obrigação constitucional para tanto e as elevadas taxas de inflação sugerissem o reajuste.

A Presidente jamais recebeu os servidores.

A ministra do Planejamento idem.

Sustentam um discurso distante, do alto do pedestal, acima do bem e do mal, e jamais cedeu um milímetro nas suas convicções sobre o papel dos servidores e a importância da administração pública.

Não é sem razão que o Planejamento, desprezando os estatutários, encheu o Executivo de pessoas estranhas, (sem concurso) como os comissionados, os terceirizados, os temporários, os contratados por tempo determinado e os contratados através de instituições multilaterais (OPAS, UNESCO, PNUD, etc). Todos com bons salários e vantagens.

Os servidores tiveram uma perda real de salários da ordem de 14%. Mas não parou aí a sanha redutora: os chamados benefícios sociais dos servidores (auxílio creche, vale refeição, contribuição patronal para o custeio de plano de saúde, exame médico periódico, sem falar que a GEAP foi aparelhada e utilizada para outros fins) vêm sendo paulatinamente reduzidos a cada ano, tornando ainda mais sufocante a vida dos servidores. Diante do grito geral, o governo concedeu reajuste de 5% nos anos de 2013, 2014 a 2015, ou seja, abaixo da taxa de inflação verificada e a presumida. Mais perdas reais de salários, mais sofrimento para os servidores.

Somos de opinião que a Presidenta Dilma teve que abrir os olhos e ver a massa de servidores à sua volta.

Esperamos um gesto de generosidade dela. Não queremos muito. Queremos reconhecimento e respeito ■

O Girassol, Palmas/TO-09.05.2014
O Paraná, Cascavel/PR-11.05.2014
Diário da Amazônia, Porto Velho/RO-14.05.2014
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/RJ-16.05.2014
Jornal Comércio de Franca, Franca/SP-18.05.2014
O Progresso, Dourados/MS-20.05.2014
Diário do Aço, Vale do Aço/MG-22.05.2014
O Dia, Teresina/PI-23.05.2014
Amazonas em Tempo, Manaus/AM- 28.05.2014
Jornal de Brasília, Brasília/DF-30.05.2014
Previdência Total, São Paulo/SP-04.06.2014
Jornal da Cidade, Aracajú/SE-04.06.2014
Folha de Londrina, Londrina/PR-09.06.2014
Gazeta do Sul, Porto Alegre/RS-11.06.2014

A FAVOR DE UM PROGRAMA DE GOVERNO

Paulo César Régis de Souza (*)

No horário eleitoral gratuito - que de gratuito não tem nada, pois os custos são pagos pela Receita Federal a peso de ouro - os partidos políticos raramente se ocupam do tema Previdência Social. Repetem a lengalenga que seus partidos defendem mais escolas, hospitais, estradas, segurança, transportes públicos e educação. Tudo em vão! Espremendo não se aproveita nadica de nada.

Nossos partidos têm, por viés de cópia, os mesmos manifestos, os mesmos programas, os mesmos ideários e as mesmas propostas. Pode ser de esquerda, direita ou de centro. Há uma certa imbecilização de seus ideólogos e um distanciamento dos eleitores.

São partidos que pregam uma Escandinávia de soluções para organizações tribais. Não há conexão com a realidade. São esquizofrênicos, diletantes, minimalistas.

Gostaria que fosse diferente. Especialmente neste momento de abertura do debate da sucessão presidencial de 2014, em que o tema Previdência Social certamente será esquecido ou lembrado de raspão. Francamente, é ruim!

A questão da seguridade social no país é muito forte e impactante para ser deixada de lado. Nesse "pacto de gerações" se apoia a nossa sociedade, sendo ela contributiva ou não. São

quase 60 milhões de contribuintes para instituto de previdência, 12 milhões para previdência complementar aberta, 6 milhões para previdência complementar fechada, 27 milhões de beneficiários do Regime Geral de Previdência Social-RGPS, 10 milhões de segurados públicos, 5 milhões de beneficiários públicos federais, estaduais e municipais, 4 milhões da Lei Orgânica de Assistência Social, idosos sem renda e incapacitados, 13 milhões no bolsa família. É uma massa não desprezível. Isto sem falar nos 20 milhões de marginalizados e excluídos, que não reclamam de nada por falta de acesso à dignidade humana.

Portanto, os partidos políticos deveriam mergulhar nas questões que afligem a Previdência Social. Não em suas lideranças despreparadas, demagógicas e oportunistas, sem compromisso com o Estado, com os cidadãos e pouco sensíveis à realidade social. Deveriam considerar seus quadros pensantes, sua alma e seu "soul", a fim de melhorar a Previdência pública, os regimes próprios, os regimes complementares, bem como o leque de assistência social que garante que muitos brasileiros não padeçam na miséria extrema.

Já ouvi dizer que nada se alterará enquanto o sistema econômico financeiro que aí está a suportar o financiamento do circo. A corda está esticando. Hoje, o Tesouro paga o déficit da previdência no conceito arrecadação liquida - folha de contribuição menos à despesa com benefícios do RGPS -, mas paga também os rurais, os assistenciais, o bolsa família, o seguro desemprego e etc. Dizem que o Tesouro está pagando, mas na realidade quem está pagando somos nós, através de uma crescente e nefasta carga tributária, um Imposto de Renda que pune os assalariados com o desconto na fonte e uma política tributária que favorece os caloteiros dos refis da vida.

Convenhamos que nunca é demais esperar que os candidatos à sucessão presidencial apresentem ao bravo povo brasileiro propostas para ajustar a Previdência Social. Por imperiosa necessidade para que ela não afunde.

O "pacto de gerações" foi criado no século XVIII por estadistas alemães e ingleses, quando pensaram no "wellfare state", ou seja, o estado do bem-estar social, que funciona a contento quando bem administrado. Apesar disso, os estadistas não previram a bolha demográfica que viria como consequência da melhoria da qualidade de vida em todas as nações que optaram por água tratada, saúde, saneamento, vacinação, educação e infraestrutura.

A generosidade do pacto, em que os trabalhadores ativos contribuem para financiar os inativos, impõe certas regras e ajustes para que isso não entre em colapso.

Há pouco tempo atrás o Brasil eliminou a aposentadoria por tempo de serviço, adotou a de tempo de contribuição em 35 anos e fixou idade mínima para o servidor público, 60 anos para as mulheres e 65 anos para os homens. A mudança foi vista com euforia, pois tinha o componente da contribuição e do financiamento. Dizia-se que daria folga ao caixa dos sistemas público e privado. Não deu. Uma pessoa que comece a contribuir aos 20 anos se aposentar aos 55 anos, teria uma sobrevida de 20 a 30 anos, recebendo benefícios previdenciários. A mudança está vencida e que pede um novo ajuste, já que a população brasileira tem hoje a expectativa média de vida de 74 anos, 69/70 para homens e 78/79 para mulheres.

Penso que os brasileiros esperam dos candidatos um compromisso com o futuro da Previdência Social. Aguardamos os programas de governo dos candidatos para nos certificarmos de que nos próximos quatro anos não teremos sobressaltos.

Não é possível e muito menos desejável a convivência com o uso da receita previdenciária para fins políticos, com a má qualidade da governança da receita previdenciária, com benefícios quem não asseguram mais uma velhice tranquila, com precatórios que corrigem no judiciário as

injustiças, com o queijo suíço de furos no sistema de pensões, com a diferenciação no sistema de reajuste dos benefícios do mínimo e acima dele, com a vigência indefinida do fator previdenciário, com a ausência de uma idade mínima para o trabalhador do RGPS, com a demora na marcação de um atendimento nas unidades do INSS, com a precária condição de trabalho da perícia médica, com a falta de programas de reabilitação profissional, com o atraso injustificado na implementação das novas agências do INSS e nem com a falta de servidores no INSS ■

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro/RJ- 11.06.2014
O Progresso, Dourados/MS- 13.06.2014
O Diário do Norte do Paraná, Maringá/PR- 14.06.2014
Diário do Aço, Vale do Aço/MG-14.06.2014
O Diário do Norte do Paraná, Maringá/PR-14.06.2014
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/RJ-14.06.2014
O Paraná, Cascavel/PR-15.06.2014
O Povo, Fortaleza/CE-24.06.2014
Correio Braziliense, Brasília/DF-24.06.2014
O Girassol, Palmas/TO-24.06.2014
Previdência Total, São Paulo/SP-26.06.2014
Gazeta do Sul, Porto Alegre/RS- 26.06.2014
Jornal da Cidade, Bauru/SP-27.06.2014
Diário da Manhã, Goiânia/GO- 27.06.2014
Jornal de Brasília, Brasília/DF-06.07.2014
Fatorama, Brasília/DF-20.07.2014
Seguridade Social, Brasília/DF-junho 2014

A DESONERAÇÃO DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA AMEAÇA O FUTURO DA PREVIDÊNCIA

Por Paulo César Régis de Souza (*)

A julgar pelas intervenções, declarações e decisões unilaterais do ministro da Fazenda Social, Guido Mantega, a desoneração da receita previdenciária (substituição da contribuição patronal calculada sobre a folha de salários por uma alíquota de 1 a 2% aplicada ao faturamento) não ameaça o futuro da Previdência Social pública. Pretensão e água benta é o forte do Ministro Mantega que não tem acertado no atacado e no varejo!

Todo processo de desoneração passou longe do Ministério da Previdência Social, cujas opiniões doutrinárias (?) foram desconsideradas como não foram consultados os 60 milhões de segurados contribuintes e os 27 milhões de beneficiários do Regime Geral de Previdência Social-RGPS, 90% recebendo um salário mínimo e com ameaça de 100%, com benefício médio de menos de três salários mínimos.

É uma vilania desmedida o que se fez e se está fazendo com a Previdência Social pública, obrigando o cidadão a contribuir por 35 anos e receber o salário mínimo, enquanto os que não contribuem, ao chegar aos 65 anos, recebem também um salário mínimo. O país virou as costas ao futuro de seu povo trabalhador.

O "pai" da desoneração, Nelson Barbosa, já não está na Fazenda Social, que deveria expirar em princípios de 2015.

Os objetivos da desoneração foram meramente fiscais (jamais previdenciários): redução do custo de mão-de-obra, sem diminuir os salários e os direitos dos trabalhadores (?); redução do custo de produção e exportação; redução do preço de bens e serviços para o consumidor (redução da inflação) (?); aumento da competitividade do produto brasileiro; produção; geração de mais empregos. Formalização da mão-de-obra; expansão maior do PIB. Tudo blefe, enfiado goela abaixo do MPS, do INSS, do RGPS, de um Congresso submisso e de lideranças domesticadas e amestradas de trabalhadores. Mas foi assim que o Sr. Mantega lançou o pacote fiscal da desoneração em 13.09.2012. Naquele dia, afirmou com uma autossuficiência japonesa que o impacto seria de R$ 12,8 bilhões do PIB de 2013, de R$ 4,9 trilhões. Em 2012.

Fora de apenas R$ 3,0 bilhões e em 2014, seria de R$14,1 bilhões.

A ANASPS e alguns especialistas (poucos, aliás) protestaram. Pelos dados da Associação Internacional de Seguridade Social-AISS a contribuição sobre a folha é a principal fonte universal de custeio das previdências mundiais. O Brasil faz desde o final de 2011 uma experiência fiscal, revogando, de forma arbitrária e autoritária, a contribuição sobre a folha, um dos pilares do financiamento da previdência. Na realidade, antes os empresários brasileiros pediam a eliminação pura e simples a contribuição patronal, jogando nas costas dos trabalhadores, como desastradamente se fez no Chile, o custeio de aposentadorias e pensões.

Na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO de 2014, as projeções de desoneração da folha foram estimadas em R$ 19,3 bilhões. (Bem diferente dos R$ 14,1 bilhões anunciados pelo Ministro Manteiga)

Em 29.01.2014. O Ministro Manteiga sentenciou que "a desoneração da folha de pagamentos (iniciada em dezembro de 2011) tem contribuído para reduzir o custo do setor produtivo (?)" Já seu Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda Social, Marcio Holland, substituto do sr. Barbosa, afirmou que "a medida teve um efeito tão positivo que tanto os empresários quanto as centrais já começaram uma discussão para tornar a desoneração definitiva" (sic), através de uma tal de Comissão Tripartite de Desoneração da Folha da Pagamentos (CTDF) com representantes da Fazenda, empresários e centrais (estas não foram mencionadas). O Ministério da Previdência não foi citado, mas 56 setores e segmentos de setores foram contemplados.

Em 27.05.2014, o ministro Manteiga lançou outro dado (3º) sobre o valor da desoneração dos 56 segmentos para 2014: R$ 21,6 bilhões, correspondendo a 60% da contribuição patronal sobre a folha), sendo R$ 13, 5 bilhões da Industria de transformação e a construção civil e R$ 8,0 bilhões do setor de serviços, incluindo varejo e transportes. Como a desoneração só iria a até 31.12.2014, por isso fora estimada em zero pela LDO, ele proclamou a que a desoneração será permanente e enfatizou que foi uma "decisão da presidenta Dilma Rousseff", depois de ouvir a Confederação Nacional da Industria – CNI que realizou pesquisa em que 96% considera a desoneração altamente positiva, como se pudesse esperar o contrário. O Ministério da Previdência não foi ouvido. Naquele dia falou que o fim da contribuição sobre a folha viria através de emenda constitucional ou por medida provisória.

Os empresários estão sendo beneficiados, como nunca, pois os maus, entre eles, gozam de uma baita sonegação da Previdência, calculada entre 30e 40% da receita líquida, como se beneficiaram de todos os 10 refis, desde 2003, com refinanciamento da dívida previdenciária, que é o reparcelamento do que foi reparcelado, com perdão de multas e redução de juros. Além do que foram favorecidos pela redução do prazo de decadência da dívida previdenciária de 10 para cinco anos, apagando-se numa noite R$ 250 bilhões de créditos da Previdência, pela lentidão e leniência na cobrança da dívida ativa de quase R$ 300 bilhões, que apresenta uma recuperação de credito de 1%.

Imaginar que tudo isso não impacta no futuro da Previdência, afirmo que já está impactando: o valor médio dos benefícios concedidos em 2014 é de R$ 1.069,00 (menos de dois salários mínimos, R$ 724,00) e que o valor médio dos 27 milhões de benefícios do RGPS f oi de R$ 1.063.68 (menos dois mínimos). As empresas ganham, os aposentados e pensionistas perdem "o pacto de gerações" estremece e está ameaçado ■

O Girassol, Palmas /TO-23.07.2014
Jornal de Brasília, Brasília/DF-29.07.2014
O Progresso, Dourados/MS-29.07.2014
Diário do Aço, Vale do Aço/MG- 30.07.2014
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/RJ-31.07.2014
Jornal da Cidade, Aracaju/SE- 31.07.2014
Diário da Manhã, Goiânia/GO- 03.08.2014
Amazonas em Tempo, Rio Branco/AC-11.08.2014
Previdência Total, São Paulo/SP-12.08.2014
Notícias do Dia, Florianópolis/SC- 19.08.2014

O RELATÓRIO SOBRE A GESTÃO DA PREVIDÊNCIA ESQUECENDO A RECEITA

Por Paulo César Régis de Souza (*)

Poucas pessoas tomaram conhecimento e leram o relatório do Tribunal de Contas da União sobre as contas da Presidenta Dilma Rousseff em 2013. É um documento de quase mil páginas, denso, que detalha e analisa o que o Tribunal chama de governança de cada setor da administração federal.

Eu que tenho sido um crítico ácido da ação do TCU, nos últimos tempos voltadas para as prefeituras, os bolsistas da CAPES, os desmandos do DNIT e varejão das aposentadorias dos servidores públicos, omitindo-se em setores críticos como os empréstimos a governos antidemocráticos, Petrobrás, Eletrobrás, BNDES, BB, Caixa, contratos superfaturados de obras , desmandos nas áreas de transportes, rodovias, saúde, educação, receita federal (refis,

renúncias e desonerações, incentivos , etc.), devo, por oficio e respeito aos trabalhadores do TCU, reconhecer o trabalho profissional executado na elaboração dos relatórios setoriais das contas da Presidenta Dilma.

Li com muita atenção o capítulo sobre Previdência e Assistência Social que compõe o que se chama Proteção Social.

Deixo de lado a Assistência Social que é bancada pelo orçamento fiscal e paga por todos os contribuintes. Nas sociedades contemporâneas, são desejáveis políticas públicas compensatórias de combate à fome e a miséria, de preferência, sem proselitismo, exigindo-se contrapartidas dos beneficiários.

Volto-me para a Previdência Social para a qual as empresas (não se sabe até quando) e os trabalhadores pagam contribuições definidas para benefícios definidos que se transformam em aposentadorias e pensões.

Em princípio, supõe-se a existência de uma matriz atuarial contributiva para assegurar um benefício que, em tese, represente pelo menos 70% do salário em atividade. Prevê-se que, para assegurar um padrão mínimo de dignidade, este benefício não sofra desvalorização e acumule imensas perdas, como no caso da iniquidade brasileira. A aposentadoria não é um favor do Estado, não é um benefício assistencial de salário mínimo. É um direito do cidadão que trabalhou, contribuiu um contrato social ou um pacto social entre gerações, no qual a mão grande do governo deveria ficar distante. Mão grande e criminosa.

Há entre supostos especialistas em previdência o complexo vira lata de enxergar distorções apenas nos benefícios previdenciários. Acham tudo errado na despesa com benefícios e tudo certo na receita previdenciária. No mínimo, permitam-me um termo duro: são os ignorantes, vassalos de um empresariado que sonha em contribuição zero para a previdência, como no Chile. A substituição da contribuição sobre a folha para uma alíquota no faturamento foi um passo. Enganam-se os que pensam que o custo Brasil está no INSS.

O relatório do TCU nos surpreende pela riqueza de detalhes sobe a governança administrativa do INSS, despojado, arruinado e distanciado de sua receita. "São gritantes as distorções identificadas na área de recursos humanos e nos "sistemas transacionais", constatando o TCU que inexiste uma política de pessoal e que há fragilidades na infraestrutura e nos sistemas de informação "Causa preocupação a política de pessoal do INSS" é a leitura da contundente análise que aponta para um pequeno grupo de 6 mil servidores, dos 39.392, que concederam 80% dos benefícios jun de 2012 e mai de 2013. Além do que 26% do efetivo estão usufruindo abono permanência, e teimam em continuar pelo temor de perder40% de seus salários.

Enquanto as observações sobre a atividade fim se mexem em todas as direções críticas ao alcance dos "sticks", sofisticando os radares e sonares de cada atividade, inclusive a tecnológica, o relatório menciona que "o déficit não tem diminuído e que a principal causa desse déficit encontra-se no RGPS rural, deficitário em R$ 74,2 bilhões" em 2013. E dispara que "o déficit atingiu 1,0% do PIB, sendo que a clientela urbana apresentou superávit de 0,5% do PIB e a clientela rural foi deficitária em 1,5% do PIB". Mais ainda: em 2013, a arrecadação teve incremento de 0,1% do PIB enquanto a despesa aumentou sua relação com o PIB em 0,2%. Em nenhum momento, ousa esquadrinhar o esfarelamento da receita, às voltas com renúncias, desonerações, refis, sonegação, evasão, não fiscalização, não cobrança e não recuperação de crédito.

Com o Executivo anestesiado e imobilizado pela campanha eleitoral, o Legislativo mergulhado no esforço de renovação da Câmara e do Senado, no "salve-se quem puder" e o Judiciário distante de ser acionado e assistindo a detetoriaçao da função de gestão pública, resta-nos a esperança idílica de sonhar que o ideário de Eloy Chaves sobreviva a tudo isso.

O Girassol, Palmas/TO-28.07.2014
Diário do Aço, Vale do Aço/MG-13.08.2014
O Progresso, Dourados/MS-13.08.2014
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/RJ-13.08.2014
Folha do Estado, Cuiabá/MT-14.08.2014
Jornal da Cidade, Aracaju/ SE-16.08.2014
O Dia, Teresina/PI-24.08.2014
O Paraná, Cascavel/PR- 26.08.2014
TCU, espada e guilhotina-14.09.2014

AS CIGARRAS, AS FORMIGAS E OS CALOTEIROS DO INSS

Por Paulo César Regis de Souza (*)

80% dos empresários brasileiros contribuem regularmente e corretamente com o INSS, merecendo respeito e gratidão da sociedade. São os que entregam suas folhas aos setores competentes de contabilidade e auditoria ou mesmo a escritórios privados de contabilidade, confiando que estão contribuindo para a grandeza do país e para a proteção social dos trabalhadores.

No fundo, todos merecem uma Medalha Eloy Chaves, o criador da Previdência Social brasileira em 1923, pelo zelo de preservar o maior patrimônio dos trabalhadores e o pacto de gerações idealizado por Otto Von Bismarck (alemão) e Lord Beveridge (inglês).

Mas são esquecidos e colocados na vala comum.

Como o modelo proclama que não há benefício sem contribuição, Eloy Chaves iniciou as caixas com contribuição do empregador e empregado. Os institutos que se seguiram tinham a mesma lógica. O IAPI - Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários - levou dois anos para pagar benefícios. Nesta época todos contribuíam e os eventuais devedores eram sancionados, inclusive com a dação em pagamento. Daí nasceram as imobiliárias dos institutos, herdadas pelo INPS – Instituto Nacional de Previdência Social - e depois o INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social. Prevalecia a lei de Talião: não pagou, perdia os bens. Escreveu, não leu, o pau comeu.

A partir do INPS, nas décadas de 60 até 90, surgiram inicialmente e timidamente, os parcelamentos de dívidas com juros, mora e correção monetária em prazos curtos para evitar a dação em pagamento. O grupo dos caloteiros era reduzido e concentrado em setores de terceirização de obras e transportes.

É verdade que o INPS, que arrecadava muito e tinha poucos beneficiários de aposentadorias e pensões - mesmo porque a força de trabalho era jovem - teve que conviver por pressão do Executivo com a destinação do superávit de sua receita de contribuição sobre a

folha para financiar a saúde, assistência social, alimentação e moradia popular (o primeiro minha casa minha vida), além de outros empreendimentos de infraestrutura (Volta Redonda, Brasília, Belém-Brasília, Transamazônica, Itaipu, Ponte Rio-Niterói) que hoje compõe a dívida histórica e impagável de mais de 1 trilhão de reais.

Coincidentemente com a o crescimento dos devedores profissionais (os caloteiros) para com o INSS, a fonte deu sinais de esgotamento. Foi secando com a saúde e secou com o calote, que trouxe de cambulhada as renúncias das "filantrópicas" e os benefícios sem contribuição como os rurais e os autônomos.

O país era jovem e a população também, os cofres dos 80% de contribuintes inerciais davam folga ao caixa, mas a população foi envelhecendo e os benefícios tinham que ser pagos. A partir daí outros benefícios sem contribuição surgiram, os recursos foram desbaratados e CPIs foram criadas.

O compromisso com as gerações foi substituído pelo compromisso com o ralo.

Disso se aproveitaram os caloteiros públicos que inexistiam e surgiram como formigas debaixo da terra, vorazes em não pagar a sua contribuição nem a recolhida dos servidores. Praticavam a apropriação indébita que levou muitos prefeitos para a cadeia. Mas os caloteiros privados, as cigarras, flanando e cantando a uma voz afinada com os políticos, passaram a pedir financiamento, refinanciamento "ad nauseum", com ampliação de prazo inicialmente em cinco, dez e vinte anos, com dispensa de juros, mora, correção, etc. Foram rolando dívidas, complicando as contas do INSS e chegaram até a revogar o delito da apropriação indébita em conluio com o Legislativo e o Judiciário.

O resultado de tudo isso é o constrangimento em que o Governo coloca os bons pagadores, que não discutem, apenas pagam, honrando as melhores tradições do compromisso social e da ética pública.

Sabemos que o tratamento dispensado aos caloteiros é parte da imundície do financiamento político, mas a nação degradada por este processo tem que reagir e clamar a todos os pulmões que as formigas e as cigarras sejam dizimadas.

Os compromissos da Previdência cresceram. O bônus demográfico está reduzindo a capacidade de pagamento do INSS e produzindo déficit, agravado principalmente pela baixa qualidade de gestão do financiamento que há anos não é controlada e avaliada por instituições como o TCU - Tribunal de Contas da União. O aumento dos programas de milhagem para os caloteiros em detrimento da cultura de pagamento de 80% dos empresários está no conjunto de todos os desencontros do financiamento: calote (refis), renúncia, desoneração, sonegação, evasão, não fiscalização, não cobrança, não recuperação de crédito, entre outros.

Os caloteiros que conseguiram se livrar da apropriação indébita conseguiram reduzir também de 10 para cincos a decadência da contribuição, o que implicou em perdas de R$ 250 bilhões no caixa do INSS. Conseguiram ainda que o TCU não divulgasse mais a lista dos caloteiros, que deveriam ser execrados pelo mau que fazem a natureza humana ■

Portal no Ar, Natal/ RN-01.08.2014
O Girassol, Palmas/TO-20.08.2014
Jornal da Cidade, Aracajú/SE-22.08.2014
Diário do Nordeste, Fortaleza/CE-23.08.2014
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/RJ-23.08.2014

O Estado de São Paulo, São Paulo/ SP-25.08.2014
O Progresso, Dourados/MS-27.08.2014
Gazeta do Sul, Porto Alegre/RS-25.08.2014
Jornal da Cidade, Bauru/ SP-03.09.2014
Todo Dia, Americana/SP-05.09.2014

O GRANDE DILEMA DO INSS

Por Paulo César Régis de Souza (*)

O Instituto Nacional do Seguro Social-INSS responsável pela concessão de 4/5 milhões de benefícios/ano contra 7 milhões de pedidos e a manutenção de outros 31 milhões, está com um grande dilema, a curto prazo.

Estimou o Tribunal de Contas da União¬-TCU, em uma de suas auditorias operacionais, de 09.07.2014, que até 2017 o INSS poderá perder até 50% de sua força de trabalho com a aposentadoria de 18.420 servidores emum universo de 39. 392, dos quais 10,6 mil (25%) já recebem abono de permanência .

Lembramos que as atividades do Seguro Social exigem uma qualificação diferenciada e um aprendizado continuado e que se transforma em "expertise" o conhecimento da legislação previdenciária, que muda diariamente pelo Legislativo, Judiciário, Súmulas, Pareceres e Interpretações , e sua correta aplicação demanda um servidor preparado, que é responsável pela concessão de milhares de benefícios que produzem impacto na despesa do Instituto.

Muitas vezes um simples erro vira fraude.Muitas vezes um benefício mal concedido tem vida eterna.

Mesmo que se queira em curto espaço de tempo repor esta força de trabalho, necessário porque estes servidores terão que ir embora, até pela expulsória, isto exigirá um esforço enorme da administração na seleção e capacitação do novos servidores.

Os aposentáveis não se dispõem a buscar sua aposentadoria em função da perda significativa de mais de 60% do seu ganho quando na inatividade.Os 50% da Gratificação do Seguro Social-GADSS que perderão representam 70% de sua renda.

Urge, por parte do INSS, implantar uma política de pessoal capaz de substutuir esta iminente aposentadoria dos servidores, por pessoal mais jovem, sem que isto afete a qualidade dos seus serviços.

Mais importante como lembra o TCU: que seja observada Norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT, de Gestão de Continuidade de Negócios, que convém que "a organização identifique as estratégias para manter as habilidades e conhecimentos fundamentais", da geração o que está indo embora e da geração que entrará. Do contrário, teremos indubitavelmente "a perda de memória institucional o que impediria a transmissão de conhecimento dos servidores mais experientes para os novos contratados". Além do mais a concessão de benefícios poderá sofrer retardos e apresentar erros e falhas que comprometerão o Regime Geral de Previdência Socal-RGPS . Não se trata de questão estrutural de financiamento

do RGPS, mas de uma questão gerencial absolutamente urgente, pois todo o processo de transição de pessoal leva tempo.

Alerto os candidatos à Presidência da República que a Previdência Social deve ser prioridade nas suas plataformas, não só no plano de sua governança admninistrativa, pois seu futuro está ameaçado, rompendo o equilíbrio do pacto social e do contrato intergeracional, bem como a segurança de uma crescente população de idosos,que chegará em 2030 a 40 milhões de brasileiros. É bom que em suas plataformas tenham a previdência social como uma de suas visões de Estado e de Governo, nao só em termos de concessão, manutenção de beneficios previdenciários e acidentários, mas no seu financiamento, dilacerado e desestruturado desde que seu financiamento foi indevidament apropriado pela Receita Federal e o Tesouro Nacional.

O que nos causa indignação é a indiferença estúpida e siderúrgia do Ministério do Planejamento, insensível a qualquer tentativa de solução do problema de gestão de pessoas.

Não é por falta de propostas concretas. Nós da ANASPS há 22 anos clamamos por um Plano de Carreira adequado às justas necessidades do INSS e às aspirações dos servidores. Em diversas oportunidades apresentamos projetos. Nos anos de trevas fomos excluidos de contatos com o Planejamento.

O ministro Garibaldi Alves, desde 2010, criou um Grupo de Trabalho no INSS para adoção de uma política de pessoal consequente, corrigindo distorções, voltada para futuro do INSS. Algumas iniciativas, inclusive as nossas, foram consideradas, mas infelizmente não há acolhida por parte do Planejamento que não aceita sugestões, apelos, solicitações, seja de quem for, para atenuar as dificuldades de recursos humanos do INSS. Fizemos greves, muitas greves, nem assim nos atenderam.

Sei que a questão central , extensão da Gratificação de Desempenho do Seguro Social-GDASS aos inativos é deixada para as calendas de mudanças legais ou decisões judiciais.

Este é um agravo do dilema: os servidores que recebem o abono estão presos ao INSS e assegurando a governança institucional da instituição, num esforço sobre-humano, numa idade em que teriam de estar aposentados, pois trabalham para manter a dignidade de suas vidas e o sustento de suas famílias.

A ANASPS, atenta a este problema de pessoal, recentemente teve aprovada pelo MEC a Faculdade ANASPS que se dispõe a colaborar com a Previdência na capacitação dos novos servidores.

Nos associamos aos que se empenham na solução deste dilema. O que está em jogo não é apenas a autarquia INSS e sua suas esatruturas, mas o maior patrimonio dos trabalhadores que caminha para 92 anos de pesença nas suas vidas.

0 país não pode se dar ao luxo de comprometer o futuro, o sonho e a esperança da Previdência Social e da proteção dos trabalhadores. O INSS segue sendo a maior seguradora da América Latina e uma das maiores do mundo. Tem que se administrado na sua exata dimensão,com 60 milhoes de segurados contribuintes e 31 milhçies de beneficiários. Não com a pequenez dos que nbao tem visão de Estado e de Governo ■

O Girassol, Palmas/TO- 27.08.2014
O Dia, Rio de Janeiro/RJ- 02.09.2014
Diário do Aço, Vale do Aço/MG-03.09.2014
O Paraná, Cascavel/PR-03.09.2014

Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/RJ-03.09.2014
Jornal da Cidade, Aracajú/ SE-003.09.2014
O Progresso, Dourados/MS-04.09.2014

VILANIA, ÓDIO E DISCRIMINAÇÃO CONTRA OS SERVIDORES FEDERAIS.

Por Paulo César Regis de Souza (*)

Foi divulgado que o crescente déficit das aposentadorias e pensões dos 809, 9 mil servidores públicos federais, civis e militares, poderá chegar em 2014 a R$ 65 bilhões de reais. Em 2015, será maior. Pode parecer impactante, e o é, mas o regime de previdência dos servidores federais não é único e sua comparação com o Regime Geral de Previdência Social-RGPS (INSS) é uma vilania. Se não for ignorância, é má fé.

Considere-se que contribuem para o "vultoso rombo" o pagamento das despesas com servidores ativos e inativos do Distrito Federal (saúde, segurança e educação), antigos territórios de Rondônia, Roraima, Amapá e Acre (soldados da borracha). Só isto dá mais de 20% dos 65 bilhões. Também estão na matriz do cálculo as despesas do Legislativo, do Judiciário do Ministério Público Federal e do Banco Central. Ninguém fala disso, por ignorância.

Os civis contribuem com 11% sobre tudo o que recebem, sem teto. Se for por subsídio ou estiver na vala comum, com vencimento básico e gratificações, a contribuição na média é alta. Sem se falar que até os inativos contribuem. Em tese, o governo deveria recolher a sua parte de 22%, incluso Seguro de Acidentes do Trabalho.

Já os militares não contribuem para a reforma e vão para a reserva com soldos integrais, incorporando todas as vantagens e gratificações. Contribuem somente com 6% para o plano de saúde. Além do mais, a União não recolhe um centavo de sua parte, o que é um substancioso componente do tal "vultoso rombo". Pior: ninguém sabe disso e ninguém disso fala. Por ignorância.

Acontece que nos últimos anos, o governo cansou de não contabilizar corretamente a receita, não pagar a sua parte e de não recolher a parte dos servidores. O Tribunal de Contas da União-TCU, em diversas auditorias, relatórios e acórdãos, igualmente cansou de chamar a atenção para a situação anormalíssima, determinando aos ministérios do Planejamento e da Fazenda o saneamento das irregularidades. Não tomaram conhecimento.

Não se tem dados confiáveis sobre a arrecadação, que é uma caixa preta, jamais aberta. Embora, tenhamos dados confiáveis e séries históricas da despesa. Isto serve para anúncios recorrentes de rombos e desacertos nos gastos públicos, atribuindo ao servidor um peso que não lhe cabe, mesmo porque a despesa de gastos com pessoal, nos setores público e privado, historicamente está passiva.

Os servidores civis foram duramente punidos, na 2ª. reforma da Previdência de Lula,

quando tiveram cassadas suas aposentadorias integrais e foram privados de incorporar suas gratificações o que lhes impõe uma redução de 60% nos seus vencimentos, apesar de contribuírem sobre o total da remuneração. Esta é outra estupidez que obriga milhares de servidores a resistir a se aposentar e que continuam trabalhando para não perder sua dignidade e qualidade de vida.

Como a série histórica da despesa é completa, os boletins do Planejamento aí estão, a da receita (guardada a sete chaves e de conhecimento dos áulicos, terceirizados e Phds do Tesouro) certamente desconhece os desacertos históricos das contribuições que produziram o "vultoso rombo"

Por exemplo, dos 809.9 mil servidores civis aposentados, pelo menos 50% do Executivo foram celetistas, quando passaram a estatutários, pela Constituição de 88, e ao Regime Jurídico Único-RJU, em 1991. Os celetistas, de 1967 a 1991, contribuíam para o antigo INPS, hoje INSS, sem teto, sobre o que efetivamente recebiam, sem que suas contribuições caíssem no fluxo de caixa do INPS e os 22% da cota patronal jamais foram pagos. O governo patrocinava a apropriação indébita. Disso ninguém sabe e ninguém disso fala. Por ignorância.

Uma solução para o "vultoso déficit" que era de R$ 20,0 bilhões em 2002 e foi de 62,0 bilhões em 2013, com tendência crescente , soa como sendo um clamor organizado para uma 3ª. reforma punindo ainda mais os servidores o que é evidentemente odioso, cruel, mesmo porque o clamor dos "especialistas", do ajuste fiscal, do mercado, e das vivandeiras da explosão do déficit público, visa levar servidores civis e militares à condição de miseráveis e o Estado e o Governo a baixos padrões de eficiência, num pais continental como o nosso. Com 200 milhões de habitantes e com uma imensa diversidade de interesses.

As intervenções feitas da 2ª. reforma de Lula em nome da redução do déficit e correção de desigualdades sociais foram inúteis:

a) Acabaram com a aposentadoria integral;

b) Acabaram com a incorporação das gratificações e vantagens nas aposentadorias;

c)Acabaram com a paridade entre ativos e inativos;

d) Acabaram com a paridade entre civis e militares;

e) Reduziram os valores dos vencimentos dos civis; com aumentos de 15% em três anos enquanto o Bolsa Família teve 30%;

f) Instituíram a contribuição dos inativos;

g)Criaram 39 ministérios e colocaram 30 mil terceirizados, 30 mil temporários, 6 mil "consultores" externos, sem concurso, aparelhando o Serviço Público Federal;

h) Obrigaram os novos servidores a migração para a Funpresp, para que aposentem com o teto do INSS.

O que querem mais?

Uma solução seria reduzir a quantidade de ministérios, transferir as despesas dos estados e do DF aos respectivos ou excluir da matriz do "vultoso déficit", demitir os temporários, terceirizados e consultores, reduzir a quantidade de cargos comissionados e funções gratificadas, conforme determinação do TCU.

Nenhum sistema de previdência no mundo sobrevive sem um competente gerenciamento da receita e da despesa. Não só misturam alhos com bugalhos, ignorância e má fé, transformando os servidores públicos, civis e miliares, em vilões da governança desastrada na gestão de pessoal ■

O Progresso, Dourados/MS-12.09.2014
O Girassol, Palmas/TO-12.09.2014
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/RJ-13.09.2014
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro -14.09.2014
Amazonas em Tempo, Manaus/AM-15.09.2014
Diário do Nordeste, Fortaleza/CE-18.09.2014
Diário do Norte do Paraná, Maringá/PR-19.09.2014
Jornal de Brasília, Brasília/DF-20.09.2014
Jornal da Cidade, Aracajú/SE-25.09.2014
Previdência Total, São Paulo/SP-26.09.2014

A CRIAÇÃO DA BOLSA INSS ATRAVÉS DO AUXÍLIO DOENÇA.

Por Paulo César Régis de Souza (*)

A Perícia Médica do INSS está no olho do furacão!

Os peritos do INSS estão presentes em 70% das 1.500 Agências da Previdência Social. Eles atuam em condições de trabalho inaceitáveis, ganham mal e não têm proteção (há casos de agressões e até de mortes).

O perito não está o INSS para prejudicar o segurado. Muito pelo contrário. Seu trabalho é o de avaliar a capacidade laborativa, de acordo com as Leis e as regras do INSS, que acompanham o que se passa em outros países. Eleger o perito como inimigo do segurado é covardia.

O governo negou aos peritos do INSS o enquadramento como carreira de estado; recusou a concessão do horário de 30 horas semanais; promoveu a terceirização e pretendeu a autorização para que assistentes sociais e fisioterapeutas realizem a perícia por incapacidade.

A demanda de benefícios por incapacidade corresponde hoje a 60% do volume de requerimentos ao INSS e a 22% do total das despesas com benefícios. É crescente. Isto representou no ano passado a cifra de mais de 50 bilhões de reais! (cerca de 25 bilhões de dólares)!

Surpreende-nos a manifestação do interesse de alguns setores do INSS, por pressão sindical e política, que deseja abrir as comportas para a concessão de benefícios por incapacidade sem a respectiva atenção à legislação, à situação do segurado e à ética do médico perito. Uma coisa é doença e outra é incapacidade. A Lei, tão somente, paga benefício por incapacidade. Cerca de 30% dos brasileiros com mais de 50 anos são hipertensos (pressão alta) e isso não quer dizer que são incapazes para o trabalho. A hipertensão é uma doença, mas não necessariamente gera incapacidade.

O INSS conta com 4.604 peritos. Nos últimos quatros anos 2.141 insatisfeitos deixaram o INSS, que não tem tido a atenção do Governo para a reposição da força de trabalho.

De janeiro a maio deste ano 1,8 milhões de pedidos de benefícios por incapacidade deram entrada no INSS. Cerca de 1,2 milhão foram concedidos. Foram indeferidos 777,9 mil. Ainda no final de maio, existiam 416,2 mil benefícios com mais de 45 dias, sendo 323, 6 mil com pendência do INSS e 92,7 mil com pendência do segurado.

A Perícia Médica - com qualidade e zelo, profissionalismo e ética - travou, portanto, mais de 35% das solicitações indevidas, o que motiva as pressões e preocupações. Em princípio, o segurado tem sempre razão. Cabia ao INSS despachar forças tarefas para resolver o represamento, como sempre fez, já que as situações eram pontuais, pois há monitoramento permanente.

O Auxilio Doença é o calcanhar de Aquiles do INSS.

Por isso nada deve ser feito de forma açodada, pois comprometerá não só a qualidade do atendimento como o caixa do INSS.

A pressão para a abertura das comportas da Perícia Médica do INSS tem movimentos externos e internos.

No plano externo estão os sindicatos e os políticos que, as vésperas de eleições, querem criar a Bolsa INSS através da concessão desenfreada de Auxilio Doença. Objetivam transformar o Auxílio Doença no que fizeram com o Seguro Desemprego, explodindo a despesa. A mídia que vê no represamento de concessão (média superior a 29 dias) algo que prejudica o segurado, o que é verdade, lembrando que os 15 dias iniciais de incapacidade são pagos pelo patrão.

No plano interno existe um tratamento injusto e eticamente discutível contra os peritos. Querem que a Perícia libere os auxílios doenças com rapidez e sem acuidade e que assistentes sociais e fisioterapeutas reconheçam a incapacidade para essa concessão. A Lei 11.907/2009 estabeleceu que no âmbito do INSS a avaliação da incapacidade é ato privativo dos médicos peritos do quadro. O INSS, passando por cima da Lei, autorizou o credenciamento de médicos para a realização da perícia médica através da Resolução nº 430/2014, para os casos em que o Tempo Médio de Espera de Atendimento é acima de 45 dias.

Ocorre que se há dinheiro para a contratação de médicos credenciados é de se supor que também haja dinheiro para a realização de concurso, suprindo assim as necessidades do quadro.

O governo tem 17.600 vagas na estrutura de pessoal do Ministério da Previdência Social, todas no INSS. O Ministério do Planejamento sabe disso há muito tempo, mas não adota uma medida para corrigir esta distorção e suprir esta carência.

O INSS conhece a experiência do credenciamento. Foi traumática. O viés mais preocupante é que médico credenciado recebe mais do que o perito do quadro, os procedimentos se multiplicam e muito, geralmente é indicado por um político e, claro, vai liberar os protegidos deste mesmo político. Por conta disso, na época em que se houve credenciamento a ANASPS foi ao TCU e assim conseguiu sustar a sistemática e foi aprovada a Lei 11.907/2009 que tornou privativa dos médicos do quadro a e avaliação da incapacidade.

O Ministério Público Federal, que existe para defender o cidadão, não pode operar acima da Lei e do Estado de Direito. As organizações seguem regras que devem ser observadas para a sua defesa e seu equilíbrio. Neste caso, o MPF não se alia ao cidadão, mas sim aos setores que supostamente operam em defesa da saúde do cidadão.

Entendo que o cidadão segurado não pode ser prejudicado. O INSS não tem por regra negar pagamento de benefício. Hoje 31 milhões recebem mensalmente (e pontualmente) o seu benefício. A demanda por benefícios é crescente, passando de 4,0 em 2003 para 8,0 milhões, em

2013, 100% no período, sem aumento de servidores nas áreas de benefícios e da Perícia Médica. Além disso, o INSS adotou modernos sistemas de gestão para que as concessões fossem mais rápidas e seguras.

O excesso de prazo de 45 dias decorre da falta de Peritos Médicos nas suas unidades ~~e o responsável por isso é o Ministério do Planejamento, pois não abre concurso para novos~~ servidores mesmo com tantas aposentadorias e demissões. Este é o ponto! ■

O Girassol, Palmas/TO-25.09.2014
O Progresso, Dourados/MS-27.09.2014
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro/RJ-29.09.2014
Tribuna de Petrópolis, Rio de Janeiro/RJ-02.10.2014
Diário do Aço, Vale do Aço/MG-03.10.2014
Jornal da Cidade, Aracajú/SE-03.10.2014
Diário da Manhã, Goiânia/GO-06.10.2014
Jornal o Dia, Rio de Janeiro/RJ-10.10.2014
Jornal de Brasília, Brasília/DF-15.10.2014
Seguridade Social, Brasília/DF-outubro 2014
Blog dos Peritos Médicos-29.09.2014
Jornal da Seguridade Social, Brasília/DF-outubro de 2014

TCU, ESPADA E GUILHOTINA

Por Paulo César Régis de Souza (*)

Novamente o egrégio Tribunal de Contas da União assestou suas baterias contra as fragilidades do INSS, batendo firme na concessão dos benefícios de aposentadoria por idade e tempo de contribuição, denunciando dados cadastrais incompletos ou inconsistentes que resultaram em indícios de pagamentos de forma indevida e irregular.

No corte que fez, o TCU pegou 13,1 milhões de benefícios que representaram 45% dos que foram pagos da maciça de junho de 2012 que comprometeram recursos de R$ 11,9 bilhões e identificou risco de fraude na concessão. Seja, tocou fogo no paiol e não chamou os bombeiros.

Não temos nada contra as auditorias do TCU, muito pelo contrário, elas são necessárias no contexto do controle externo que aliadas ao controle interno do INSS são poderosos instrumentos no monitoramento na concessão e manutenção dos benefícios.

Apenas, insistimos mais vez e clamamos neste deserto de ideias que o sempre egrégio TCU deveria também, "en passant", como dizem os franceses, dá uma espiadela no que se passa na área do "queijo suíço" da receita previdenciária, ora sob a guarda da Receita Federal do Brasil (dívida administrativa) e na sub guarda da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (dívida ativa). Nem precisaria uma auditoria rigorosa, densa, pesada, iguais as com que são premiadas a

área de benefícios, simplesmente uma vista d'olhos detectaria uma série de situações-problema que degradam e ameaçam o financiamento dos ditos benefícios, colocando em risco a própria Previdência Social pública.

Os achados da auditoria do TCU são recorrentes, no sentido de que sempre existiram, o INSS tem conhecimento e tenta superar e inibir as fraudes, travando uma luta permanente contra os fraudadores. Houve uma época em que a listagem das fraudes continha mais de 200 ocorrências possíveis, com 200 tons de cinza. Ressalte-se que os sistemas corporativos reduziram significativamente os golpes e as possibilidades. As forças tarefas do INSS, Policia Federal e Ministério Público que operam à exaustão no INSS (ah! Se operassem na Receita Federal!) Há anos vasculham, identificam e punem fraudadores de benefícios, enquanto "caloteiros" da Receita financiam políticos...

Os programas de cessação dos benefícios do INSS são uma prova da governança administrativa no combate frontal à fraude. Todos os meses, cerca de 500 mil benefícios, de prestação única ou continuada, na média, são retirados da folha de pagamentos, com vultosa economia de R$ 450 milhões/mês para o caixa do INSS.

A engenharia do Sistema de Óbitos-SISOBI, para combater fraudes, (retirando os mortos da folha dos vivos) levou anos para ser implantado e está funcionando.

Os achados do TCU merecem ser investigados e corrigidos: acumulação indevida de benefícios, aposentadorias concedidas com erro cadastral, utilização do mesmo Número de Identificação do Trabalho-NIT ou Cadastro de Pessoa Física –CPF por pessoas diferentes, inconsistências entre informações de bancos de dados oficiais, aposentadorias por idade incompatível. O TCU mandou ao INSS um caderno de encargos para que sejam feitas minuciosas revisões e averiguações nas concessões em 180 dias para proceder os ajustes e correções necessárias.

Como há outra auditoria feita pelo TCU nas pensões por morte e com prazo de 180 dias para atendimento das demandas, resta saber como poderá o INSS atende-las, pois, o próprio TCU, noutra auditoria, identificou a escassez de servidores, especialmente nas atividades fins. Isto realça a necessidade de ser, prioritariamente, encontrada uma solução para a gestão de pessoas. A força de trabalho do INSS está comprometida. Há 10,0 mil servidores trabalhando recebendo abono de permanência. Outros 7,0 mil estão a caminho. Só isto põe em cheque o futuro do INSS, nos próximos quatro anos. Eles detêm a expertise e a cultura da Casa. Mais grave: o INSS tem 17.600 cargos vagos e que por capricho e má fé do Ministério do Planejamento não são preenchidos. Há gargalos especialmente na ponta nas unidades que atendem o segurado, que impedem que os servidores sejam desviados para determinadas missões operacionais, sob pena de parar a instituição.

Quem está fora do INSS não sabe e nem tem ideia do conjunto de dificuldades que chegam à mesa dos servidores, tais como; alterações legais semanais (o que valia ontem não vale hoje); sistemas eletrônicos, fora do ar quase sempre; defasados e sem travas que inibam a fraude e que não falam com outros sistemas (Receita Federal, RAIS, PIS, PSEP, CNIS, CAGED, Bolsa Família, Seguro Desemprego) (dialogo de surdo-mudo); que não ajudam na identificação do próprio segurado. Os servidores têm consciência dos direitos dos segurados e do reconhecimento automático desses direitos, mas as fragilidades dos sistemas colocam uma espada na cabeça e uma guilhotina no pescoço do servidor, que acaba trabalhando sob pressão e estresse.

Um simples exemplo: se os sistemas do INSS falassem com outros sistemas sumiram 90% das "irregularidades" apontadas pelo TCU. Seja: é preciso evoluir para plataformas

tecnológicas inteligentes que se interliguem e que evitem duplicidade de dados que suscitam dúvidas e suspeitas de fraudes para a limpeza do cadastro de benefícios da Previdência Social A ideia de um cadastro único de ficha limpa para benefícios previdenciários e assistenciais ainda está distante, mas é necessário e inadiável. Depende de vontade política ■

O Girassol, Palmas/TO-15.10.2014
Jornal da Cidade, Aracajú/SE-17.10.2014
O Progresso, Dourados/MS-21.10.2014
Jornal de Brasília, Brasília/DF-22.10.2014
O Dia, Teresina/PI-18.10.2014
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/RJ-22.10.2014
Amazonas em Tempo, Manaus/AM-23.10.2014
Diário do Aço, Vale do Aço/MG-24.10.2014
O Diário do Norte do Paraná, Maringá/PR-25.10.2014
Previdência Total, São Paulo/SP-27.10.2014
Gazeta do Sul, Porto Alegre/RS-27.10.2014
O Paraná, Cascavel/PR-29.10.2014
O Povo, Fortaleza/CE-30.10.2014
Gazeta do Povo, Curitiba/PR-04.11.2014
Diário do Nordeste, Fortaleza/CE-05.11.2014
Todo Dia, Americana/SP- 05.12.2014

UMA REFORMA PATRIMONIAL PARA A PREVIDÊNCIA AINDA QUE TARDE

Por Paulo César Régis de Souza (*)

Ao longo da campanha presidencial pouco ou nada ouvimos dos candidatos, os graúdos e os nanicos, sobre a Previdência Social brasileira, patrimônio dos trabalhadores que movimenta cerca de R$ 950 bilhões /ano, em receita e despesa, algo próximo de 15% do PIB, com 56 milhões de contribuintes e 27 milhões de beneficiários do Regime Geral de Previdência Social-RGPS. O INSS cobre 83 milhões de pessoas, equivalente em dobro à população da Argentina, que é de 41 milhões.

Não sei se os candidatos sabem o que significa a Previdência Social em termos de coesão, solidariedade, proteção e inclusão social. Enfim, seus fundamentos. Certamente, não. Seus assessores, talvez. Imaginar que saibam o que seja o "pacto de gerações", só com a ajuda dos "universitários" ou do Pai Google de Aruanda! Vivemos num ciclo de desmobilização, desestruturação, alienação e desinteresse pelas grandes linhas do pensamento universal. Hoje, estamos vivendo da mão para boca, sem referências, sem rumo, sem norte, sem valores, sem lideranças, sem estadistas.

No Manifesto que a ANASPS construiu para os presidenciáveis, fizemos uma análise e sugerimos uma série de propostas inspiradas no que as instituições mundiais de Previdência estão discutindo com visão de futuro.

Temos lido, visto e ouvido considerações esparsas sobre projetos sem nexo, para se tocar a Previdência em 2015. ´Qualquer leigo, qualquer "especialista" em coisa nenhuma, qualquer PHD em "linha da curva" estufa o peito e proclama que a solução é uma "reforma da previdência". Com eles, fazem coro os empresários do 5º. escalão, os políticos de partidos aluguel e os analistas a serviço de interesses escusos. No fundo, ninguém sabe o que é reforma da previdência, nem o que reformar.

Quase 100% das "zelites" confundem Previdência com Saúde e mais: misturam as previdências dos servidores e dos trabalhadores no mesmo saco, o que é ignorância e má fé.

Da reforma que teria que ser feita – no financiamento do RGPS - ninguém fala, pois não interessa.

Desta vez, poupo meus leitores em não insistir na essência da reforma, a do financiamento, absolutamente inadiável, para não me tornar repetitivo!

Prefiro levantar outra bandeira que pode se encaixar na reforma. Não é estrutural, mas patrimonial. Pode integrar um novo modelo gerencial e de governança.

Acredito que o Seguro Desemprego que está no Ministério do Trabalho, por engano e ignorância gerencial, deveria estar na Previdência, mesmo porque sendo "um seguro social" caberia ser administrado pelo INSS, mantida toda a sua estrutura de financiamento e gestão.

A lógica seguida por todas as Previdências modernas, inclui o seguro desemprego como uma das contingências a serem atendidas. O seguro social não se restringe ao pagamento do benefício por incapacidade, mas avança no seguro desemprego, na prevenção de acidentes do trabalho e na reabilitação profissional

Portanto, já é hora de se fazer a correção gerencial e alocação do Seguro Desemprego no INSS. Não se pretende trazer o Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT para o INSS, ele poderia continuar no BNDES.

Modelos exitosos de Previdência, como o alemão, convivem com a administração da Prevenção de Acidentes no âmbito da Previdência Social. Trata-se de uma visão integral e integrada que vai desde a promoção da saúde e dos ambientes adequados, a prevenção dos riscos inerentes ao trabalho até o pronto atendimento, a reabilitação e o pagamento de benefícios. A lógica do sistema é o investimento na proteção ao trabalhador, com ênfase na prevenção, diminuindo os acidentes com seus nefastos custos sociais e econômicos e não como agora em que a Previdência tão somente cuida do pagamento de benefícios. A Previdência deve tratar de tudo que se correlaciona com o Acidente do Trabalho, inclusive Prevenção.

Há também necessidade de se reestruturar o programa de Reabilitação Profissional, haja visto que é uma determinação legal cometida ao INSS, de atender os segurados vítimas de acidentes do trabalho e doenças ocupacionais, visando a sua reintegração ao mercado e inclusão social. O INSS, em passado recente, nas décadas de 60 a 80, dispunha de uma rede de Centros e Núcleos de Reabilitação Profissional, estruturada, com equipes multiprofissionais com o propósito correto de reabilitar o segurado, da forma mais precoce possível. Hoje, temos a lamentar a desestruturação desse programa que foi referência para os países iberoamericanos.

Há que se considerar também a possibilidade de se criarem mecanismos eficientes para a gestão patrimonial da Previdência, que tem ainda 6.000 imóveis, herança do tempo da

dação em pagamento, quando os caloteiros eram duramente punidos por fraudar e roubar a Previdência (perdendo seus bens). Hoje, já são estrelas da companhia ostentando o escudo do REFIS, símbolo nacional do calote organizado. Mas imobiliária carece de uma estrutura mínima para que os imóveis sejam transformados em recursos para o RGPS ou no mínimo que sejam adequadamente atualizados na ampliação e manutenção de rede de atendimento do INSS.

Nós da ANASPS que conhecemos a Previdência Social Pública estamos inteiramente a disposição para contribuir com os que se dispuserem a melhora-la ■

O Girassol, Palmas/TO-23.10.2014
O Progresso, Dourados/MS-31.10.2014
Diário do Aço, Vale do Aço/MG-31.10.2014
Diário da Manhã, Goiânia/GO-03.11.2014
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/RJ-06.11.2014
Jornal de Brasília, Brasília/DF-08.11.2014
O Dia, Teresina/PI-09.11.2014
Estado de Minas, Belo Horizonte/MG-24.11.2014
Todo Dia, Americana/SP-21.11.2014

ACABEM COM O FATOR PREVIDENCIÁRIO E DEIXEM DE ENGANAR OS BRASILEIROS

Por Paulo César Regis de Souza (*)

Em diversas oportunidades, aqui escrevi sobre a necessidade de se acabar com o fator previdenciário, instituído pela Lei nº 8.976, de 26.11.1999. A empulhação caminha para 15 anos.

Proposto pelo Fundo Monetário Internacional para estancar o déficit da Previdência Social, não estancou coisa nenhuma e só criou dificuldades para todos os brasileiros que se aposentaram durante sua vigência, tendo suas aposentadorias retardadas e seus valores achatados. Este foi o lado perverso do fator.

Os arautos da Previdência que se consideram mais sábios do que os "sábios da Grécia Antiga" trombeteiam que graças ao fator, a Previdência deixou de gastar entre R$ 60 e 80 bilhões, a preços nominais, ampliando o déficit que nunca deteve.

Cabe outra leitura que acentua a vilania dos tais arautos: na verdade, os aposentados do fator (mais de 3,4 milhões que se aposentaram por tempo de contribuição) perderam de R$ 60 a 80 bilhões nos seus benefícios não incluindo as perdas nos reajustes E perderam de forma irrecuperável, cruel, desumana.

A ANASPS foi a primeira entidade de servidores a protestar contra a criação do fator. Muito tempo depois vieram outras entidades de aposentados, como a COBAP, e o senador Paulo Paim.

Lamentavelmente o lulo petismo adotou o fator voltando as costas aos trabalhadores que diziam defender. O fim do fator chegou a ser aprovado pelo Congresso, pelo Projeto de Lei de Conversão (PLV 2/10 aprovado pela Câmara e Senado em maio de 2010 e vetado pelo Presidente

Lula. O PLS 296/03, do senador Paulo Paim que acaba com o fator foi aprovado em abril 2008 pelo Senado e desde então aguarda votação na Câmara. A Presidente Dilma não aceita o fim do fator com base em argumentos tão falsos quanto uma nota de três dólares ou de três reais!

É mentirosa a afirmação dos arautos de que a Previdência vai falir.

O governo não quer reconhecer que ele esticou o déficit da Previdência que de 1999 a 2013 foi de R$ 431,0 bilhões, a preços nominais, para uma arrecadação líquida de R$ 1,933 bilhões e uma despesa com benefícios do Regime Geral de Previdência Social-RGPS, de R$ 2,364 bilhões, nominais, agravado pelo quadro de desorganização no financiamento (queiram ou não queiram a serviço dos caloteiros), no período de 1999 a 2013, quando tivemos, igualmente a preços nominais:

a) Sonegação estimada entre R$ 581,1 bilhões a R$ 772,5 bilhões;

b) Redução da dívida ativa mediante a mudança da decadência de 10 para cinco anos quando sumiu das contas da Previdência o equivalente a R$ 400 bilhões;

c) Aumento da dívida ativa, já na decadência de cinco anos, para R$ 250 bilhões;

d) Despesa de pagamento de benefícios rurais no valor de R$ 483,5 bilhões;

e) Renúncias discricionárias (de filantrópicas, exportação rural, Simples, Microempeendor,) de R$ 199,8 bilhões;

f) Pagamento de benefícios sem a contrapartida de contribuição adequada a segurado especial, empregadores rurais (pessoas física e jurídica), Empregador doméstico e clube de futebol.

g) Criação de benefícios sem contrapartida de contribuição adequada para dona de casa rural, autônomo, empregado doméstico, simples e Meio;

h) Implantação da desoneração contributiva que está se generalizando

Tudo isto foi feito mantendo-se o fator, punindo-se o cidadão que deu sua vida no chão de fábrica e teve seus benefícios vilmente achatados. O sonho de uma aposentadoria digna virou incerteza e desconforto. A Previdência Social que lhe abriu as portas á previdência chinesa está cheia de indignidades e perversidades.

Para esta geração de brasileiros o "pacto de gerações", que é a razão que fundamenta a Previdência, virou fumaça.

A Previdência que chegou a pagar 10 salários mínimos ao aposentado, foi minguando e hoje está em volta de seis salários mínimos, como teto, sendo que ninguém atinge o teto.

Na concessão o valor médio dos 2.949.000 benefícios concedidos em 2000 era de apenas R$ 304 ,00 para um salário mínimo de R$ 255,32 e teto de R$ 1.255,32. O valor médio dos 2.954.216 benefícios concedidos em 2014 foi de R$1.045, 66 para rum salário mínimo de 724,00 e um teto de R$ 4.490.34, em junho.

Na manutenção, o valor médio dos benefícios do RGPS em 2000 era de R$ 274,00 para um salário mínimo de R$ 252,32 e um teto de R$ 1,255,32 Em junho de 2014, o valor médio era de R$ 928,45 para um salário mínimo de R$ 724 e um teto de R$ 4.490,34.

A solução mais simples para acabar com a farsa do fator compreende o estabelecimento da idade mínima de aposentadoria para homens e mulheres, em função da nova expectativa de vida dos brasileiros, de 74,0 anos, sendo 79 para a mulher e 70 para o homem, o que é plenamente factível. Hoje, o INSS paga benefícios a mais 4 milhões de brasileiros com mais de 80 anos, sendo 32 mil a pessoas com mais de 100 anos!

Com isso, se aumentará o tempo de contribuição com regras de transição.

O passo seguinte é um forte ajuste no financiamento do RGPS, mudanças na arrecadação, na cobrança da dívida administrativa e ativa, fim das benesses aos caloteiros, fim dos benefícios

sem contribuição e impedimento para que a receita previdenciária deixe de ser instrumento de política fiscal, com renuncias e desonerações ■

O Girassol, Palmas/TO-07.11.2014
Tribuna de Petrópolis, Rio de Janeiro/RJ-27.11.2014

UM MINISTRO QUE LEVOU A PREVIDÊNCIA À SÉRIO

Paulo César Régis de Souza (*)

O ministro da Previdência Social, senador Garibaldi Alves, ao assumir o Ministério por escolha da Presidenta Dilma, deixou escapar que o desafio era grande e que estava com "um abacaxi" nas mãos. Na oportunidade, escrevi um artigo que teve ampla repercussão e ganhei um desafeto na pessoa do ilustre ministro que ficou numa posição desconfortável. Não foi essa minha intenção, mas uma observação sobre a conotação pejorativa do abacaxi em relação à Previdência, minha instituição, atingindo, por consequência, a ANASPS e nós servidores.

Garibaldi veio do Governo do Rio Grande do Norte e do Sendo, com uma trajetória política vitoriosa. Hábil negociador, sensato, tranquilo, respeitado.

Não seria eu que iria, gratuitamente, manchar sua história. Faço mea culpa por desconhecer seus méritos. Fiz apenas um provocativo para instigar sua criatividade.

Quatro anos depois, acompanhando dia a dia, a administração do ministro Garibaldi, devo testemunhar que não foi ele que agravou o quadro de dificuldades da Previdência Social, muito pelo contrário, com sua habilidade tentou minimizar, sem entrar em conflitos com os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, que são diretamente responsáveis pelos desacertos cometidos que agravam os fundamentos e os princípios da Previdência Social pública.

Dou um só exemplo: ao assumir, baixou portaria criando Grupo de Trabalho-GT para resolver as pendências na área de recursos humanos do INSS, convocando as lideranças dos servidores, nós inclusive. Ato contínuo determinou que o INSS entrasse em ação no mesmo sentido. O GT fez dezenas de reuniões e apresentou conclusões aceitas pelas partes envolvidas, mas o Ministério do Planejamento bloqueou todas as iniciativas. Nem por isso, Garibaldi perdeu o rumo.

Persistente, procurou avançar em busca de ações que pudessem efetivamente proteger os contribuintes, os segurados e os servidores da Previdência.

Ocorre que os percalços da Previdência Social estão fora do Ministério.

Dou outro exemplo, há 90 anos que o financiamento da Previdência era feito com base na contribuição sobre a folha. Um paraquedista na Fazenda inventou de mudar o sistema, criando a desoneração contributiva para setores com maior quantidade de mão de obra. O Ministério da Previdência foi olimpicamente ignorado. A medida cortou um dos elos e um dos paradigmas da Previdência, o trabalhador sabia qual o valor de sua contribuição paga (com identidade e CPF) e o empresário recolhia sua parte. Agora só o empresário sabe o valor que está pagando sobre faturamento da empresa.

Há outros casos que desestruturaram a Previdência Social, como a transferência da Receita Previdenciária para a Receita Federal, a Dívida Ativa da Previdência Social para a Procuradoria

da Fazenda Nacional, os Procuradores do INSS para a Advocacia Geral da União-AGU, a ampliação das renuncias contributivas para filantrópicas, Supersimples e Micro Empreendedor Individual-MEI, exportação rural e produção digital, os sucessivos REFIS de reparcelamentos sobre reparcelamentos e criação de pelo menos cinco "novos funrurais", ou seja, de benefícios sem a suficiente cobertura atuarial, cuja repercussão terá implicações no hoje no amanhã e no depois sobre o caixa da Previdência. Garibaldi, apesar de não ter sido ouvido, tentou em diversas oportunidades, através das secretarias finalísticas, ponderar junto ao que apelidei de a Fazenda Social. Um dos estudos custou à cabeça de um servidor cobrada pelo Ministério da Fazenda, pelo simples fato de produzir um correto "paper" sobre a projeção do déficit previdenciário para 2014!

Em relação aos servidores, o Ministro Garibaldi enviou diversas solicitações ao Ministério do Planejamento com propostas de recomposição do quadro de servidores do INSS. Não foi apenas uma. A situação é grave principalmente após as auditorias operacionais do Tribunal de Contas da União-TCU que identificaram déficit de 20 mil servidores para a manutenção de padrões aceitáveis de governança administrativa. A insensibilidade do Ministério é simplesmente assustadora e inaceitável, por ameaçar o futuro do INSS.

Acredito que a Presidenta Dilma Rousseff tenha uma boa imagem do seu Ministro da Previdência, como acredito que muitas das intempestivas intervenções do Ministério da Fazenda no Ministério da Previdência tenham sido do seu conhecimento.

Em condições mais favoráveis, considerando-se as referências e os cenários que estão sendo identificadas para o novo mandato da Presidenta Rousseff, o senador Garibaldi lhe ajudaria até com maior desenvoltura e competência, haja vista a "expertise" adquirida, para aprimorar os sistemas previdenciários num país que tem que colocar a Previdência Social na agenda de prioridades e na busca de soluções técnicas para questões que são técnicas, como as concessões de pensões, pagamentos de benefícios sem custeio, reajustes de benefícios acima da inflação, as perspectivas demográficas relativas ao aumento da expectativa de vida, a idade mínima para os trabalhadores privados e o necessário aumento da cobertura previdenciária.

Apesar de tudo, a Previdência Social brasileira segue sendo o maior instrumento de combate à pobreza, a desigualdade e a redistribuição de renda, desde o FUNRURAL, com financiamento dos trabalhadores urbanos, e o agente mais presente em 70% dos municípios brasileiros, onde as transferências do INSS superam as transferências do Fundo de Participação dos Municípios-FPM ■

O Girassol, Palmas/TO-27.11.2014
Diário da Manhã, Goiânia/GO-28.11.2014
O Progresso, Dourados/MS-03.12.2014
Diário do Aço, Vale do Aço/MG-04.12.2014
O Paraná, Cascavel/PR-05.12.2014
Jornal de Brasília, Brasília/DF-07.12.2014
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/RJ-10.12.2014
Gazeta do Povo, Curitiba/PR-11.12.2014
Previdência Total, São Paulo/SP-18.12.2014
O Dia, Rio de Janeiro/RJ-19.11.2014
O Povo, Fortaleza/CE-26.12.2014
Todo Dia, Americana/SP-26.12.2014

Artigos 2013

A NOSSA LUTA POR UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO

Por Paulo César Régis de Souza (*)

A Associação Nacional dos Servidores da Previdência e da Seguridade Social-ANASPS chegou aos 20 anos, com 50 mil associados, com credibilidade e respeito, com um imenso saldo de acertos e realizações. Não paramos no tempo, pelo contrário, fomos nos ajustando às esperanças, sonhos e expectativas de nossa coletividade. O fizemos sem patriotada, sem baixar a cabeça, atuando com altivez e responsabilidade. Foi com decência que nos inserimos no complicado universo da representação e da representatividade.

Hoje, estamos voltados para crescer, pois concluímos que há espaço para isso, junto aos servidores dos ministérios da Saúde e do Trabalho, abandonados por suas entidades que adotaram uma postura diferente da nossa, esquecendo-se de seu povo. Os servidores ficaram sem pai nem mãe, não encontrando respostas à altura de suas carências e necessidades. Por isso estamos convocando-os a cerrar fileira conosco.

A ANASPS há tempos que se prepara para novos voos. Cada passo é dado com cuidado, pois sabemos quão é difícil avançar quando se tem altivez.

Miramos em experiências exitosas de entidades como a nossa que souberam ocupar os espaços oferecendo cada vez mais serviços à sua clientela.

Tomamos a decisão de criar uma carteira de serviços que envolve a assistência médica, ambulatorial e farmacêutica, educação à distância, turismo e lazer, cooperativismo, internet banking, consórcio, previdência e vida, consumo de bens e serviços.

Fizemos algumas investidas, por exemplo, na área do cooperativismo, mas a avalanche dos obstáculos nos impediu.

Se os cidadãos querem abrir uma cooperativa de produtores agropecuários às regras do Ministério da Agricultura são claras e só preencher os formulários, atender as exigências, adequar-se e pronto. Se for uma cooperativa de crédito, há regras emanadas do Banco Central do Brasil, a quem cabe expedir normas, regulamentos, fiscalização e autorização legal para o funcionamento da entidade:

a. "A cooperativa é dirigida e controlada pelos próprios associados;

b. A assembleia de associados é quem decide sobre o planejamento operacional da cooperativa;

c. A aplicação dos recursos de poupança é direcionada aos cooperados, contribuindo para o desenvolvimento do grupo e, também, para o desenvolvimento social do ambiente onde vivem;

d. O atendimento é personalizado;

e. O crédito pode ser concedido em prazos e condições mais adequados às características dos associados;

f. Os associados podem se beneficiar com o retorno de eventuais sobras ou excedentes".

Fomos ao Banco Central e fomos surpreendidos: mandaram-nos procurar a intermediação de uma entidade privada, o Sicoob, Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil. Nossos

padecimentos foram muitos. Há dez anos estamos penando.

A base normativa do Banco Central para cooperativas compreende: Leis 4.596/64 e Lei 5.764/71, Lei Complementar 130/2009, Resolução 3859/2010 e Circular 3502/2010 que não se referem e não mencionam a intermediação de entidades privadas.

O que é o SICOOB? "O Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob) é composto de cooperativas singulares e centrais de crédito e a Confederação Nacional de Cooperativas de Crédito do Sicoob - Sicoob Confederação, como entidades cooperativas que visam à solidez e à fortificação dos processos operacionais e de controles. O Banco Cooperativo do Brasil S/A (Bancoob) e o Fundo Garantidor do Sicoob (FGS), entidades não-cooperativas, exercem funções importantes e complementares no que tange à operacionalização dos processos e à qualidade dos serviços financeiros necessários às atividades do cooperado. As atividades realizadas, de modo complementar, pelas cooperativas singulares e centrais, pela confederação, pelo Bancoob e pelo FGS, entidades jurídicas autônomas, visam principalmente atender às necessidades financeiras e à proteção do patrimônio do cooperado, verdadeiro dono e cliente do sistema Sicoob".

Não há, como se concluir, nenhuma citação ao Banco Central.

Preenchemos formulários, fornecemos certidões, atas, documentos de todos os tipos, garantias. Fomos a várias reuniões. Submeteram-nos a desgastantes exigências, mas não nos autorizaram a funcionar. Por três vezes, o Sicoob arquivou nosso processo. Não desistimos. Vamos tentar mais uma vez.

O Sicoob é o responsável pelo travamento das cooperativas de crédito. Existiam no mercado 30 e restam 13. Falta transparência, faltam regras claras, desregulamentação. Nos sugeriram até comprar cooperativas falidas. Pediram que investíssemos pesado, arcando com altos riscos, mas sem poder de gestão. O Sicoob exige que a gestão seja com seu pessoal. Inaceitável.

Talvez o presidente do Banco Central, que é um gestor sério, não saiba que o setor de cooperativa com o Sicoob desandou e clama-se por um novo marco.

Somos do tempo em que não havia crédito consignado. Poderíamos ter sido pioneiros, pois esse era o nosso primeiro objetivo, e nem existia o sistema de credenciamento de correspondentes bancários, como atualmente. Poderemos até obter autorização de correspondente bancário, por trás da bandeira de um grande banco e já fomos procurados por alguns.

Ao fazermos esta comunicação, desejamos que nos seja permitido abrir nossa própria cooperativa de crédito. De acordo com o BACEN: "O objetivo da constituição de uma cooperativa de crédito é prestar serviços financeiros de modo mais simples e vantajoso aos seus associados, possibilitando o acesso ao crédito e outros produtos financeiros (aplicações, investimentos, empréstimos, financiamentos, recebimento de contas, seguros, etc.). " É tudo o que queremos. Temos idoneidade legal, capacitação, clientela, capital, para entrarmos no mercado. Solicitamos que nos livrem do tal Sicoob. Nossos associados agradecem ■

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ- 1 a 15.01.2013
Jornal de Brasília, Brasília/DF- 18.01.2013
Fatorama, Brasília/DF- 27.01.2013

A FIXAÇÃO DA IDADE MÍNIMA NO BRASIL, UMA QUESTÃO CRUCIAL

Por Paulo César Régis de Souza (*)

Um dos temas cruciais do Regime Geral de Previdência Social-RGS é a fixação da idade mínima

Falou-se muito de que o fim do fator previdenciário deveria resultar na fixação da idade mínima, aliás, já adotada para os servidores públicos pela 1ª. Reforma da Previdência, em 1994.

Particularmente temo que o fator previdenciário continue produzindo estragos e transformando o RGPS em previdência de salário mínimo. Dados do INSS de novembro referentes a outubro informaram que 69,5% dos benefícios pagos pelo INSS eram de até um salário mínimo, envolvendo 20,8 milhões de beneficiários, dos 26 milhões. No conjunto, 4,0 milhões assistenciais (não contributivos), 8,5 milhões de rurais (não contributivos) e 7,5 milhões de urbanos (contributivos).

Até dois salários mínimos, a prosa toma outro rumo, pois os urbanos saltam para 11,8 milhões no conjunto de 21 milhões, mais de 50%.

Nós da ANASPS estamos sempre alertando para a grave distorção de levar o RGPS (contributivo) a ser um sistema que ofereça uma aposentadoria de um salário mínimo, o que descaracteriza o Regime. Ninguém contribui por 35 anos para um sistema que tenha retorno tão inexpressivo.

Mas voltemos à questão da idade mínima.

Dados da International Social Security Association-ISSA mostram como estão se aposentando os europeus.

Se aposentam com 55 anos:

Homens: nenhum

Mulheres: Bielorrússia, Rússia, Ucrânia.

Com 57 anos:

Homens: nenhum

Mulheres: Moldávia

Com 58 anos:

Homens: nenhum

Mulheres: Turquia

Com 60 anos:

Homens: Bielorrússia, França, Rússia, Turquia e Ucrânia.

Mulheres: Albânia, Áustria, França, Lituânia, Malta, Polônia, Sérvia, Romênia, Bulgária, Croácia.

Com 61 anos:

Homens: Malta

Mulheres: Estônia, Eslovênia e Reino Unido, República Tcheca.

Com 62 anos:

Homens: República Eslováquia, República Tcheca e Letônia, Lituânia Hungria, Moldávia;

Mulheres: Grécia, Itália, Letônia, Hungria;

Com 63 anos:

Homens: Estônia

Com 65 anos:

Homens: Albânia, Andorra, Áustria, Bélgica, Croácia, Chipre, Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Grécia, Irlanda, Polônia, Portugal, Sérvia, Espanha, Suécia, Suíça, Reino Unido, Holanda;

Mulheres: Bélgica, Chipre, Dinamarca, Finlândia, Irlanda, Portugal, Espanha, Suécia, Suíça, Holanda.

Com 66 anos:

Homens: Itália.

Com 67 anos:

Homens: Islândia, Noruega;

Mulheres: Noruega, Islândia.

Na 2ª. Reforma da Previdência, o Brasil optou pelos 35 anos de contribuição, sem idade mínima, o que em tese permite que comece a trabalhar aos 18, se aposente aos 58 anos. Se tiver uma expectativa de vida de 74, terá benefício por 16 anos, mas muitos chegarão aos 20 anos. O fator foi instituído para retardar e achatar os benefícios. Cumpriu sua finalidade, com vantagem.

Entre os militares, as aposentadorias precoces são regras, não exceções, com alto custo para o Estado.

Os países que estão mais próximos de nós estão hoje assim: Alemanha, Portugal, Holanda, Dinamarca, Bélgica, Suécia e Espanha, homens e mulheres se aposentando aos 65 anos; França, 60 anos para ambos; Itália 66 (homens) e 62 (mulheres), Reino Unido 65 (homens) e 61 (mulheres). Nos países da Europa Oriental, a questão vem sendo considerada depois da queda do muro e o desmoronamento do regime comunista.

Alegra-me constatar que os regimes são contributivos. No próximo artigo, escreverei sobre as contribuições para o financiamento da Previdência (Social Security). Se não contribuir não tem ■

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ- 16 a 31.01.2013
O Girassol, Palmas/TO- 23.01.2013
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro/RJ- 25.01.2013
Jornal da Cidade, Bauru/SP- 21.02.2013
Fatorama, Brasília/DF- 24.02.2013

AS PRETENDIDAS MUDANÇAS NA PERÍCIA MÉDICA ABREM ESPAÇO PARA A TERCEIRIZAÇÃO

Por Paulo César Régis de Souza (*)

Na era FHC o INSS passou por um surto de terceirização com trágicos resultados. Chegaram a colocar terceirizados na concessão de benefícios, através da Fundação Universidade de Brasília, que serviu de biombo. Denúncia da ANASPS ao TCU sustou a tragédia e levou um presidente do INSS a pagar um preço alto. Terceirizaram a Perícia Médica em nome da "rapidez, eficiência e qualidade no atendimento". Tudo mentira. Os terceirizados não trabalhavam e quando trabalhavam fraudavam os benefícios, atendendo às "pressões políticas" dos que os indicaram para a prestação de serviços. Todos os políticos tinham um leque de peritos para atender suas corriolas. Tenho repetido: Previdência não rima com política.

Sei bem, até por que estou na Previdência há 30 anos, a razão do açodamento em relação a mudanças na Perícia Médica, com redução de mecanismos de controle e avaliação, flexibilização dos protocolos e liberação de benefícios previdenciários (Aposentadorias por Invalidez e Auxílios Doenças) e acidentários.

Imagino que os que tramam esta operação desconhecem os efeitos perversos da terceirização da perícia médica na ampliação desmedida dos gastos da Previdência Social.

Desconhecem igualmente os rumos que o Regime Geral de Previdência Social-RGPS está tomando. De 2006 até o presente, as concessões dos benefícios por incapacidade foram bem maiores do que os demais benefícios, especialmente aposentadorias e pensões. Este não é o sentido maior da Previdência Social.

Em 2006, foram concedidos 2,6 milhões por incapacidade contra 1,5 milhão dos demais benefícios (aposentadorias e pensões); em 2007, 2,4 milhões contra 1,7 milhão; em 2008, 2,5 milhões contra 1,9 milhão em 2009, 2,4 milhões contra 2,0 milhões. Em 2010, 2,6 milhões contra 1.9 milhão. Em 2011, 2,7 milhões contra 2,0 milhões, em 2012 (até novembro) 2,6 milhões contra 1,9 milhão.

Isso mesmo se considerando que as receitas do Seguro de Acidente do Trabalho não cobrem as despesas e como tantos outros "desvios" do RGPS ameaçam seu equilíbrio e liquidez.

Merece atenção especial que a quantidade de pedidos de benefícios por incapacidade (4,5 milhões em 2011) significou 50% do total de requeridos (8,0 milhões). Por sua vez a quantidade de benefícios por incapacidade indeferidos (2,1 milhões) corresponderam a 70% do total de indeferimentos (3,2 milhões).

O INSS contava em novembro de 2011 entre os benefícios previdenciários com 3,0 milhões de aposentadorias por invalidez no valor de R$ 3,7 bilhões e 1,4 milhão de auxílios doenças no valor de R$ 1,7 bilhão e entre os benefícios acidentários 842 mil no valor de R$ 938,4 milhões. Anualizada a despesa, poderia ultrapassar os R$ 72 bilhões!

Lamentavelmente, o INSS não tem estudos sérios sobre as motivações que levam os trabalhadores a pressioná-lo tão intensamente pelos benefícios por incapacidade.

Os gestores do INSS simplesmente se apavoram com a quantidade de trabalhadores que procuram os postos para se "encostar". A pressão para ser "fichado", ter carteira assinada e sair da informalidade é uma regra. O "encosto" deveria ser exceção, e ainda o é, pois menos de 10% dos

empregados (4,0 milhões em 38,2 milhões) demandam atendimento. Se apavoram também com quantidade de indeferimentos e com o "represamento".

Se prevalecesse o pensamento assistencialista e paternalista, dos que acham que "dinheiro dá em árvore", o RGPS já teria ido para o buraco, pois ao invés de 4 milhões teria concedido 8 milhões de benefícios, mesmo mantendo o valor médio inferior a dois salários mínimos.

Particularmente, acredito que a Perícia Médica reformulada de 2003 pra cá, com profissionalismo e credibilidade, tem feito um trabalho que merece respaldo da sociedade brasileira. Muitas das dificuldades criadas após a última terceirização e a implantação de protocolos dignos do nome devolveu à Perícia a respeitabilidade e a confiabilidade. O preço pago foi terrível com agressão e morte de peritos. Muitos estranharam que o ciclo das facilidades tinha se fechado.

Infelizmente os números de indeferimentos e de represamento estão levando a base política, a chamada "base aliada" a exigir um novo ciclo de terceirização. É a pior das alternativas, pois o correto seria ampliar o contingente de médicos peritos, no quadro do INSS, oferecer o serviço de Perícia Médica nos postos de regiões em que muitos há demanda potencial de segurados e colocar servidores de nível médio nas unidades. Esta opção seguramente é a mais barata, pois o custo da terceirização é uma incógnita, seja em consultórios ou clínicas. Basta que se veja o que acontece com o SUS... ■

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ- 1 a 15.02.2013
Diário Regional, Juiz de Fora/MG- 01 e 02.02.2013
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/RJ- 04.02.2013

A ANASPS CONCORDA COM A TESE DE AJUSTE NAS PENSÕES POR MORTE

Por Paulo César Régis de Souza (*)

Há muito tempo que a ANASPS concorda com a tese do Ministério da Previdência Social sobre um ajuste geral nas pensões por morte, que não podem, se não devem ser regulados por outra legislação que não seja a previdenciária.

O Ministro Garibaldi Alves, sempre ponderado, tem afirmado que o nosso sistema de pensões, no INSS tem uma despesa anual de R$60 bilhões para um conjunto de R$ 300 bilhões, um quinto, portanto, "é cheio de falhas. Quando se fala em corte de pensões, pensa-se que vamos cometer injustiças. Ora, na verdade, nós estamos querendo fazer justiça. O país não pode continuar pagando isso e promovendo a injustiça, porque a grande maioria que paga a vida inteira está sendo burlada. Os brasileiros terão que se conscientizar de que não há mais espaço para esse tipo coisa".

"Não se trata de reduzir direito. É reduzir abusos. Esse é o grande problema. Se nós não comunicarmos isso bem, podemos até perder a batalha e não chegar a lugar nenhum. Não estamos falando em cortar direitos. Estamos falando em alterar regras de acesso. O direito no

Brasil é quando você preenche pré-requisitos. Até então, o que se tem é uma expectativa de direito. São alterações que visam moralizar".

O Ministro está absolutamente certo. Mas será necessário que a presidente Dilma concorde a enfrentar uma situação que beneficia muitas mulheres, preocupa muitas famílias e que, na falta de enquadramento na legislação previdenciária, acaba derivando interpretação para decisões judiciais.

Há pouco a Advocacia-Geral da União (AGU) confirmou a nulidade de casamento realizado exclusivamente para fins previdenciários. Os advogados da União comprovaram que seria indevida a concessão pela União de pensão por morte a viúvo de ex-servidora da Justiça Federal na Paraíba. A Procuradoria da União no Estado da Paraíba (PU/PB) propôs ação para suspender o casamento, ocorrido em 2005, uma vez que a ex-servidora tinha 78 anos e estava acometida de Mal de Alzheimer, sem qualquer capacidade de consentimento, conforme atestado por laudos médicos. Por outro lado, o marido, 52 anos mais novo, se encontrava com 26 anos de idade, o que sugere a existência de união meramente formal, pois, segundo a Procuradoria, o matrimônio foi efetuado apenas para obter vantagem com o recebimento de pensão vitalícia.

Não há dúvidas que o casamento simulado entre jovem saudável e pessoa de idade avançada e doente para fins de benefício previdenciário viola o Regime Jurídico dos Servidores Públicos, previsto na Lei 8.112/90, destacou a defesa da União.

As violações no Regime Jurídico dos Servidores Públicos são mínimas se comparadas com as violações do Regime Geral de Previdência Social-RGPS.

O Ministério não vem encontrando apoio para promover o ajuste a fim de cessar os benefícios sem contribuição. Aliás, a reforma Previdenciária do Presidente Lula foi mestre a admitir a possibilidade de concessão de benefícios subsidiados, cujos ônus recairão no futuro sobre a sociedade brasileira.

Uma das hipóteses de contemporização seria a instituição de carência para que a pensão possa ser transferida. Uma outra seria o pagamento do benefício mínimo.

É um princípio universal de Previdência, desde seus primórdios no século XIX, de que não devem existir benefícios sem a contrapartida do financiamento.

Nos últimos tempos, o judiciário exagerou na dose, tornando-se bonzinho aos olhos da plateia, concedendo pensões a torto e a direito, não à luz do direito previdenciário, mas à luz de outras plataformas do direito. Especialmente do Direito de Família.

Isto vem criando um problema sério para a Previdência, especialmente em função das transformações sociais por que passa o Brasil.

Na prática, o que mais preocupa é o fato de que pessoas jovens, geralmente mulheres, que nunca contribuíram para o Regime Geral de Previdência Social-RGPS, se encostem em pessoas de idade, geralmente viúvos, seja como empregadas domésticas, seja como cuidadoras, de olho na pensão que deixarão. Num determinado momento, os viúvos acabam "casando" mesmo à revelia da família. Aparentemente nada teria de anormal ou ilegal, na ótica do direito civil. Há os que dizem que a conta será paga pelo governo e não pela família. Trata-se de um grave equívoco pois a pensão será paga pela sociedade brasileira. O governo não é um ente solto no espaço.

Tais viúvos, geralmente acima dos 70 e beirando 80, já ganharam uma aposentadoria de 25/30 anos. Suas beneficiárias, com idade de 30/40 anos, levarão de 40 a 50 anos recebendo um benefício para o qual não contribuíram. Se isto fosse um grupo restrito, talvez continuasse não sendo percebido, mas como se tornou uma prática, não apenas no Norte e Nordeste do

Brasil, tais pensões passaram a ser consideradas.

Há fundos de pensões que já anteciparam e estão bloqueando tais pensões.

Há casos mais fortuitos em que pessoas com doença terminal casam nos últimos dias e deixam pensão para quem nunca teve até nenhum dia de contribuição para o RGPS.

Estamos falando de extremos, mas os ajustes sobre pensões devem ser feitos, como devem ser feitos em todos os benefícios sem contribuição. É o mínimo que o RGPS pede para ter saúde e liquidez ■

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ- 16 a 28.02.2013
O Girassol, Palmas/TO- 15.02.2013
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro/RJ- 16.02.2013
O Paraná, Cascavel/PR- 16.02.2013
Diário Regional, Juiz de Fora/MG- 20.02.2013
O Progresso, Dourados/MS- 21.02.2013
Diário Popular, Pelotas/RS- 25.02.2013

OS SERVIDORES PEDEM AO GOVERNO UM PLANO DE SAÚDE NOS MOLDES DA FUNPRESP-EX

Por Paulo César Régis de Souza (*)

Todas as intervenções do governo federal na área de saúde dos servidores, nos últimos 10 anos foram desastrosas, calamitosas ou caóticas. Já escrevi sobre o caos da GEAP e nada melhorou. Só se agravou. Há uma indiferença e uma omissão que tem custo elevado, pois vidas humanas diariamente estão em jogo.

A atenção à saúde dos servidores que compreende assistência clínica, ambulatorial, hospitalar, odontológica, psiquiátrica, etc. continua no mais completo abandono. Quase 1.5 milhão de servidores civis, ativos e inativos, estão sendo prejudicados. Considerando seus familiares, no mínimo, 3 milhões de vidas!

O Ministério do Planejamento, a quem está afeto o problema, é totalmente omisso. Muito blá blá blá, reuniões, seminários, grupos de trabalho, unidades burocráticas, formulários, assembleias, chefes que nada entendem de saúde, na prática a coisa vai de mal a pior. Só lero lero. O tal do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal – SIASS, de 2009, é uma piada de mau gosto e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor é o clube da sauna seca.

O governo está estimulando seus diversos órgãos a comprar os planos de saúde de que atravessam estressante crise de gestão e de funcionamento, acumulando reclamações e disputas judiciais, pois em tese visam ao lucro. Aumentou o per capita que supostamente é a participação do próprio governo para ajudar no financiamento impondo a atenção a saúde aos próprios servidores. Seja, na prática, o governo se retira do processo e joga a bomba em cima

dos servidores. Os planos de saúde são caros e há muita desconfiança sobre sua efetividade.

Não vejo, por mais que tenha boa fé e boa vontade, nenhum esforço dos ministros da Presidente Dilma, especialmente os da Previdência, Saúde e do Planejamento, em encaminhar uma solução para a angustiante situação dos servidores em relação à saúde deles e de suas famílias e dependentes. Isto para os 1 milhão e 500 mil servidores ativos e inativos e suas famílias (cerca de 3 milhões de pessoas). Como igualmente não visualizo qualquer ação direta e decisiva para salvar a GEAP do colapso iminente.

Solicito nesta oportunidade à Presidente Dilma proposta de um Plano de Saúde para os Servidores, nos moldes do Plano de Previdência Complementar, o da Funpresp, que saiu graças ao empenho pessoal da Presidenta.

O que aparece na mídia sobre a saúde dos servidores é a GEAP, que caminhava para 1 milhão de associados, foi atingida na cabeça e perdeu o rumo, foi baixando, baixando e anda agora por volta de 600 mil. Em dezembro de 2012, 25 mil pessoas pediram para sair. Em 2011/2013, a GEAP teve quatro diretores executivos comprometidos, não com sua missão, mas com outros interesses, nada éticos e subalternos.

Muitos ainda não abandonaram a GEAP por não ter uma alternativa. O financiamento aumentou, a participação aumentou, o atendimento caiu de padrão, a rede credenciada está nas mãos e nas empresas de saúde menos indicadas e qualificadas. Além disso, não está onde os servidores estão. São inúmeras localidades onde inexiste qualquer tipo de atendimento.

A GEAP, em 2003, estava pronta para se transformar no Plano de Saúde de todos os servidores federais, ativos e inativos, da administração direta. Tinha 50 anos de história, de autogestão.

Fundada por nós, servidores da Previdência, foi modelo de atenção à saúde dos servidores, com seriedade e resolutividade. Enquanto foi preservada da partidarização e da politização prestou inestimáveis serviços aos servidores. Tanto que dezenas de órgãos procuraram ou foram convidados a entrar na GEAP, mesmo com a pressão das empresas privadas dos planos de saúde que exigiram sua exclusão do mercado.

Navegando sob tempestade permanente, a GEAP nestes 10 anos foi assaltada. Vários diretores executivos por lá passaram, prometendo sanear os passivos, melhorar a qualidade dos serviços, profissionalizar a gestão. Aumentaram a contribuição dos associados, mas nada aconteceu. Os pagamentos dos prestadores de serviços das contas foram protelados, o déficit aumentou. Os passivos aumentaram, transformaram-se em rombos por aplicações indevidas do patrimônio da GEAP (o Pecúlio) em bancos falidos. Ninguém até agora foi preso!

A Presidente Dilma que implantou a Funpresp-ex pode perfeitamente implantar uma Fundação de Saúde, de direito público ou privado, estatal ou não, como a Fundação das Pioneiras Sociais, e colocar dentro todos os servidores ativos e inativos, que queiram um Plano de Saúde, com múltiplas ofertas de serviços, clínica, ambulatório, hospitalização, etc. (não é complexo planejar uma carteira e estabelecer a cobertura atuarial para efeito de financiamento) com gestão profissional para resolver a questão de atenção de saúde dos servidores, sem partidos ou sindicatos.

A ANASPS com 50 mil vidas me obriga a preocupar-me frontalmente com a saúde dos associados ativos e inativos. Sei que o custo de saúde é alto aqui, nos Estados Unidos, na Europa, no Japão. Sei que os associados da ANASPS padecem e sofrem com a GEAP e muitos nem sonham em ter um outro plano de saúde. Muitos nem podem. Isto me inquieta.

É importante que alguém que tenha acesso à Presidente Dilma contribua de alguma forma

para mudar o discurso e prática da saúde do servidor. Insisto, o discurso e a prática. Mande colocar no lixo o discurso do Ministério do Planejamento que está nas páginas da Internet e salve a GEAP que não pode ficar como está, às voltas com escândalos, enquanto sua missão é deixada de lado.

O Dr. Jocelino Francisco de Menezes, neste momento está à frente da GEAP como servidor da Casa e se debatendo em mais um plano de recuperação financeira. Certamente, está tentando arrumar o que foi deliberadamente desarrumado, mas estará longe de representar uma intervenção válida para corrigir dez anos de desmandos e desencantos ■

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ- 1 a 15.03.2013
Fatorama, Brasília/DF- 17.03.2013

A CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS PARA RECEBER BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Por Paulo César Régis de Souza (*)

O empresariado brasileiro convenceu o governo de que deveria cair a contribuição previdenciária sobre a folha de salários. O objetivo, na verdade, era outro: pressionar o governo para acabar com a contribuição previdenciária como ocorreu no Chile, que também acabou com a previdência social pública, que o sistema não sobreviveu só com a contribuição dos empregados. Aliás, os empregados mais qualificados foram obrigados a migrar para fundos de previdência, em regime de capitalização, carregando suas contribuições e assumindo compromisso de continuar contribuindo.

O princípio chileno seria, o trabalhador quer se aposentar que contribua para isso.

O sonho continua vivo e os empresários esperam que os assessores do Ministro da Fazenda, que administram a Previdência Social, ainda venham a conseguir o que os empresários chilenos conseguiram na ditadura Pinochet.

A substituição da contribuição previdenciária sobre a folha por um percentual, entre 1 e 2% sobre o faturamento levou os empresários a uma sensação de vitória, pois sempre argumentaram que a previdência era o maior peso do que chamam de "custo Brasil". A coisa foi toda articulada no Ministério da Fazenda, à revelia do ministério da Previdência, que perdeu a receita previdenciária e a capacidade de formular políticas públicas de financiamento da previdência social. Alguns assessores terceirizados chegaram a chiar, mas foram aconselhados a ficar calados. Nenhuma liderança política, partidária ou sindical abriu o bico, mesmo porque são siderurgicamente incapazes de pensar previdência social.

Um governo às voltas com um Pibão e um pibinho, inflação, redução do emprego e da atividade econômica, das exportações e do saldo da balança comercial, lançando quase um plano econômico por mês, foi fazendo a substituição da contribuição sobre a folha pelo faturamento,

beneficiando a cada mês um setor. Os empresários rapidamente se adequaram às novas normas e mais empresários entraram no novo sistema. Mas não se ouviu uma voz dissonante.

A regra de ouro é a de que não faltariam recursos para o pagamento dos benefícios previdenciários. A substituição da contribuição previdenciária foi considera da desoneração ou renuncia contributiva, cabendo o Tesouro Nacional cobrir o que for retirado da Previdência, através de antecipação de receita ou transferência de recursos da Seguridade Social, como acontece desde 2003, criando no fluxo de caixa do INSS um saldo permanente, muito embora para efeito externo e contábil continuasse existindo déficit.

Nesta oportunidade, gostaria de dar alguns exemplos da contribuição previdenciária em diversos países da Europa ocidental, para que vocês concluam se a carga contributiva é elevada como dizem os empregadores.

Pessoa física

Áustria, 17,2%, Bélgica 13,07%, Dinamarca, 8%, França 9,9%, Alemanha, 20,425%, Grécia, 12,05%, Irlanda 4%, Itália, 9,19%; Holanda 23,2%, Noruega 7,8%; Portugal 11%; Espanha 6,25; Suécia 7%; Suíça 13,25%; Turquia 15%; Reino Unido 12%.

Empregador

Áustria 25,15%, Bélgica 24,8%, Dinamarca, 8%, França, 32,68%, Alemanha, 20,845%, Grécia, 22,6%, Irlanda 4,25%; Itália, 31,78%; Holanda, 19,12%; Noruega 14,1%; Portugal 23,75; Espanha 31,08; Suécia 20,92%; Suíça 13,35; Turquia, 21,5% e Reino Unido, 23,8%.

Carga contributiva

Áustria 42, 35%, Bélgica 37,87%, Dinamarca 16%, 42,58%, Alemanha, 41,27%, Grécia 34,65%, Irlanda 8,25%; Itália 40,97%; 42,32%; Noruega 21,9%; Portugal 34,75% Espanha 37,33%; Suécia 27,92%, Suíça 26,6%; Turquia, 36,5% e Reino Unido 25,8%;

Não relacionei os países do Leste europeu, que instituíram previdência há 24 anos, depois da queda do Muro de Berlim e do fim do comunismo. No comunismo, como ainda hoje perdura na China e em Cuba, não há Previdência, no conceito do Social Security.

De qualquer forma, para conhecimento, seguem dados sobre a carga contributiva de alguns países do Leste europeu:

Bielorrússia 35,3%; Bulgária 30,7%, Croácia, 37,2%; República Tcheca, 45%; Estônia, 39,2%m Hungria 44,5%; Lituânia, 39,98%; Moldávia, 29%; Polônia 40,09%; Romênia 55,35%, Rússia 30,2%, Sérvia 35,8%; República Eslováquia, 49,6%, Ucrânia, 40,5%.

A carga previdenciária brasileira é de33% sendo 11% do trabalhador até o teto de R$ 3.916,20 e a contribuição do empregador é de 20% sobre a folha mais 2% para acidente do trabalho (tarifa flexibilizada pelo risco).

Com as mudanças do padrão monetário, acredito que matriz atuarial de financiamento estabelecida para contribuição/benefício deva estar defasada, isto é, não guarda relação.

Este é um agravo que precisa ser corrigido. Daí defendermos uma reforma previdenciária que passe pelo financiamento do sistema.

O outro agravo foi o achatamento dos benefícios. 100% dos beneficiários do Regime Geral de Previdência Social-RGPS não correspondem ao valor de sua contribuição e não conseguem manter corrigidos os seus benefícios principalmente pelo INPC.

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ- 16 a 30.03.2013
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro/RJ- 15.03.2013
O Girassol, Palmas/TO- 16.03.2013
Diário do Norte do Paraná, Maringá/PR- 16.03.2013
Jornal do Povo de Três Lagoas, Três Lagoas/MS- 16.03.2013
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/RJ- 20.03.2013
O Estado de S. Paulo, São Paulo/SP- 21.03.2013

PREVIDÊNCIA SOCIAL DE UM SALÁRIO MÍNIMO. O SONHO ACABOU.

Por Paulo César Régis de Souza (*)

Recomendo aos sindicatos, federações, confederações, centrais de trabalhadores, que façam uma pesquisa junto aos seus trabalhadores no sentido de saber se eles acham bom, excelente ou ótima uma aposentadoria de um salário mínimo depois de 35 anos de contribuição, se seus projetos de vida, sonhos e esperanças e de suas famílias seriam mesmo receber do RGPS e do INSS um benefício mínimo, se a Previdência Social pública brasileira deve proporcionar remuneração tão ridícula a um trabalhador que anos e anos, em diversos empregos, trabalhou sem parar a fim de assegurar uma velhice tranquila, se o sonho de consumo da massa trabalhadora é uma aposentadoria de salário mínimo?

Se a resposta for sim, recolho-me ao meu retiro. Salve-se quem puder.

Creio que o sonho acabou. Virou pesadelo.

Mas certamente, a resposta será não.

A governança sindical não mexerá uma palha. Como não mexeu até agora, quando se constata que o RGPS e o INSS cada vez estão se tornando, por pressão do governo e do Congresso, em Previdência de um salário mínimo, como se fosse necessário instituir uma Previdência Social de salário mínimo, como é a do rural, que não contribuiu nem para isso, mas tem direito. Os rurais, na realidade, recebem um bônus de assistência social. Não há nenhuma relação entre o que contribuíram e o que recebem do INSS. Eles, como tantos outros beneficiários da chamada inclusão previdenciária, recebem e receberão um salário mínimo.

Imaginar que com um salário mínimo, um cidadão que contribuiu para a Previdência, sobreviverá na velhice com dignidade, é uma estultice ou uma empulhação. É coisa de "bastardos inglórios"!

Foram revogados princípios universais de Previdência segundo os quais não deve existir benefício sem contribuição ou com contribuição pela metade e a aposentadoria deverá corresponder no mínimo a 70% do que o segurado contribuinte pagou na atividade.

As gerações que estão indo embora e que ainda estão no INSS, quando começaram a trabalhar puderam sonhar com benefícios de 10 salários mínimos. Hoje, é inimaginável.

O valor médio do benefício pago pela Previdência em janeiro de 2013 foi de R$ 899,33

(INPC) que não dá dois salários mínimos de R$ 678,00.

Os 60 milhões de segurados do RGPS terão um futuro difícil, mantido o atual modelo previdenciário, que foi duramente achatado pelo fator previdenciário, desde 1999. Entre 2005 e 2012, nada menos de 4 milhões e 300 mil beneficiários da Previdência foram rebaixados para a faixa de um salário mínimo, sendo que de 2011 a 2012 mais de 1 milhão de beneficiários do INSS foram igualmente rebaixados.

Dados do DatANASPS, o centro de dados previdenciários da ANASPS, revelam que em 2005, 16,3 milhões (67,88%) de beneficiários da Previdência recebiam um salário mínimo, passando para 16,5 milhões (67,00%) em 2006, 17 milhões (78,00%) em 2007; 17,8 milhões (68,20%) em 2008; 18,6 milhões (71,32%) em 2009; 19,0 milhões (68,25%) em 2010; 19,7 milhões (68,18%) em 2011 e 20,8 milhões (71,79%) em 2012. É verdade que beneficiários rurais e assistenciais estão nas estatísticas, mas não invalidam a tese.

A deterioração da Previdência Social brasileira se acentuou muito a partir de 2003 quando o salário mínimo era de R$ 136 e o teto das aposentadorias no RGPS era de R$ 1.661,55, correspondendo o mínimo a 12,8% do teto que representava 7,8 salários. O sonho de aposentadorias de 10 salários mínimos já estava descendo a ladeira, processo iniciado em 1990. Em 2012, com o salário mínimo de R$ 622 reais, o teto das aposentadorias de R$ 3.916,20, corresponde o mínimo a 15,8% do teto que de fato é apenas 6,2 salários.

Lamento que ninguém tenha se dado conta das perdas dos segurados e beneficiários da Previdência Social, em escala crescente, ano a ano. Há um desinteresse coletivo, talvez por ignorância. Reconheço que Previdência é algo difícil de entender.

Nos últimos anos, foram criados quatro Funrurais com as consequências futuras de se multiplicar a Previdência do salário mínimo. Todos os que estão com contribuições reduzidas para cumprir metas de inclusão previdenciária (autônomos, domésticos, donas de casa e trabalhadores de microempresas) vão receber um salário mínimo. O nosso RGPS, se nada for feito, no futuro será uma Previdência de salário mínimo.

Previdência de salário mínimo é assistencialismo, a universalização do piso previdenciário de um mínimo é assistencialismo. Previdência com salário mínimo é Assistência Social. Nivelar por baixo é punir quem produz e ganha mais e que deseja uma aposentadoria digna! Precisamos reverter este horizonte de incerteza, infortúnio e miséria. O trabalhador brasileiro não pode continuar sendo enganado. Ninguém precisa contribuir para receber um salário mínimo

Há um certo consenso de que o desmantelamento do RGPS visa beneficiar bancos e seguradoras e seus planos privados de Previdência. Há um direcionamento implícito de fortalecer tais planos que são títulos de aplicações financeiras, com incentivo fiscal, apesar de não haver qualquer garantia que o risco seja do investidor.

Coisa de uma economia em que o eixo não é o homem, mas o mercado ■

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ- 01 a 15.04.2013
A Frente Informa, Brasília/DF- 04.04.2013
O Girassol, Palmas/TO- 05.04.2013
O Progresso, Dourados/MS- 06.04.2013
Jornal de Brasília, Brasília/DF- 07.04.2013
Diário de São Paulo, São Paulo/SP- 24.04.2013

PARA SER PRESIDENTE DO BRASIL NÃO PRECISA SER FORMADO

Por Paulo César Régis de Souza (*)

No Brasil, quem entende de peixe está na agricultura, quem entende de agricultura está na pesca, quem "entende" de economia está na educação, e assim por diante. Há alguém procurando um chinelo velho para calçar...

Rui Barbosa, certa vez, afirmou que um país se faz com homens livres.

Parece-me, salvo maior engano, que nosso Ministro da Educação - que sempre deu entrevistas, fez conferências e escreveu sobre economia- aderiu à maldita tese.

Segundo o noticiário, nosso estudioso Ministro resolver acabar com os novos cursos de Direito, e outros, a pedido da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Mas o pedido foi para acabar com os cursos "pagou, passou", que prosperaram na indústria do ensino. Faculdades de fundo de quintal e lixões. Nisto estamos de acordo. E, afirmo ainda que: o Brasil precisa de mais "cursos de tudo", aos montes.

Na prática a teoria é outra. Apesar do Enem, Enade, crédito educativo, FIES, ProUni, o nosso ensino superior vai de mal a pior. Os números são contundentes. Nos cursinhos estão 5 milhões jovens pagando caro para entrarem nas universidades. Claro que só em 2013 sobraram 4,8 milhões de estudantes que continuarão nos cursinhos, já os outros 5 milhões estão nas universidades. Aumenta, a cada ano, a massa dos excluídos nessas.

O MEC ignora o problema que está afetando e afetará a sociedade brasileira no futuro. O número anual de vagas -200 mil/ano- é ridículo. E isto agrava-se com as "cotas" que punem a sociedade e não premia mérito, nem ao cidadão.

O problema básico do país é a criação de mais vagas nas universidades públicas e privadas. Precisaríamos duplicar, em cinco anos, no mínimo, para 2 milhões e, em dez anos, para 4 milhões, a fim de que parcelas consideráveis de brasileiros tenham acessos às universidades. O país precisa de marco regulatório no ensino superior. E, talvez, seja pedir muito ao atual Ministro da Educação.

Sem falar nas mancadas que esse fez ao anunciar uma sucursal do Instituto Tecnológico de Massachusets (ITT) em Campinas. A coisa é tão grave que já me disseram que o Brasil vai ter que importar estudantes de Engenharia da China, Índia, Paquistão.

O MEC tem que assumir o seu papel neste processo, abrindo uma faculdade de qualquer coisa por dia, criando vagas, perspectivas e esperanças entre os jovens. As cotas são consequências da falta de vagas. O MEC tem que ter quadros gerenciais para fiscalizar e agir no controle de qualidade com rigor, e não com "jabás". Porém, o que se vê no MEC é uma estranha permissividade com empresas que contam os sistemas de avaliação para ganhar rios de dinheiro que deveriam ser destinados à abertura de novas faculdades.

Ninguém é contra o exame da Ordem, OAB, como ninguém seria contra os exames do Conselho de Medicina, Engenharia, Agronomia, Química, física etc. Tais entidades fazem o que o MEC não faz: agem em nome da sociedade e cidadania, certificando quem estudou e se capacitou e punindo quem não procedeu. Isto é salutar. Não se deve escandalizar a reprovação da OAB, mas a omissão do MEC que não fiscaliza nada.

São inúmeras as exigências feitas para se abrir uma faculdade: obras físicas, instalações,

bibliotecas, laboratórios, corpo docente, mestrado, doutorado, pós-doutorado, etc. Criam-se dificuldades para se "vender" facilidades, isso ocorre através de consultorias que vicejam em Brasília nos arredores do próprio MEC.

Um caderno de encargos é repassado às instituições mantenedoras ou patrocinadoras, parecendo que a coisa é séria. Quem teve acesso ao tal caderno afirma que foi inspirado pela FIFA, que sonha com o primeiro mundo ou do mundo do futuro.

Os vários mecanismos de controle, avaliação e qualidade do MEC, são cosméticos e tópicos. O que vemos hoje são salas de aula com mais de cinquenta, cem, duzentos alunos. Creio que o problema reside nisto, pois cai a qualidade. Um professor não tem condições físicas de dar uma boa aula com essa quantidade de alunos. Não temos "faculdades" na essência do conceito, e sim fábricas (linha de produção de formandos, só para os donos de grandes faculdades ganharem dinheiro). Se esse quadro é tétrico na escola privada, então, na escola pública a situação é agravada pelos baixos salários dos professores, péssimas instalações, ameaças de greves, que desestabilizam a academia.

A proibição de novos cursos de Medicina, Engenharia, Direito, é uma desculpa esfarrapada da incompetência gerencial do MEC, que chegou a gastar uma dinheirama com "Kit Gay". Outro gasto excessivo ocorre com ENEM e Enade, e está ilhado por consultorias de baixo nível. E, além disso, aceitar as ensinações corporativas não resolvem nada, só agravam.

A triagem do ruim e do melhor, feita pela OAB, deve prosseguir enquanto o MEC estiver produzindo estatísticas de baixa qualidade. Na prova da OAB só passam aqueles que realmente querem exercer o Direito (futuros advogados, juízes, promotores, ministros dos Tribunais). Os reprovados, provavelmente, também querem ter um curso superior com a grife MEC. Porém, não desejam, necessariamente, seguir a carreira.

Nossas universidades públicas estão sucateadas. Há muito tempo não se criam novas no país, e não se faz concursos para professores. Entre as provadas: grandes negócios, grandes tacadas, talvez não tão volumosos como os cursinhos. Algumas marcas adquiridas por estrangeiros que deram conta da alta lucratividade do negócio. Incluam os cursinhos para concursos e teremos um mercado competitivo e vigoroso.

Estão preocupados com o número de pessoas formadas sem exercerem a profissão. E quem disse que, obrigatoriamente, devo seguir a profissão da faculdade? Talvez eu queira somente aprender, ter um curso superior, e ser cantora, ator, atriz, piloto de avião ou Fórmula 1, ministro, deputado, senador, governador, prefeito, vereador, Presidente da CUT, sindicalista, ou, até mesmo, ser Presidente da República. Enfim, ter apenas uma formação superior.

Senhor Ministro, veja bem os interesses que estão por trás de quem lhe levou essa proposta. E não caia na onda de que para ser Presidente do Brasil não precisa ser formado, se não sua futura candidatura a Presidente estará fadada ao insucesso, ferida de morte. A propósito: o senhor é formado ou não? ■

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ- 16 a 30.04.2013
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro/ RJ- 17.04.2013
A Frente Informa Brasília/DF- 18.04.2013
Diário do Aço, Vale do Aço/ MG- 19.04.2013
Fatorama, Brasília/DF-21.04.2013
Jornal de Brasília, Brasília/DF-22.05.2013

GOVERNO QUE VETOU O FATOR VETA A DESAPOSENTADORIA

Por Paulo César Régis de Souza (*)

O que é desaposentação?

Curto e grosso: "A desaposentadoria ou desaposentação permite a renúncia à aposentadoria para recálculo do benefício. Com isso, o aposentado que tiver voltado à ativa pode somar tempo de contribuição ao cálculo e conseguir um benefício maior".

Por que chegamos a isso?

A 1ª reforma da Previdência, em 1994, imposta pelo FMI, acabou com o pecúlio que era pago aos trabalhadores que se aposentavam e continuavam trabalhando. Quando saiam da empresa, recebiam como pecúlio, suas contribuições corrigidas.

Desde 1994, os trabalhadores aposentados que continuaram trabalhando ou voltaram ao trabalho, passaram a contribuir para encher o caixa do INSS sem direito a mais nada.

Com isso, institucionalizou-se uma violação de um dos princípios básicos da Previdência Social: toda contribuição tem como contrapartida um benefício.

Em 1999, por nova imposição do FMI, o governo adotou o fator previdenciário (instituído para reduzir o déficit da Previdência), mas que serviu mesmo foi para punir os segurados da Previdência com o retardamento e o achatamento de suas aposentadorias.

A perseguição contra os inativos chegou finalmente aos ativos. Desde então nenhum aposentado do Regime Geral de Previdência Social-RGPS se aposenta pelo teto.

As lideranças dos trabalhadores concordaram com as duas vilanias impostas por um Estado perverso que age sorrateira e ostensivamente contra os idosos.

Neste momento, os dados da desaposentação são os seguintes:

(i) As autoridades de Previdência Social dizem que se o projeto do senador Paulo Paim for aprovado custará R$ 70 bilhões. Os dados são falsos, pois se trata de chute. Usam o mesmo chute utilizado para perpetuar o fator previdenciário! Com isso querem decretar a morte do projeto e condenar os aposentados.

(ii) Muitas "autoridades" opinam sobre a matéria sem conhecimento da causa.

(iii) As autoridades do Ministério da Fazenda que usam e abusam das receitas previdenciárias para outros fins, inclusive para desonerações contributivas, fraudando a lógica do financiamento previdenciário, estão caladas.

(iv) Alguém do Ministério da Previdência revelou que há 500 mil aposentados trabalhando e que, em tese, poderiam se desaposentar e aposentar-se de novo, com uma regra capenga que não lhes permitirá chegar aos 10 salários mínimos.

(v) A Advocacia Geral da União trombeteou que existem 24 mil ações judiciais na justiça federal aguardando sentença.

(vi) Ninguém no INSS sabe quantas desaposentadorias deram entrada por decisão judicial e quantas já foram implantadas.

(vii) O Supremo Tribunal Federal considerou a questão da desaposentadoria como de "repercussão geral" e anuncia para breve uma decisão definitiva.

O governo manobrou, revogando disposição regimental do Senado, e impôs que o projeto do senador Paim, ao invés de ser enviado direto à Câmara, passe pelo plenário do Senado para ser derrubado. O senador Renan Calheiros, prestativo, assim o fez, sob protestos do senador Paim. Mais uma vez as lideranças dos trabalhadores se omitiram.

O clima ficou pesado e milhões de brasileiros acabarão triplamente prejudicados.

(i) Os aposentados, desta leva, (talvez 20% dos 27 milhões de beneficiários do RGPS) não tiveram direito ao pecúlio liquidado com a 1 a. Reforma da previdência, em 1994;

(ii) Nestes quase 20 anos milhões foram prejudicados e a Previdência beneficiada com bilhões uma vez que deixou de pagar de pecúlios;

(iii) Os trabalhadores privados que se aposentaram tiveram seus benefícios retardados e achatadas pelo fator previdenciário, instituído em 1999 para encher o caixa da previdência sem qualquer contrapartida.

Nós da ANASPS fomos os primeiros a protestar contra o fator previdenciário, que já caiu no Senado e aguarda a extinção da Câmara.

O país aceita a fixação de idade mínima, já adotada para o servidor público, para acabar com o fator previdenciário que não serviu para a finalidade indicada na sua criação.

Há muito tempo que a ANASPS defende a volta do pecúlio e mais do que isso proclama a tese de que aposentado não deve contribuir mais para a previdência, uma vez que não terá benefício.

Diriam vocês que a Previdência quebraria.

A Previdência brasileira não vai quebrar. Nem no modelo histórico de financiamento. Nem no modelo atual, informalmente realinhado com apropriação indébita das receitas previdenciárias e generosas transferências fiscais da União.

Claro que há necessidade de revisão e consolidação do formato atual de financiamento (com renúncias, desonerações, subsídios diretos ou cruzados, parcelamentos, refis, desacertos diversos na arrecadação, fiscalização, cobrança e recuperação de crédito, dívidas ativa e administrativa) para que ela tenha vida longa.

Não são o fator previdenciário e a desaposentação que ameaçam a previdência Social, mas, além dos atropelos no financiamento, os quatro "funrurais", recentemente criados, e que impactarão no futuro, começando pelos autônomos subsidiados, a massa do Simples e Supersimples, a massa da microempresa e dos empreendedores individuais e os segurados especiais (donas de casa, trabalhadores rurais) etc.

Em nome da dignidade dos segurados contribuintes, devem ficar no RGPS só os contribuintes cheios em termos atuariais. Os demais terão que ir para a área assistencial da LOAS ■

O Girassol, Palmas/TO- 29.04.2013
A Frente Informa Brasília/DF-30.04.2013
Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ-01 a 15.04.2013
Diário do Aço, Vale do Aço/ MG-01.05.2013
Diário da Manhã, Goiânia/GO-01.05.2013
O Progresso, Dourados/MS-02.05.2013
O Paraná, Cascavel/PR-02.05.2013
Jornal de Brasília, Brasília/DF-03.05.2013

OS RISCOS DA DESONERAÇÃO MERECEM SER ANALISADOS

Por Paulo César Régis de Souza (*)

Uma reação consistente à política de desoneração contributiva da Previdência Social, com substituição da contribuição sobre a folha pelo faturamento, surpreendeu o mercado. Não acredito em mudanças no procedimento, adotado por arrivistas que viram na desoneração uma forma de estimular a competitividade das empresas brasileiras, reduzindo-lhe "o custo Brasil".

Lamentavelmente há algum tempo o Ministério da Previdência Social foi despojado de sua competência de formular a política de previdência social pública. Foi reduzido a uma agência de concessão de benefícios previdenciários e assistenciais. O Ministério da Fazenda dela se apoderou. Foi o Ministério da Fazenda que negociou com o FMI a implantação do fator previdenciário para retardar a concessão e achatar o valor dos benefícios, bem como a incorporação da receita previdenciária pela Receita Federal. Faz e acontece sobre o financiamento da previdência social, sobre a estruturação do Regime Geral de Previdência Social-RGPS, todos os regimes de Previdência Complementar, públicos e privados.

Há muito tempo que o país não administra uma questão que lida com o futuro da população brasileira que contribui para o RGPS para conquistar uma aposentadoria que lhes assegure sobreviver com dignidade quando perderem sua capacidade laborativa. São mais de 60 milhões de contribuintes que não interessam ao Ministério da Fazenda como seres humanos. A Fazenda não lida com seres humanos, com vidas humanas, mas com moeda e crédito.

Até quando? Vai demorar. Perdurando este estado de letargia, de ignorância, de desconhecimento pela classe política e dos dirigentes dos trabalhadores sobre Previdência Social pública, a situação não terá mudança tão cedo.

Felizmente ainda há no Brasil quem pensa com a cabeça... Nós da ANASPS estávamos sozinhos no pântano clamando contra a desoneração da folha. Em magnífico artigo publicado em 17.04, Cristiano Romero, do Valor Econômico, levantou alguns pontos sobre "os efeitos colaterais indesejados" da desoneração, assinalando que o ex-ministro do Trabalho, Edward Amadeo, tem feito advertências que "de tão graves, deveriam ser debatidas, especialmente no Congresso, a quem cabe à última palavra sobre desonerações".

Honestamente, não vejo que o Congresso – este que aí está – possa debater algo sério.

O dado fundamental é que "o fim da contribuição sobre folha rompe com a lógica clássica ~~do financiamento de aposentadorias. Por esse princípio, a contribuição para a seguridade social~~ deve incidir sobre folha porque cabe aos trabalhadores financiar suas aposentadorias".

Esta regra de ouro é universal e secular. Recentemente, apresentei dados da ISSA-International Social Security Association, mostrando como é o financiamento em dezenas de paises, com a contribuição definida para benefício definido, por parte de empresas e trabalhadores. Cada país tem aliquotas ajustadas à apacidade de seus sistemas previdenciários.

Na maioria dos paises, não há a farra das renuncias previdenciárias e já, agora, das desonerações previdênciárias. No Brasil, isto se dá como decorrencia do entendimento de que o bolo previdenciário, seja do RGPS, dos Regimes Próprios, dos Fundos de Pensão e dos planos de previdência, deve estar à disposição da autoridade monetária para políticas discricionárias

e de oportunidade. Também não há a farra dos beneficios sem contribuição ou subsidiados.

"O principal vínculo entre a renda do trabalho e as aposentadorias advém do fato de essas serem calculadas com base nos salários ao longo da vida e na expectativa de vida. A população brasileira envelhecerá e a expectativa de vida aumentará. O lógico é que o financiamento desses gastos adicionais tenha como parâmetros a alíquota da contribuição sobre o salário, à idade de aposentadoria e a relação entre aposentadoria e salário", argumenta Amadeo.

Desonerando a folha quebra-se a lógica do financiamento, altera-se o que se chama em orçamento fontes e usos. Reduz-se a capacidade do trabalhador de afirmar que está contribuindo para sua aposentadoria, já que a cobertura de seu beneficio vem de outra fonte mais fiscal do que previdenciária.

"Devido à desoneração, dá-se um retrocesso nas instituições fiscais ao se tornar menos nítida a separação entre seguridade social e orçamento da União".

O problema é que lá atrás, incorporou-se o Orçamento da Previdência Social ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Há dubiedade na apresentação das contas do RGPS que tem que ser defiticárias dentro de um modelo lógico em que as contribuições das empresas e dos trabalhadores não cobrem as depesas dos beneficios. Mas entre os 30 milhões de beneficios, há 10 milhões sem que os beneficiários tenham contribuido para receber pensões e aposentadorias. Para fechar as contas, o governo usa os recursos fiscais da Seguridade (COFINS E CSLL) e cobre o deficit do RGPS. Nesta linha não há separação entre "seguridade social e orçamento da união".

Amadeo foi mais longe, observando que para reduzir o custo de produção e aumentar a competitividade das empesas "Não precisava desonerar a folha; Bastava reduzir a alíquota de contribuição", Para ele "o governo confunde desoneração com subsídio, O efeito do subsídio é a redução do custo tributário; Já o efeito da mudança da base de incidência de folha para faturamento é a alteração dos incentivos das empresas para investir em diferentes tecnologias e setores" Sentenciou: "É impossível ver alguma vantagem nesse programa de desoneração da folha" ■

O Girassol, Palmas/ TO- 09.05.2013
Diário do Aço, Vale do Aço/ MG- 10.05.2013
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/RJ- 14.05.2013
Diário da Manhã, Goiânia/ GO- 15.05.2013
Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ-16 a 31.05.2013
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro/ RJ- 16.05.2013
O Paraná, Cascavel/ PR-16.05.2013
Jornal de Brasília, Brasília/ DF-16.05.2013
Diário Popular, Pelotas/RS- 18.05.2013
Fatorama, Brasília/DF- 19.05.2013

DOIS PESOS E DUAS MEDIDAS NA DEFESA DA PREVIDÊNCIA

Por Paulo César Régis de Souza (*)

Toda semana, no Diário Oficial da União, o ministro da Previdência Social publica portaria, citando leis, decretos, sumulas portarias, Códigos, pareceres etc. Demitindo e cassando aposentadorias de servidores do INSS, agindo com isenção e correção, fazendo a limpeza ética do INSS e da Previdência.

Tudo geralmente começa através das Forças Tarefas, integradas por servidores da Previdência, mais precisamente da Assessoria de Pesquisa Estratégica, do Ministério Público Federal e da Polícia Federal, no combate à Fraude e Sonegação na área de benefícios, em todo o país.

Muito embora tenha havido ações entre 1992 e 2003, de 2003 a 2012, foram realizadas 325 operações e 154 flagrantes, presos 368 servidores e 1,797 fraudadores, efetivados 2.060 mandados de busca e apreensão, efetuadas 13 intimações, registrando-se 6 conduções coercitivas de servidores e 313 fraudadores, com prejuizos estimados ao INSS em R$ 4,4 bilhões.

Em 2013, foram 31 operações, 59 prisões em flagrante, 53 buscas e apreensões, 84 conduções coercitivas, estimando-se os prejuízos em R$ 85,8 milhões.

De 2005 a 2012, dados da Consultoria Geral da República, indicam que 610 servidores do INSS foram demitidos, no conjunto de 2.552.

Mas vejam vocês a grande diferença: quando a receita previdenciária estava no INSS à força tarefa também contemplava a área de arrecadação e não aliviava servidores administrativos e auditores fiscais, da mesma área.

Desde que a receita previdenciária foi para a Receita Federal isto acabou. Não se sabe o que acontece. Não se fiscaliza mais as empresas não se combatem a sonegação, não se enfrenta a evasão, não se ataca a elisão, não se fecham as brechas legais, não se cobra dos caloteiros, que esquentam CPF para abrir novas empesas, não se publica a relação dos devedores no Diário Oficial da União. Tudo o que se faz é proteger os sonegadores, fraudadores, caloteiros, enquanto proliferam os escritórios de "lobbies" para impedir que a bandidagem vá para cadeia. E mais se faz quando se ampliam as renúncias e se institucionalizam as desonereações contributivas. Nem o Ministério Público Federal nem a Polícia Federal são acionados.

Será que a Receita Federal está imune a ação do MPF, da Polícia Federal. Creio que sim. Não há uma notícia dos dois orgãos, bem como da AGU e da CJU, no combate as fraudes na Receita Federal. Será que a Receita está blindada contra as fraudes? A simples mudança de endereço e trocando o nome de Receita Previdência para Receita Federal eliminou as fraudes que ali estavam enfronhadas há 85 anos? Dificil, mas muito dificil mesmo de acreditar, mesmo porque onde há caloteiros de plantão há fraudes no meio da rua...

Na Previdência, foi memorável a ação de muitos ministros, Stephanes, Brito e Cutolo, que bloqueavam os recursos do Fundo de Particicipação de Estados e Municípios daqueles estados e municípios, que não pagavam suas dívidas ao INSS. Sabem o que aconteceu? O governo e o Congresso deram 30 anos para não pagar o que devem. Parcelam e não pagam. Reparcelam e não pagam. Ficou por isso mesmo. Acabaram com o Certificado de Quitação das dividas do

INSS! Escancarou geral!

A Fazenda criou o fator previdenciário em 1999 para reduzir o deficit, retardar a concessão de benefícios e achatar o valor das aposentadorias. Desde 1999 o deficit disparou e beira R$ 420 bilhões, a preços correntes, o valor médio dos beneficios concedidos e mantidos não chega a dois salários mínimos e 70% dos beneficios estão na faixa do mínimo! Estão reduzindo a Previdência Social pública brasileira à previdência de salário mínimo, acabando com o sonho e a esperança dos brasileiros de terem uma velhice tranquila, recebendo pelo menos 70% do que recebiam quando em atividade.

A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional "administra" a dívida ativa, com mais de R$ 300 bilhões, com uma performance deploravel. Antigamente, ministros da Previdência iam ao MPF, à Justiça Federal e à Justiça dos estados entregar processos de cobranças judiciais e punição de fraudadores e corruptos e contribuiram para que fossem criadas Varas da Previdência. Hoje, foi tudo desativado. A recuperação de crédito da PGFN continua deprimente, não chega a 1% da dívida. Isto há 20 anos.

Vejo esta situação, em nome dos 60 milhões de contribuintes e dos 30 milhões de segurados, quase 50% dos brasileiros, e me entristeço.

A Previdência nasceu e se desenvolveu com receita e despesa, definidas. Há 90 anos. Nos últimos seis anos, tiraram a receita e o que era uma autarquia virou não se sabe o que! Todas demais autarquias federais tem receita e despesa próprias. É um principio universal de gestão pública fraudada no Brasil. O INSS foi privado de sua receita. A Petrobrás sobreviveria se sua receita fosse controlada pela Receita Federal? Afirmar-se que o INSS nao sabia arrecadar é uma vilania. O nível de arrecadação da Receita e da PGFN é rigorosamente inferior ao do INSS! Muita gente não sabe e ninguém explicou: os rombos na Previdência são cobertos diariamente pelo Tesouro!

A sociedade brasileira tem que ser mobilizada a reparar o erro autocrático e arbitrário cometido contra o INSS, transformado em uma agência concessora e mantenedora de beneficios previdenciários, acidentários, assistenciais e gestora dos benefícios pagos com os encargos previdenciários da União (anistiados, atletas, artistas e vitimas de doenças raras e de acidentes coletivos).

A Fazenda que cuide da moeda e do crédito, da inflação e do câmbio, do crescimento e do PIB, mas não deveria se meter nunca na Previdência, como está se metendo, manipulando a receita previdenciária (contribuição compulsória de empregadores e trabalhadores) como se fosse receita fiscal.

Já escrevi em inúmeras oportunidades que deve ser promovida uma ampla reforma no financiamento da Previdência Social, como está não pode ficar. O desastre do FUNRURAL, criado de cima para baixo pela ditadura, corrigiu uma distorção social crônica contra os trabalhadores rurais, mas impôs o custo aos trabalhadores urbanos, que não foram responsáveis por isso. Até a receita rural não cobre 5% da despesa, que é monstruosa. Isso impacta e leva para o fundo do poço a previdência urbana. É uma herança pesada e cruel para quem contribuiu e contribui.

O pior é que em nome da inclusão previdenciária, criaram-se outros Funrurais, com contribuições reduzidas e subsidiadas. Isto inviabilizará nos próximos anos o Regime Geral de Previdência Social RGPS, igualmente desestabilizado pelas renúncias e desonerações contributivas, feitas pela Fazenda. Ninguém foi consultado, nem o decorativo Conselho Nacional de Previdência Social. Nem as dezenas de conselhos de previdência ■

O Girassol, Palmas/TO- 22.05.2013
Diário da Manhã, Goiânia/GO- 23.05.2013
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/ RJ- 23.05.2013
Diário do Aço, Vale do Aço/MG-30.05.2013
Diário Popular, Pelotas/RS- 30.05.2013
O Paraná, Cascavel/PR- 31.05.2013
Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ- 01 a 15.06.2013
Jornal de Brasília, Brasília/DF- 04.06.2013
O Progresso, Dourados/MS- 05.06.2013
Jornal Metropolitano, Grande Natal/RN- 07 e 14.06.2013
Tribuna do Norte, Natal/RN- 09.06.2013
Fatorama, Brasília/DF-16.06.2013

O BRASIL PRECISA CRIAR MAIS FACULDADES

Por Paulo César Regis de Souza (*)

O governo brasileiro está a fim de importar supostos médicos cubanos para atender os pobres do interior do Brasil, com o argumento falso de que nossos médicos não vão para o interior.

Os Ministérios da Saúde e da Educação estão no firme propósito de passar um trator por cima das associações e entidades médicas para cumprir seus desígnios eivados de suspeição. Os dois ministros são candidatos de Lula ao governo de São Paulo e não se deram conta da segunda indignidade que cometeram. A primeira foi impedir a criação de novos cursos de Medicina com outro argumento falso de que os cursos são ruins. Os dois ignoram que os tais médicos cubanos e os brasileiros formados em Cuba, indicados e custeados por entidades e partidos brasileiros, não passariam no ENEM.... Como não passaram no REVALIDA quando tentaram revalidar seus diplomas. Em primeiro lugar, os cursos de Medicina de Cuba são equivalentes aos nossos de enfermagem e formam 300 por ano. Onde arranjarão 6.000? A Medicina cubana é fraca. Faltam recursos técnicos e científicos, instalações e insumos, professores e mestres, falta dinheiro a Cuba para papel higiênico. O regime acabou com a agricultura e a pecuária.

O impedimento de abertura de novos cursos de Medicina foi um achincalhe dos dois candidatos de Lula ao governo de São Paulo à História da Medicina no nosso pais.

O nosso padrão de ensino médico é ruim porque o MEC é uma tragédia. Não fiscaliza nada. Se há falhas é por que há conivência do Ministério com elas. Os aloprados que estão no MEC querem fazer proselitismo. Importar 6 mil médicos cubanos, 6 mil engenheiros búlgaros, 6 mil cientistas bolivianos, 6 mil químicos equatorianos, 6 mil advogados nicaraguenses. Induzir 7 milhões de jovens para fazer o ENEM quando as universidades públicas não terão 300 mil vagas em 2014 é um escárnio! O Brasil que deveria criar uma faculdade por dia para tudo o que nos falta está na contramão da história. O discurso de jogar 10% do PIB na Educação é embromação!

O nosso padrão de assistência médica tem qualidade zero porque o Ministério da Saúde não tem referências para gerenciar o SUS. Todos os dias, entre 7.30 e 9.30 em qualquer ponto do país, o circo dos horrores invade as casas dos brasileiros, através das redes de televisão, mostrando a miséria nos hospitais públicos seja em São Paulo ou no Acre, Alagoas ou Rio de Janeiro. Uma vergonha. Querer resolver isso importando suposto médico cubano é uma agressão à sociedade brasileira! Querer resolver isso com postos de lata e papelão, as tais UPAS, é bandalheira!

Não há um programa consistente para interiorização dos médicos. Há empulhação de todo tipo. Os estudantes poderiam fazer o internato, depois de seis anos numa Faculdade, no interior sob supervisão médica. Se tem dinheiro para um balaio de bolsas, teriam um naco de uma delas. Da mesma forma, que em cidades do interior de grande porte, com hospital regional, poderiam fazer Residência e trabalhar lá. A Residência é complexa, pois o futuro médico estará buscando sua especialização. Mas se o governo não quer especialista, mas generalista, médico de dor de barriga, gripe, dor de cabeça, resfriado, virose.

Houvesse um programa de interiorização para os que estudam em universidades públicas que cumpririam dois anos no interior seria um começo. Há uns 200 programas de saúde, superpostos, com resultados pífios. Basta ver o circo dos horrores na TV. Banalizaram a vida e a morte, incendiando as vítimas.

Não tenho e não quero procuração de médicos e entidades para defendê-los. Nem precisam.

A minha tese, exposta em artigo anterior, é a de que no Brasil para ser presidente não precisa estudar, para ser ministro também não. Dos 39 ministros, poucos passariam no ENEM...

Peço que me acompanhem. Cada médico cubano custará 6 mil reais que irão para o governo de Cuba que acaba de receber, de graça, 150 milhões de dólares para recuperar seus aeroportos caquéticos. O governo brasileiro terá que transportá-los de Cuba digamos para Brasília. E daqui para os grotões. Terá que hospedá-los, dar comida, roupa nova e lavada, pagar uma "bolsa" do tipo presidiário, de 1.100 reais. Terá que lhes dar postos de saúde, hospitais e casas de saúde bem como instrumentos e insumos que não dá aos brasileiros. Os enfermeiros cubanos serão escolhidos a dedo, com lavagem cerebral, pois terão que fazer aqui o que fizeram na Venezuela, espalhando a "doutrina bolivariana". É uma tragédia anunciada de graves consequências.

Eles como enfermeiros são especialistas em nada. Não falam o nosso idioma nem o dialeto dos grotões.

Temo ainda que neste momento em que a Previdência Social está terceirizando a Perícia Médica que os enfermeiros cubanos venham a participar do processo. É uma forma de sair dos grotões e se infiltrar nas periferias onde o tráfico e as milícias controlam a saúde pública.

A conta será paga pela União, que vira as costas às escolas e aos estudantes de Medicina no país. Não precisamos disso. Precisamos que a Presidente Dilma determine aos Padilhas e Mercadantes que lancem dois programas. 1) abrir uma faculdade por dia e uma universidade por mês. Estaremos pensando no futuro. 2) exigir e cobrar qualidade no ensino superior. Com a cubanização, estaremos voltados para o passado.

Mas como exigir a abertura de faculdades a um ministro que indaga: "O que museu tem a ver com educação? " (Coluna do Ricardo Noblat, quando Mercadante visitou um Museu da Fundação Joaquim Nabuco, no Recife). Difícil ■

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ-16 a 30.06.2013
Fatorama, Brasília/DF-16.06.2013
O Girassol, Palmas/TO- 17.06.2013
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/ RJ-19.06.2013
Diário da Manhã, Goiânia/GO- 19.06.2013
Diário do Aço, Vale do Aço/MG- 22.06.02013
O Progresso, Dourados/MS- 24.06.2013
Jornal de Brasília, Brasília/DF- 27.06.2013
Jornal do Povo de Três Lagoas, Três Lagoas/ MS-28.06.2013

A VELHA ORDEM E A NOVA ESPERANÇA

Por Paulo César Regis de Souza (*)

Não podemos ficar calados e omissos, alheios ou distanciados, diante do que vimos nos últimos tempos em 438 cidades brasileiras: o povo nas ruas, em históricas e memoráveis manifestações, em que o excesso, dos supostos vândalos, baderneiros e arruaceiros, não empanou nem tirou o brilho. Bem que a manipulação tentou, mas não conseguiu!

A revolta aparentemente dos 10 ou 20 centavos nas passagens escondia mais do que levar governos às cordas e ao nocaute contra o aumento das tarifas. Eles foram. Pensaram que a onda passaria e o Brasil da velha ordem continuaria dando olé de indiferença ao que se passa na educação, saúde, segurança, transportes, estradas, metrôs, copa do mundo, seca, corrupção.

Nos meses que precederam às manifestações, o povo era pautado todos os dias e noites pelo crack devastador, escolas sem aulas, hospitais sem leitos, menores assassinos, violências de todos os tipos, policiais envolvidos com o crime organizado, dentistas queimados, políticos defendendo seus interesses escusos, passeatas e protestos gays. Um debate sufocante e anestesiante. Diariamente muito circo, muito futebol, muita bobagem de celebridades e muita demagogia das autoridades. Do tipo, porque me ufano do meu país.

Quando o monstro despertou, fiquei atordoado. Estava em Florianópolis. De repente fecharam as pontes da ilha. Ninguém entrava e ninguém saia. Vi pela TV a ocupação das cúpulas do Congresso em Brasília e o fechamento da Ponte Rio Niterói, 300 mil pessoas nas ruas do Rio de Janeiro, 100 mil em São Paulo. Ninguém previu. Todos os analistas, colunistas, blogueiros e adivinhos falharam. Surgiram mil explicações e justificativas. Mais nada, nada, que traduzisse: verás que um filho teu não foge à luta.

O que mais me intrigou é que a geração das manifestações é de 90 pra cá. Tem 23 anos no máximo. Não sabe o que se passou no país nas décadas de 50, 60 e 70 e 80. Ninguém viu Mané Garrincha e Pelé jogar, não sabe o que houve em 64 a 85 no país. Não participou das manifestações contra a ditadura e da abertura. Não viu a aventura de ascensão e queda de Collor, no vácuo de uma corrupção glamourosa.

O que esta geração viu foram políticos de quinta categoria, agrupados em dezenas de

legendas de aluguel, esquartejando os recursos públicos, em emendas suspeitas, para obras também suspeitas, prometendo mundos e fundos e nada fazendo, corruptos da cabeça aos pés, serviços públicos de péssima qualidade, impunidade verticalizada, impostos escorchantes, mensaleiros ladrões, deputados e senadores querendo acabar com o ministério público, bolsa disso e bolsa daquilo para financiar um projeto de poder, falta de educação, saúde, segurança, transportes, estradas, etc. Má qualidade na gestão pública com quase 40 ministérios, milhares de comissionados e terceirizados, o BNDES transformado em BNDEX. Muita indecência e nada de moralidade.

A ANASPS tem apenas 21 anos. Somos contemporâneos desta geração. Na nossa área, assistimos uma brusca mudança do Regime Geral de Previdência Social-RGPS que assegurava um mínimo de 80% do último salário para o trabalhador que se aposentava e foi levada a assegurar basicamente dois salários mínimos. O sonho se transformou em pesadelo enquanto a velha ordem embalou o projeto de inclusão previdenciária, nivelando pelo salário mínimo o benefício, inclusive com contribuição subsidiada. Seja: criou a previdência dos miseráveis. Claro que a ANASPS é contra tudo isso. Ao mesmo tempo em que retalharam a Previdência, induziram a aposentados e pensionistas a tomar dinheiro emprestado, em operações até hoje investigadas pelas autoridades, e já agora planejam conceder auxilio doença sem perícia médica ou com perícia terceirizada com médicos selecionados por partidos políticos...

Por não sermos uma organização sindical sempre fomos colocados à margem das mesas de negociações do governo nos últimos 10 anos. Também nos nossos primeiros dez anos anteriores, estivemos à margem nos governos supostamente sociais democratas. Mas nada nos impediu de hastearmos a bandeira de luta e defesa da Previdência Social pública. Por pouco, muito pouco, não foi privatizada, embora uma fatia dela, envolvendo 10 milhões de brasileiros, com investimentos de R$ 300 bilhões, esteja nos planos privados de previdência, que são investimentos lastreados pela volatilidade do mercado de valores. Seus investimentos, nesta hora, estão virando pó.... Nós fomos vencidos neste processo que é de interesse de bancos, seguradoras e incautos investidores!

Torcemos como todo o Brasil torce, para que o monstro siga sua trajetória e encontre os seus rumos que não serão muito diferentes da decência, da ordem, da ética, da dignidade e do progresso.

Vi com alegria o cartaz de um manifestante que dizia: "Desculpe o transtorno: estamos consertando o Brasil". Não se trata apenas de algo espontâneo ou despojado. Ou uma Mensagem a Garcia. Quem assim entendeu, passou batido.

A velha ordem tenta se segurar, mas teme o pior. Lembra a geração do poder do que aconteceu na União Soviética, que foi dormir com milhões de armas nucleares, milhões de soldados, milhões de tanques e blindados, milhões de bombas. No dia seguinte, quando acordou, tudo tinha acabado o muro de Berlim caiu e caiu o governo soviético como um castelo de areia. Juntos foram todos os governos da outrora Cortina de Ferro. A história se repete: "O esperado nunca acontece o inesperado sempre", nos advertiu Keynes.

Espero que a nova esperança fortaleça o RGPS e faça com a que a previdência social se recupere para que as futuras gerações, estas que encheram as ruas, não sejam submetidas aos vexames das gerações atuais, as de seus pais, que ainda esperam a tábua de salvação do fim do fator previdenciário, a instituição da desaposentação para salvaguardar seu futuro, reforma do financiamento da Previdência, para que haja recursos para o pagamento de benefícios urbanos com base nas suas contribuições, sem achatamentos fortuitos ■

O Girassol, Palmas/ TO-25.06.2013
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/RJ-27.06.2013
Diário da Manhã, Goiânia/GO-29.06.2013
Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/ RJ-1 a 15.07.2013
Diário do Aço, Vale do Aço/MG-m06.07.2013
O Paraná, Cascavel/PR-07.07.2013
Diário do Nordeste, Fortaleza/CE-09.07.2013
O Progresso, Dourados/MS- 09.07.2013
Correio Popular, Campinas/SP-12.07.2013
Jornal de Brasília, Brasília/DF-19.07.2013
Fatorama, Brasília/DF-21.07.2013

A FUNÇÃO REDISTRIBUTIVA E INCLUSIVA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Por Paulo César Regis de Souza (*)

No relatório do Tribunal de Contas da União sobre as contas do governo federal de 2012, há uma análise circunstanciada da Previdência Social. Analisa-se sua função nos programas de inclusão social.

"A destinação dos benefícios previdenciários é plenamente especificada em leis, as quais estabelecem os direitos dos segurados e detalham as regras para concessão de benefícios". Concordamos.

"Do ponto de vista do financiamento, regimes previdenciários também diferem de outros programas de governo na medida em que possuem, tipicamente, fontes exclusivas de receitas. No caso do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), por exemplo, a Constituição de 1988 veda a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de empregadores e trabalhadores para realização de despesas distintas do pagamento de benefícios previdenciários (art. 167, inciso XI) ". Concordamos.

"Dessa forma, na execução do programa de previdência social, não cabe ao governo selecionar os grupos a serem beneficiados pelo programa, nem decidir a respeito da destinação de suas principais receitas". Concordamos.

A discussão sobre o papel "inclusivo" da previdência social é que toma direções que sempre se coadunam com as variáveis mencionadas de financiamento e benefícios, vinculados, como causa e efeito.

Sou mais claro, enquanto o RGPS, presente nos mais distantes rincões do país, transfere renda mais do que o Fundo de Participação dos Estados e Municípios (IR+IPI) e das transferências compulsórias dos estados (ICMS) faz com que muitas cidades sobrevivam com os pagamentos de benefícios "previdenciários", em tese, já que os benefícios "previdenciários" rurais nada tem de previdenciários, tudo bem. E porque não tem nada de previdenciários?

Resposta: não há relação atuarial entre o benefício e a contribuição.

O TCU usa o eufemismo de previdência rural, mesmo sabendo que ela inexiste para ressaltar seus "possíveis efeitos inclusivos" admitindo no mesmo contexto, "que o subsistema de benefícios rurais não se mostra sustentável como regime previdenciário". Diria que os efeitos são "redistributivos" do que propriamente inclusivos. Vai mais longe e subscreve o que tenho assinalado nos últimos 10 anos: "a falta de sustentabilidade decorre da ausência de previsão de fontes suficientes para custeio, pois o subsistema não exige comprovação de contribuição dos segurados para a concessão de benefícios".

O TCU mostra a renda domiciliar per capita média com e sem benefícios previdenciários. "Para a população urbana, as rendas médias com e sem benefícios foram iguais a R$ 1.063,56 e R$ 848,12, respectivamente, enquanto que, para a população rural, as rendas médias foram iguais a R$623,89 e R$358,91, para domicílios com e sem benefícios respectivamente". Detalha a amostra por regiões e assinala que o maior aumento de renda ocorreu para a população rural na região Nordeste (110%). O menor aumento foi observado para a população urbana da região Sul (16%).

Os dados são cruéis, de certa forma, para a população urbana contribuinte da Previdência Social e que financia, desde a implantação do Funrural, em 1971, cerca de 94% do financiamento dos benefícios rurais que custaram, em 2012, R$ 62,4 bilhões.

Tenho por entendimento que o TCU deve acompanhar de perto "o pacto de gerações" que é um dos pilares da Previdência Social e deve zelar para que, em nome da inclusão previdenciária, não continuem sendo cometidos os desatinos de se instituir benefícios sem financiamento, com financiamentos pela metade ou subsidiados, desviando a Previdência Social do seu eixo para patrocinar funções inclusivas, que não lhe dizem respeito.

A Previdência tem o compromisso ético de impedir que isto aconteça, pois daqui a 30/40 anos, a conta será apresentada a sociedade. A conta do Funrural, 40 anos depois, está sendo apresentada agora e a sociedade urbana está pagando ■

O Girassol, Palmas/TO- 11.07.2013
Diário da Manhã, Goiânia/GO- 11.07.2013
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro/RJ-15.07.2013
Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ-16 a 31.07. 2013
Página 20, Rio Branco/AC- 18.07.2013
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/RJ- 23.07.2013
Diário do Aço, Vale do Aço/MG- 24.07.2013
Diário Popular, Pelotas/RS- 25.07.2013
Jornal de Brasília, Brasília/DF- 02.08.2013

UMA COMISSÃO DA VERDADE PARA A PREVIDÊNCIA

Paulo César Regis de Souza (*)

Nestes tempos de comissão da verdade para se descobrir malfeitos do passado e se passar a limpo os erros cometidos, o governo, o Congresso, o Tribunal de Contas da União (TCU), a Consultoria Geral da União (CGU) ou mesmo alguma entidade privada, com credibilidade, poderia instituir uma Comissão da Verdade para a Previdência Social pública do país, sem precisar descer aos montepios e caixas, começando a partir dos institutos, fusão dos institutos com criação do INPS e depois do INSS.

Teríamos um marco de referência.

A Comissão teria que investigar duas grandes linhas: o regime de repartição simples, em que os trabalhadores de hoje financiam os trabalhadores de ontem, a matriz de financiamento do cálculo atuarial dos benefícios, os usos indevidos e os desvios praticados, parcelamentos e reparcelamentos, renúncias, criação do Funrural, instituição de benefícios subsidiados e mais recentemente a desoneração.

No tempo dos institutos, a previdência tinha mais entradas (contribuintes) do que saídas (aposentadorias e pensões). Muito embora o regime não fosse de capitalização, dever-se-ia preservar o que foi arrecadado. Provisionar para o futuro, mas não se aplicou nada. O excesso de arrecadação, a liquidez, foi "espalhado" em conjuntos habitacionais, hospitais, postos de assistência médica, ambulâncias do SAMDU, alimentação do trabalhador, assistência social. Supõe-se que houve muita corrupção, etc. Muitos bilhões foram desviados para a implantação da Companhia Siderúrgica Nacional, construção de Brasília, Belém- Brasília, Transamazônica, Ponte Rio Niterói e Itaipu.

Acredito que não caberia à CVP punir pessoas, muitas delas já mortas. Mas quantificar os recursos desviados e fixar um prazo de 20/50 anos para que o Estado devolva aos trabalhadores o que lhes foi retirado. Reconhecer, saldar ou zerar a "dívida histórica", seria uma satisfação que se daria a várias gerações de segurados, contribuintes e beneficiários, que foram logrados, tungados, roubados!

Mais de 20 Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIS) levantaram a malversação destes gastos. Mas nada se fez. Nenhuma das centenas de recomendações foi acatada. Mais de 100 relatórios de contas do TCU foram expedidos, clamando por regularização desses malfeitos. Poucos ou nenhum foram considerados.

A CVP buscaria e identificaria valores que serão atualizados monetariamente. Não há dados precisos, mas a contabilidade pública tem os números.

Teríamos, na linguagem do TCU, achados de bilhões.

Entendo que ação perdulária do passado, mau uso das contribuições previdenciárias, guarda conexão, por exemplo, com a do presente em que renúncias, desonerações e benefícios subsidiados comprometem o equilíbrio do Regime Geral de Previdência Social-RGPS, muito mais do que o fim do fator previdenciário e a implantação da desaposentação.

Em 1971, quando foi criado o FUNRURAL, ninguém ousou arguir ou interpelar, porque os trabalhadores urbanos iriam pagar a conta dos benefícios rurais. Violou-se desavergonhadamente

um princípio pétreo de Previdência, que não deve existir benefício sem contribuição. Na marra implantaram o FUNRURAL. Falou-se em solidariedade humana, universalização, correção de iniquidades, justiça social, etc. Mas os recursos eram da Previdência urbana. Este achado tem alguns bilhões e os dados são visíveis aos olhos.

Desde então, não há recursos para melhorar os benefícios de quem contribui – os trabalhadores urbanos. O teto dos 10 salários desabou. Hoje, não chega a dois.

Criou-se o mito de que a Previdência é instrumento de assistencialismo, socialismo, igualitarismo, paternalismo.

Criou-se o saque organizado em cima do caixa da Previdência e em nome de uma tal filantropia, batizada de "pilantropia", através de renúncias da contribuição patronal. Seus empregados passaram a ser financiados nas aposentadorias, por suas contribuições e as dos outros cidadãos. Outro achado que já custou uns R$ 500 bilhões, se corrigidos.

Criou-se a Assistência aos Idosos, e nela, a Renda Mensal Vitalícia, e a Assistência aos Deficientes e aos Excepcionais, que foi paga até 1994 com recursos da Previdência Social urbana. Outro achado de bilhões.

Criou-se um grande arsenal de favores espetados no lombo dos contribuintes urbanos em benefício dos contribuintes individuais, empregados domésticos, autônomos, segurados especiais, donas de casa rurais em nome da formalização e de pagamentos de benefícios previdenciários, sem contribuição adequada para cobrir a despesa.

Mais recentemente também em nome da formalização e da inclusão previdenciária, criou-se o Simples, depois Supersimples, como também o MEI, (microempreendedor individual), com renúncias da contribuição patronal.

Por último, criou a desoneração da contribuição previdenciária, rompendo um pacto de 93 anos, pacto universal, mexendo com a estrutura do RGPS, uma violência de alto risco e de prejuízos para a base do seguro social. Outro achado de bilhões.

Muita criatividade que merece dimensionamento e correção para salvar o RGPS. Já que os benefícios dos que não contribuem são pagos pelos que contribuem, cujos sonhos foram transformados em pesadelos e as esperanças em desventuras ■

O girassol, Palmas/TO- 25.07.2013
Diário da Manhã, Goiânia/GO- 01.08.2013
Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ-1 a 15.08.2013
Correio do Estado, Campo Grande/MS- 03.08.2013
O Progresso, Dourados/MS- 07.08.2013
O Paraná, Cascavel/PR- 09.08.2013
Jornal do Povo de Três Lagoas, Três Lagoas/MS- 10.08.2013
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/RJ- 13.08.2013
Correio Braziliense, Brasília/DF-19.08.2013
Fatorama, Brasília/DF-25.09.2013

POR QUE OS SERVIDORES DA PREVIDÊNCIA NÃO INTEGRAM A CARREIRA TÍPICA DE ESTADO?

Paulo César Regis de Souza (*)

A Associação Nacional dos Servidores da Previdência e da Seguridade Social-ANASPS está desfraldando mais uma bandeira para conquistar a inclusão dos servidores da Previdência Social, Ministério e INSS, no grupo dos que exercem atividades exclusivas e típicas de Estado.

A nossa exclusão é inaceitável e injustificável.

A nossa responsabilidade na gestão da Previdência Social vem de longe, desde a criação dos caixas e dos institutos de aposentadorias e pensões. Tem 90 anos. Várias gerações de servidores passaram por nossas unidades e milhões de brasileiros foram contribuintes e beneficiários.

Infelizmente, por falta de uma política de recursos humanos à altura das necessidades de um país de 200 milhões de habitantes, com 60 milhões contribuindo para qualquer tipo de Previdência e 31 milhões recebendo benefícios previdenciários e assistenciais, os responsáveis pelo Regime Geral de Previdência Social-RGPS, continuamos sendo discriminados em carreiras, salários e cargos. Isto é uma vilania de um Estado que trata mal seus servidores e seus cidadãos.

Tudo que diz respeito aos servidores tem tratamento diferenciado e complicado. O fim da isonomia entre civis e militares e entre ativos e inativos e instituidores de pensão inaugurou o ciclo da mesquinharia e das iniquidades. Instalou-se a desordem no setor público.

Criaram-se gratificações de produtividade que não medem produtividade de nada, para que não fossem incorporadas às aposentarias. Mesquinharia! A saúde do servidor foi jogada na vala do circo dos horrores do SUS. Mesquinharia! O vale transporte está defasado. Mesquinharia. O vale refeição é um terço dos vales do Legislativo e do Judiciário. Mesquinharia! As perdas salariais dos últimos 20 anos para a massa dos servidores chegam a 100%. Mesquinharia! Proibiram o ingresso de brasileiros a um sem número de carreiras, que passaram a ser terceirizadas, para que não tivessem aposentadorias públicas. Vilania! As carreiras estão em extinção e os servidores esperando chegar à expulsória! Terrível.

A ANASPS nestes seus 20 anos não tem feito outra coisa: combater os desmandos e os lapsos legais na área de gestão de pessoas. Há um complô entre seus responsáveis de vilipendiar os servidores que nos obriga a entrar com ações judiciais, para obtermos na Justiça o que nos negam na legislação ordinária. Algo inexplicável. Só nós da ANASPS temos 88 ações.

A horda de terceirizados e arrivistas que chafurdam no Serviço Público Federal, como porcos gordos, cerca de 25 mil nos mais altos DAS da República, comissionados e com chapa de partido político, sem compromisso ou comprometimento com as instituições, mas com seus padrinhos, contribuiu para isso.

Acredito que esta é uma situação que não pode ficar indefinida.

Outros grupos que desenvolvem atividades exclusivas e típicas de Estados, tão importantes e relevantes como nós, já foram reconhecidos e classificados em carreiras típicas de Estado. Inclusive se mobilizam até os dentes para trazer de volta os quinquênios. Até mesmo na Previdência, os peritos médicos ganharam recentemente, embora através de mandato judicial,

o reconhecimento. Tiveram que bater às portas da justiça para que assim fossem reconhecidos.

A reação dos gestores de pessoas é sempre a mesma. Tem impacto nas contas públicas, o que é uma mentira. Um servidor com R$ 20 mil mensais de vencimento, recebe liquido menos de R$ 15 mil. Sendo um quinto garfado pelo Imposto de Renda e a Previdência.

O Estado brasileiro não se restringe aos servidores do controle interno, segurança pública, planejamento e orçamento, gestão governamental, comércio exterior, política externa, monetária e cambial, receita federal, polícia federal, ministério e defensoria público.

Para eles, tudo, para nós a lei, a ordem e o desprezo!

A Constituição de 1988 definiu bem o papel da Previdência Social. O Estado tem o monopólio de normatizar e administrar o Regime Geral de Previdência Social-RFGPS, de legislar e supervisionar sobre Previdência Social, dos fundos de pensão, públicos e privados, e Previdência nos Estados e Municípios, os chamados Regimes Próprios, com ativos de quase R$ 1 trilhão.

"Só isto bastaria para que fôssemos reconhecidos como servidores típicos de Estado".

Esta situação ainda é mais expressiva quando apresentamos o nosso trabalho, em números.

Contribuintes = 60 milhões

Beneficiários – 31 milhões, 22,5 milhões urbanos e 8,5 milhões rurais

Arrecadação Bruta - R$ 409.1 bilhões últimos 12 meses

Arrecadação liquida – R$ 287.1 bilhões últimos 12 meses

Pagamento Total de Benefícios - 407,7 bilhões nos últimos 12 meses

Pagamento de Benefícios do RGPS - R$ 334,0 bilhões nos últimos 12 meses

Agências do INSS – 1.500

Servidores - 32,0 mil

Processos movimentados por ano – 25,0 milhões.

Movimentação de benefícios – em 2012, 8.4 milhões de benefícios solicitados, 4.9 milhões concedidos e 3.3 milhões indeferidos.

As transferências da Previdência Social para 70% dos municípios foram maiores do que as transferências do Fundo de Participação dos Municípios e dos Estados.

Os recursos do RGPS representaram em média 14,4% do PIB dos municípios.

Em 3.382 municípios, o volume de recursos para a clientela rural foi maior do que o direcionado à clientela urbana.

Na Previdência Complementar, os ativos dos fundos de pensão – R$ 649.0 bilhões; os ativos dos planos privados de previdência – R$ 329,7 bilhões; nos regimes próprios, 8 milhões de servidores, ativos, inativos e instituidores de pensão participam de 2.236 institutos de previdência de estados e municípios ■

O Girassol, Palmas/TO- 12.08.2013
Diário da Manhã, Goiânia/GO- 15.08.2013
Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ- 16 a 31 de agosto de 2013
O Progresso, Dourados/ MS- 21.08.2013
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/RJ-21.08.2013
Diário do Aço, Vale do Aço/ MG-22.08.2013
O Paraná, Cascavel/PR-23.08.2013

Diário Popular, Pelotas/RS- 23.08.2013
O Dia, Rio de Janeiro/RJ-24.08.2013
Jornal de Brasília, Brasília/DF-29.08.2013
Diário do Nordeste, Fortaleza/CE-29.10.2013

EDUCAÇÃO SUPERIOR: O BRASIL DE COSTAS PARA SUAS FUTURAS GERAÇÕES

Por Paulo César Regis de Souza (*)

Em dois artigos que escrevi e publiquei "Máxima: para ser Presidente do Brasil não precisa ser formado" e "O Brasil precisa criar mais faculdades" mostrei as quantas anda a nossa educação superior. Mais por intuição e por vivência me arvorei em provar que há duas vezes mais jovens fora das universidades do que dentro, seja, dois de cada três jovens entre 18 e 24 anos estão fora da Universidade. O que isto representa para o país? O Brasil de costas para suas futuras gerações. Mais do que isso, são analfabetos funcionais, sabem ler, mas não entendem o que leem, terão grandes dificuldades de inserção e de inclusão social, de conseguir emprego, obter renda, casar, ter filhos, etc.

Clamei que o Brasil deve deflagrar uma guerra contra o atraso na educação. Afirmei que o Brasil precisa criar uma faculdade por dia para superar o atraso, fruto de gestões ineptas e corruptas no MEC. Aliás, nós da ANASPS estamos dispostos a criar até mais de uma faculdade, se nos deixarem. Queremos transformar nosso discurso em prática. Sabemos que tudo é feito pelo MEC para impedir que sejam cortadas as amarras que impedem o país a dar saltos de qualidade na educação.

O que assistimos em relação aos advogados e aos médicos é o MEC afrontando o país e fazendo o Brasil andar para trás. Somos dirigidos por uma elite incapaz, com visão deturpada e querendo promover o voo da galinha! Trocar o mérito, o saber, a cultura, a ciência, por quotas, em nome de uma inclusão educacional é insensatez. Instituir a aprovação automática no nível médio é uma catástrofe. Misturar educação com política é um desastre. Discriminar crianças em nome de renda e cor da pele é semear a luta de classe.

Um debate sobre a educação superior realizado no Senado mostrou que o quadro cor rosa, depois de 10 anos de poder, na realidade é turvo. A comparação é tão feia quanto à situação.

- Entre 2000 e 2010, foi registrado um crescimento de 110% no número de vagas nos cursos superiores. No entanto, apenas 16% dos jovens entre 18 e 24 anos estão matriculados em um curso de graduação.

- Nos últimos 10 anos, a meta de colocar 33% de jovens entre 18 e 14 anos no ensino superior, não saiu do lugar. Agora, o mesmo governo quer que a meta seja alcançada em 2023! Arre!

- Hoje estão matriculados 6.379.299 alunos, nas universidades públicas e privadas. No mínimo, deveriam estar matriculados 18,0 milhões. Seja, deixamos 12 milhões sem futuro, sem esperanças, duas gerações perdidas.

- O falso discurso da eficiência pública se esfacela no fato de que 74% dos 6,3 milhões, seja 4,6 milhões, são alunos matriculados em escolas privadas. Nas escolas públicas, apenas 2,7 milhões.

- O setor público costuma transformar sua incompetência em PIB. Para oferecer três milhões de matriculas, com 40% das vagas do ensino superior, o MEC quer 10% dos recursos do PIB na educação superior.

- O mesmo setor público agora vê chifre em cabeça de cavalo argumentando que 1 milhão de alunos recebendo FIES, financiamento, o governo estaria priorizando o setor privado em detrimento do setor público. Quanta indigência.

- Se os grupos Anhanguera e Kroton, em franca expansão no país, apesar do MEC, têm quase 50% das matrículas privadas, o MEC deveria agradecê-los e homenageá-los, pois estão prestando inestimáveis serviços às futuras gerações, atraindo os que querem estudar e podem pagar por seus estudos aqui ou no exterior, suprindo a inércia do Estado.

- Destaque-se que os cursinhos do grupo "me enganam que eu gosto" estão entulhados com cerca de 5 milhões de matrículas. Há anos que se mantém superlotados acolhendo a massa do nível médio que disputará vaga na faculdade pública. Famílias se sacrificam para que seus filhos cheguem a Universidade, se endividam, mas sabem que terão que superar a corrida de obstáculos: 1000 alunos por uma vaga e que a vaga tem destinação para cotas raciais e cotas de escolas públicas. Dois filtros, duas vilanias!

A expansão pública foi bem mais modesta, passou a atender 272 municípios contra 114, em 10 anos, isto num total de 5.600 municípios e, mais as 100 unidades criadas, incluindo campus, apenas 43 têm bibliotecas, 33 tem moradias estudantis e 61 restaurantes universitários. Os desafios são bem maiores que o discurso de melhorar a qualidade de vida e reduzir desigualdades.

Com estes novos dados, que passaram pelo Senado, em direção ao cesto de lixo, espero que as pessoas acordem para a cruel realidade da nossa educação superior.

Insisto: nós da ANASPS queremos criar escolas de educação superior para formação, capacitação, treinamento de pessoal na área de Previdência Social. O país tem 90 anos de Previdência, com um patrimônio imaterial que se inter-relaciona com Direito, Economia, Planejamento, Administração e Gestão, Estatística e Atuária, Tecnologia e Informática. A cultura previdenciária há anos pede por esta escola que o MEC barra ■

O Girassol, Palmas/TO- 27.08.2013
Jornal do Povo de Três Lagoas, Três Lagoas/MS- 31.08.2013
Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/ RJ-1 a 15.09.2013
Diário da Manhã, Goiânia/GO-02.09.2013
Diário do Aço, Vale do Aço/MG-03.09.2013
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/ RJ-03.09.2013
O Progresso, Dourados/MS-04.09.2013
Diário de Santa Maria, Santa Maria/RS- 06.09.2013
O Paraná, Cascavel/PR-10.09.2013
Jornal de Brasília, Brasília/DF-13.09.2013

A INTERVENÇÃO NA GEAP NÃO É O FIM DO CAOS NEM DA CRISE

Por Paulo César Régis de Souza (*)

Em primeiro lugar devo afirmar que a ANASPS não é contra a GEAP, o saneamento da GEAP, a recuperação da GEAP, a refundação da GEAP.

Por que não somos contra? Porque fomo nós, servidores da Previdência Social, que há 60 anos fundamos a GEAP, para que tivéssemos assistência à saúde. Por cinco décadas, por 50 anos, tivemos inicialmente na Patronal, depois na GEAP, saúde de excelente qualidade. Nós éramos assistidos, atendidos, tratados, nas melhores clínicas, hospitais, laboratórios, prontos socorros e pelos melhores médicos e especialistas do país.

Éramos modelo para a administração pública. Em todas as repartições se tinham serviços médicos, mas não comparavam a Patronal.

A coisa desandou quando transformaram a Patronal em GEAP, coisa da fina flor da burocracia e da incompetência.

Nos últimos 10 anos, tudo foi para o ralo. O aparelhamento da GEAP apressou sua degradação.

O governo federal não tem uma política de saúde para o servidor. Em algumas áreas como Previdência, Saúde e Fazenda, há entidades de autogestão prestadoras de serviços de saúde, que enfrentam crises estruturais. Teme-se que o plano oculto, nos umbrais do Ministério do Planejamento, seja o de mandar 1.270.827 os servidores e suas famílias, mais de 5 milhões de pessoas, para a sucata do SUS, que virou o circo dos horrores.

A farsa inclui o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal – SIASS, o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor (Decreto nº 6.833, de 23 de abril de 2009) e a instituição de um ridículo per capita que é dado ao servidor para que possa pagar um plano privado de saúde, inclusive a própria GEAP.

Isto faz com que milhares e milhares de servidores, com mais de 60 anos, estejam desesperados, pois não podem pagar plano privado de saúde. Se for aposentado, há 381.762, e for instituidor de pensão, há outros 253.322, (dados de dez de 2012, não atualizados pelo Ministério do Planejamento) nem pode entrar nos planos!

Nós da ANASPS somos das poucas entidades de servidores que nos preocupamos com a saúde dos servidores.

Por isso mesmo, recomendamos que nossos associados busquem alternativas de atenção à saúde, face ao caos da GEAP, que tende a caminhar para liquidação, e à odiosa, iniqua e vil atitude do governo que cruza os braços diante de uma questão de suma gravidade. Já propus que seja criado algo do tipo Funpresp para gerir a saúde dos servidores. Preocupa-me a saúde dos servidores jovens. Mas me preocupa muito mais a saúde dos servidores idosos. O pior é que as entidades de servidores, pensando em administrar o espólio da GEAP, fingem e escamoteiam a realidade.

O governo, através da Agência Nacional de Saúde Suplementar, avalizou as ações disparatadas da GEAP, que perdeu 200 mil participantes nos últimos anos, levou dois tombos

com aplicações de recursos em bancos falidos, carrega um déficit de caixa de R$ 260 milhões entre receitas e despesas foram obrigadas pelo Supremo de jogar ao mar 85 "patrocinador" com 200 mil participantes, o que agravará sua manutenção e seu equilíbrio financeiro.

Neste momento, a intervenção da PREVIC tenta preservar a banda boa da GEAP e que lhe dá a condição de fundo de seguridade social, no caso o pecúlio, que tem patrimônio de R$ 2 bilhões e que corria riscos.

Enquanto eu afirmava que a GEAP estava no caos, clamando ao ministro Garibaldi uma intervenção, em nome dos que fundaram a GEAP que ainda somamos mais de 160 mil participantes, quase 30% dos 627 mil participantes, sabíamos que se tinha um déficit de caixa de R$ 400 milhões antes do mega aumento de 300% das contribuições em 2012 e que teria sido reduzido (?) a R$ 260 milhões. Um novo aumento acabou de ser imposto pela Interventoria, com visão de fechar as contas...

Várias diretorias passaram pela GEAP nos últimos tempos. Os diretores podem ter tido boas intenções, mas não se impuseram. Foram contratados e demitidos pelo Conselho Deliberativo. Quero acreditar que foram vítimas das armadilhas da própria GEAP, dos seus três conselhos, com mais de 120 membros, que não se entendem e atrapalham, não acrescentam nada e disputam mordomias, de viagens, diárias e hospedagens dando vasão ao projeto pessoal de cada um. O projeto GEAP foi para o caos.

Há muito que se explicar na GEAP:

a) Qual o valor da receita do Plano de Recuperação Financeira que elevou a contribuição em até 400% para sanar um rombo de R$ 400 milhões;

b) Onde foram parar tais recursos, pois o rombo continua em R$ 260 milhões (?);

c) Valor das aplicações temerárias em bancos falidos;

d) A desastrada atuação dos conselhos, de alto custo para a GEAP;

e) O custo da GEAP em si, uma vez que se afirma que excede à sua dimensão;

f) A cumplicidade da ANS com a má qualidade dos serviços da GEAP;

g) A ausência da GEAP em centenas de localidades onde estão os seus participantes;

h) A redução da rede ruim e reduzida

i) A imposição de um adicional de participação no custeio da à GEAP.

O caos da GEAP persiste. Não acredito que a intervenção se resolva os problemas da GEAP, avidamente disputada por deputados do PT e do PMDB...

Temos autoridade moral e representativa para exigirmos mudanças e melhorias. Procedemos em defesa da ética, do mérito e da transparência. Temos por dever de ofício lutar pelos interesses dos nossos associados e de seus familiares que se valem da GEAP para cobertura de seus problemas com saúde.

Uma solução técnica, de mercado, de qualidade de governança administrativa parece utópica e não se inclui nas soluções em processo. Infelizmente ■

O Girassol, Palmas/TO-10.09.2013
Diário da Manhã, Goiânia/GO-16.09.2013
Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ-16 a 30.09.2013
Diário do Aço, Vale do Aço/MG-18.09.2013
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/RJ-19.09.2013

O Paraná, Cascavel/PR- 25.09.2013
Jornal da Cidade, Aracaju/SE-01.10.2013
Jornal de Brasília, Brasília/DF-17.10.2013

SUGESTÕES PARA APERFEIÇOAMENTO DO BOLETIM ESTATÍSTICO DE PESSOAL DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Por Paulo César Régis de Souza (*)

Gostaria de fazer uma solicitação à Ministra Miriam Belchior.

Ela poderia mandar incluir no Boletim Estatístico de Pessoal, há anos editado pelo Ministério do Planejamento duas secções adicionais: uma sobre Receitas e outra sobre Terceirização, Temporários e Estagiários.

Ajudaria e muito, para que possamos compreender o custo efetivo de pessoal da administração pública brasileira, hoje uma corrida de obstáculos.

Não há lógica na supressão dos dados relativos à despesa com os três grupos.

Mês sim, mês não, os jornais e revistas, além de colunistas, blogueiros e supostos especialistas em contas públicas, publicam dados, gerados sob medida colhidos no Boletim, sobre as despesas de pessoal que soam como uma bomba que vai explodir daqui a pouco.

Os dados são comparados ao PIB e revelam que se continuarem crescendo ameaça o controle fiscal. O objetivo é humilhar ainda mais os servidores colocá-los contra a opinião pública.

Ninguém olha para a relação entre a despesa líquida com pessoal e a receita corrente líquida limitada pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesta relação, em 2005, quando a Lei foi aprovada, era de 29,8%. Desde então vem caindo, chegando a 16,3% em 2012. Diga-se que nos meses de julho e novembro cresce em função do 13º salário. Nem de longe, a despesa liquida com pessoal ameaça o equilíbrio das contas públicas e o equilíbrio fiscal.

Mas isto ninguém sabe o que significa. O importante é mostrar a relação com o PIB que causa furor e indignação.

Também impacta mostrar que em 2012 a União gastou R$ 156,8 bilhões com servidores, civis e militares, (R$ 83,9 bilhões com ativos, R$ 45,9 bilhões com aposentados e R$ 27,6 bilhões com instituíres de pensão). Ninguém quer saber se foram R$ 177,5 bilhões com servidores civis e R$ 39,2 bilhões com militares, R$ 28,1 bilhões com o Judiciário, R$ 7,4 bilhões com o Legislativo e R$ 2,9 bilhões com o Ministério Público da União.

O Boletim cuja sua última edição (201), é de janeiro de 2013, tem as seguintes secções: Despesas; 2- Servidores – Quantitativo; 3- Remuneração; 4 – Concursos; 5 – Cargos e Funções de Confiança e Gratificações; 6 – DAS; 7 – Aposentadorias.

Quando falo em receita, refiro-me principalmente, as de contribuição previdenciária dos servidores ativos e inativos, aposentados e instituidores de pensão. O país tem o direito de saber o valor da contribuição patronal e da contribuição dos servidores. As receitas e as despesas, neste caso, devem ser desagregadas.

Na Secção de Receita poder-se-ia também assinalar o que for descontado do servidor pelo Imposto de Renda, que traduz um autofinanciamento do servidor à sua própria despesa. Trata-se de uma maneira do governo dar com uma mão e retirar com outra.

Face à criação do Funpresp, dever-se-ia também ter-se uma Secção, com receita, despesa e aplicações do Funpresp, para controle público, uma vez que os fundos públicos não estão infensos às aplicações de alto risco e em fundos aparelhados.

No caso dos servidores militares, há a gravidade de que a União não contribui para a aposentadoria dos militares e que estes contribuem para as pensões e saúde, recursos que financiam suas unidades de saúde, para ativos, reformados e instituidores de pensão.

Em relação aos terceirizados que praticamente inexistiam de 1997 a 2001, as despesas foram de R$ 173,7 milhões em 2002 e 2003, em 2004, passaram a R$ 222,7 milhões e desde então dispararam chegando a R$ 532,2 milhões em 2012.

Mais uma vez volto a afirmar que, a inclusão de terceirizados se deve à exclusão de servidores mais humildes do Serviço Público Federal. Nunca quiseram admitir que o objetivo oculto fosse o de impedir que as pessoas humildes tivessem aposentadorias integrais. Suas categorias foram consideradas em extinção.

Não há no Boletim, nenhuma informação sobre quantitativos de terceirizados, mas tenho comigo um quadro do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE mostrando que em 2011 existiam 20.024 terceirizados número que cresceu 16.24% em 2012 passando a 23; 275 concentrando-se os grandes grupos no IBGE (2012) 4.151 no IBGE, 2,835 no Ministério da Saúde, 1.805 no IBAMA e 1.281 no Instituto Chico Mendes. Institutos Fundações, Ministérios, Centros e Universidades estão recheados.

Seria relevante que contivessem os dados dos fornecedores de terceirizados e dados sobre temporários e dos estagiários ■

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/ RJ-1 a 15.10.2013
O Girassol, Palmas/TO-26.09.2013
Diário do Aço, Vale do Aço/ MG- 04.10.2013
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/RJ-04.10.2013
O Progresso, Dourados/MS-08.10.2013
O Paraná, Cascavel/PR-10.10.2013
Folha do Oeste, São Miguel do Oeste/SC- 16.10.2013

OS SERVIDORES ESTÃO ABANDONADOS À SUA PRÓPRIA SORTE, DILMA PUNE SERVIDORES

Por Paulo César Régis de Souza (*)

A Presidente Dilma adotou a posição mais cômoda para não se indispor com os servidores, especialmente no ano eleitoral de 2014. Parcelou os aumentos de forma que em 2014 a maioria

das categorias sabe antecipadamente quanto lhes cabe receber. Parece que tirou da cartola uma solução mágica que seus antecessores, por ignorância ou incompetência, não pensaram em fazer. Também não sei se o procedimento é legal.

Não cabe discutir se os aumentos foram justos, se foram repostas as perdas salariais dos servidores e corrigidas as amplas distorções que persistem na política (?) de Recursos Humanos-RH do governo federal.

Pela Lei de Diretrizes Orçamentárias –achincalhada no Parlamento – e pela Lei de Orçamento de 2014, não há espaço para aumento para os servidores, salvo os já concedidos, o que para nós é muito ruim.

Pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC n°96, de 32.05.1999) o Executivo teria como proceder sem qualquer temor. Isto porque os dados do STN/MF e da SEGEP/MP indicam que a relação entre Despesa com Pessoal e Receita Corrente Líquida da União foi de 16,3% em 2012 para um teto de 50%. Entre 2003 e 2012 oscilou, no pico em, 19,93% em 2000 e na baixa, em 15,7% em 2006. Em 1995, antes da LRF, foi de 29,8% e foi declinando até 18,8% em 2002. Não se sabe, entretanto, se na Despesa de Pessoal estão às despesas com temporários, terceirizados, estagiários, e ativos e inativos do GDF.

Para trás ficaram os passivos. A inflação de 2003 a 2012, segundo o Banco Central, foi de 76,6%. Quem recebeu menos, já perdeu.

A política de RH de Dilma difere da de Lula, (que puniu milhões de pessoas com a reforma da previdência, que acabou com direitos sociais e conquistas constitucionais, com aval do Supremo e que tem na contribuição do inativo uma excrescência).

Os servidores amargam há quase 16 anos uma política que não premia o mérito, não valoriza a pessoa humana e não dignifica o cidadão.

As funções de confiança e os cargos em comissão, que não precisam de concurso, foram apropriados por quadros de pessoas estranhas da administração pública a serviço de interesses subalternos.

A desmobilização dos servidores, a uma falta de ânimo para lutar por suas aspirações. Suas lideranças nos últimos oito anos fizeram tudo o que ninguém previa: aboletaram-se nos empregos, nas verbas, diárias, passagens, hospedagens e deixaram de lado todas as bandeiras de lutas dos servidores. A reforma da previdência social, financiada pelo mensalão, retirou inúmeros benefícios, (isonomia entre civis e militares, entre ativos e aposentados) foi o primeiro grande golpe infligido aos servidores.

A manutenção e duplicação das gratificações de produtividade, que não medem produtividade alguma, criadas para que não fossem incorporadas às aposentadorias e que não fossem contemplados os aposentados, foi outra humilhação imposta aos servidores.

A exclusão e o banimento dos mais pobres e humildes de um largo conjunto de atividades que desempenhavam no setor público e que foram terceirizadas, favorecendo grupos privados, que na maioria das vezes, não pagam os benefícios sociais e são contumazes sonegadores da Previdência Social.

A elaboração de planos de cargos, carreiras e salários beneficiando determinados grupos e punindo outros.

A implantação seletiva das carreiras de Estado com remuneração por subsídios, incorporando as gratificações, criando dois tipos de servidores: uns mais iguais do que os outros. A seleção é altamente discriminatória, pois na tese todos são servidores do Estado.

O inchaço da máquina pública com as figuras dos temporários, dos terceirizados, dos

quarteirizados e dos estagiários.

A pressão para milhares de servidores, mesmo em condição de se aposentar, não possam fazê-lo, sob pena de perder entre 40 e 60% remuneração, impondo-lhe a alternativa de trabalhar até os 70 anos, saindo na expulsória e assim mesmo com os proventos reduzidos.

O achatamento mesquinho do vale refeição dos servidores do Executivo, em relação ao Legislativo, ao Judiciário, ao Ministério Público e as estatais e a não concessão do vale transporte a quem usa meios próprios de transporte.

O descaso com a saúde dos servidores, especialmente os acima dos 50 anos, que com o desmanche das estruturas de atendimento nos Ministérios, empresas e autarquias, foram entregues à própria sorte no SUS, conhecido por ser "o circo dos horrores" (a elite vai para o Sírio Libanês, em S.Paulo), ou procuram os planos de autogestão mal administrados ou para os planos de saúde, com múltiplas exigências.

O caos é tão grande que criou-se o concurseiro e a indústria de concursos. A evasão dos concursados é grande, por causa de salários. A competição leva o servidor a buscar por quem paga mais ■

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ-n16 a 31.10.2013
O Girassol, Palmas/TO-16.10.2013
Fatorama, Brasília/DF-20.10.2013
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/RJ-23.10.2013
O Progresso, Dourados/ MS-23.10.2013
O Paraná, Cascavel/PR-25.10.2013
Diário da Manhã, Goiânia/GO-25.10.2013
Diário do Aço, Vale do Aço/MG-25.10.2013
Gazeta do Povo, Curitiba/PR-27.10.2013
O Diário do Norte do Paraná, Maringá/PR- 29.10.2013
Jornal da Cidade, Aracajú/SE-30.10.2013
Folha Dirigida, Rio de Janeiro/RJ- 31.10.2013
Jornal de Brasília, Brasília/DF-08.11.2013

O GOVERNO ESTÁ USANDO E ABUSANDO DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA.

Por Paulo César Régis de Souza (*)

No orçamento fiscal, a receita previdenciária própria, administrada pela Receita Federal do Brasil, com folha e desoneração, representa 25%, o que acentua sua importância.

Mas desde Lula que o governo vem metendo a mão na receita previdenciária. Pode negar que ninguém acredita.

O primeiro grande passo foi a banalização do REFIS, devemos estar no 11º ou 12º, beneficiando os devedores de todos os tipos e tamanhos, inclusive os clubes de futebol santas casas, confederações, federações, estados, municípios, autarquias, fundações, faculdades e colégios, enfim a elite dos caloteiros do Brasil. Todos os anos eleitorais têm Refis. O prazo de pagamento das dívidas públicas e privadas foi unificado em 20 anos "para rolar, rolar, enrolar e não pagar". Como inexiste Receita Previdenciária, a Previdência Social não é consultada e seus recursos são assenhoreados pelas instituições de mais baixa credibilidade na República. O que é desrespeitoso para com 98% das empresas brasileiras que pagam em dia suas contribuições previdenciárias.

Não sei se a União está neste grupo, como estão estados e municípios e instituições públicas, mas a União nunca pagou sua contribuição previdenciária, de empregador, e, tradicionalmente descontava e não recolhia a contribuição dos servidores, adotando o que se considerava no século passado "apropriação indébita". Para que se tenha uma ideia, a RFB revela que a arrecadação do PSS, Plano de Seguridade do Servidor, foi de apenas R$ 15.3 bilhões em jan-ago. de 2013 contra R$ 15.1 bilhões em jan - ago. de 2012 (sic).

Aguarde um Refis, declare que vai pagar, pague uma prestação, não pague as demais. Aguarde novo Refis. É assim que a banda toca.

O segundo grande passo foi à banalização das renúncias previdenciárias. Dados do DatANASPS, que é nosso centro de dados previdenciários, indicam que eram de apenas R$ 12, 7 bilhões em 2005, em 2008, R$ 14,7 bilhões, em 2010, R$ 18,4 bilhões, em 2012, R$ 20,3 bilhões e em 2014, chegarão à R$ 34,3 bilhões, compreendendo as efetivas pelo Simples, entidades filantrópicas, Exportação da Produção Rural, Tecnologia da Informação e Comunicação, Copa do Mundo, Microempreendedor Individual, Industrias Têxteis, de Confecções, Artefatos de Couro e Calçados. Em 10 anos triplicaram. Até hoje, na literatura jurídica e nas regras contábeis, não houve acerto de contas do Tesouro para com a Previdência Social. Há um passivo em aberto que gera déficit, de alto agrado aos que estão inviabilizando a Previdência Social, transformando-a em programa de assistência social, em nome da inclusão.

O terceiro grande passo foi à extinção da Receita Previdenciária. Desde então, não se tomou conhecimento da lista dos devedores da Previdência Social, as autoridades previdenciárias não foram mais ao Ministério Público ou aos Tribunais Federais pedir a cobrança de dívidas; não há notícias de ações contra os sonegadores, os que praticam a apropriação indébita, a fiscalização de devedores. Historicamente, estimada em 30%, a sonegação teria sido de R$ 32,4 bilhões em 2005, R$ 47,1 bilhões em 2008, R$ 73.9 bilhões em 2011, e certamente mais de R$ 100 bilhões em 2014. Ao final de 10 anos, teremos quase R$ 500 bilhões de sonegação, evasão, elisão, brechas legais, etc. De forma consentida, como é consentida, insólita e incompetente a recuperação de créditos previdenciários; a gestão é perigosa e de alto risco. A cobrança da dívida administrativa é ridícula e a cobrança da dívida ativa é inexpressiva, não chegando a 2% da dívida.

O quarto grande passo foi à utilização da contribuição sobre a folha em um processo de desoneração contributiva que frauda a essência do Regime Previdenciário, assentado na contribuição do empregador (20%), do trabalhador (8,9 e 11%) e Acidente do Trabalho RAT (1 a 3%), que produz uma matriz atuarial para definição do valor da contribuição e do benefício. Um ex-ministro do Trabalho e professor da PUC-RJ, já demonstrou isso em palestra e artigo. Na teoria, há um modelo de financiamento. Na prática, há outro. A desoneração previdenciária não é uma política de previdência pública, mas um instrumento de política fiscal para gerar benefício às empresas, em momento de crise de emprego e renda. Na realidade, o patronato brasileiro sonhou com a abolição da contribuição do empregador, como ocorreu no Chile, mas

o Tesouro rejeitou a proposta na falta de outro mecanismo de financiamento do RGPS, cada vez mais fatiado pelos sucessivos refis, renúncias, sonegação, desoneração etc.

O quinto e último passo foi, (na realidade, é) a transferência maciça de recursos da Seguridade Social, especialmente da COFINS/ PSSS, COFINS/LOAS, COFINS/EPU, Record COFINS e da CSLL para cobrir as despesas com benefícios previdenciários, assistenciais e Encargos Previdenciários da União, já que a arrecadação, indevidamente subtraída, não cobre a despesa com o pagamento de benefícios do RGPS, principalmente pelo descasamento da contribuição dos rurais e pelo acervo de inadequações contributivas mencionadas (refis, renúncias, sonegação , desoneração). O nosso DatANASPS registra que entre 2003 e 2012, as transferências bateram, a preços nominais, R$ 647,6 bilhões. No período de 2004 a 2012, considerando o conceito de arrecadação liquida sobre a folha e a despesa com benefícios do RGPS, o déficit chegou a R$ 350,8 bilhões.

Quer queiram ou não, antes de se mexer no fator previdenciário, fixação de idade mínima e na desaposentação, a sociedade organizada tem que rediscutir o financiamento da Previdência Social, antes que se oficialize a aposentadoria e a pensão de um salário mínimo ■

O Girassol, Palmas/ TO-31.10.2013
O Dia, Teresina/PI-03.11.2013
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/RJ-04.11.2013
Diário da Manhã, Goiânia/GO-06.11.2013
Estado de Minas, Belo Horizonte/MG-09.11.2013
A Frente Informa, Brasília/DF-11.11.2013
O Popular, Goiânia/GO-13.11.2013
Diário do Aço, Vale do Aço/MG-14.11.2013
O Paraná, Cascavel/PR-15.11.2013
Jornal da Cidade, Bauru/SP-15.11.2013
Amazonas em Tempo, Manaus/AM-17.11.2013
Jornal de Brasília, Brasília/DF-13.12.2013
Fatorama, Brasília/DF-24.11.2013

AS CONTRIBUIÇÕES DA SEGURIDADE SOCIAL ANULAM O DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA

Por Paulo César Régis de Souza (*)

Há muito que gostaria de escrever um artigo sobre a receita das contribuições da Seguridade Social, especialmente a COFINS e a CSLL, transferidas para fechar o Caixa da Previdência Social.

Desde que a prática foi introduzida, na era FHC e confirmada nas eras Lula e Dilma, o INSS não teve mais déficit no seu fluxo de caixa. Daí porque se diz correntemente que a

Previdência Social não tem déficit. Afinal os recursos da Seguridade são para a Seguridade e a Previdência é dos pilares dessa Seguridade.

Todos sabem, a Constituição proclama que contribuição previdenciária não é imposto. Tem fins definidos. As demais contribuições, mesmo as da Seguridade, como COFINS E CSLL, são impostos.

Mas nem todo mundo sabe que a Receita Previdenciária, aquela da contribuição dos empregadores e trabalhadores, corresponde a 28,7% do que a Receita Federal do Brasil arrecada. E arrecada mal. Poderia chegar a 35% ou mesmo 40%, caso não houvesse sonegação, evasão, elisão, brechas legais, baixa recuperação de créditos, refis, renúncias e desonerações, que são instrumentos de política fiscal e não previdenciária. Se fosse bem administrada, prescindiria dos recursos da COFINS e da CSLL para fechar as contas do INSS.

O que ocorre é que os "enormes furos" da receita previdenciária não permitem que a "receita própria" cubra as despesas próprias, gerando o que a burocracia do INSS chama de "necessidade de financiamento", o que é, na prática, sinônimo de déficit.

Mais uma vez tomo a liberdade de explicar aos leitores que me acompanham. Onde estão os "enormes furos"?:

- Na sonegação, na evasão e na elisão contributiva estimadas em 2013 em R$ 8 bilhões mensais;

- Na baixíssima recuperação de créditos das dívidas previdenciárias, administrativas e ativas (judiciais) agravadas pelos sucessivos e múltiplos REFIS;

- Nas renúncias contributivas que chegam a quase R$ 3 bilhões mensais;

-Nas desonerações contributivas que beiram a R$ 2 bilhões mensais;

- Nas despesas com os benefícios rurais que são 95 % maiores que as receitas;

Tomemos os dados da Receita Federal do Brasil de janeiro a agosto (IPCA):

Receita da Previdência Social - R$ 209,2 bilhões, 28,68% da receita total de R$ 729,6 bilhões;

Receita da COFINS, Contribuição para a Seguridade Social – R$ 125,5 bilhões, 17,21%;

Receita da CSLL – Contribuição sobre o Lucro Líquido – R$ 44,0 bilhões, 6,04%.

Tomemos os dados do INSS de janeiro a agosto (nominais):

Arrecadação liquida R$ 189,2 bilhões

Pagamento de Benefícios do Regime Geral de Previdência Social-RGPS – R$ 225.1 bilhões

Déficit do RGPS- R$ 35,9 bilhões

Para cobrir tal déficit do RGPS e pagar os Benefícios Assistenciais, a União transferiu R$ 61,1 bilhões, sendo: Antecipação de Receita – Tesouro Nacional – R$ 26,2 bilhões

Transferências da União – R$ 38, 9 bilhões

O INSS tem feito um grande esforço de comunicação mostrando os sucessivos superávits da Previdência urbana, superávits esses anulados pelos colossais déficits da Previdência rural que desde sua instituição, em 1971, é custeada pelos urbanos, em detrimento de suas aspirações, sonhos e desejos.

Com efeito, os recursos da Seguridade Social cobrem as despesas dos previdenciários rurais (que na realidade não são previdenciários, pois não tiveram contribuição) e os assistenciais.

Não é sem razão que 70% dos benefícios pagos pelo INSS são de um salário mínimo, incluindo 100% dos assistenciais e 100% dos rurais.

Não é sem razão que acabou o sonho de se contribuir sobre dez salários e ter aposentadoria de 10 salários. O valor médio dos benefícios na concessão não chega a dois mínimos e na manutenção não chegam a três mínimos.

Por isso mesmo é que tenho escrito que a Previdência Social brasileira está virando um grande programa assistencial, de um salário mínimo, ou uma Previdência chinesa.

Tenho a coragem de proclamar que nenhum trabalhador brasileiro quer uma Previdência que não lhe assegure pelo menos 70 por cento do que recebia quando em atividade, daí a necessidade de ser revogar o fator previdenciário, instituir a idade mínima e a desaposentação ou o restabelecimento do pecúlio, que é um instituto de cidadania.

Por enquanto, o RGPS não apresenta risco, mantidas as atuais fontes de financiamento. Mas cada vez mais cresce a pressão para que a Previdência volte a ser Previdência, seja, volte a ser esperança e não incerteza, segurança e não desalento e assegure ao contribuinte urbano uma aposentadoria que lhe permita sobreviver com dignidade.

Com a gestão da Receita Previdenciária no chão isto não será possível. Há necessidade de um choque de gestão na Receita, para que a Previdência volte a ser um sonho e não um pesadelo ■

O Girassol, Palmas/TO-19.11.2013
Diário da Manhã, Goiânia/GO-22.11.2013
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/ RJ-26.11.2013
O Dia, Teresina/PI-28.11.2013
O Progresso, Dourados/MS-02.12.2013
Diário Popular, Pelotas/RS-02.12.2013
Diário do Aço, Vale do Aço/MG-06.12.2013
O Paraná, Cascavel/PR-06.12.2013
Diário da Amazônia, Porto Velho/RO-05.12.2013
A Gazeta do Acre, Rio Branco/AC-07.12.2013

A QUESTÃO DAS COTAS NAS UNIVERSIDADES E NO SERVIÇO PÚBLICO

Por Paulo César Regis de Souza (*)

São grandes as mudanças que estão ocorrendo na administração pública brasileira por força de ajustes verticais na sociedade, sem discussão, mas com imposição unilateral; joga-se para as arquibancadas, na caça ao voto e na manutenção do poder. Não é assim que constrói uma nação e se molda um povo.

No Brasil, as injustiças atingem todas as cores, pobres, remediados ou ricos. Não apenas os negros.

Cotas sociais é uma coisa justa, admissível, na forma de inclusão social, o que corrige distorções e desigualdades, mas cotas raciais são injustas e agressivas. Por mais justas e legítimas

que sejam não vão corrigir os problemas que são estruturais e seculares. Vão apenas agravar. Não encherão o serviço público e as universidades de pessoas mais capacitadas, mais preparadas e atentas ao futuro do país.

Não vão qualificar o país para os desafios do milênio. Alguém escreveu que "O governo fere os princípios da gestão do Estado, ao priorizar a entrada, na máquina pública, de pessoas menos preparadas para exercer funções importantes". Concordo.

Refiro-me principalmente ao regime de cotas impostas nos concursos públicos e às universidades públicas, que poderão desfigurar e desfibrar o país.

Os valores estão sendo subvertidos e nivelados na marra. Você não pode recrutar um cientista nuclear ou um pesquisador de nanotecnologia por cor! O preceito seria seu nível de conhecimento e de capacidade. Se ele os tiver, não será a cor que lhe abrirá as portas.

O princípio constitucional, de que todos somos iguais perante a Lei está sendo revogado, sub-repticiamente.

Vejam o art. 5º da Constituição: "Art 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (...) (grifo nosso) ".

A cota racial, queiram ou não queiram, é uma distinção, é uma violação do princípio.

Mais: o Inciso I do mesmo art. Diz: "I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição". Já não são.

A Constituição Cidadã no seu Inciso VIII do art. 37 diz "VIII - A lei reservará percentual de cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão".

Aí se vislumbra a inclusão social, pois há portadores de deficiência altamente capazes;

O problema é que a demagogia, o paternalismo, o assistencialismo e o inclusivíssimo histórico, trocaram o "percentual" da inclusão social já estabelecendo um percentual para a inclusão racial, de cima para baixo, de forma discriminatória para as demais etnias que compõe nossa sociedade multirracial.

Já não somos todos iguais perante a Lei.

Apenas alguns são.

Outros são mais iguais e superiores à Lei.

Revogou-se também a lei universal do mérito e da competência, do esforço e da tenacidade, da educação, da cultura e do conhecimento.

O saber, a experiência e a vivência foram nivelados por baixo.

O mundo não foi construído pelos ignorantes, pelos menos capazes, pelos brutamontes, que nele habitam, mas pelos sábios, pelos que carregam no seu DNA a vanguarda do conhecimento.

Se as cotas são perversas, até hoje não vi nenhum protesto de nenhum grupo social, político ou mesmo sindical contra a exclusão dos mais pobres do serviço público federal, estadual e municipal, na trilha do "trade" da terceirização e da quarteirização do trabalho.

Nenhuma entidade de trabalhadores, inclusive do serviço público, salvo a ANASPS, protestou. As entidades de direitos humanos foram rigorosamente omissas.

O que houve?

O governo, para não pagar aposentadorias integrais aos mais pobres, (brancos, negros ou pardos/morenos) do setor público, que desempenhavam funções humildes, mas necessárias

e imprescindíveis, como Auxiliares de Serviços Gerais, determinou que todos os serviços de limpeza, conservação, manutenção, transportes, copa, segurança, elevadores etc, fossem terceirizados e foram.

Dessa forma, a toda a categoria foi parar nos cargos em extinção, que vão se reduzindo na medida em que as pessoas vão morrendo.

Além do que a terceirização de mão de obra se tornou grande negócio entre empresários e governos, com a agravante que não pagam as contribuições sociais e previdenciárias. Mas a terceirização de pobres dá muitos problemas para o mercado, impondo o mercado a terceirização de outras áreas rentáveis como as TI, Tecnologia da Informação, onde os mais pobres estão excluídos.

Os concursos públicos ainda existem para servidores de nível médio e superior.

O governo está driblando inchando a máquina pública com terceirizados e temporários de nível fundamental, médio e superior, ao arrepio do que dispõe o Inciso II do art. 37 da Constituição: "Art 37 - A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvada as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração".

Vejam o caso do Senado Federal: tem 2.991 servidores concursados, 3.244 comissionados (de livre nomeação e exoneração, eram apenas 370 em 2000) e 2 mil terceirizados. É um baita escândalo.

O mesmo acontece com o Executivo. Há dois anos não se tinha temporários (sem concurso). Hoje, são milhares; outros milhares são terceirizados. Isto sem falar nos milhares de consultores de entidades multilaterais, como OPAS e PNUD.

Não tenho dúvidas que o mercado e os interesses de gestão pública criarão mecanismos para driblar as cotas. Entre o discurso e a prática há uma diferença que tentar superar os desafios da sociedade ■

O Girassol, Palmas/TO- 09.12.2013
Folha Dirigida, Rio de Janeiro/RJ- 11.12.2013
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/RJ-12.12.2013
Diário da Manhã, Goiânia/GO-12.12.2013
O Dia, Teresina/PI-17.12.2013
Diário do Aço, Vale do Aço/MG-17.12.2013
O Paraná, Cascavel/PR-21.12.2013
O Progresso, Dourados/MS-30.12.2013

EM TERMOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, PERDEMOS O ANO DE 2013

Por Paulo César Regis de Souza (*)

Há quem afirme que o ano de 2013 foi mais um ano perdido na Previdência Social brasileira. Concordo.

Perdemos a chance de fazer uma grande reforma especialmente no financiamento.

Esta é prioritária, urgente, pois a fonte está secando e não serão os recursos da Seguridade Social que vão pôr a Previdência em pé, de novo. Reconheçamos que esses já foram significativos e volumosos para fechar as contas do INSS no azul.

Novos refis, mais renuncias contributivas e mais desonerações contributivas ampliaram o rombo da Previdência, sem falar que a sonegação, evasão, elisão, brechas legais, baixa recuperação de créditos administrativos e fiscais e baixa qualidade de gestão na Receita, o aumento crescente e assustador da despesa com os rurais, que não contribuíram ou que pouco contribuem, comprometeram ainda mais a capacidade da Previdência de responder as expectativas do bravo povo brasileiro.

A detecção é a seguinte: 70% dos benefícios da Previdência são de salário mínimo e os benefícios concedidos e mantidos, em 2013, não chegaram, em termos de valor médio, a dois salários mínimos. Há dez anos, 4.5 milhões de urbanos recebiam o mínimo, hoje são 8,0 milhões. Preocupa. Isto não é apenas ruim, é péssimo. Homens e mulheres que contribuíram por 35 anos ou chegaram ao fim do ciclo produtivo da vida foram mandados para casa com menos de 50% do que ganhavam quando trabalhando. A Previdência que foi uma esperança de uma velhice tranquila se transformou num pesadelo.

Escapou-nos a chance de, numa reforma da Previdência, de trazer o Seguro Desemprego e a Previdência Aberta dos planos de bancos e seguradoras para o Ministério da Previdência.

Passou-nos a oportunidade de implantar de vez a Previdência Direta, com o INSS vendendo planos diferenciados, com taxas mais baratas de administração-e carregamento, como o Tesouro Direto, que vende títulos, mas garantidos pelo Tesouro Nacional. Mais: os planos poderão também ser vendidos pela rede bancária.

Não acabamos com o fator previdenciário que foi imposto pelo FMI com a desculpa esfarrapada de que reduziria o déficit da Previdência. Não reduziu coisa nenhuma, apenas achatou ar retardou a concessão de benefícios. Ministros disseram que produziu uma economia de R$ 40 a 80 bilhões, quando na verdade, isto foi surrupiado da massa trabalhadora que contribuiu para ter uma velhice protegida!

A idade mínima não foi implantada para as aposentadorias do Regime Geral de Previdência Social-RGPS tal como existe no setor público. O Brasil continuou sendo junto com outros países, inexpressivos, um dos poucos que não tem idade mínima. Essa seria um mecanismo compensatório, parcial, para o fim do fator previdenciário.

Perdemos a chance de corrigir as famigeradas distorções nas pensões, reconhecidas por gregos e troianos, paulistas e potiguares. Apesar de serem de valor baixo monetário, no máximo dois salários mínimos, pessoas que não trabalharam e não contribuíram e que casaram com um idoso, por exemplo, levam um benefício a durar 80 anos (40 anos do instituidor e 40

da beneficiária), sem nenhuma sustentação atuarial.

Não instituímos a desaposentação, corrigindo duas hediondas injustiças: a primeira que leva o aposentado a voltar a trabalhar e a contribuir, sem expectativa de um novo benefício ou de melhorar o seu benefício; a segunda, violação do princípio universal de que não pode existir contribuição sem contrapartida. Antes a Previdência, transformava a contribuição em pecúlio que era resgatado a qualquer tempo pelo aposentado, quando se retirava de vez. Hoje, a contribuição é apropriada pela Previdência, de forma imoral e indecente, ainda que legal.

Não revogamos a contribuição dos inativos públicos da União, Estados e municípios. Também é imoral e indecente, ainda que legal. A contribuição corresponde a um pequeno percentual da despesa, o que é praticamente nula.

Não houve velocidade na implantação do Plano de Expansão do INSS, para se instalar em cidades com mais de 20 mil habitantes. O plano previa 720 novas agencias. Não chegamos a 300, menos da metade. Muitas das agencias inauguradas têm um servidor ou nenhum, funcionando precariamente, o que embota e desqualifica um Plano sério e necessário a universalização do atendimento.

Faltou a reestruturação da carreira dos previdenciários, de fortalecer o quadro de recursos humanos, hoje metade do que era há 20 anos. Claro que a tecnologia suportou parte das transformações com informatização do atendimento. Os 30 mil servidores do INSS têm alta produtividade. Há escassez de pessoas, muitos servidores não se aposentam porque perderiam até 40% de sua renda em média de 6 mil reais.

Perdemos os anéis, mas não perdemos os dedos. O INSS segue sendo a maior seguradora da América Latina, com 51 milhões de contribuintes e 31 milhões de beneficiários. Em 3.773 dos 5.561 municípios os pagamentos do INSS superam o Fundo de Participação dos Municípios ■

O Girassol, Palmas/TO-17.12.2013
Jornal da Cidade, Aracaju/SE-19.12.2013
Fatorama, Brasília/DF-22.12.2013
Diário do Aço, Vale do Aço/ MG-02.01.2014
Jornal da Cidade, Bauru/SP-04.01.2014
O Popular, Goiânia/GO-04.01.2014
O Liberal, Americana/SP-05.01.2014
Estado de Minas, Belo Horizonte/ MG-06.01.2014
Diário da Manhã, Goiânia/GO-06.01.2014
Correio do Estado/MS-06.01.2014
O Dia, Teresina/PI-07.01.2014
Folha do Oeste, São Miguel do Oeste/SC-08.01.2014
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/RJ-09.01.2014
Correio Braziliense, Brasília/DF-13.01.2014
Diário da Costa do Sol, Macaé/ RJ-12 e 13.01.2014
Notícias do Dia, Florianópolis/SC-01.02.2014

Artigos 2012

A PREVIDÊNCIA DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Por Paulo César Régis de Souza (*)

Quanto mais se mexe nas caixas pretas da previdência social, mais assombração aparece.

A criação de um "fundão" de previdência para os 26 estados e Distrito Federal e 5.300 prefeituras é uma assombração. E ponha assombração nisso. A ideia tem lógica, ousadia e complexidade. A lógica está na proposta uma solução para um problema que de ser tão grave é gravíssimo. Ousadia porque inova na busca de alternativas de uma solução para a gravidade do problema identificado. A complexidade deriva de que os gestores poderiam ser envolvidos na solução do problema são os mesmos que criaram o problema. Portanto, é um círculo vicioso.

Os estados mais o DF estão com um rombo estimado em R$ 1,5 trilhão nas suas contas previdenciárias. Só os municípios das capitais estão com outro rombo de R$ 100 bilhões. Qual o tamanho do rombo dos 5.300 municípios? Não se sabe. Sabe-se apenas que o universo dos servidores civis, excluindo-se quase 1 milhão de servidores militares ativos e inativos, ultrapassa 5,5 milhões de pessoas. É a população de alguns países! É muito desacerto acumulado. Teria solução?

É tão grande o destrambelhamento das contas de pessoal dos estados e dos municípios inclusive os das capitais e os com população acima de 500 mil pessoas que ninguém sabe quantos servidores têm e quanto se gasta, seja em termos de estatutários (concursados), temporários, comissionados, terceirizados e quarteirizados, etc.

Ninguém sabe se Estados e municípios pagam a contribuição patronal do RGPS, se descontam e recolhem a contribuição dos servidores.

Quando a receita previdenciária estava na Previdência a gente tinha informação sobre o processo. Na Previdência, passou um ministro que ficou famoso o grito de guerra: "Não paga, corta". Mandava o Tesouro Nacional não transferir recursos para estados e municípios inadimplentes. O país era um pouco mais sério. Estados e municípios que não pagavam o RGPS iam pro Cadim, cadastro de inadimplentes, e eram bloqueados para receber transferências federais. Os estados poderiam continuar socorrendo. Desde que a receita previdenciária foi incorporada pela Receita Federal não há mais informação e nada se sabe. A permissividade acabou com a seriedade, a base aliada liberou geral e contas públicas foram embaralhadas.

Alguém vai pagar a conta e este alguém é a sociedade brasileira. Pois os contribuintes vão querer se aposentar e terão como comprovar que eram filiados ao RGPS e pagavam. Se esta conta não fecha, muito menos fechará a conta da contribuição patronal que tradicionalmente não é paga, e fica por isso mesmo. Aliás, a Receita Federal não fiscaliza, não cobra e não recupera crédito previdenciário. Só fiscal. Também, não combate à sonegação historicamente equivale a 30% da receita líquida. Só este ano baterá os R$ 60 bilhões e ficará por isso mesmo. Quem tiver alguma coisa contra que se dane! O Brasil ainda não se deu conta do grave equívoco de misturar a receita previdenciária com a receita fiscal.

As tentativas de se estruturar os regimes próprios esbarraram na indisfarçável má vontade de governadores e prefeitos de cumprir os contratos. São poucos os que o fazem. Os governadores continuam fazendo dos fundos criados instrumentos de ação fiscal e gestão temerária. Previdência não rima com política, mas eles insistem na rima e na manipulação dos fundos que poderiam ter evoluído favoravelmente se não houve a malversação dos fundos.

Há rastilhos de dinamite em cada conta que se audita, em cada caixa preta encontrada.

Pelo menos quatro mil, dos 5.400 municípios brasileiros, não arrecadam para se manter e teoricamente não deveriam existir. Já nasceram pendurados no cordão umbilical do Fundo de Participação de Estados e Municípios, a crise na Europa, está obrigando Grécia, Portugal, França e Espanha e Itália a repensar a custosa e onerosa estrutura pública das pequenas unidades federativas. Um dia, esperamos que breve isto chegue ao Brasil para que nos libertemos de uma situação de irremediável insolvência coletiva, vista, quando cai a ficha, com indiferença por muitos contribuintes que acreditam nada tem a ver com a situação.

No Brasil, estados e municípios são entes federativos, portanto, autônomos, podendo fazer o que fazem, em meio a cenas de ficção e de pouca transparência. Mas no caso de Previdência, estão constitucionalmente impedidos de legislar sobre a matéria, o que nos salva de um desastre maior.

Vejo com seriedade na proposta do auxiliar do ministro Garibaldi Alves, Leonardo Rolim, que propõe a criação de um fundão para gerir a previdência dos Estados e dos Municípios, nos moldes do FUNPRESP, o Fundo de Previdência dos Servidores Federais. Estima ele, que mais de 400 mil servidores, que ganham acima do teto da Previdência, poderiam aderir ao novo Fundo, que teria o mínimo de credibilidade e uma margem de escala para decolar. Nestes tempos de vacas magras, de parcas ideias, de ausência de propostas inovadoras, a proposta é salvaguarda para de algo que inicialmente define como lógico e complexo.

Lamento de início e por princípio que a proposta tenha sido submetida à aprovação do Ministério da Fazenda e deva depois ser submetida aprovação do Ministério do Planejamento e da Casa Civil. Se no Ministério da Previdência são escassos e raros os técnicos em previdência, tenho certeza que nos ministérios citados não há um só. Houve no Brasil um tempo em que quem definia a Política de Previdência era o Ministério da Previdência, com propostas que levaram ao país uma Previdência Social respeitada em todo o mundo. Pena que hoje seja um departamento do Ministério da Fazenda ■

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ- 16 a 30/09/2012
Jornal de Brasília, Brasília/DF- 21/09/2012
O Progresso, Dourados/MS- 21/09/2012
Diário do Aço, Vale do Aço/MG- 21/09/2012
A Frente Informa, Brasília/DF- 24/09/2012
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/RJ- 24/09/2012
Hoje em Dia, Belo Horizonte /MG- 25/09/2012

CRESCENTE EXPANSÃO DAS RENÚNCIAS PREVIDENCIÁRIAS

Por Paulo César Regis de Souza (*)

No passado, as renúncias eram limitadas e restritas.

Beneficiaram largamente as entidades filantrópicas, logo apelidadas pejorativamente de pilantrópicas, pela pilantropia, ao invés da filantropia, que escancaradamente praticavam, inclusive sob os olhos "cegos" do poder público.

Tempo em que a filantropia exigia um certificado do Conselho Nacional de Assistência Social para as ações de educação, saúde e assistência social que praticavam e ficavam isentas da contribuição patronal de seus trabalhadores, uma desoneração de 22% sobre a folha. As entidades ficavam obrigadas a uma contrapartida, pactuada em contratos, jamais acompanhados, fiscalizados, com fraudes de todos os calibres conhecidas por auditores fiscais da Previdência e do Tribunal de Contas da União-TCU.

A bandalha tomou um rumo tão vergonhoso que, vergonhosamente, o governo desistiu de fiscalizar. Nem uma CPI definiria responsabilidades tão graves. A Previdência foi obrigada a conceder a isenção patronal de 22% sobre a folha de contribuição e a fiscalização foi repassada, para não ser feita, aos ministérios a Saúde, da Educação e da Assistência Social, nas áreas de sua competência.

Em 2000, as renúncias das filantrópicas, foram de R$ 1,8 bilhão, em 2002, R$ 2,5 bilhões, em 2004, R$ 3, 3 bilhões, em 2006, R$ 4,3 bilhões. Em 2008, R$ 5,2 bilhões, em 2010, R$5, 9 bilhões, em 2012, R$ 7, 2 bilhões. As renúncias das filantrópicas serão de R$ 8.7 bilhões em 2013 (7,82% da receita líquida e 0,52% do PIB) e de R$ 9,5 bilhões em 2014. Dados oficiais da SOF, do MP - Secretária de Orçamento e Finanças do Ministério do Planejamento.

As renúncias cresceram a partir do SIMPLES, por pressão dos pequenos e médios empresários, que se livraram da contribuição patronal de 22%, sem qualquer contrapartida, em 2000, R$ 2, 5 bilhões, em 2002 R$ 4,0 bilhões; em 2004, R$ 5,6 bilhões, em 2006 R$ 7,1 bilhões, em 2008, R$ 6, 6 bilhões, em 2010, R$ 9,5 bilhões em 2012, R$ 10.0 bilhões. As renúncias do Simples saltarão para R$ 16,0 bilhões em 2013, R$ 17,6 bilhões em 2014 e 19,4 bilhões em 2015, conforme a última reestimativa da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2013. (Anexo IV. Metas Fiscais. IV. 11 – Renúncias Previdenciárias). Em três anos, praticamente dobrarão.

As renúncias, acrescidas das exportações da produção rural e tecnologia da informação e comunicação em 2011 foram estimadas na LDO de 2012 em R$ 25,3 bilhões para 2013 representando 7,68% da receita líquida da Previdência e 0,50% do PIB e, em R$ R$ 27,3 bilhões para 2014, significando 7,52% da receita líquida e 0,49% do PIB.

Na LDO de 2013, fomos surpreendidos com novos valores de 2013 a 2015, incorporando-se as renúncias dos microempreendedores individuais e as das indústrias têxtil, de confecções, artefatos de couro e calçados, elevando os valores para R$ 31,3 bilhões em 2013 (9,14% da arrecadação previdenciária líquida, R$ 34,3 bilhões em 2014, (9,03% da arrecadação previdenciária líquida e 0,62% do PIB) e R$ 34,7 bilhões em 2015 (8,23% da arrecadação previdenciária líquida e 0,57% do PIB).

Não custa lembrar que menos de 10% das empresas existentes em 2000 estão abertas,

90% viraram pó. Os empresários cansaram de abrir e fechar empresas, livres da contribuição patronal. Mas os milhões de trabalhadores que começaram em 2000 continuam filiados ao Regime Geral de Previdência Social-RGPS, com suas contribuições de empregados. Amanhã quando se aposentarem, por contribuição, o RGPS sentirá falta da contribuição patronal para honrar o contrato de pagamento de benefício. Mais ainda, antes de 35 anos de contribuição, por um acidente a qualquer tempo, o INSS deverá pagar aposentadoria por invalidez... As contas não terão como fechar e não fecharão. Quem pagará? A sociedade brasileira, como um todo. As autoridades que aprovaram esta prática já estarão em outro plano...

Em diversas oportunidades, escrevi aqui que a ANASPS não é contrária as renúncias contributivas, por entender que em algum momento da política econômico financeira do país necessitará estimular a economia, o desenvolvimento, o emprego e a renda.

Apenas, tenho solicitado que o Tesouro Nacional devolva para o RGPS o que dele é retirado, e que agora é contabilizado,

Dados do DaTANASPS indicam que as renuncias entre 2000/2012 com base em dados estimado pela SO F alcançaram em R$ 149.9 bilhões, a preços nominais. O estimado para 2013/2015 chega a R$ 53,0 bilhões de renuncias, equivalente em três anos a um terço dos outros 12 anos, o que mostra a velocidade como que vem sendo oferecidas. Lamentavelmente, não se conhecem os dados finais, ano a ano, do efetivo valor da renúncia. Isto dificulta uma análise mais precisa do seu valor, pois, só tomamos conhecimento delas na elaboração da LDO.

As renúncias estão incompletas, pois não contabilizam as que se destinam aos clubes de futebol, credito educativo, FIES, PROUNI, Santas Casas, hospitais públicos, sobre os quais ninguém conhece os valores. A Receita Federal do Brasil não é nada transparente com a arrecadação previdenciária, jogou tudo num baú, junto e misturado, e está cada vez difícil saber-se a quantas anda.

As renúncias estão absorvendo as desonerações em curso que no Projeto Lei Orçamentária Anual 2013 foram estimadas em R$ 15,2 bilhões.

A Previdência está virando um saco sem fundo. A desarrumação é muito grande ■

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ- 1 a 15/10/2012
O Paraná, Cascavel/PR- 04/10/2012
A Frente Informa, Brasília/DF- 04/10/2012
Fatorama, Brasília/DF- 14/10/2012

OS SERVIDORES FORAM DESPOJADOS DE SUAS ASPIRAÇÕES

Por Paulo César Régis de Souza

A última greve dos servidores deve ser analisada de frente para o futuro. Quem protesta, já perdeu. Pois bem, protestamos, até com veemência em determinados momentos, mas

perdemos. Por quê?

Em inúmeras oportunidades, tenho demonstrado, sem que tenha sido desmentido, que as despesas com o pessoal (Executivo, Legislativo e Judiciário) correm muito abaixo dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Sei também que com o crescimento do PIB abaixo do estimado, a crise do dólar, do euro, das bolsas, a receita corrente líquida pode ser impactada. Também tenho escrito que o forte controle nos gastos com pessoal concursado é acompanhado pelo forte descontrole das despesas com pessoal comissionado e terceirizado, sem que o zeloso Ministério do Planejamento enfrente esta "bolha" que agride as contas públicas. Tenho alertado que há 25 mil comissionados (não concursados) no Executivo, sem qualificação técnica e profissional, recebendo os mais altos salários.

Há espaço, sim, para rearrumação da área de pessoal federal: civis, militares, ativos, aposentados e instituidores de pensão. A União paga mais a um coronel da PM de Brasília e dos ex territórios do Amapá e de Roraima do que a um General do Exército!

Imagino que isto não é prioritário, por clamor da mídia do governo a nova lei de greve se tornou mais importante! A greve foi apresentada como fato mais grave do que a segurança pública zero e a morte de pessoas por falta de atendimento.

Perdemos porque o governo não negociou e impôs unilateralmente o que afirmou (sem admitir contestação) ser possível conceder no momento: 15,8% para os civis e 30% para os militares, em três anos, abrindo um largo horizonte de conforto para o próprio governo que concederá reajustes em 2014, ano da sucessão presidencial, e em 2015, 1° ano do novo governo. Até lá, se possível, ajustes pontuais.

Os 15,8% e os 30% não guardam relação com a inflação passada ou com a inflação futura. Não repõem perdas acumuladas inclusive as de 2012, que virou "buraco negro" ... Também não se encaixam as expectativas dos altos servidores, que recebem por subsídios, e nas esperanças da massa dos 400 mil ou mais que estão no "carreirão", sem perspectivas de carreiras, cargos e salários. Com isso, o governo definiu sua política de Recursos Humanos até 2015, corrigindo apenas algumas das inúmeras distorções que afligem milhares de servidores ativos.

Perdemos porque houve uma certa má vontade da mídia impressa, eletrônica e digital com a greve em si e com os servidores públicos federais em particular. Em passado recente, os grevistas eram compreendidos. Contribuiu para isso a divulgação dos salários de alguns. Foi decisiva a má qualidade dos serviços públicos, em saúde, transporte, habitação, saneamento, energia, telefones, educação, segurança pública. Os bilhões do PAC que chegam aos montes para as empreiteiras, inclusive a Delta, não chegam aos "pacatos cidadãos" que se vingam nos servidores!

A mídia tomou posição a favor do governo e contra os servidores. Ponto final. Cobriram a greve com a indiferença e a distância da guerra civil na Síria com 25 mil mortos!

Havia algo no ar, além dos aviões de carreira!

Perdemos porque as lideranças se omitiram, se acovardaram. Muitas delas se afastaram dos sindicatos. As centrais e as federações sindicais supostamente compradas ou aboletadas nos altos empregos com super salários contribuíram para a desmobilização, desmotivação, despolitização e desengajamento. Os negócios espúrios de muitos deles com a verba do Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT desmoralizaram tais lideranças.

Perdemos porque o governo se armou até os dentes, jogou bruto, sujo e pesado. Objetivo: nada sobre a greve e, de preferência, porrada sobre os servidores que incomodaram a vida dos "pacatos cidadãos".

Perdemos porque foram plantadas notícias contra nós: A contrapropaganda produziu impactos na opinião pública: "Oferta de um percentual de reajuste de 15,8%, parcelado até 2015", "Governo aumenta em 133% despesa com folha de pagamento de servidores federais em oito anos"; "A pesada conta da greve. Cofres públicos gastaram R$1,2 bilhões em 513 dias de paralização de servidores desde 2005"; "Ação da AGU junto ao STJ que mandou descontar os dias parados"; "Servidor recebeu reajustes acima do avanço do PIB. Estudo mostra que, nos últimos nove anos, valor médio pago cresceu 33%, para 7,2 mil".

Perdemos porque fomos divididos, acuados, encostados na parede, e quando reagimos o fizemos desorganizadamente.

Não contando com o governo, com a oposição, com a mídia, com o Congresso e com os poderes públicos, o STJ foi induzido a mandar cortar o ponto dos grevistas, ficamos perdidos, desconectados com o nosso próprio mundo.

Temos que repensar nossa forma de agir. Dos nobres e dos plebeus. Dos que estão no teto dos salários e dos que foram abandonados à sua própria sorte. Somos servidores. Temos compromissos com o Estado que nos paga, com os contribuintes e com nossas famílias. Há um sentimento de crise no país. A crise que afundou a Grécia e ameaça Portugal, Espanha, Itália e França já chegou aqui. As pessoas sentem nas ruas, nos supermercados, nas novelas, no futebol, na banalização da vida, no afrontamento das instituições, no sucateamento de tudo que é público, de qualquer ente, União, estados e municípios.

Milhares de servidores aceitaram os 15,8%. Voltaram ao trabalho por acreditar que seria melhor ficar com pouco do que nada, os militares às voltas com suas sucatas se acomodaram com os 30%.

O saco de bondades da Presidente Dilma se esgotou. Desde FHC que se cometem injustiças como os que já deram tudo de si pelo serviço público. O saco de maldades mostra sua face de empobrecer o país e gerar desilusões e despedaçar sonhos, com a arrogância dos que matam os rios amazônicos com a construção de barragens e usinas ■

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ- 16 a 31/10/2012
O Girassol, Palmas/TO- 19/10/2012
A Frente Informa, Brasília/DF- 22/10/2012
Diário do Aço, Vale do Aço/MG- 23/10/2012
Fatorama, Brasília/DF- 11/11/2012

A DESONERAÇÃO NA PREVIDÊNCIA SOCIAL E SEUS RISCOS

Por Paulo César Régis de Souza

Enquanto o governo agrava a crise dos transportes, reduzindo o IPI de automóveis de passeio, ônibus, caminhões, aviões, motos, bicicletas, tratores, etc, nada fazendo para melhorar a mobilidade urbana e a malha rodoviária, que inferniza e mata brasileiros, com as estradas estranguladas, esburacadas e não sinalizadas, a desoneração da Previdência Social virou alavanca

para a retomada do crescimento, geração de emprego e renda.

Dados preliminares assinalam que as desonerações contributivas da Previdência este ano baterão os R$ 4,0 bilhões. Em 2013, poderão chegar a R$ 13,0 bilhões. Em 2014, a R$ 20 bilhões.

O que é desoneração? É um instrumento de política econômica com a retirada da contribuição patronal de 20% para a Previdência Social, substituída por uma contribuição sobre o faturamento de 1 a 2%, conforme o setor beneficiado.

Os empresários provaram que o custo patronal da Previdência era um entrave à competitividade brasileira com a China. Chamaram a contribuição de "custo Brasil". O governo que concede REFIS (Programas de Recuperação Fiscal) para os caloteiros da Previdência admitiu que eles têm razão. Na realidade, o patronato queria mesmo era não pagar Previdência e deflagraram campanha contra a nova contribuição sobre faturamento. Argumentam que deu certo no Chile!

A Previdência do Chile acabou junto com o fim da contribuição patronal. Hoje, no Chile, a Previdência é um salve-se quem puder. Só existe contribuição dos trabalhadores. Há um grupo de trabalhadores, de renda média e alta, contribuindo para fundos de pensão privados. Resultado: o governo teve que criar um programa de proteção social, assistencialista, para amparar os trabalhadores de baixa renda.

A desoneração tem preço definido, como as renúncias previdenciárias, o governo acaba pagando a conta, através das maciças transferências do Tesouro para cobertura da despesa previdenciária, o que contribui para que o conceito de déficit que marcou a discussão sobre o Regime Geral de Previdência Social-RGPS, nos últimos 20 anos, perca relevância prática, apesar da relevância contábil. Mais ainda, a discussão sobre a relação de déficit/PIB seja coisa do passado.

O déficit era a diferença negativa entre a arrecadação líquida do RGPS e a despesa de pagamento de benefícios. Há muito que a receita não cobria a despesa.

Coube ao Ex-presidente FHC iniciar as transferências da Seguridade Social, COFINS, CSSL e CPMF para cobertura do déficit Previdência. O Ex-Presidente Lula manteve as transferências e alardeou que a Previdência não tinha déficit. Vários analistas reafirmaram que não tinha, pois, as receitas da Seguridade Social eram para cobrir as despesas com Saúde, Previdência e Assistência Social.

O Ministério da Fazenda, com sua arrogância e exemplar interferência nos assuntos de Previdência, impediu que a Previdência apresentasse as contas, sem déficit, já que a soma da receita de contribuição mais as transferências da União zerava o déficit. Determinou que continuassem sendo apresentadas com déficit: receita líquida menos pagamentos de benefícios.

Os especialistas, analistas, comentaristas econômicos cansaram de explorar o déficit como ícone principal de ameaça as contas públicas. Ao mesmo tempo, mostrava o déficit em relação ao PIB como uma catástrofe anunciada.

A questão escritural, contábil, aparentemente é irrelevante, em termos estruturais, mas ela persiste.

O problema agora é outro, é exigir-se na contabilidade pública que a escrituração de renúncias e desonerações não sejam apagadas, para que se saiba qual a dívida do Estado para com a Previdência. Precisam ser corretamente contabilizadas, de forma desagregada e transparente. Mas o risco de apagar é real, pois o Ministério da Fazenda, que manda e desmanda na Previdência, nada faz para que as contas da Previdência sejam, como fora há 90 anos, transparentes.

Mais do que isso, que sejam derrubadas as errôneas interpretações do Tribunal de Contas da União, de 2004, que deixou de considerar renúncias os benefícios concedidos sem

a contrapartida da contribuição, seja cheia ou parcial, com subsídios. Foram instrumentos de políticas públicas de proteção, universalização e inclusão previdenciária.

Se tenho clamado aqui contra o alargamento das renúncias e desonerações, estendo minha preocupação contra a ampliação desmedida da Previdência, com benefícios pela metade da contribuição ou com contribuição zero, fraudando o mais elementar dos fundamentos da Previdência. O assistencialismo conseguiu emplacar na Constituição (EC n°47/2003) os favorecimentos a microempresas e a inclusão previdenciária, violando o princípio universal de previdência de que deve não haver benefícios sem contribuição. Chamo atenção para o disposto no inciso VII, do art. 167, da Constituição, segundo o qual "é vedada a utilização de recursos provenientes das contribuições sociais para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do RGPS" ■

Jornal de Brasília, Brasília/DF- 31/10/2012
A Frente Informa, Brasília/DF- 31/10/2012
Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ- 1 a 15/11/2012
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/RJ- 01/11/2012
O Progresso, Dourados/MS- 07/11/2012
Jornal da Cidade, Bauru/SP- 19/11/2012

O RELATÓRIO DO TCU MOSTRA DES ACERTOS NA PREVIDÊNCIA

Por Paulo César Régis de Souza (*)

Um belo documento o relatório do ministro do Tribunal de Contas da União, José Múcio Monteiro, emitido em 25.04, divulgado em 21.08, elaborado por uma equipe técnica de alto nível e que mostra os desacertos na Previdência, nas áreas de arrecadação e benefícios e, em especial, no Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS), os Encargos Financeiros da União com os Militares Inativos e seus Pensionistas (EFM) e o Regime Geral de Previdência Social (RGPS). O sumário é enfático: "Auditoria no sistema brasileiro de Previdência pública. Avaliação dos déficits, fonte de financiamento e equilíbrio atuarial dos regimes. Determinações. Recomendações".

Tomando o ano de 2009, como eixo, de toda a auditoria, temos certeza de que 2009 ainda não terminou na Previdência. Os dados do TCU são emblemáticos sobre a pilha de desacertos ou desatinos cometidos contra o maior patrimônio dos trabalhadores brasileiros.

De saída, vale destacar a afirmação do ministro José Múcio Monteiro que os déficits relativos ao RGPS "são relacionados com a evasão fiscal (soma da inadimplência, formalidade, evasão declarada) e sonegação (informalidade, evasão não declarada), à aposentadoria rural e à baixa efetividade na recuperação da dívida previdenciária entre outros fatores", confirmando tudo que tenho publicado nos últimos 12 anos, sem qualquer contestação dos ministros da Previdência e da Fazenda.

Em 2009, o déficit do RGPS, do RPPS e do EFM atingiu R$ 90 bilhões (o do RGPS, 93,9% deveu-se à conta dos rurais), a "estimativa de sonegação previdenciária alcançou a impressionante cifra de R$ 117, 6 bilhões. Somando-se aos R$ 21,6 bilhões da inadimplência, chega-se a quase R$ 140 bilhões de perda de receita previdenciária".

De 2007 a 2009, o estoque da dívida previdenciária cresceu de 294 bilhões para R$ 319 bilhões, incluindo dívidas administrativa e judicial sob responsabilidade da Receita Federal do Brasil/MF e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional/MF. Além desses valores, há R$ 55 bilhões em créditos administrativos do ano de 2009 marcados para integrarem o parcelamento da Lei 11.941/2009. O Relatório observa que "a título de dimensionamento do impacto do estoque dos créditos previdenciários no resultado do RGPS o montante da dívida previdenciária em 2009 seria suficiente parta cobrir o déficit do RGPS em mais de sete exercícios". Dos R$ 319 bilhões, apenas R$ 36 bilhões (11,3% da dívida total) integraram os parcelamentos aderidos pelos contribuintes. Em 2009, a recuperação de crédito foi de R$ 5,9 bilhões correspondendo a 1,9%.

O relatório confirma tudo o que tenho escrito nos últimos 12 anos sem que em nenhum momento tenha havido contestação por parte dos ministérios da Previdência e da Fazenda.

O ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, foi ao TCU em 05.09 para manifestar gesto simbólico de solidariedade, mesmo porque nada lhe cabe fazer a parte substantiva do relatório. Talvez tenha ficado preocupado com a cobrança sobre a expansão imoderada das despesas com o auxílio reclusão e acidente, salários maternidade e família, pensões, entre 2001 e 2009. Agiu com lhaneza, pois, falando para o presidente do TCU, ministro Benjamin Zymler e servidores. Sintonizou com o TCU sobre a necessidade de alterações, por exemplo, nas regras para a concessão de pensões a viúvas muitos jovens. Nada disse sobre a essência do Relatório. Afinal o Ministério da Previdência Social foi solenemente esvaziado e todo o financiamento da Previdência foi transferido para o Ministério da Fazenda que não se pronuncia sobre o que lhe diz respeito. Como a Petrobrás, o Banco do Brasil, o BNDES e Caixa Econômica e a Eletrobrás, o Ministério da Fazenda está acima do TCU e do Estado brasileiro.

Um ex-ministro da Previdência me disse após a incorporação da receita previdenciária pela Receita Federal que se estivesse no cargo teria impedido essa incorporação. A incorporação foi aplaudida de pé pelos auditores fiscais do INSS. Os da Fazenda torceram o nariz. Outro ex-ministro me confessou que foi convidado a voltar ao Ministério, mas recusou, pois não aceitaria ser apenas concessor de benefícios previdenciários e assistenciais.

Há no Relatório uma recomendação que é uma das bandeiras levantadas por nós da ANASPS, no sentido de que as despesas com a previdência rural deixem o RGPS e sejam absorvidas pelo orçamento fiscal. "As aposentadorias rurais são de natureza predominantemente assistencial sobre as contas do RGPS que é previdenciário por definição".

Lamento que o Relatório não será considerado no Ministério da Fazenda. Outros relatórios igualmente foram desconsiderados ou ignorados.

Aliás, a Presidente Dilma poderia determinar uma super auditoria ou uma auditoria independente para examinar o que o TCU já produziu nos últimos 12 anos sobre a receita previdenciária, apontando os problemas e as soluções. Claro que as consequências foram nefastas e estão no eixo da crise estrutural da Previdência pública e de todos os regimes por ela abrangidos.

Com a autoridade que temos, ousamos afirmar que a tal crise não está nos benefícios, mas no seu financiamento, que só se agrava. A expansão das renúncias contributivas, com subsídios a fundo perdido e sem contrapartida, e as desonerações, que embora tenham cobertura substitutiva, resultarão em futuro não muito distantes em efeitos perversos e dramáticos. A

Fazenda desconhece que haja sonegação ou evasão e a recuperação de crédito que foi péssima em 2009 foi ainda pior em 2010 e 2011 ■

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ- 16 a 30/11/2012
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro/RJ- 19/11/2012
Jornal de Brasília, Brasília/DF- 16/11/2012
A Gazeta MT, Cuiabá/MT- 17/11/2012
A Frente Informa, Brasília/DF- 26/11/2012

ESTARIA A 2ª. REFORMA PREVIDENCIÁRIA COMPROMETIDA?

Por Paulo César Régis de Souza (*)

Em 2003, na primeira era do governo Lula, o Congresso aprovou a 2ª. reforma previdenciária, a Emenda Constitucional n 41, de 19.12. 2003, promulgada pelos presidentes das mesas da Câmara e do Senado.

Nos anais do ANASPS ON LINE, edições semanais e extras, estão os relatos das idas e vindas de aprovação da 2ª. reforma que puniu principalmente os servidores públicos, acabando com direitos constitucionais adquiridos e direitos sociais duramente conquistados, com base em dados falsos.

Diga-se de passagem, que a ANASPS mobilizou seus associados e se uniu aos sindicatos, federações e confederações, não petistas, que se manifestaram contra a 2ª. reforma. Os petistas aprovaram a 2ª. reforma, mesmo sabendo que feriam e contrariavam interesses dos servidores, que votaram em massa no Partido. Falou-se na época que o "mensalão" contribuiria para aprovação da 2ª. reforma, mas não se deu ênfase e importância, mesmo porque o "rolo compressor" e a "tropa de choque" da maioria atropelaram e abafou o que encontrou pela frente.

O país inteiro imaginou que o "mensalão" estava morto e enterrado. Lula vendeu a ideia que o "mensalão" era invenção da "mídia golpista de direita" e que nada prosperaria no Parlamento, no Ministério Público Federal e no Supremo, onde pôs oito dos 11 ministros. Estaria tudo dominado como se diz no crime organizado.

Com a surpresa das condenações no "mensalão", o Brasil passou a perguntar se seria válida a 2 a. reforma previdenciária, financiada com dinheiro espúrio. Por enquanto, um questionamento aqui e outro ali, de pessoas que tiveram seus direitos diminuídos. Por enquanto, um juiz aqui e outro ali, admite que o questionamento tem procedência. PSOL anunciou que no tempo devido entrará com ADIN, Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo. O governo está reagindo e tentando manter "o ato jurídico perfeito" da 2ª. reforma, mas dois ministros do Supremo, um da cota do Lula, e outro não, Luiz Fux e Marco Aurélio Melo, admitiram que o questionamento fatalmente chegará ao Supremo que teria de convalidar a 2ª.reforma, que o próprio Supremo já convalidou quando confirmou que servidor inativo deveria pagar a previdência para nada, isto depois de várias decisões contrárias do próprio Supremo.

NO ANASPS ON LINE EXTRA no. 1122 que publicamos em 30.11, há relatos detalhados de "coincidências" entre as votações da 2ª. reforma da previdência e a liberação do "mensalão" para os deputados que entraram na folha de pagamento. Os dados circulam neste território movediço da Internet, com datas, valores, nomes, partidos, tudo que muita gente desconfiava e que o Presidente Lula fingia que ignorava que alguém soubesse ou que tivesse sido registrado. Os nossos congressistas que acham pouco a desgraça das emendas parlamentares, dutos de corrupção entre eles e prefeitos corruptos, ainda se davam a prática de receber dinheiro vivo do "mensalão" em envelopes ou em escritórios de amigos.

O ministro Marco Aurélio Melo admite que em algum momento o grito de desespero da sociedade organizada, que repudia sua classe política, com altos índices de abstenção eleitoral, chegará ao Supremo.

A 2ª. reforma fez estragos na vida dos servidores.

Vejam eles:

- Instituiu o teto da aposentadoria, subsídios dos ministros do Supremo,
- Acabou com a isonomia entre civis e militares;
- Acabou com a incorporação de vantagens e gratificações nas aposentadorias;
- Acabou com a aposentadoria integral;
- Criou o fundo de pensão dos servidores;
- Criou a contribuição dos inativos para nada;
- Instituiu a idade mínima de 60 anos e 35 anos de contribuição para o homem e 55 anos e de 30 anos de contribuição para a mulher;
- Reduziu os proventos dos aposentados por invalidez por não alcançarem o tempo mínimo de contribuição e idade quando se aposentaram;
- Reduziu os valores das pensões;
- Abriu espaço para as aposentadorias sem contribuição (novo Funrural) criando sistema especial de inclusão previdenciária (subsidiado) para trabalhadores de baixa renda.

Lula complementou a 1ª. reforma de FHC, de 1998, anterior ao fator previdenciário, de 1999, que sozinho produziu tanto estragos irreparáveis na vida dos brasileiros quanto as reformas. Convém lembrar que as reformas se fizeram por determinação do FMI para ajuste das contas públicas e redução do déficit previdenciário, uma falácia que perdura até hoje. Tudo porque o governo, o Congresso e o Judiciário não querem a reforma necessária e urgente, a do financiamento da Previdência. Só querem punir os servidores e os trabalhadores e beneficiar os caloteiros, os devedores, os sonegadores responsáveis por uma sonegação de R$ 400 bilhões e por um déficit de por quase R$ 290 bilhões entre 2003 e 2012.

Recentemente, publicou-se que a União já teve pelo menos sete oportunidades de reaver parte do dinheiro público desviado pelo esquema do mensalão, Entre eles, apropriação indevida de R$ 4,4 milhões em bônus de volume, em contratos entre o Banco do Brasil e a DNA Propaganda, agência de Marcos Valério; parceria entre o Banco BMG e o Instituto Nacional do Seguro Social para operações de crédito consignado, a um custo de R$ 7,6 milhões para a postagem de cartas a aposentados. O país espera do MPF e do TCU que sejam agentes da justiça e que os mensaleiros sejam punidos. Com a impunidade, o mensalão ficará insepulto ■

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ- 1 a 15/12/2012
O Girassol, Palmas/TO- 04/12/2012

Cruzeiro do Sul, Sorocaba/SP- 05/12/2012
Tribuna de Petrópolis, Petrópolis/RJ-06/12/2012
Fatorama, Brasília/DF- 16/12/2012
Diário da Manhã, Goiânia/GO- 02/01/2013

O FATOR PREVIDENCIÁRIO SAIU DA ORDEM DO DIA E NÃO ESTÁ NA AGENDA DE 2013

Por Paulo César Régis de Souza (*)

Com base em dados da "assessoria terceirizada" do Ministério da Previdência Social, quatro anos atrás, repetiu-se à exaustão que o fator previdenciário evitou que a Previdência gastasse mais de R$ 10 bilhões.

Nunca ninguém pediu nem jamais foi exibida a matriz de cálculo da conta.

Há menos de dois anos, multiplicou-se a "suposta economia" por quatro e afirmou-se que a Previdência já economizou R$ 40 bilhões. Temo que a fonte seja a tal "assessoria terceirizada".

Mas se é verdade absoluta e verdadeira a tese dos "assessores terceirizados", por outro lado já ouvi e li que as perdas dos trabalhadores com o fator previdenciário chegaram a 45 por cento, em 19 anos achatando os benefícios. Quanto seriam as perdas reais e corrigidas pelo INPC? Certamente mais de R$ 40 bilhões.

O mais grave é que não perderam só dinheiro. Perderam esperanças, sonhos, futuro, paz, tranquilidade, respeito e confiança na Previdência Social. Os que se aposentaram neste período do fator previdenciário foram atropelados com a brusca mudança no que pactuaram lá atrás, quando entraram para o Regime Geral de Previdência Social-RGPS. Seus contratos foram rasgados. Muitos se aposentaram com dois/três salários mínimos e estão com um! Um escárnio! Uma vilania! No mínimo, o fator deveria valer para os que entrassem na Previdência a partir de 1995 e não para os que estavam no processo!

É doloroso constatar que 83,84% dos benefícios do RGPS estão na faixa de até dois mínimos e 72% até um salário mínimo (8,0 milhões de urbanos estão nesta faixa). É doloroso imaginar que ninguém se aposenta com 10 salários mínimos. É triste saber, que o teto de aposentadoria do INSS baixou a quatro mínimos. É criminoso constatar que o valor médio das aposentadorias e pensões na concessão é de R$ 908,83 (urbano) e de R$ 622.37 (rural) e na manutenção, de R$ 1.004,24 (urbana) e de R$ 569,57 (rural). O MPS trombeteia que o valor médio dos benefícios variou 23.1% de 2005 a 2012 (jun) chegando a R$ 843,11, menos de um salário mínimo e meio. É triste! Sindicatos e políticos desconhecem a realidade previdenciária. É desalentador admitir-se que caminhamos para a aposentadoria de salário mínimo, como queria o FMI, em nome da inclusão previdenciária, como quer o MPS, e com "o piso de proteção social" (assistencialismo), como recomenda a Organização Internacional do Trabalho-OIT!

Os sindicatos foram cooptados pelo regime dominante, que os impedem de lutar pela massa trabalhadora. O mesmo aconteceu com políticos. Sindicatos e Congresso que hoje são

uma caricatura do que foram no passado, apêndices do Executivo.

Para nós da ANASPS que assumimos uma postura ética contra o fator previdenciário, só depois que o senador Paulo Paim veio para o mesmo caminho, a única alternativa correta para se acabar com o fator previdenciário é voltar o cálculo da aposentadoria para a média das 60 últimas contribuições e a implantação da idade mínima porque é um conceito universal. Se o mundo caminha nesta trilha da nova ordem demográfica, não temos o que temer.

Se o negócio é "arranjar um modelo" para fazer caixa para a Previdência, por acreditar que vá desmontar com o fim do fator, sugiro que aceitem a proposta da ANASPS de uma ampla e urgente reforma no financiamento do RGPS. Isto é que ameaça a futuro e o equilíbrio da Previdência. O regime de repartição simples que há 90 anos está em vigor pode ter vida longa. Renuncias contributivas, até cumulativas, desoneração desordenada, benefícios sem contrapartida de contribuição, subsídios a um leque de benefícios em nome da inclusão previdenciária, uma receita previdenciária desmantelada, que não arrecada, não fiscaliza, não cobra, não recupera débito, isto sim, terão forte impacto nas contas da Previdência. A reforma resolveria a questão da previdência rural cujo passivo passaria ao Tesouro.

Não tem a menor lógica a discussão de que se acabaria com a previdência rural, um eufemismo. O princípio universal da previdência é de que a previdência pressupõe contribuição e a contribuição rural é ridícula! Praticamente nula. Chamar de assistência social é mais correto e mais digno

Convém lembrar que o Ministério da Previdência Social soltou foguete, mês a mês, com o superávit da previdência urbana. Com a desoneração massiva, os foguetes foram guardados. Mas os urbanos há longo tempo vem sendo duramente penalizados pela utilização de suas contribuições em favor de terceiros. O resultado é que os valores dos benefícios urbanos na concessão e na manutenção estão vilmente achatados.

É preciso que as gerações atuais lutem pela recuperação do patrimônio do trabalhador brasileiro, ameaçado pelos fiscalistas de plantão.

A Previdência não é para fazer superávit primário. Não deve ser instrumento de política fiscal. Não pertence a um governo, mas aos cidadãos. Zelar por seu equilíbrio não é punir os segurados.

Se as contribuições de hoje não guardam relação atuarial com a expectativa da renda do benefício desejado, que se altere a relação, dentro da reforma do financiamento. É mais decente e aceitável do que reduzir o valor dos benefícios por artifícios.

Mas antes de tudo tem que assegurar aposentadorias dignas, compatíveis com a esperança de cada cidadão que contribuiu para ela. Ninguém quer o RGPS pagando aposentadoria de salário mínimo. Isto é escárnio e humilhação. É matar o sonho dos brasileiros que contribuem para a riqueza do país. ■

Terceiro Tempo, Rio de Janeiro/RJ- 16 a 31/12/2012
O Girassol, Palmas/TO- 20/12/2012
Diário do Aço, Vale do Aço/MG- 20/12/12
Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG- 20/12/2012
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro/RJ- 23/12/2012
Jornal de Brasília, Brasília/DF- 03/01/2013

Fotos

à esquerda, Ministro do MPS, de 11/06/2008 a 30/03/2010, José Barroso Pimentel

da esquerda para a direita, Ministro do MPS Luiz Marinho, de 29/03/07 a 03/06/08, e o terceiro, Deputado Vicentinho; usando a palavra, Dr. Paulo Cesar, Presidente da ANASPS

na cabeceira da mesa, Ministro do MPS, Ricardo Berzoini, de 1º/01/03 a 23/01/04

da esquerda para a direita, Dr. Paulo Cesar, Ministro do MPS, Reinhold Stephanes; Ministro Arnaldo da Costa Pietro, de 02/05/74 a 04/07/74; Ministro do MPS, José Cechin de 08/03/02 a 31/12/02

da esquerda para a direita, Ministro do MPS, Roberto Brant, de 12/03/01 a 08/03/02

ao centro, Ministro do MPS, Waldeck Ornelas, de 07/04/98 a 24/02/01

da esquerda para a direita, 3ª, Ministro do MPS, Reinhold Stephanes, de 1ª/01/95 a 03/04/98

da esquerda para a direita, 2ª, Ministro do MPS, Sergio Cutolo dos Santos, de 15/12/93 a 1ª/01/95

à direita,Ministro do MPS, Jarbas Passarinho, de 11/11/83 a 14/03/85

à esquerda, Ministro do MPS, Arnaldo da Costa Pietro

sentado, Presidente do TCU, Ministro Ubiratan Aguiar

ao centro, Presidente do INSS, César Eugênio Gasparin, de 04/02/92 a 09/01/94

ao centro, Presidente do INSS, Crésio de Matos Rolim, de 30/03/95 a 15/03/01

à direita, Presidente do INSS, Francisco Fontana, de 22/03/01 a 14/03/02

à direita, Presidente do INSS, Taiti Inenami, de 26/02/03 a 29/04/04

da esquerda para a direita, 3ª, Presidente do INSS, Judith Izé Vaz, de 15/03/02 a 25/02/03

da esquerda para a direita, 3º, Presidente do INSS, Luis Carlos de Almeida Capella, de 10/01/94 a 24/01/95

à direita, Deputado Carlos Motta

da esquerda para a direita, 3º, Deputado José Clerot

da esquerda para a direita, 4º, Deputado Euler Ribeiro

da esquerda para a direita, 3º, Deputado Inocêncio de Oliveira

da esquerda para a direita, 3º, Deputado José Aníbal

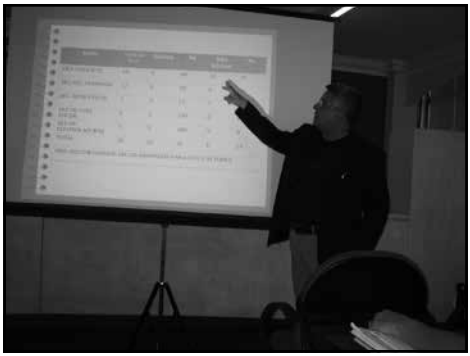
ao centro, Deputada Marcia Marinho

ao centro, Deputado Saraiva Felipe

Reunião do Conselho Diretor da ANASPS em Brasília, novembro 2006

Reunião na ANASPS, 27/11/2007

Reunião do Conselho Diretor da ANASPS em Brasília, abril de 2007



Reunião na presidência da Câmara, 06/06/07
Alexandre Barreto Lisboa, vice-presidente da ANASPS, e Dep. Arlindo Chináglia, presidente da Câmara dos Deputados

Manifestação contra a 3ª reforma da Previdência, em 19/09/07

Manisfestação – ANASPS e Sindsprev/RJ – no Ministério da Previdência Social em defesa do servidor público e da Previdência Social

Posse do Ministro Luiz Marinho. Cumprimentos do Presidente da ANASPS, Paulo César Régis de Souza

Lançamento do livro Evolução da Previdência Social, *de J.B. Serra e Gurgel no Ministério da Previdência, 23/01/08*

Seminário "Previdência como Instrumento de Proteção Social"
Câmara dos Deputados, 02/04/08

Seminário "Previdência como Instrumento de Proteção Social"
Câmara dos Deputados, 02/04/08

Dr. Paulo César Régis de Souza, Presidente da ANASPS; Dr. Carlos Eduardo Gabas, Secretário Executivo do MPS; Dep. Luiz Marinho, Ministro do MPS; Dep. José Genuíno; e Dr. Marco Antonio de Oliveira, Presidente do INSS

Reunião com o Ministro Luiz Marinho (Previdência Social)
ANASPS entrega proposta de novo Plano de Carreira para os servidores da Previdência.
22/04/08 – Ministério da Previdência Social

O Ministro da Previdência Social, José Pimentel, a direita o Presidente da ANASPS, Dr. Paulo César Régis de Souza, no Seminário da Previdência Social em São Paulo

Seminário "Previdência como instrumento de Proteção Social", em Belo Horizonte/MG

Presidente da Câmara, Dep. Arlindo Chinaglia, e o Presidente da ANASPS, Dr. Paulo César Régis de Souza

Dr. Paulo César Régis de Souza, Presidente da ANASPS em audiência com o Ministro da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas, em

Ao centro, o ministro da Previdência Social, José Pimentel, a esquerda o presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) Marco Antonio de Oliveira, na inauguração das novas instalações da Agência da Previdência Social Santa Efigênia, no centro de Belo Horizonte, participando o presidente da ANASPS, Paulo César Régis de Souza.

O presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Mauro Luciano Hauschild, tomou posse em 19/01/2011 no auditório do edifício sede do INSS, em Brasília, presentes Dr. Alexandre Barreto Lisboa, vice-presidente da ANASPS e Paulo César Régis de Souza, presidente da ANASPS

Dr. Paulo César Régis de Souza em audiência com o Ministro da Previdência Social Garibaldi Alves Filho, em 02/03/2011

Inauguração da Sede da ANASPS em 30/11/2011, representante dos Correios Antonio Torres, Presidente do INSS Mauro Luciano Hauschild, Presidente da ANASPS Paulo César Régis de Souza, representante do Ministro da Previdência Social Lindolfo Neto de Oliveira Sales e Vice Presidente para Assuntos Jurídicos da ANASPS, Alexandre Barreto Lisboa

Discurso de inauguração da Sede da ANASPS, proferido pelo Senhor Presidente Paulo César Régis de Souza

Secretário Geral da AISS - Associação Internacional de Segurança Social, Dr Hans-Hort Konkolewsky, em reunião com o Presidente da ANASPS, Paulo César Régis de Souza, na sede da ANASPS em 17/04/2012

Cerimônia de Posse da Dra Elienais Ramos Coelho como Conselheira Titular eleita do Conad-GEAP

Deputado Ronaldo Medeiros, Presidente do Senado - Renan Calheiros, Paulo César - Vice-Presidente Executivo da Anasps e José Eduardo Sabo - Procurador do DF

Entrega da Medalha do Mérito Dom João VI. Alexandre Barreto Lisboa - Presidente da Anasps, Maurício Vicente Ferreira Junior - Diretor do Museu Imperial em Petrópolis

Fórum Anasps para discussão da Plano de Carreira - Na mesa presentes os diretores estaduais da Anasps, e ao centro Paulo César Régis de Souza - Vice-Presidente Executivo da ANASPS

Entrega da Medalha em Brasília/ Agraciados: Ruben Torres - Reitor da Universidade Isalud - Argentina, Maurício Vicente Ferreira Junior - Diretor do Museu Imperial de Petrópolis, Elisete Berchiol - Presidente do INSS, Alexandre Barreto Lisboa - Presidente da Anasps, Leide Câmara - Diretora Estadual da Anasps-RN, Carlos Garavelli - Diretor do Centro de Ação Regional da OISS para o Conesul - Argentina e Eduardo Sabo - Procurador de Justiça do DF

Lindolfo Sales - Ex-presidente do INSS, Paulo César Régis de Souza- Vice-Presidente Executivo da Anasps e Garibalde Alves - Ex-ministro da Previdência

Manifestação - Greve INSS, ANASPS em movimento de defesa do servidor público e da Previdência Social

Manifestação - Anasps-AC em movimento de defesa do servidor público e da Previdência Social

Paulo César - Vice-Presidente Executivo da Anasps e Carlos Eduardo Gabas - Secretário Especial da Previdência Social

Paulo César - Vice-Presidente Executivo da Anasps e Elisete Berchiol - Presidente do INSS

Paulo César - Vice-Presidente Executivo da Anasps e Manoel Dias - Ex-ministro do Trabalho

Posse do Presidente da Anasps Alexandre Barreto Lisboa e ao lado Paulo César - Vice-Presidente Executivo da Anasps

Posse do Presidente da Anasps Alexandre Barreto Lisboa e ao lado Paulo César - Vice-Presidente Executivo da Anasps

Representantes do CIAPAT, Baldur Schubert - Representante da OISS no Brasil e Dr. Paulo César - Vice-Presidente Executivo da Anasps

Ronaldo Medeiros - Deputado Federal, Paulo César - Vice-Presidente Executivo da Anasps,recebendo o título de Cidadão Honorário e Mércia - Diretora da Anasps/AL

Baldur Schubert, representante da OISS no Brasil Alxandre Barreto Lisboa, Presidente da ANASPS Carlos Garavelli, Diretor Regional da OISS Rubén Torres, Reitor da Universidade ISALUD (Argentina) e Paulo César Regis de Souza, Vice-Presidente Executivo da Anasps

Universidade de Alcalá - Ana Paula Regis Souza Pinho,Gina Magnolia Barón, Alexandre Barreto Lisboa, Presidente da Anasps

Anasps

Associação Nacional dos Servidores da Previdência e da Seguridade Social